

MARIA APARECIDA DE PAULA RAGO

**A PRÁXIS POLÍTICA DE JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES:
NACIONALISMO SEM NACIONALISTAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação
do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

2004108033

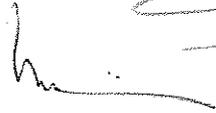
Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
19 / 02 / 2004

BANCA

Prof. Dr. Paulo Celso Miceli (orientador)



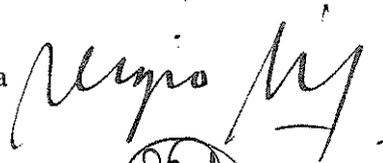
Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Vieira



Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Berriel



Prof. Dr. Sérgio Salomé Silva

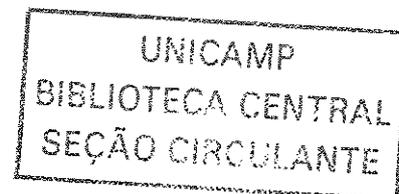


Prof. Dr. Ediógenes Aragão dos Santos



Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

FEVEREIRO/2004



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

R127p

Rago, Maria Aparecida de Paula.
A práxis política de José Ermírio de Moraes : naciona-
lismo sem nacionalistas / Maria Aparecida de Paula
Rago. – Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Paulo Celso Miceli.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Moraes, José Ermírio de. 2. Nacionalismo – Brasil.
3.Empresários. 4. Ditadura e ditadores – Brasil.
5. Capitalismo – Brasil. 6. Industrialização. 7. Empresas
familiares – Brasil. I. Miceli, Paulo Celso. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

UNIDADE

Nº CHAMADA

BC
UNICAMP
R127p

V

EX

TOMBO BC/

58275

PROC

16.111-04

C

D

PREÇO

11,00

DATA

20/06/04

Nº CPD

CM00198078-3

01910.316929

A Eurípides Simões de Paula, in memoriam

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos para um trabalho de pesquisa envolve a retomada de sua trajetória e as pessoas envolvidas nesse percurso. Sua realização, ultrapassando o tempo inicialmente programado e ocorrida em uma fase madura da vida, possibilitou-me algumas descobertas, trouxe-me novas amizades e firmou as mais antigas.

A partir dessa ressalva, sob pena de cometer involuntariamente alguma injustiça, quero fazer alguns agradecimentos.

Primeiramente, ao meu orientador, prof. doutor Paulo C. Miceli, por seu acolhimento e compreensão durante os anos de convivência. Sua generosidade, removendo os entraves possíveis, garantiu que chegássemos à reta final.

Gostaria de registrar um agradecimento especial para uma amiga também muito especial, que muito ajudou na finalização dessa empreitada: Rosa Maria Vieira, pela amizade de longa data, quando estudávamos alguns clássicos linha por linha, e que comigo vivenciou minhas maiores alegrias e perdas irrecuperáveis de minha vida. Através de sua generosidade, companheirismo e, fundamentalmente, da crítica arguta e inteligente contribuiu para esse trabalho.

A Margareth, a nossa maior anarquista, pela retaguarda e incentivos contínuos e, pela acolhida generosa em Campinas, também dispensada pela Marina, durante a realização dos créditos. À Heloisa pelo apoio sempre carinhoso e ao Cláudio, pela torcida, informações e mais os ensinamentos em searas que a pesquisa abriu. À Beth e ao Guilherme que deram forma ao abstract. À Iracema e ao Rubens que abriram suas portas durante a pesquisa no Rio de Janeiro. Ao Miguel e à Lígia, cada qual em seu ofício, garantiram a minha chegada à reta final. À Maria Helena, companheira campineira de viagem desses últimos cinco anos.

Ao Tônio, amigo e companheiro, que acompanhou toda a jornada com generosidade e sabedoria humanista. As minhas “meninas”, que hoje já são moças, Mariana e Laura, pelo equilíbrio e compreensão nas horas difíceis. E, não poderia deixar de agradecer o casal monteverdiano, Ibaney e Heloísa pela imensa generosidade humana e por não mediram esforços na consecução final do trabalho.

A alguns estudantes, que se transformaram em amigos, e estiveram comigo ao longo do trabalho: Yara, Dani, Fabiana, Sandro, Ângela, Felipe Magane, Cristiano e Tainá (responsável pelas fotos digitalizadas), obrigada pelo apoio, incentivo e preocupação.

Ao Belmiro que, através de sua pesquisa em arquivos e bibliotecas, foi figura chave para a efetivação do trabalho, meu agradecimento especial. No Rio de Janeiro, os créditos vão para Edil da Costa. Ao Rogério, chefe do Arquivo Histórico do Senado, pela rapidez no envio dos materiais.

Ao professor doutor Sérgio Silva pelas pertinentes e valiosas sugestões feitas durante a qualificação, meus agradecimentos.

Ao “Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder”, do departamento de História da PUC-SP, do qual faço parte, na figura da professora doutora Vera Lúcia Vieira. À Vânia Noeli e Wanderson Fabio de Melo, cujas pesquisas sobre os ideólogos do regime militar foram de extremamente utilidade. Agradeço, ainda mais uma vez, ao Rago pela documentação e bibliografia posta à minha disposição.

A Fernando Gasparian, por sua gentileza em ter concedido depoimentos e informações que auxiliaram em pontos obscuros, que só ele poderia esclarecer.

É necessário agradecer, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, nas figuras de seus professores doutores Paulo C. Miceli, Michael M. Hall, Cláudio H. M. Batalha, Margareth Rago, entre outros, pelas sugestões, indicações e abertura para novos caminhos. Quero agradecer, também, ao Junior, pessoa maravilhosa e dedicada, que sempre retirou os entraves burocráticos, tornando a vida mais fácil.

Aos colegas do Departamento de Economia da FEA da PUC-SP, em especial, ao Flávio Saraiva, ao Mario Lima, ao Rubens Sawaya e ao João Batista Pamplona pelo incentivo.

À Comissão de Pesquisa – CEPE da PUC-SP, que concedeu bolsa de capacitação docente, possibilitando a finalização desse trabalho. E, finalmente, meus agradecimentos pelo apoio financeiro a CAPES no início da pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central a discussão do caráter particular do nacionalismo de setores industriais brasileiros, no período que corresponde à subordinação crescente da economia aos capitais estrangeiros, centrando-se no período pós-golpe militar de 1964 até 1970. Ademais, buscamos colocar em foco uma questão que transcende os limites da discussão econômica, desbordando para uma dimensão política e ideológica essencial: as possibilidades e as características do nacionalismo da fração do capital industrial num país que realizou sua transição para as formas industriais da reprodução ampliada de modo tardio e subordinado aos centros hegemônicos do capital (via colonial). Vamos em busca, pois, de uma resposta a uma questão que, por um longo período, fez parte das preocupações e das estratégias essenciais de setores significativos da esquerda em nosso país: podemos falar em burguesia nacionalista, portadora de um projeto de capitalismo autônomo?

O trajeto escolhido para o tratamento deste fenômeno parte da análise da individualidade empresarial de José Ermírio de Moraes (1900-1973) – figura de destaque no processo de diversificação produtiva e constituição do capital industrial brasileiro. Sua escolha justifica-se amplamente, seja por sua atuação empreendedora, visível na alavancagem do grupo Votorantim, seja por sua proximidade com o Estado, em busca da garantia de seus interesses particulares e os de sua fração de classe. Tendo como contextura para sua atuação uma orgânica social capitalista que não alcançou a plenitude e radicalidade de suas forças materiais e sociais, buscou, de um lado, a articulação de novos canais de representação; assim como, a partir do Estado, a força capaz de resguardar os interesses do capital privado nacional. Esta perspectiva, marque-se, vislumbra não a construção de um Estado-empresário, mas daquele que permita o controle e a atuação do capital externo em setores que não concorram e obstaculizem os interesses privados nacionais.

ABSTRACT

This work aims discussing the particular character of the nationalism of some Brazilian industries, in the period when the economic subordination of the country to foreign capital has increased dramatically, moreover in the six years after the "coup d'état" carried out by the armed forces in 1964. Apart from the economical end of the issue, the work also encompasses its political and ideological components, namely: the characteristics and possibilities of the nationalism of the fraction of the industrial capital in a country that has carried out the transition to industrial forms of the amplified reproduction lately and subordinated to the hegemonic centers of capital (colonial route). Therefore, we look for the answer of a long dwelling question for a significant parcel of the left wing of our country: does it make sense to talk about nationalistic bourgeoisie, holder of a project of autonomous capitalism?

José Ermírio de Moraes (1900-1973) – an outstanding personage on the process of productive diversification and constitution of the Brazilian industrial capital has been chosen to illustrate this phenomenon. His choice is well-founded, as he has been active in business and in politics where he has been a paladin in defending his private interests as well of his class. He has an outstanding role in turning Votorantim one of the leading industrial groups in Brazil. Within a capitalistic frame that has not reached the plenitude and radicalization of its material and social forces, he has looked for the articulation of new representation channels while seeking, from the state, the strengths necessary to preserve the interests of the national private capital. Worth remarking that he was not engaged on the construction of a State-Entrepreneur, but of one that allows and controls the foreign capital in sectors that do not compete with and do not hinder the national private interests.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
Formas Particulares de Objetivação Capitalista e o Destino Trágico da Burguesia Brasileira	13
1. <i>Marx e Engels e a Miséria Alemã</i>	18
2. <i>A Via prussiana e o Destino Trágico do Povo Alemão</i>	26
3. <i>O Caso Espanhol Como Via Prussiana</i>	37
4. <i>Gramsci e a Caracterização da Via Italiana como Revolução Passiva</i>	42
5. <i>“Uma Via Prussiana à Brasileira?”</i>	46
6. <i>“Miséria Brasileira” ou Via Colonial de Objetivação Capitalista</i>	52
CAPÍTULO II	
Do Universo da Produção à Esfera Política	63
1. <i>Um Empresário Nacional</i>	65
1.1. <i>Modernização e Diversificação do Empresariado Tradicional</i>	76
1.2. <i>Os Anos 30 e a Arrancada da Votorantim</i>	80
2. <i>A Acumulação Capitalista Industrial de 1950 a 1964</i>	99
3. <i>As Respostas da Burguesia: Liberalismo X Intervencionismo</i>	104
3.1. <i>Estado e Empresários</i>	109
4. <i>Auge e Declínio do Nacionalismo na FIESP</i>	116
5. <i>O Empresário e as Esferas Políticas</i>	126
5.1. <i>A Campanha para o Senado</i>	129
CAPÍTULO III	
Estado e Democracia Restrita dos Proprietários	133
1. <i>José Ermírio de Moraes no Ministério Jango</i>	136
2. <i>José Ermírio de Moraes no Senado Federal</i>	140
3. <i>Atuação Parlamentar</i>	142
4. <i>O Paradigma “Wilsoniano” e o Lugar do Estado no Discurso de José Ermírio</i>	147
5. <i>A tradição do Estado Autocrático nas Classes Proprietárias</i>	153
6. <i>O Golpe e a Posição das Burguesias Associadas</i>	163

CAPÍTULO IV	
Estado, Empresário e Siderurgia no Pensamento de José Ermírio	197
<i>1. Desenvolvimento Industrial e Nacionalismo</i>	198
<i>1.1 A Indústria de Base: Siderurgia</i>	202
<i>1.2 A Solução do Problema Siderúrgico</i>	213
<i>1.3 Siderurgia e Política de Minérios</i>	215
<i>2. Hipertrofia do Estado e Empresas Estatais</i>	226
CAPÍTULO V	
José Ermírio de Moraes e a Crítica ao PAEG	239
<i>1. O Senador Empresário e o Embate com a Dupla Campos-Bulhões</i>	240
<i>2. O Papel do Capital Estrangeiro segundo o Nacionalismo de José Ermírio</i>	250
<i>3. A Política Econômica Viabilizada através das Relações Internacionais</i>	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283

CAPÍTULO I

FORMAS PARTICULARES DE OBJETIVAÇÃO CAPITALISTA E O DESTINO TRÁGICO DA BURGUESIA BRASILEIRA

Ainda em nossos dias, a discussão da problemática da via particular de objetivação do capital em nossa formação não tem recebido devida atenção. Certamente, não só por motivos acadêmicos, mas também por aquilo que implica em face das possibilidades inscritas para a transformação da própria realidade. A formulação teórica que mais tem sido esgrimida para designar a especificidade do caminho brasileiro - formulação que, lato sensu, acaba por fundar a reflexão sobre a natureza categorial dos proprietários nacionais - é a determinação gramsciana plasmada como “*Revolução passiva*”. Com este termo - ou “revolução-restauração” - se marca uma dada especificidade do desenvolvimento histórico do capitalismo nacional, no qual o historicamente novo é tributário da antiga forma das relações sociais de produção, que antecedem, pois, aquelas do capital industrial. Entretanto, a corrente que abraçou esta propositura engendrou, do ponto de vista da criação de um “instrumental” concreto à solução dos problemas sociais, a defesa da democracia como valor universal. Nesta tese, eurocomunista, a defesa do pluralismo se ata in limine à dinâmica própria do mercado, de tal sorte que a democracia, pensada como valor universal em moldes europeus, perde os vínculos com a especificidade de um mercado adstringido, limitado, periférico, como o latino americano.

A utilização do conceito gramsciano, assim como o lukacsiano de “via prussiana”, aplicado ao caso brasileiro, entende, não obstante, captar e caracterizar as especificidades de nossa formação histórica, entre as quais encontramos o compromisso das classes e a conciliação dos proprietários privados sempre pelo alto, a despeito de um “equilíbrio” do tecido social como um todo. Em outros termos, dada a ausência de uma clássica ou real revolução democrático-burguesa no Brasil, patina-se socialmente num transformismo reformista, espelhado, em termos tópicos, num *modus faciendi* de talhe americano. Como argumenta Werneck Vianna:

“Assim, neste país que desconhece a revolução, e que provavelmente jamais a conhecerá, ela não é uma idéia fora de lugar, como não o foi o liberalismo que inspirou a criação de seu Estado-nação. Com efeito, o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva.” (Werneck: 1997, 12).

Esta problemática, extremamente complexa, remete para uma processualidade histórica que se funda sobre os múltiplos modos determinados de ser e ir sendo do capitalismo; das particularizações de suas formas singulares; de suas configurações nacionais ditadas por sua gênese e necessidade histórica; as quais, por sua vez, se desenvolvem em campos particulares no seio da própria universalização do capital, tal como é tratada por Marx em sua teoria do desenvolvimento desigual. Segundo o filósofo, a missão histórica da burguesia, que lhe é intrínseca, consubstancia-se na e pela efetivação da *mundialização* do mercado em escala planetária¹. Assim como a história da civilização é *processualidade* infinda, “a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções (*Umwälzungen*) nos modos de produção e de troca.”

Marshall Berman, na obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, ao analisar as fontes, raízes e determinações estruturais da cultura moderna, inspirando-se claramente nas formulações do *Manifesto Comunista*, escrito em 1848, detectou a essencialidade desse processo como um contínuo desenvolvimento entendido como um “turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”², e que perfaz uma unidade paradoxal que sempre se desfaz, se despedaça, se volatiliza, o que é novo ainda mal se vivifica para se tornar ossificado, envelhecido, caduco, uma “unidade de desunidade”,

¹ Ao se dirigir a Engels, em carta datada de 8 de outubro de 1858, Marx chamará a atenção para o fato de que as possíveis revoluções socialistas encontrarão um obstáculo quase insuperável à sua universalização, a saber, a própria expansão e constituição dos mercados capitalistas em outras regiões inexploradas: “A tarefa propriamente dita da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, pelo menos em seus grandes traços, e de uma produção baseada nele. Dado que a terra é redonda, essa tarefa parece haver terminado com a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão. Para nós, a difícil questão é a seguinte: a revolução no continente é iminente e tomará imediatamente caráter socialista; não será ela necessariamente esmagada nesse pequeno espaço, visto que em terreno muito mais vasto o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente?”. (Rubel: 1991, 75).

² Esta definição bermaniana se encontra na Introdução de sua obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Utilizamos a 19.ª reimpressão, de 2003, p. 15.

porque, nos termos marxianos, “em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário”. E prossegue:

“Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’. Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. Dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser antimoderno: desde os tempos de Marx e Dostoiévski até o nosso próprio tempo, tem sido impossível agarrar e envolver as potencialidades do mundo moderno sem abominação e luta contra algumas das suas realidades mais palpáveis.” (Berman, 2003: 12).

Esta, precisamente, é a tragédia ineliminável do desenvolvimento burguês³: a contradição básica entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Se, como diz Berman, “o impulso dialético da modernidade se volta ironicamente contra seus primitivos agentes, a burguesia”, devemos principiar nossa discussão com a caracterização dessa categoria social. Vejamos.

No *Manifesto*, essa classe social é determinada a partir e no interior de sua concreta forma de objetivação, classe que tem como *orgânica imanente* sua própria *autoexpansão*,

³ A formulação de Berman foi questionada por Perry Anderson em seu ensaio sobre “Modernidade e Revolução”, (Novos Estudos Cebrap n.º 14, fevereiro de 1986) crítica esta que impugna o veio central da propositura de *Tudo que é sólido desmancha no ar*. O desenvolvimento é inerente ao processo de modernização e modernismo. A seguinte passagem bermaniana mostra a mudança de rota quanto à radicalidade do comunismo em Marx. “Assim, o impulso dialético da modernidade se volta ironicamente contra seus primitivos agentes, a burguesia. Mas talvez não pare aí: com efeito, todos os movimentos modernos acabam por se aprisionar em semelhante ambiência - incluindo o próprio Marx. Suponhamos, como Marx o faz, que as formas burguesas se decomponham e que um movimento comunista atinja o poder: o que poderá impedir que essa nova forma social conheça o mesmo destino de seu predecessor, desmanchando no ar moderno? Marx cogitou dessa questão e sugeriu algumas respostas /.../ Porém, uma das virtudes específicas do modernismo é que ele deixa suas interrogações ecoando no ar, muito tempo depois que os próprios interrogadores, e suas respostas, abandonaram a cena.” (Berman, 2003: 22)

alimentada pelo desenvolvimento das forças materiais e humanas que ela mesmo põe em movimento incessante e que se expande ativa e infinitamente. Na reflexão marxiana:

“A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru (*das nackte Interesse*), o insensível ‘pagamento em dinheiro’. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou *unicamente* a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida.” (MARX: 1996, 68-69).

Ao descrever as determinantes ontológicas da classe burguesa na justaposição a outras formas sociais dominantes, Marx, no *Manifesto Comunista*, timbra as conseqüências do desenvolvimento das forças produtivas materiais para as categorias da vida burguesa em geral, e para as relações sociais, em particular. Assim pondera:

“A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. O contínuo revolucionamento, (*Umwälzung*) da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.” (Marx: 1996, 69).

Não há comparação possível, no plano da transformação da natureza, com outras formas históricas. Vale dizer, “a burguesia criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações passadas em conjunto”. Colosso, não obstante, que separa os produtores diretos dos meios de produção, das condições objetivas do trabalho, contrapondo capacidade subjetiva ao mundo por ela criado. “Tudo que é sólido se desmancha no ar” bem sintetiza, em tom metaforizante, o pulso e lógica desse modo de produção, que ao incorporar, subordinar e destruir formas antigas de produzir, ato contínuo “cria um mundo à sua imagem e semelhança”. Então, “obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas”.

Para além dessas determinações, Marx asseverava sobre as possibilidades histórico-imanentes dessa categoria social no modo de produção capitalista, outrossim marginadas pelas condições históricas. Nem toda burguesia possui a mesma potência social: nem toda burguesia pode ter o mesmo grau de universalização. Do Prefácio à primeira edição de *O Capital* extraímos o seguinte passo, que pontua a historicidade das categorias sociais - não só a burguesia, e o substrato do *desenvolvimento desigual e combinado* que caracteriza este modo de produção historicamente determinado. Argumenta Marx:

“Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica. Caso o leitor alemão encolha, farisaicamente, os ombros ante a situação dos trabalhadores ingleses na indústria e na agricultura ou, então, caso otimisticamente se assossegar achando que na Alemanha as coisas estão longe de estar ruins, só posso gritar-lhe: *De te fabula narratur!* Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea. O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro. /.../ Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, tortura-nos – assim como em todo o resto do continente da Europa ocidental – não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu

desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séqüito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. *Le mort saisit le vif !*” (Marx: 1983, 12).

É legítimo afirmar, pois, que o processo do desenvolvimento das sociedades regidas pelo capital se faz por meio de um desenvolvimento desigual e unitariamente complexo. Não se deve desconhecer, nesse sentido, e posto concludentemente, que “a *mundialização* do capital subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimentos desiguais e combinados”, e que esta universalização capitalista se põe sob as formas mais distintas e diversas na processualidade histórica. Estas vias particulares de constituição capitalista apresentam-se, assim, numa cadeia de elos desiguais, configurando “espaços característicos da universalidade do capital, porém diferentes e hierarquicamente disposto, sem o que a conexão entre eles não atenderia a finalidade que os combina.” (Chasin, 1989: 41).

1. Marx e Engels e a Miséria Alemã

Em *Contribuição à história da sociedade burguesa*, Leo Köfler delinea, ainda que em linhas gerais, as especificidades do processo de constituição da sociedade moderna alemã, no qual as forças reacionárias e progressistas se mesclam, criando formas híbridas e conciliadas, e, por circunstâncias históricas, a ausência de uma burguesia revolucionária reforça os contornos sociais demarcados por traços conservadores (a violência estrutural), onde se põe a hegemonia da nobreza prussiana na luta pela unidade nacional.

Em dizer sintético, aforístico, Köfler modela o atraso alemão: “Assim como Inglaterra é o país europeu eternamente ‘perfeito’, Alemanha é o país eternamente inacabado”. (Köfler: 1974, 406) Por este motivo - o inacabamento social, Köfler capta a essência das tradições reacionárias. Vale dizer: “A cadeia histórica de frustrações da burguesia alemã é, simplesmente, a causa do ‘prussianismo’.” (Köfler: 1974, 407). Destarte, a condução política por parte dos grandes proprietários rurais, os junkers, expressão do atraso alemão, impunha,

simultaneamente, a dominação espiritual: “A nobreza - afirma Köfler - considera a débil burguesia e a população camponesa como objetos e instrumentos de sua pretensão de poder total” (Köfler: 1974, 408). E arremata: “Não somente na Alemanha, mas também em outros países, o medo que inspirava o proletariado sedicioso foi a causa das traições da burguesia”. (Köfler: 1974, 424).

Também na esfera ideológica o historiador polonês mostra as conseqüências desse “inacabamento”, caracterizando a debilidade do humanismo alemão, ou a ausência de uma consciência democrática radical: origina-se, ali, “um semi-radicalismo burguês que ressuscita de tempo em tempo e que se caracteriza por suas profundas contradições e confusões” (Köfler: 1974, 407). A conseqüência do não florescimento de uma consciência humanista radical, com seus valores democráticos, é, segundo Köfler, a capitulação plena da burguesia à dominação autocrática *junker*, o que culmina com a traição às ‘ilusões heróicas’ burguesas.

Na busca das raízes do caminho prussiano, Engels o explica através do pulso das lutas de classe, vinculando-o às conseqüências da derrota dos camponeses no século XVI. Afirma: “A burguesia alemã tem a infelicidade – o que está bem de acordo com o procedimento favorito dos alemães – *de chegar sempre tarde demais*. Sua prosperidade coincide com um período em que a burguesia dos outros países da Europa ocidental está politicamente em declínio”. (Engels, 1977: 11. Grifos nossos.)

Em sua obra *As Guerras Camponesas na Alemanha*, de 1850, baseada na pesquisa histórica de W. Zimmermann, Engels aponta para o desastre da modernidade - em sentido histórico - posta a derrota do campesinato:

“O principal efeito das guerras camponesas foi aguçar e consolidar a divisão política da Alemanha, esta mesma divisão que havia sido a causa de seu fracasso. Vimos que a Alemanha estava não apenas dividida numa porção de províncias independentes e totalmente estranhas umas às outras, como também que em cada província a nação se dividia em numerosas classes e frações de classes. Além dos príncipes e padres encontramos a nobreza e os camponeses no campo, e os burgueses e plebeus nas cidades, formando classes com interesses totalmente diferentes, quando não colidentes. Por cima de todos esses interesses tão complicados estavam ainda os do imperador e os do papa. Vimos como todas estas tendências chegaram, por fim – se bem que de

maneira lenta, incompleta e desigual – a formar três grandes grupos; vimos que, apesar de existirem esses grupos, cuja formação tanto trabalho custara, cada classe se opunha à evolução nacional determinada pelas condições da época. E como cada classe queria participar do movimento por sua própria conta, entrou em conflito não apenas com todas as classes conservadoras, como também com as demais classes da oposição, acabando por sucumbir. Assim aconteceu com a nobreza na sublevação de Sickingen, com os camponeses na guerra camponesa e com os burgueses em sua Reforma moderada. Assim os próprios camponeses não chegaram na maior parte das regiões alemãs a um acordo para uma ação comum com os plebeus, atrasando-se ambos no caminho. Mesmo assim vimos quais foram as causas desta fragmentação da luta de classes, da conseqüente derrota total do movimento revolucionário e da derrota parcial do movimento burguês”. (Engels: 1977, 115).

Engels enfatiza, com propriedade, a fragmentação do mundo alemão, que não pode alcançar uma orgânica de talhe nacional, posto que

“a divisão local e provincial e o particularismo local e provincial fizeram naufragar todo o movimento; ter-se-á visto como nem os camponeses, nem os burgueses, nem os plebeus chegaram à unidade de ação em toda a nação, como em cada província os camponeses atuavam por sua própria conta, negando-se a ajudar seus vizinhos e como desta maneira foram aniquilados, isoladamente, em sucessivas batalhas e por exércitos que, em total, não somavam nem a décima parte dos insurretos. Os diferentes armistícios e tratados que alguns destacamentos isolados firmaram com seus adversários constituem outros tantos atos de traição à causa comum; o fato de os destacamentos não se agruparem com o fito de levar a cabo uma ação comum, senão quando forçados, sob a ameaça de sucumbir ante um inimigo também comum, constitui a prova mais contundente do particularismo das diversas províncias”. (Engels, 1977: 115-116).

Ao apontar para as analogias que envolvem dois períodos históricos diferentes, Engels, na tentativa de compreensão da movimentação de fins da década de 40 do século XIX, das revoluções que desembocaram na consolidação da contra-revolução, dispõe:

“Em 1848, também estavam em luta os interesses das diferentes classes da oposição e cada uma agia por conta própria. A burguesia se desenvolvera o suficiente para não mais tolerar o absolutismo burocrático-feudal, porém ainda não tinha forças bastantes para subordinar aos seus os desejos de outras classes. O proletariado era ainda demasiado débil para poder tentar passar por cima do período burguês ou esperar uma pronta conquista do poder; por outro lado já pudera apreciar, sob o absolutismo, as delícias do regime burguês e já havia adquirido o desenvolvimento suficiente para não duvidar nem um momento de que a emancipação da burguesia não equivalia à sua própria emancipação. A grande massa da população, os pequenos burgueses, artesãos e camponeses viam-se abandonados por seus aliados, pela burguesia que já os considerava demasiadamente revolucionários, e, também em alguns casos, pelo proletariado por não serem bastante avançados.” (Engels: 1977, 115).

Ora, desde o momento em que supera a filosofia especulativa e a defesa da concepção positiva da política, Marx aponta para o “anacronismo” vivido pela pletera de pequenos estados que compõem o império germânico, no qual “a própria negação do nosso presente político é já um fato poeirento no quarto de arrumações histórico das nações modernas”. (Marx: 1989, 79). Por outro lado, refere ainda:

“A história alemã, de fato, orgulha-se de um desenvolvimento que nenhuma outra nação anteriormente realizou ou virá alguma vez a imitar no firmamento histórico. Participamos nas restaurações de nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados, primeiro, porque houve nações que ousaram fazer revoluções e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contra-revoluções; no primeiro caso, porque os nossos governantes tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Conduzidos pelos nossos pastores, só uma vez nos encontramos na sociedade da liberdade, no dia *do seu funeral*.” (Marx: 1989, 79).

Ao estabelecer contrastes entre os casos francês e inglês com o alemão, Marx começa por apontar o caráter retardatário da modernização alemã, a covardia e timidez das classes proprietárias em emancipar a nação, o que significava a conquista da unificação nacional. Isto é,

“Enquanto na França e na Inglaterra o problema se põe assim: *economia política ou o domínio da sociedade sobre a riqueza*, na Alemanha apresenta-se deste modo: *economia nacional ou o domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade*.

Portanto, na Inglaterra e na França trata-se de abolir o monopólio, que se desenvolveu até às últimas conseqüências, ao passo que na Alemanha se trata de caminhar para as conseqüências finais do monopólio. Além, é uma questão de solução; aqui, apenas uma questão de colisão. A partir do exemplo referido podemos ver como os problemas modernos estão presentes na Alemanha; o exemplo mostra que a nossa história, tal como o recruta principiante, até agora só teve de fazer exercícios adicionais em assuntos históricos velhos e banais”. (Marx, 1989: 83. Grifos originais.)

É a partir deste substrato que Marx examina os problemas que adstringem o povo alemão, tentando especificar seus dramas humano-sociais, assim como a lógica da corrente filosófica idealista⁴ que visa a “elevação” da Alemanha, posto o descompasso em que se face ao estágio alcançado pela França e Inglaterra. Em seus próprios termos:

“Assim como as nações do mundo antigo viveram a sua pré-história na imaginação, na mitologia, assim nós, alemães, vivemos a nossa pós-história no pensamento, na filosofia. Somos os contemporâneos *filosóficos* da época atual, sem sermos os seus contemporâneos históricos. A *filosofia alemã* constitui o *prolongamento ideal* da história alemã. Conseqüentemente, ao criticarmos, em vez das *oeuvres incompletes* da nossa história real, as *oeuvres posthumes* da nossa história ideal - a filosofia, a nossa crítica está no centro dos problemas acerca dos quais a época atual afirma: *that is the question*. O que para as nações avançadas constitui uma rotura prática com as modernas condições políticas é, na Alemanha, onde tais condições ainda não existem, virtualmente um corte crítico com a sua reflexão filosófica.” (Marx: 1989, 84).

⁴ Em sua reflexão sobre a filosofia kantiana, Ricardo Terra, em *A Política Tensa* (Iluminuras: 2001,153-4), assinala “Na Alemanha, tanto a situação político-econômica quanto o panorama teórico são bastante diferentes dos da França e Inglaterra. Devido ao ‘atraso’ relativo da Alemanha, o Estado terá uma participação maior na vida social e nos negócios em geral que nos outros dois países. O Estado adquire um peso enorme, com certa independência tanto da nobreza quanto da burguesia: /.../ Essa situação de transição em que a sociedade capitalista não está constituída, mas em que também não temos mais uma sociedade feudal – numa Europa em que outros países já estão em rápido processo de transformação econômico-social, com a consolidação do capitalismo e as transformações na organização político-social, e com a difusão das concepções liberais – dá à Alemanha um caráter peculiar. As idéias geradas na Inglaterra e França atravessam o Reno, são absorvidas pelos pensadores alemães, mas, como a situação histórica da Alemanha é diferente, isso propiciará que o liberalismo alemão também o seja. Os pensadores alemães encontram-se diante de uma temporalidade dupla – a das idéias liberais (‘importadas’, embora sem os seus pressupostos sociais) e a da situação histórica em que vivem.”

A atrofia do desenvolvimento alemão não lhe permite forjar uma teoria que, fundada na lógica de sua sociabilidade, aponte de pronto - como os idealistas - à superação de suas mazelas, posto que o historicamente velho ainda se põe e reproduz socialmente. De modo que a emancipação política que se põe idealmente no pensamento descolado do chão social, não encontra, por si, isoladamente, a possibilidade de erradicar as sobrevivências adstringentes do arcaico. Em outras palavras,

“Em política, os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram*. A Alemanha foi sua *consciência teórica*. A abstração e a presunção da sua filosofia ia a passo com o caráter unilateral e atrofiado da sua realidade. Se, pois, o *status quo* do *sistema político alemão* exprime a *consumação do ancien régime*, o cumprimento do espinho na carne do Estado moderno, o *status quo* da *ciência política alemã* exprime a *imperfeição do Estado moderno* em si, a degenerescência da sua carne.” (Marx: 1989, 84-85).

A conceituação de “Miséria alemã” - expressão tão cara a Marx - abarca, dessa maneira, não só o plano econômico-social, mas todo o conjunto de determinações contraditórias derivadas do desenvolvimento desigual, conceito que exprime uma via não-clássica de objetivação capitalista; uma particularidade histórica, condicionada pelo processo revolucionário de 1848. Vale dizer, e desdobradamente, a

“revolução prussiana” quando irrompe, já é um produto tardio e de compromisso de classe, que não teve a grandeza da Revolução francesa, porque foi meramente uma sublevação provincial, que não expressava e nem podia expressar os interesses nacionais. Num tempo em que esta “sublevação” sequer era sonhada, Marx já sinalizava para o fato de que “/.../ se a Alemanha acompanhou o desenvolvimento das nações modernas apenas através da atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa nas lutas reais deste desenvolvimento, experimentou também as *dores* deste desenvolvimento sem participar nos seus prazeres e parciais satisfações. A atividade abstrata, por um lado, tem a sua contrapartida no sofrimento abstrato, por outro. E um belo dia, o alemão encontrar-se-á ao nível da decadência européia, antes de alguma vez ter atingido o nível da emancipação européia. Será comparável a um *feiticista* que sofre das doenças do cristianismo.” (Marx: 1989, 88).

Ao descrever os conflitos revolucionários que espocam a partir do março prussiano, Marx e Engels se valem da arma ideológica da *Nova Gazeta Renana*, na cidade industrial de Colônia, em 1848, a fim de poderem influir naquele acontecimento histórico⁵. Ao contrastar eventos históricos – é a primeira vez, em várias partes e simultaneamente, que o mundo europeu assiste à jornadas revolucionários em países de modo simultâneo – e especificar o papel *das burguesias*, sendo que, no caso alemão, os industriais e comerciantes logo em sua chegada à cumeeira do Estado conciliam com a nobreza prussiana (*junker*) e a monarquia Hohenzollern, Marx aponta ao que distingue e separa uma da outra. Sua pena jornalística assim corre:

“Em 4 de agosto de 1789, três semanas após a tomada da Bastilha, em um dia o povo francês deu cabo dos encargos feudais. Em 11 de julho de 1848, quatro meses as barricadas de março, os encargos feudais deram cabo do povo alemão, *teste Gierke cum Hannsemanno* (testemunhado por Gierke e Hansemann). A burguesia francesa de 1789 não abandonou um só instante seus aliados, os camponeses. Ela sabia que a base de sua dominação era a destruição do feudalismo no campo, a criação de uma classe de camponeses livres e proprietários. A burguesia alemã de 1848 traiu sem qualquer decoro os camponeses, seus aliados mais naturais, a carne de sua carne, e sem os quais ela é impotente ante a nobreza. A persistência, a sanção dos direitos feudais sob a forma de um (ilusório) resgate, eis afinal o resultado da revolução alemã de 1848. Eis o parco resultado de tanta agitação!”. (Marx: 2003, 241).

Em outra consideração, na mesma *Nova Gazeta Renana*, por analogias históricas Marx critica os rumos das jornadas de 1848 na Prússia. Se não, vejamos:

⁵ Gabriel Cohn ilustra esta circunstância com maestria: “A frustrada revolução de 1848 ensejou uma reorientação do campo de forças políticas, com a definitiva entrada em cena dos assalariados e pequenos proprietários urbanos, o que provocou uma rápida aproximação entre a aristocracia rural conservadora e a burguesia urbana liberal diante do ‘perigo vermelho’. /.../ É necessário lembrar que a Alemanha de 1848 ainda era fundamentalmente uma sociedade de base agrária (cerca de 75% da sua população era rural), e que as reações dos seus grupos dominantes aos sinais de diferenciação social e política que pressentiam eram desproporcionais em relação às condições especificamente alemãs, mas refletiam muito mais o temor da repetição daquilo que ocorria em outros países, especialmente a França. O essencial é que, desproporcionais ou não, essas concepções não eram totalmente destituídas de fundamento, e que, no conjunto, o processo contribuía muito mais para *debilitar a burguesia alemã* que para fortalecê-la, a ponto de Engels, em sua análise da revolução e contra-revolução na Alemanha, poder observar que ela se desfigurava como classe e se convertia numa espécie de ‘estamento’ totalmente na defensiva”. (Cohn: 1979, 11-12).

“As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (Stils) *européu*. Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade européia*. Nelas triunfou a burguesia; *mas o triunfo da burguesia* foi então *o triunfo de uma nova ordem social*, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. (...) Não houve nada disso na *revolução prussiana de março*. A revolução de fevereiro *suprimira* a monarquia constitucional efetivamente e a dominação da burguesia na idéia. A revolução prussiana de março devia *criar* a monarquia constitucional na idéia e a dominação da burguesia na efetividade. Bem longe de ser uma *revolução européia*, era apenas o retardado eco débil de uma revolução européia num país atrasado. Ao invés de estar à frente de seu século, atrasara-se mais de meio século em relação a ele”. (Marx: 1993, 56-7).

Ademais, tendo a burguesia prussiana atrás de si o proletariado a pressioná-la (por meio de organizações e associações precárias dada precariedade desta nova classe em formação na Alemanha), como também setores retrógrados,

“/.../ estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroadado da velha sociedade, pois ela mesmo já pertencia à velha sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida”. (Marx: 1987, 44-5).

Ora, na base de tal orgânica, o movimento progressista com raízes democráticas e humanistas se tornaria simples quimera, impotente no formação de uma consciência nacional, portanto, jamais se poria como um contraponto efetivo ao poder prussiano.

Marcuse, ressalte-se, também buscou compreender as razões do anacronismo alemão, especificando o aprisionamento da personalidade, da individualidade, posta tal contextura atrasada. Em *Razão e Revolução*⁶, o autor assim reflete, como que se conclui este tópico.

“O desenvolvimento econômico na Alemanha ficara muito atrás do da França e Inglaterra. A classe média alemã, fraca e dispersada em numerosos territórios com interesses divergentes, dificilmente poderia projetar uma revolução. Os poucos empreendimentos industriais existentes eram como que ilhas dentro de um sistema feudal que se eternizava. O indivíduo, na sua existência social, ou era escravizado ou escravizava seus semelhantes. Não obstante, poderia ao menos perceber, enquanto ser pensante, o contraste entre a realidade miserável que existia por toda parte e as potencialidades humanas que a nova época liberara; e, como pessoa moral, poderia preservar a dignidade e a autonomia humanas, pelo menos na sua vida privada. Assim, enquanto a Revolução Francesa começava por assegurar a realização da liberdade, ao idealismo alemão cabia apenas se ocupar com a idéia da liberdade. Os esforços históricos concretos para o estabelecimento de um tipo de sociedade racional haviam sido transpostos, na Alemanha, para o plano filosófico e transpareciam nos esforços para elaborar o conceito de razão.” (Marcuse, 1978: 18).

2. A via prussiana e o destino trágico do povo alemão

Foi George Lukács quem desdobrou as determinações categoriais do *tipo prussiano de desenvolvimento do capitalismo*. E o fez no intuito de entender a gênese, necessidade e função histórica do irracionalismo contemporâneo alemão, que culminaria com o ascenso do partido nazista ao poder de estado alemão⁷.

⁶ Em *Razão e Revolução*, o filósofo alemão Herbert Marcuse empreendeu a crítica aos fundamentos filosóficos de Hegel, um exaustivo estudo apresentado ao Instituto de Pesquisa Social, instalado na Universidade de Columbia, em março de 1941, que visava se contrapor às tendências contemporâneas que identificavam o idealista alemão às concepções e práticas nazistas.

⁷ Segundo Jeffrey Herf, a visão do mundo nazista paga alto tributo às constelações ideais do “modernismo reacionário”. Esta cultura formava um paradoxo, posto que aglutinava as determinações da alta tecnologia com as formas do romantismo alemão. Ver *Modernismo Reacionário*. Campinas/SP: Unicamp/Ensaio, 1991.

Extraíndo de Lênin a conceituação de “via prussiana”, Lukács tenta enxergar a forma particular da gênese histórica que possibilitou a emergência de uma tal orgânica social. Lênin, de sua parte, apropria-se diretamente das análises concretas estampadas nas páginas da Nova Gazeta Renana, quando Marx se inseria nas lutas revolucionárias em Colônia, nos anos 1848 e 1849. Lênin examinou as particularidades do trânsito que se processualizava no solo russo, atentando para a coexistência de três formas de estruturação da produção social: o hibridismo, expresso no modo de produção feudal, asiático e o capitalista. O nos importa é particularidade da passagem da estrutura agrária para a modernização capitalista: o tipo prussiano e o tipo norte-americano.

Em *O Programa Agrário da Social-Democracia*, o dirigente bolchevique ressalta dois modos de objetivação do trânsito da ordem antiga para a industrial, da estrutura agrária para a moderna, extraídos de casos singulares:

“Os restos do feudalismo podem desaparecer tanto mediante a transformação das terras dos latifundiários, como mediante a destruição dos latifúndios dos grandes proprietários, quer dizer, por meio da reforma e por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes fazendas latifundiárias, que paulatinamente se tornam cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituem os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e pode verificar-se também tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que por via revolucionária extirpam do organismo social a 'excrecência' dos latifúndios feudais e se desenvolvem depois livremente pelo caminho das granjas capitalistas. Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, nós os denominaríamos *caminho do tipo prussiano* e *caminho do tipo norte-americano*. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, *junker*, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo e destacando a uma pequena minoria de *Grossbauer* (grandes camponeses). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são destruídas pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo

em sistema usurário e em exploração capitalista sobre as terras dos latifundiários-feudais-junkers. No segundo caso, o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês”. (Lênin *apud* Chasin: 1977, 153-154).

As reflexões leninistas mostram, com rigor, os traços econômico-sociais da via prussiana, e, no que tange a questão da burguesia brasileira, a temática deste estudo, cabe ressaltar que o desenvolvimento das forças produtivas materiais se apresenta nela num ritmo ainda mais lento do que o prussiano, daí o caráter tardio, retardatário do desenvolvimento capitalista. Se a via americana, por seu desenvolvimento mais rápido, no trânsito à sociedade moderna, desemboca numa transformação mais favorável para aqueles que vivem no campo, dentro das condições mercantis- como enfatiza Lênin, no caso prussiano, as massas camponesas vivenciam uma situação mais aviltante, que implicou “calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas dos camponeses e, por conseguinte, do proletariado”. (Lênin *apud* Chasin: 1977, 154).

Seguindo a trilha aberta pela tematização da “via prussiana”, Lukács inicia seu estudo sobre esse caminho específico na história do desenvolvimento capitalista com o traço geral que exprime a essência histórica da Alemanha. Assim: “O destino, a tragédia do povo alemão, falando em termos gerais, consiste em ter chegado demasiado tarde no processo de desenvolvimento da moderna sociedade burguesa”. (Lukács: 1972, 29). Todavia, há que tomar cuidado, adverte-nos o filósofo húngaro, com o sentido abstrato de tal afirmação, pois o que importa para o conhecimento histórico é o reconhecimento da realidade em sua concretude, uma vez que “os processos históricos são extraordinariamente complexos e contraditórios /.../. O fato de ser tardio não significa que não sairá mais do retardo.” Da mesma forma, países que conheceram o caminho perverso, pantanoso, sinuoso, retardatário – que não experimentaram a via democrática –, podem conhecer a revolução democrático-burguesa pelas mãos do proletariado e do campesinato, como no caso russo, ao menos na fase inicial do processo revolucionário de 1917. Os exemplos históricos – fazemos referência à situação atual de Alemanha e Inglaterra – parecem confirmar o argumento lukacsiano, haja vista que “/.../ não se pode supor que o chegar demasiado *cedo* seja, por si, mais generoso que o chegar demasiado *tarde*, ou vice-versa”.

Poderíamos dizer, nessa linha de argumentação, que o substrato teórico desta argumentação é a teoria do desenvolvimento desigual e conjugado, que pressupõe a

reciprocidade dialética entre as partes moventes e movidas que integram a totalidade do sistema econômico-social do capital. Nas palavras de Lukács:

“Os grandes povos europeus se constituíram como nações em princípios da época moderna. Plasmaram sua unidade territorial como nações, sobrepondo-se à dispersão feudal. Nelas surgiu uma economia nacional única, que enquadrava a todo o povo e a uma cultura nacional única, em que pese a divisão de classes. No desenvolvimento da classe burguesa, em sua luta contra o feudalismo, vemos atuar em toda parte transitoriamente a monarquia absoluta, como órgão executivo desta unificação.” (Lukács: 1972, 29).

Ora, é a partir dessa lógica teórica que o autor húngaro vai ampliando as determinações que compõem esse destino trágico. Lukács pondera a questão do complexo categorial que está analisando, as vias de constituição das formações nacionais, com seu poder político, formas artísticas e ideológicas, assim como uma estrutura jurídica e política a abarcar territórios nacionais, ancorados em relações sociais de produção que se expandem, que se comunicam e falam a mesma língua nacional, que trocam mercadorias com a mesma moeda, que batalham com seu exército nacional, que vivenciam a mesma cultura, que fazem a sua própria história por meio de embates das classes sociais antagônicas com projetos diferentes, em suma, por meio de suas histórias singulares que interferem continuamente nesse itinerário, mas conformando particularidades desiguais e contraditórias na mundialização do capital.

Lukács, como Lênin, parte das análises de Marx e Engels sobre o anacronismo da “miséria alemã”. “Miséria” que significa impossibilidade de uma orgânica capitalista clássica, e que assim a faz palco de butim das potências européias emergentes, e com interesses orientados à sua permanente fragmentação. Vale dizer a “Alemanha se encontrará numa bela manhã no nível da decadência européia, antes de jamais ter-se elevado até o nível da emancipação européia”. (Marx *apud* Lukács: 1972, 30). Se reportarmos à história desta formação social, verificamos que aquilo que designamos pelo termo Alemanha, em fins da Idade Média, conheceu antes que outras nações modernas a formação de pequenas indústrias, a técnica avançada de extração de minérios, a prensa de Gutenberg, as vias de transporte, assim como o trabalho de joalheiros, ourives, gravadores, armeiros, etc. Mesmo assim, “não

cabe dúvida que seu desenvolvimento foi mais lento que na Inglaterra, França ou Holanda”. (Lukács: 1972, 30).

Ainda que não seja nosso propósito alinhar todas as especificidades trabalhadas por Lukács em sua breve história do destino trágico de Alemanha⁸, há que se deter ao acontecimento crucial que marcou o destino do povo germânico, a saber, as guerras camponesas do século XVI. Lukács parte deste momento histórico – colando-se ao trabalho de Engels – apontando para o desfecho das lutas de classe que acabaram por ocasionar intensa fragmentação e dispersão dos territórios e, nessa circunstância, pulverizando os interesses da burguesia alemã; o que se evidencia precisamente, se compararmos a posição das burguesias que mais se desenvolveram no ocidente europeu. A tese lukacsiana, portanto, assume esta determinação histórica que mostra a mudança de rumo e de perspectivas em face da vitória dos príncipes e senhores feudais, desde as guerras camponesas de 1525 na Alemanha. Assim o território alemão toma a direção de um retrocesso histórico-social, quando se compara com o que ocorreu nos países de via clássica. Surge, pois, um feudalismo modernizado⁹. A consequência da derrota dos camponeses, a perspectiva da destruição do latifúndio feudal e, ao mesmo tempo, o aceno da unificação nacional, teve

“/.../ como resultado da transformação dos grandes senhorios feudais num *absolutismo em miniatura* (sem sua face progressiva, a de servir de protetor da burguesia e ajudá-la em seu fortalecimento) e das formas acentuadas de exploração do campesinato, que

⁸ Poderíamos descrever uma série de fatores estruturais que explicam o “destino trágico”, por exemplo, quando Lukács alude para o problema da mudança radical do comércio em solo alemão, haja vista “os interesses comerciais da Hansa no Mar do Norte e no Mar Báltico não guardavam apenas relação com os interesses das cidades comerciais do sul e do centro da Alemanha. Nestas circunstâncias, tinha que resultar, forçosamente, catastrófico o deslocamento das rotas comerciais como consequência do descobrimento da América e do caminho marítimo para as Índias, que trouxe como resultado a anulação do comércio nesse trânsito por Alemanha”. Cf. Lukács, G. - *El Asalto a la Razón*. Terceira edição: 1972. Tradução de Wenceslao Roces. Barcelona: Grijalbo, 1972, p. 29.

⁹ Em seu alentado estudo *O Homem do Renascimento*, Agnes Heller examina o fenômeno da refeudalização, “um movimento em sentido contrário”, para o caso italiano no seio do desenvolvimento desigual. Em *O Capital*, (Vol. I, tomo II, São Paulo: Nova Cultural, 1985) Marx determina esse processo regressivo: “Na Itália, onde a produção capitalista desenvolveu-se mais cedo, ocorre também mais cedo a dissolução das relações de servidão. O servo é emancipado aqui antes de ter-se assegurado, por prescrição, qualquer direito à base fundiária. Sua emancipação transforma-o, pois, imediatamente num proletário livre como os pássaros, que, porém, já encontra os novos senhores nas cidades, em sua maioria originárias da época de Roma. Quando a revolução do mercado mundial, no final do século XV, destruiu a supremacia comercial do norte da Itália, surgiu um movimento em sentido contrário. Os trabalhadores das cidades foram expulsos em massa para o campo e lá deram à pequena agricultura, exercida sob a forma de jardinagem, impulso nunca visto”. (pág. 263, nota 189)

também na Alemanha provocou uma onda de marginalizados, um vasto setor de expropriados, como no processo da acumulação originária dos países de ocidente, porém sem que destes elementos possam sair os plebeus pré-proletários por falta de manufaturas, o que faz com que essas vidas desterradas sigam sendo vidas de lumpemproletariado, isto é, ‘excelente’ material humano para ser envolvido na soldadesca e no banditismo”. (Lukács: 1972, 30).

Mais ainda: “Alemanha se viu convertida num impotente conglomerado de pequenos Estados formalmente independentes e, como tal, em objeto de botim da política do mundo capitalista¹⁰, das grandes monarquias absolutistas”. (Lukács: 1972, 32).

Desafiando as determinações da totalidade histórica, Lukács acentua que, no plano ideológico, face ao “destino trágico”, não emergiu um movimento humanista radical. Mas débil, não influenciou de modo decisivo na formação de uma consciência nacional consistente. Isto explica, na análise lukacsiana, o predomínio da corrente ideológico-religiosa sobre a vertente racionalista e humanista. O resultado disso é que “ao contrário do calvinismo /.../ na Alemanha, ao se impor o luteranismo, predicou e transfigurou religiosamente a submissão ao absolutismo dos pequenos Estados, dando um fundo espiritual, uma base moral, ao atraso econômico, social e cultural à Alemanha”. (Lukács: 1972, 31).

Nessa onda de misticismo e irracionalismo histórico-social, surge “o fator mais essencial de todos /.../ a psicologia de súdito do alemão médio, inclusive, a do intelectual, o mais presunçoso dele.” (Lukács: 1972, 47). Nasce, assim, aquela *consciência de laçao*, que Engels destacara em seu estudo; a atitude servil que impregna os espíritos religiosos, postura doutrinária que prega a liberdade subjetiva de cada qual, porém, reza, no plano da liberdade exterior, à obediência aos príncipes e poderosos. Daí a gênese história da relação de súdito com o exercício da violência dos autocratas prussianos: “E, como a unidade da nação alemã não se instaurou pela via revolucionária, mas sim ‘pelo alto’, ‘a sangue e ferro’, graças à ‘missão’ dos Hohenzollern e o ‘gênio’ de Bismarck, segundo o mito histórico, este aspecto da psicologia e da moral alemãs se mantiveram intacto”. (Lukács: 1972, 47).

¹⁰ Lukács especifica que “os poderosos Estados nacionais (*Espanha, França, Inglaterra*), a dinastia dos Habsburgos na *Áustria*, de vez em quando, algumas grandes potências incipientes como *Suécia*, transitoriamente, e, desde o século XVIII, a *Rússia* tsarista, dispõem a seu *próprio* capricho acerca dos destinos do povo alemão. E, como *Alemanha* é objetivo da política destes países, e, ao mesmo tempo, um botim útil para eles, procuram todos manter o desmembramento nacional do país”. (Lukács, 1972: 32).

Ora, na raiz dessas determinações está a impossibilidade estrutural da burguesia alemã de se emancipar por uma via democrática, daí, então, seu compromisso de classe, a colaboração subordinada desta classe com a nobreza *junker*, o historicamente novo associado de modo subordinado ao historicamente velho, o que implica as soluções “pelo alto”.

Isto se torna mais concreto quando se contrastam as revoluções democráticas e a instauração da unidade nacional em países como França e Inglaterra, posto que

“facilmente se compreende que - refere Lukács - “ao colocar-se de modo diferente o problema central da revolução democrático-burguesa na Alemanha, [isto] tinha que trazer consigo todo um acúmulo de circunstâncias desfavoráveis. A revolução alemã viu-se obrigada a extrair subitamente instituições que em França, por exemplo, foram minadas e escavadas por vários séculos de lutas de classe; e tinha que instaurar de chofre, da noite para o dia, órgãos e instituições nacionais que na Inglaterra ou na Rússia haviam sido produto de um processo histórico de vários séculos de duração”. (Lukács: 1972, 37).

O fato originário do drama histórico germânico – a guerra dos camponeses ocorrida em 1525 – surge, importa reiterar, do desenlace da luta de classe que fortalece as “monarquias absolutas em miniatura”:

“Já Alexander von Humboldt se deu conta de que este é o ponto de inflexão a partir do qual a evolução alemã embrenhou-se por caminhos tenebrosos. Enquanto que as correspondentes derrotas das grandes sublevações camponesas em França e Inglaterra não cortaram a linha evolutiva progressiva desses países, a derrota campesina produziu na Alemanha uma catástrofe nacional, cujas conseqüências acabaram por ser perceptíveis durante séculos”. (Lukács: 1968, 54).

Esta dispersão e fragmentação cada vez mais acentuada com a vitória dos principados germânicos, foram os obstáculos fundamentais da conquista da unidade nacional. Isto explica a situação desastrosa a que se viu esse conglomerado de absolutismos, postos enquanto territórios de conflitos permanentes e disputas não só internas, mas outrossim externas.

Nesta contextura, a Prússia se constitui num pequeno estado que atuará de modo decisivo na conservação dessa situação, mas também porta aberta à intervenção estrangeira.

Por esta razão, Lukács inferirá que estas condições sociais serão freios e barreiras para a formação de uma cultura nacional progressiva. Isto é,

“Por tudo isso Alemanha entrou muito tardiamente no caminho da moderna transformação da sociedade burguesa, tanto no econômico quanto no político e no cultural. Já se livravam as primeiras grandes batalhas de classe do proletariado no ocidente quando, em 1848, aparecem pela primeira vez para Alemanha, em sua forma concreta, os problemas da revolução burguesa. Por certo que, com exceção de Itália, somente na Alemanha se colocam esses problemas de tal modo que a questão central da revolução burguesa resulta ser a da unidade nacional que ainda haveria de criar”. (Lukács: 1968, 55).

Os dramas históricos que compõem a via prussiana consubstanciam, dessa forma, um modo de ser determinado, uma objetivação particular da modernização capitalista. Reconhecimento que permite dispor, enfim, uma síntese acerca da natureza da burguesia alemã no contexto da via prussiana:

“Em suma, o choque dramático era configurado - e se via previamente abortado - por categorias sociais que viviam o *inacabamento de classe* de seu retardo histórico e de seu desenvolvimento retraído, gerados pelo atraso econômico e determinando sua atrofia política. Uma burguesia de acumulação industrial ainda débil, acovardada diante de um proletariado ideológica e politicamente dependente, abraçara a salvação ‘negociada’ com o absolutismo e a nobreza feudal, enquanto ao proletariado, ainda sem consciência *de si*, restara ficar à extrema-esquerda da burguesia, pressionando sobre o flanco dessa”. (Chasin: 1993, 35).

Todas estas considerações, pois, são vitais para se compreender porque no caminho prussiano – estamos focando a singularidade alemã – “o progresso social e a evolução nacional não se apóiam e empuxem mutuamente, como em França, mas sim que se encontrem em contraposição. Por isso também o desenvolvimento do capitalismo não consegue produzir uma classe burguesa capaz de ser a direção da nação”. (Lukács: 1968, 56).

Em seu ensaio sobre “Questões sobre a noção de via prussiana”, Walquíria Leão Rêgo se pergunta se

“a conciliação consagrou a impotência de um ator político, ou consubstanciou a melhor alternativa de realização dos interesses econômicos da burguesia alemã. Se não, como explicar que essa burguesia, desprovida de grandeza política e moral ao longo de sua história, se transforme entre os anos de 1881 e 1910, um período relativamente curto, na classe dominante nacional economicamente mais poderosa da Europa?” (Rego: 1996, 122-123).

Nessa mesma direção, a autora faz esta seguinte indagação:

“afinal, qual é mesmo o verdadeiro conteúdo do ‘atraso alemão’? Da perspectiva estritamente capitalista, a lógica localista alemã integrou-se de um modo muito particular no dinamismo capitalista europeu, reforçando seu ‘desenvolvimento parcial’ interno e recebendo do exterior um notável impulso de contemporaneização de suas forças produtivas. A industrialização tardia alemã, contraditoriamente, acabou conduzindo o país ao ‘melhor dos mundos possíveis’, fazendo-o chegar no final do século XIX, no momento da unificação, com uma moderna e vigorosa economia industrial. Portanto, o estado nacional alemão ergueu-se sobre bases econômicas modernas”. (Rego: 1996, 115).

Como já expresse e reiterado, sair do atraso não significou barragem e impossibilidade para a Alemanha atingir um posto avançado na concorrência intercapitalista, pois, a partir do processo vitorioso da guerra franco-prussiana, quando os exércitos da Prússia dirigidos por Bismarck e Moltke arrasaram os exércitos franceses, se efetiva a unidade nacional da “pequena Alemanha” com festejos e botas nos salões de Versalhes, para humilhação do povo francês. Dessa maneira, ao enfatizar a cristalização da consciência social antidemocrática, a Alemanha como campeã das ideologias reacionárias¹¹, Lukács fornece contornos precisos sobre o salto qualitativo da modernização alemã. Assim:

“Na seqüência do estabelecimento reacionário da unidade alemã, esse atraso se apresentou ideologicamente sublimado e estilizado, como se precisamente aquela Alemanha estivesse chamada a superar as contradições da democracia moderna em uma ‘unidade superior’. Não é casual que o antidemocratismo se tenha constituído pela

¹¹ Segundo Mannheim (*apud* Cohn, 1979: 10): “Na realidade, a Alemanha fez com a ideologia do conservantismo o que a França fez com o iluminismo. Explorou-a até o limite das suas conclusões lógicas”.

primeira vez como concepção de mundo naquela Alemanha atrasada, nem que no período imperialista a Alemanha tenha ocupado o primeiro lugar na função de produzir ideologias reacionárias. Porém o decisivo é que logo a grande velocidade de desenvolvimento do *capitalismo tardio* na Alemanha fez do *Reich* um estado imperialista de primeira ordem. Um estado imperialista, contudo, cujas possessões coloniais e cujas esferas de interesses mostravam-se desproporcionalmente pequenas, comparadas com sua força e com as pretensões de seu capitalismo. Este é o *fundamento último* de que a Alemanha tenha tentado por duas vezes forçar uma nova divisão do mundo mediante guerras totais”. (Lukács *apud* Chasin, 2000: 51. Grifos nossos).

Há que extrair disso – naquilo que traduz propriamente o esforço lukacsiano, a tendência das determinações estruturais da via prussiana que desemboca no estágio do capitalismo monopolista, isto é, num mundo já partilhado. Nesse sentido, o

“encaminhamento das sobrevivências da ‘miséria alemã’ na direção de um imperialismo especialmente reacionário”, decorre do fato de que, “ao converter-se a Alemanha em uma grande potência capitalista, a divisão colonial do mundo chegava já ao seu fim, o que fazia que a Alemanha imperialista, se queria chegar a adquirir um império colonial afinado com seu poderio econômico, só pudesse fazê-lo por meio da agressão, arrebatando a outros suas colônias. Isto fez nascer na Alemanha um imperialismo especialmente ‘voraz’, agressivo, ávido de butim, que pressionava de um modo veemente e implacável na direção de uma nova divisão das colônias e das esferas de influência”. (Lukács *apud* Chasin: 2000, 52).

É interessante concluir esta breve aproximação à teoria lukacsiana da via prussiana com o esclarecimento de que o “modernismo reacionário”, assim como projeto irracionalista nazista brotam da história da tragédia alemã. Em sua configuração desse fenômeno histórico, fica demarcado o esforço lukacsiano em “compreender a lógica específica do objeto específico”, porque

“Uma conseqüência da *desigualdade do desenvolvimento* é que a humanização cada vez maior da vida produz, do outro lado, formas cada vez mais desenvolvidas de desumanidade. Nunca pude admitir que o horror gerado, por exemplo, pelo fascismo

tenha sido apenas uma espécie de recaída na Idade da Pedra ou qualquer coisa do gênero. *O fascismo é a atrocidade, a desumanidade, de uma forma de capitalismo altamente desenvolvido.* Um fenômeno humano como Eichmann nunca existiu no tempo dos canibais, no qual, acredito, não teria podido surgir um homem em condições de fazer do aniquilamento em massa dos homens uma operação tranqüilamente burocrática. *Trata-se de um produto da época imperialista,* como nunca existiu antes; nem mesmo a Inquisição produziu figuras semelhantes: somente fanáticos e políticos.” (Lukács: 1969, 136).

Em seu conciso e revelador texto sobre Max Weber, *Crítica e Resignação*, Gabriel Cohn, ao tratar do “mundo dividido” germânico, situa historicamente a raiz dos “dilemas insolúveis” e os conteúdos advindos do caráter retardatário da modernização alemã. Vale aqui citar, com o que se sintetiza e remata os argumentos em curso. A Alemanha, assinala com precisão, é

“uma nação bem singular, por sinal. Retardatária no cenário europeu, unificada por Bismarck à custa de numerosos compromissos, *industrializada mas sem uma burguesia capaz de disputar a hegemonia com os grandes senhores rurais,* dotada ao mesmo tempo do mais poderoso e bem organizado (em termos de ação rotineira) movimento operário da Europa. Uma nação cuja visão política se lançava para o Leste e a cultural para o Oeste, como aponta o autor da caracterização da Alemanha como ‘nação retardatária’ e que, citando Nietzsche, vê os alemães como sendo ‘de anteontem e de depois de amanhã, mas não de hoje’ (Plessner: 1974, 54). Enfim, uma nação dividida e defasada, cujo peso na reflexão weberiana só pode ter contribuído para acentuar o caráter da sua trajetória, marcada por *dilemas insolúveis.* Pode-se mesmo adiantar, neste contexto, que não terá sido a presença de um capitalismo moderno na Alemanha que levou Weber a concentrar sua atenção sobre a relação entre a conduta econômica racionalizada em moldes capitalistas e uma ética religiosa de fundo puritano. Muito mais que isso, sua pesquisa serviu-lhe para visualizar por mais um ângulo a singularidade da sua nação, na qual a ética religiosa predominante era de cunho luterano, bem mais congruente com uma postura de *súdito obediente* do que com uma *ação inovadora*, como assinalou o próprio Weber (e, antes dele, Marx).” (COHN: 1979, 8. Grifos nossos).

3. O caso espanhol como via prussiana

A utilização da conceituação de via prussiana também foi utilizada por parte da historiografia espanhola. Vejamos, ainda que de modo breve, as determinações histórico-sociais de mais um caso singular de via não-clássica de objetivação capitalista. As similitudes são reforçadas. O trânsito à modernização também aqui foi considerado em sua particularidade histórica como uma espécie de capitalismo tardio, sinuoso e atípico, como mostram os trabalhos de Josep Fontana y Lázaro, Jordi Nadal, Miquel Izard Llorens, entre outros. Trabalhos que explicam, de certo modo, a configuração dos problemas herdados até os dias que correm, como por exemplo, as lutas autonômicas nas várias regiões da península. O historiador marxista Josep Fontana¹² pontuou essa transição ao “capitalismo verdadeiro” (Marx) como expressão da “via prussiana” porque, ao contrário do processo francês e inglês, não deu acesso efetivo à terra aos camponeses, tampouco integralizou a Revolução Industrial, redundando na forma da “conciliação pelo alto”, com isso, a via espanhola permite ser “/.../ caracterizada por uma solução de compromisso, em virtude da qual a aristocracia latifundiária e o estado controlado por ela outorgam, *pelo alto*, uma reforma que permite adaptar a agricultura às exigências da economia moderna, sem alterar substancialmente a posição das antigas classes dominantes”.¹³

Segundo o historiador Jordi Nadal, em sua principal obra *O fracasso da Revolução Industrial em Espanha (1814-1913)*, este caminho consagra uma estreita “reforma liberal”, portanto, sem os meandros e conseqüências de um autêntico processo revolucionário. Este reformismo pelo alto trouxe as inevitáveis conseqüências sociais do retardo e do pesado legado, que

“outorga a liberdade à pessoa do camponês porém lhe aliena da propriedade da terra, que deveria lhe servir de sustento. Conclusivamente, uma reforma agrária realizada

¹² Este historiador catalão é bastante conhecido entre nós. Além de sua vinda ao encontro da ANPUH, realizado na PUC-SP, em 1998, o autor tem lançado pela Editora da Universidade do Sagrado Coração, de Bauru, várias obras. *História: análise do passado e projeto social* (Bauru: Edusc, 1998), com tradução de Luiz Roncari, figura entre as principais e contém o epílogo intitulado “Reflexões sobre a História, do além do fim da história”. Foram editados também pela mesma editora os panfletos *História depois do fim da História*, em 1998, e a obra *Introdução ao estudo da história geral*, com tradução de Heloísa Reichel, no ano de 2000.

¹³ Cf. FONTANA, J. *Cambio Económico y actitudes políticas*, p. 150.

contra os fracos, a quem não sobra outro recurso que a filiação ao tradicionalismo, a revolta ou a expatriação, e a favor dos poderosos, que confiam a defesa de seus interesses ao novo partido moderado, ‘pai legítimo do que hoje (1915) se denomina *liberal* conservador: isto é, liberal daquele liberalismo que fez ricos a seus sequazes, e conservador por aquilo que interessa conservar’(Senador Gómez, Julio, *Castilla em escombros*. Valladolid, Vda. de Montero, 1915: 25-26).” (Nadal: 1975, 81).

Outro importante historiador catalão, Miquel Izard, em sua obra *Industrialização e Movimento Operário*, determina, por sua vez, que

“A industrialização em Espanha se iniciou – como na maioria dos países europeus – com as transformações que sofreu a elaboração do algodão ao passar da manufatura à indústria moderna. O ‘arranque’ que se anunciou repetidas vezes em Catalunha, desde finais do século XVIII não se consolidou definitivamente até a década de quarenta do século XIX. Por uma série de dificuldades, ligadas mais ou menos estreitamente à *não* formação de um mercado nacional, o processo de industrialização iniciado não teve um desenvolvimento típico (não surgiram outras atividades industriais novas) e a indústria algodoeira ficou isolada num país cuja população, em sua maioria, continuou por um longo tempo vinculada a uma agricultura de subsistência e no qual apenas se ‘transformaram’ as demais atividades do setor secundário”. (Llorens: 1972, 9).

Importa firmar que a industrialização espanhola não culmina, quando de sua expansão, em termos territoriais homogêneos, posto o caráter restrito de seu mercado interno. Por esta razão, se entende à região da Catalunha o setor têxtil, e em Bilbao, no País Basco, a mineração. Pontua Miquel Izard,

“Estas anomalias do desenvolvimento espanhol explicam o que durante o século XIX e boa parte do XX a indústria algodoeira fora a mais importante do país (se bem até a década dos oitenta se iniciou timidamente outro setor localizado, no setor siderúrgico, em Vizcaya) e, portanto, que durante este largo período os trabalhadores do algodão representaram o maior grupo operário industrial da península”. (Llorens: 1972, 9).

Este processo certamente condicionou a questão camponesa, posto que

“A colossal transferência de propriedades do domínio eclesiástico e municipal para o laico e privado não beneficiou os lavradores nem deu lugar ao aparecimento de um campesinato proprietário. Ao contrário, transformou a Espanha num país salpicado de minifúndios improdutivos, robustecendo os latifúndios nas regiões em que, tradicionalmente, haviam se desenvolvido as explorações agrárias de grande extensão – Andaluzia, Estremadura e sul de Castela Nova e Leão –, onde a terra se concentrou nas mãos de um só proprietário e era cultivada por uma legião de diaristas e arrendatários. Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que, para o campesinato, o liberalismo na Espanha significou tão-somente o fim da antiga propriedade comunal da terra, que permitia a utilização coletiva de determinadas porções do solo pelos camponeses, enquanto que para os grandes proprietários, que se tornaram a classe mais poderosa, significou o domínio político e econômico da sociedade espanhola.”¹⁴ (Beiguelman-Messina: 1994, 15).

Pierre Vilar, recentemente falecido, examinou esta questão da montagem da organização produtiva em Espanha sinalizando para a carência de infraestrutura para o deslanche pelas próprias pernas da sua industrialização. Afirmava:

“O equipamento industrial (máquinas, transportes, força motriz) levantou os mesmos problemas. No seio da Europa capitalista, a Espanha girou no círculo vicioso dos países pobres e atrasados: para enriquecer fazia-lhe falta equipar-se; para equipar-se fizera-lhe falta ser rica. Um interessante relatório dos engenheiros de Caminhos, Canais e Portos já o havia constatado, em 1840, a propósito das primeiras concessões ferroviárias: não se podia esperar que a riqueza pública criasse os caminhos de ferro; era preciso criar os caminhos de ferro para fomentar a riqueza pública. Interessante alegação a favor da prioridade do equipamento industrial no circuito econômico. Mas demasiado precoce. As concessões foram para os estrangeiros (principalmente para os Pereire). O Estado não soube senão impor um absurdo geográfico: a rede ferroviária

¹⁴ Beiguelman-Messina esclarece ainda que: “De 1814 a 1855, toda a história da Espanha é pontuada pela retomada e suspensão desses processos de venda de terras, refletindo as oscilações do poder que os liberais desfrutavam junto à Coroa. Entretanto, a crise financeira e econômica do Estado espanhol era tal, que foi impossível para a Coroa interromper o processo de desvinculação e desamortização das propriedades civis, comunais e eclesiásticas. Por isso, esse processo estendeu-se até a instituição da Primeira República na Espanha, em 1873, fortalecendo a estrutura dos grandes latifúndios agrícolas que foram adquiridos pela alta nobreza, clérigos, burguesia financeira e burguesia agrária, consolidando o poder dos grandes proprietários.” (Beiguelman-Messina, 1994: 15)

em estrela tomando Madrid como centro. Mais tarde arruinou-se com os maus ‘caminhos de ferro secundários’. A Espanha sofre ainda as conseqüências desses erros iniciais.” (Vilar: 1992, 81).

Por outro lado, o historiador de origem francesa registra outrossim a germinação de um processo de industrialização centrado em poucas regiões, mantendo-se a fragmentação e dispersão da própria burguesia, o predomínio da vida rural na Extremadura e no sul do país, sem que a catalã possa ameaçar o poder centralizado em Madri, ainda que conte com a melhor equipagem. Vilar salienta que

“Na Catalunha, principalmente, nasceu uma indústria têxtil organicamente pouco concentrada, mas geograficamente solidária com a rede de vias de comunicação comandadas por Barcelona. Catalunha contava com dois milhões de fusos de algodão, cinquenta mil teares de algodão, uma indústria de lanifícios concentrada em duas cidades (Sabadell e Tarrasa), um excelente fabrico e comércio de bonés, malhas e outras miudezas, indústrias variadas de couro, papel, cortiça, impressão e mecânica ligeira. Barcelona passa de 88 000 habitantes, em 1818, para 190.000, em 1860, e para 510.000, em 1897. As indústrias são do tipo médio, com base em capitais familiares e de necessidades bancárias limitadas. Mas estes capitais eram nacionais e esta indústria de *artigos de consumo* quase a única de Espanha, pelo que os catalães entendem encarnar ‘o trabalho nacional’. Como não podiam fazer concorrência à Inglaterra e como as colônias estavam já muito restringidas, o protecionismo converteu-se na sua doutrina, chegando a ser quase uma mística. Um Guell Ferrer ou um Bosch Labrús têm o vigor doutrinal de List. O seu organismo é o Fomento do Trabalho Nacional. Têm imprensa, fazem comícios, ocupam lugar no Parlamento. Denunciam a política madrilenha, o peso da Espanha pobre e reclamam a direção da economia. Mas, contra eles, os conservadores agrários e os liberais anglófilos denunciam o egoísmo industrial catalão. Deste modo, inserem-se no processo de industrialização importantes fatos da política: problemas externos, regionalismo, movimento social.” (Vilar: 1992, 82).

Ao apropriar-se das caracterizações de Pierre Vilar, o autor de *Os Filhos de Caim*, Bronislaw Geremek, contextualizando a necessidade histórica do romance picaresco espanhol, aponta para este parasitismo social e a artimanha social que emana dela, destarte, para o fato da

“A Espanha, recusando-se a praticar as virtudes da nova ordem burguesa – poupança e investimento – desenvolve ao extremo o consumo e a liberalidade: a abundância de comida é um dos elementos que identificam as suas elites sociais; o dispor de uma criadagem e a generosidade são indicadores semelhantes. Quando faltam os meios materiais começa a simulação de um status social: o romance picaresco mostra cavalheiros que distribuem os bens mas por outro lado pedem esmola, cavalheiros com criadagem que entretanto não têm o que comer”. (Geremek, 1995: 199-200) Por estes motivos: “O clima social da Espanha do século XVI favorecia o parasitismo. O mendigo podia contar com a generosidade e com a possibilidade de usufruir as migalhas da fartura de bens de consumo. /.../ Quando a prosperidade se esvai permanecem ainda os seus efeitos sociopsicológicos, já radicados no comportamento coletivo de algumas gerações. Prevalece a aversão pelo trabalho, o país está cheio de vagabundos e mendigos, a profissão plebéia praticada em escala de massa é a de criado doméstico mas a demanda por tal serviço diminui. Na Catalunha esse grupo socialmente marginalizado passa a ser cada vez mais agressivo, levando ao fenômeno de larga escala que foi o banditismo, com uma extensa estrutura de organização, ligações em todos os meios e um total controle sobre as vias terrestres do país inteiro. ‘Quando dom Quixote acorda à sombra de corpos de bandidos enforcados, diz: ‘Suponho que devemos estar perto de Barcelona’ (Cervantes).” (Geremek: 1995, 200).

Esta especificidade do caso espanhol, uma história singularíssima, após a sua hegemonia como potência imperial do capitalismo nascente e o posterior declínio com a perda de suas colônias, faz com que a sua burguesia tenha um acentuado perfil parasitário, posto que, é pertinente ainda apor,

“A participação da Espanha na expansão que caracteriza a vida econômica do Ocidente é apenas superficial; sua colonização ultramarina tem caráter feudal, desfruta de modo absolutamente consumista o afluxo das riquezas do Novo Mundo, sem promover investimentos no sentido moderno da palavra. Por trás da eficiente atividade da burguesia castelhana do século XVI nota-se sempre a força da iniciativa das grandes empresas genovesas. As mudanças estruturais da aldeia espanhola são insignificantes. A onda de riquezas provenientes do outro lado do oceano permite gastar muito, desenvolver a importação de mercadorias de todas as partes da Europa e do mundo e ao mesmo tempo produzir pouco. Um traço fundamental da vida

espanhola passa a ser o parasitismo, que se acompanha do desprezo pelo esforço produtivo”. (Geremek: 1995, 199).

Segundo Gabriel Jackson, os acontecimentos revolucionários de 1917 desvelaram em solo espanhol, outrossim, as marcas da impotência social de sua classe burguesa, pois, com as greves e manifestações de massa, impeliram a reação a buscar a intervenção da *manu militari* para salvar a monarquia. É fácil constatar a ausência de um processo revolucionário na refundação da República em 1931, uma vez que a Primeira República, no século dezenove, foi efêmera e com a crise econômico-social, entronizou-se com o apoio monárquico a ditadura militar de Primo de Rivera (1923-1930). E com as palavras deste historiador fecha-se o rápido digresso espanhol:

“A Segunda República tornou-se inevitável, mais pela bancarrota da monarquia do que pela força de um movimento republicano”, diz Jackson e, “/.../ Quando a depressão mundial abalou a Espanha, pelos fins de 1929, o rei despediu Primo de Rivera e esforçou-se em vão por arranjar um ditador que o substituísse. Em 17 de agosto de 1930, numerosas personalidades políticas assinaram, em San Sebastián um pacto político que já anuncia, de certo modo, a Segunda República. Nesse documento concorda-se no estabelecimento do regime republicano, se necessário pela força, garante-se a liberdade religiosa e política e defende-se a realização de eleições para umas Cortes Constituintes e a permissão de as regiões que o desejassem organizarem estatutos de autonomia e de os submeterem à aprovação das Cortes”. (Jackson: 1973, 43).

4. Gramsci e a caracterização da via italiana como revolução passiva

Um dos maiores historiadores da Revolução Francesa, Albert Soboul, atentou para as especificidades e conformações particulares dos processos revolucionários e contra-revolucionários no mundo europeu ocidental e oriental, buscando distinguir os contrastes sociais advindos dos conflitos, tensões, mas não somente. Reconhece e aponta também as conciliações, os compromissos e alianças de classe, face ao desenvolvimento desigual e

combinado. Refletindo sobre as contribuições do autor de *Cadernos do Cárcere* para o caso italiano, Soboul escreve que

“Em um de seus planos de trabalho, na prisão, Gramsci anotava este tema de reflexão: ‘A ausência de jacobinismo no *Risorgimento*’. Definindo o jacobinismo, em particular, pela aliança da burguesia revolucionária com as massas camponesas, Gramsci sublinhava em vista disso que o *Risorgimento*, revolução burguesa, não constituía uma revolução tão radical quanto, graças aos jacobinos, a Revolução Francesa; era ainda colocar o problema do conteúdo econômico e social de uma e do outro. O *Risorgimento*, na medida em que ‘frustrou’, na expressão de Gramsci, sua revolução popular e, particularmente, camponesa, se afasta da *revolução burguesa de tipo clássico* cujo modelo é representado pela Revolução Francesa. Essa recusa da burguesia italiana de aliar-se, na época da unificação, ao campesinato, aliança revolucionária por excelência, o *compromisso* que, em consequência, o dividiu, na realização da unidade nacional, entre aristocracia feudal e burguesia capitalista, forçaram-nos a procurar suas origens meio século atrás, nas soluções então fornecidas ao problema agrário. Pelas reformas que, no fim do século XVIII e no início do XIX, particularmente sob a ocupação francesa, mas de maneira diversa segundo as regiões, precederam a Unidade italiana, o regime senhorial foi abolido, mas nem por isso deixava de subsistir na sociedade italiana moderna uma grande propriedade fundiária aristocrática. No momento em que, em consequência da Revolução, o campesinato francês se dissociava irremediavelmente, a massa camponesa italiana permanecia na condição do trabalhador agrícola preso à terra ou do meeiro tradicional: os antigos laços de dependência persistiram. Na França, a burguesia revolucionária tinha afinal sustentado a luta do campesinato contra a feudalidade e mantido tal aliança até sua liquidação: na Itália, face à massa camponesa, soldou-se o bloco da aristocracia fundiária e da burguesia capitalista. (Soboul: 1989, 106-107).

Assim como a burguesia alemã, a italiana, temerosa da sublevação da classe trabalhadora, não promove, no momento de sua constituição nacional, uma aliança com as massas do campo em face do compromisso de classe com o historicamente velho.

“A unidade italiana conserva a subordinação da massa camponesa ao sistema oligárquico dos grandes proprietários e da alta burguesia, com base numa propriedade

fundiária de tipo aristocrático. Para os liberais moderados, artesãos dessa unidade, e, antes dos mais, Cavour, cujo nome por si só simboliza essa comunidade de interesses, não se podia admitir a *via revolucionária* francesa: a sublevação das massas camponesas teria feito perigar sua dominação política.” (Soboul: 1989, 107).

Soboul reitera as análises gramscianas para o caso italiano se referindo ao caso clássico francês, uma vez que

“As conseqüências disto foram importantes na formação do capitalismo italiano. Não se constituiu na Itália, diversamente do que ocorreu na França, uma ampla camada de proprietários livres e independentes, a produzir para o mercado; continuou a prevalecer a renda *in natura* e persistiu a dependência da produção em relação ao mercado e ao ganho comercial. Caracterizou-se desta forma a *via italiana* de passagem ao capitalismo: via de transição que mantém a subordinação do capital industrial ao capital comercial, *via de compromisso* que chega a um capitalismo oligárquico de tendências monopolistas.” (Soboul: 1989, 107).

O historiador francês especifica também outro caso de similitude histórica, centrando na experiência japonesa, na qual as famílias imperiais se modernizam e conservam os seus poderes promovendo uma modernização conservadora.

“Para tomar um exemplo fora da Europa”, escreve Soboul, “a Revolução de Meiji constitui, também, para o Japão, o ponto de partida da formação da sociedade capitalista, situando-se por aí na linha fundamental da Revolução Francesa. Começada em 1867, ela conseguiu, após uma dezena de anos de distúrbios, a dissolução do antigo regime feudal e senhorial e a modernização do Estado. As forças externas não teriam podido modernizar a sociedade japonesa se a evolução econômica interna não tivesse tendido para o mesmo resultado: noutros termos, o sistema de produção capitalista já estava em gestação na economia feudal do Japão. A especificidade da Revolução de Meiji tende em particular para esta convergência de uma evolução interna e de pressões externas. (Soboul: 1989, 107).

Em contraposição ao caso francês, e mesmo no que diz respeito às figuras do *yeomanry* e o *junker*, o Japão desconhece a típica categoria de pequenos proprietários livres no campo, os direitos feudais foram abolidos com o pagamento de indenizações, sendo que os

camponeses japoneses tiveram de arcar com impostos fundiários em dinheiro e, com isso, não puderam comprar terras. Logo, analisando sob o prisma da “Revolução passiva”, Albert Soboul atenta para o fato de que no Japão o campesinato ficou preso nas malhas dos proprietários modernos e da arcaica oligarquia agrária:

“a nova sociedade capitalista salvaguardou o essencial das relações feudais de produção. Explica-se desta arte as circunstâncias da abertura do país sob a pressão da ajuda estrangeira, o fato de a Revolução de Meiji ter chegado à formação de uma monarquia absolutista e oligárquica: diferentemente da Revolução Francesa que destruiu o Estado absolutista e permitiu a instalação de uma sociedade democrática burguesa”. (Soboul: 1989, 109).

Takahashi, estudando o “atraso japonês” em seu trânsito à modernidade, confirma que “a Revolução de Meiji e suas reformas agrárias não tinham cumprido a tarefa histórica da revolução burguesa de suprimir as relações econômicas e sociais feudais.” (Takahashi *apud* Soboul, 1989: 110).

Na mesma linha interpretativa, Barrington Moore Jr. buscou determinar nas transições “pela via reacionária” a explicação para a perpetuação de um modo determinado de viver das massas e a violenta exploração a que estavam submetidas, assim como entender a violência desmedida das formas estatais. Ao tratar dessa rota particular, acentua que o capital se enraíza na agricultura e na indústria transformando esses países em países industriais, porém, “sem um movimento revolucionário popular”. Segundo este autor:

“As tendências havidas neste sentido foram fracas, muito mais fracas no Japão do que na Alemanha, e em ambos os casos foram desencaminhadas e esmagadas. Embora não fossem a única causa, as condições agrárias e os tipos específicos de transformação capitalista que se verificaram na zona rural contribuíram muito fortemente para essas derrotas e para o enfraquecimento por trás de cada impulso no sentido das formas democráticas ocidentais”. (Moore Jr.: 1975, 499).

Estas formações sociais são determinadas por meio da expressão “modernização conservadora”. Uma das características dela reside na intercooperação dos setores reacionários e no poder crescente do militarismo. O autor destaca a constante tentativa de arregimentação de “elementos reacionários” extraídos dos segmentos proprietários. Assevera:

“A princípio”, esclarece Moore Jr., “o Japão teve de suprimir uma rebelião autêntica, a revolta de Satsuma, para controlar esses elementos. Os reacionários podem sempre apresentar o argumento plausível de que os governantes modernizadores fazem mudanças e concessões que apenas despertam os apetites das classes inferiores e trazem revoluções. De modo semelhante, os governantes devem poder usar ou construir uma máquina burocrática suficientemente poderosa, *incluindo instituições* de repressão, os militares e a polícia /.../ para se libertarem da influência, na sociedade, de pressões extremas reacionárias e populares ou radicais. /.../ No conjunto, um governo conservador forte tem vantagens nítidas. Pode encorajar e controlar o desenvolvimento econômico, simultaneamente. Pode ocupar-se de que as classes inferiores, que pagam os custos de todas as formas de modernização, não causem muitos problemas. Mas a Alemanha e, ainda mais, o Japão estavam a tentar resolver um problema que era inerentemente insolúvel, modernizar sem alterar as estruturas sociais. A única saída desse dilema era o militarismo que uniu as classes superiores”. (Moore Jr., 1974: 508)

5. “Uma via prussiana à brasileira?”

O domínio da produção gramsciana assim como o exílio de Carlos Nelson Coutinho em solo italiano, ensejou o empréstimo de suas categorias à nossa lógica histórica, de sorte que no marxismo brasileiro, à teoria lukacsiana da “via prussiana” veio se somar a teoria da “revolução passiva”. Coutinho, quando examina a riqueza da produção literária de Graciliano Ramos à luz das reflexões de Lukács sobre a via prussiana e seus ecos culturais, já se diferenciava da visão da *terceira internacional*, mecanicista e indiferente frente às determinações histórico-concretas da realidade latino-americana e asiática, como convinha ao dogmatismo stalinista. Segundo Coutinho, na perspectiva da esquerda pecebista e de suas dissidências,

“O Brasil era visto como uma formação social ‘atrasada’, semicolonial e semifeudal, que teria necessidade – para superar suas contradições e encontrar o caminho do progresso social – de uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’. Foi essa, pelo menos desde os anos 30, a posição do Partido Comunista

Brasileiro. Mas também os grupos que, a partir da ditadura implantada em 1964, romperam com a política do PCB, escolhendo o caminho da luta armada sob a influência ideológica e política do maoísmo e/ou do ‘foquismo’, mantiveram-se, em sua maioria, vinculados a essa mesma colocação geral.” (Coutinho: 1999, 194).

Em comparação com as vias “francesa” e “russa”, aqui se desenvolvia uma forma social que excluía in limine a participação popular, ao que se somava a existência de uma burguesia historicamente não radical quanto à sua extração humanista ou iluminista. De modo que esta ausência de movimentos revolucionários, no Brasil,

“Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular”. (Coutinho:1974, 3).

Como território colonial, a nossa realidade partia de uma *subordinação formal do trabalho ao capital*, assentava-se sob relações sociais escravistas, destarte, conserva estruturas sociais arcaicas, o que conduzia a “modernização conservadora”. Há em nossa história, pois, uma lógica de conciliação entre o velho e o historicamente novo. Na síntese de Coutinho:

“No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária - o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático - contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada”. (Coutinho:1967, 142).

Principal difusor das teses eurocomunistas, que se centram na teoria da democracia como valor universal¹⁵, Coutinho passa a propor “uma estratégia *democrática* para a luta pelo socialismo no Brasil”. Suas reflexões tentavam rebater a visão de que o país conheceria sua modernização por meio da revolução democrática, de acordo com o molde jacobino, que apostava em uma “burguesia revolucionária” sustentada por massas populares a completar o capitalismo. Contrariamente à visão terceiro-internacionalista, Coutinho afirma que

“o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do País. Por um lado, gradualmente e ‘pelo alto’, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado”. (Coutinho: 1999, 196).

Dessa maneira, na constituição do nosso capital industrial, todas as transformações políticas brasileiras se operaram a partir de soluções “pelo alto”, sem a intervenção das massas, gerando forte conteúdo elitista. Coutinho observa que as insuficiências teóricas da “via prussiana”, nos termos leninistas, se consubstanciavam no sentido de que esta operava exclusivamente na esfera econômica; daí sua orientação à reflexão gramsciana, ao conceito de “revolução passiva” ou “revolução-restauração”. Nas palavras do autor:

¹⁵ O momento da afirmação histórica da “via italiana ao socialismo” do PCI se dá quando Berlinguer afronta os comunistas num Congresso em Moscou, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro em 1977: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”. (Berlinguer *apud* Coutinho, 1980, 20).

“o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Portanto, não é por acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de ‘via prussiana’ são quase sempre complementadas pela noção gramsciana de ‘revolução passiva’.” (Coutinho: 1999, 197).

Após a anistia de agosto de 1979, no bojo da auto-reforma da autocracia burguesa, Carlos Nelson Coutinho tenta demarcar sua posição política no movimento socialista transplantando a teoria da via prussiana para o caso brasileiro. No ano seguinte, com a publicação de seu ensaio “A teoria da democracia como valor universal”, Coutinho escreve:

“No plano econômico, pode-se observar que o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial como todos os países de industrialização tardia (e, no Brasil, podemos mesmo falar em *hipertardia*), o capitalismo brasileiro experimentou um processo de monopolização precoce”. (Coutinho: 1980, 100).

Tais perspectivas e ordenações teóricas plasmam alguns traços das formas de objetivação constituição do capitalismo no Brasil, que desconhecerá a revolução democrática propriamente dita. Em *Literatura e Humanismo*, escrita em 1967, Coutinho já operava com a reflexão lukacsiana sobre as relações entre cultura e via prussiana, a fim de compreender o nosso “intimismo à sombra do poder” e a cooptação burguesa dos intelectuais brasileiros. O recurso às formulações de Gramsci se deve ao fato de que o principal teórico do PCI tentava compreender as especificidades do *Risorgimento*, da constituição nacional italiana, o papel do Estado moderno, o trânsito para a fase monopolista e, além disso, o próprio fascismo é lido como “revolução passiva”. Afirmar Coutinho:

“Deve-se sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes). É assim que Gramsci afirma que a revolução passiva manifesta ‘o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o outro fato de que o

desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, desorganizado, das massas populares, mediante *restaurações* que acolheram uma certa parcela das exigências provenientes de baixo: trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’, ou ‘revoluções-restaurações’, ou ainda ‘revoluções passivas’. O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas”. (Coutinho: 1999, 198-9).

Coutinho também ressalta o fato de Gramsci apontar para as alterações “moleculares” no interior do “transformismo pelo alto”, que alteram a composição das classes sociais, pois, segundo o filósofo italiano, “Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e isso pode ser documentado no caso do *risorgimento* italiano) o critério interpretativo das *modificações moleculares* que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações”. Em que pese o grau de abstração dessa colocação gramsciana, Coutinho tenta mostrar como em nossa realidade histórica, estas “restaurações” trazem progressividade ainda que “pelo alto”, uma vez que as transformações em resposta a “reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em ‘restaurações’ que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais”. (Gramsci *apud* Coutinho: 1999, 199).

Outra consideração que ele faz por empréstimo às concepções do autor de *Cadernos do Cárcere*, é a de que o conceito de revolução passiva permite pensar a passagem da fase concorrencial à do capitalismo monopolista, no caso italiano, pois,

“/.../ mediante a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento ‘plano de produção’, ou seja, teriam sido acentuadas a socialização e a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais”. (Gramsci *apud* Coutinho: 1999, 201).

Ao aproximar o fascismo italiano e o regime militar brasileiro, Coutinho está operando no âmbito político, o que implicará a alternativa de instauração da democracia liberal, como ocorrera na Itália com a derrubada da ditadura do capital monopolista italiano. Em nosso país, dirá Coutinho:

“O regime militar-tecnocrático conseguiu conquistar, em alguns momentos, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. E conseguiu isso precisamente na medida em que se fez protagonista dessa obra de modernização, ainda que se tenha tratado de uma modernização que, ao mesmo tempo, conservou e reproduziu elementos de ‘atraso’. Ou seja: obteve consenso na medida em que assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964. Ocorreu assim, no caso da ditadura brasileira, algo semelhante ao que Gramsci indicou como próprio do fascismo italiano: ‘O que importa política e ideologicamente – diz ele – é que (o modelo de modernização fascista) pôde ter e realmente teve a virtude de criar um período de expectativa e de esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, por conseguinte, pôde manter o sistema econômico e as forças de coerção civil e militar à disposição das classes dirigentes tradicionais’.” (Coutinho: 1999, 202).

Coutinho, assim, se aproxima da caracterização gramsciana de uma “ditadura sem hegemonia”¹⁶, demonstrando que

“/.../ no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até recentemente, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares.” (Coutinho: 1999, 204-5).

Da mesma forma que para a via italiana, aqui também as frações das classes dominantes sempre se revezaram na função hegemônica, todavia sem obter o consenso com os “de baixo”, com as massas populares. Como determina Coutinho, com o que se arremata este momento do exame desta problemática teórica. No Brasil, afirma,

¹⁶ Essa conceituação é explicitada nos termos de Antonio Gramsci: “É um dos casos em que esses grupos têm a função de ‘domínio’ e não de ‘direção’: *ditadura sem hegemonia*. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não deste sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicalizá-lo, etc., segundo o modelo Jacobino.” (Gramsci *apud* Coutinho, 1999, 204).

“preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas – e, ao qual coube a tarefa de ‘controlar’ e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. Mas essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua ‘revolução’: fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva, que tomou entre nós a forma - para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes - de uma ‘contra-revolução prolongada’, que é outro modo de dizer ‘ditadura sem hegemonia’.” (Coutinho: 1999, 204-5).

6. “Miséria brasileira” ou via colonial de objetivação capitalista

Walquíria Leão Rego, e através de sua pena inicia-se este item, estabelece uma questão teórica pertinente, em função do receio de um formalismo excessivo que parece ingênuo à elaboração de Carlos Nelson Coutinho, caso as teorias da “via prussiana” e da “revolução-restauração” se vissem transformadas em paradigmas formais. Assim dispõe:

“Qual o sentido explicativo de nomear a via brasileira de passagem ao capitalismo de ‘via prussiana’?” Posta a pergunta, a autora se propõe a resolução do questionamento: “É claro que se deve reconhecer no uso dessa expressão a mesma ‘intenção básica’ que reside na tentativa de apreender a singularidade da experiência brasileira. Além do mais, a utilização do ‘paradigma prussiano’ conformou um capítulo fecundo na história do marxismo brasileiro, na medida em que se tentava dar conta de uma exigência imanente do corpo teórico marxista, a de historicizar nosso caminho à modernidade burguesa. Esta historicidade só tem sua inteligibilidade garantida se recomposta nos nexos causais internos e externos que levaram à formação do nosso padrão de desenvolvimento capitalista. Desse modo, é imperativo proceder à demonstração de nossa dinâmica endógena, sem perder de vista, é claro, a articulação com o movimento geral do capitalismo mundial. Exatamente por isto, talvez nossas semelhanças com o caso alemão de ‘modernização pelo alto’ localizem-se apenas no plano formal, porque, no que diz respeito aos conteúdos históricos da transição, diferenças são muito mais profundas do que semelhanças formais.” (Rego: 1996, 121).

Estas reflexões sobre a “miséria alemã” e a “via prussiana” não significam, pois, *per se*, a sua transformação em modelo teórico para o caso brasileiro, o que significaria tomar – como isso se fosse possível – os mesmos conteúdos sociais, as mesmas formas e situações concretas. Marx funda a determinação de que: “Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através de comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes” (Marx, 1974: 110), isto é, uma universalidade que não pode ser imediatamente tomada um *concreto categorial*, e, então, mecanicamente transposto a fenômenos que são, reciprocamente, distintos e singulares. Nas páginas da *A Ideologia Alemã*, ao refletir sobre as abstrações extraídas de “como” e “o que” os indivíduos fazem nas tramas específicas da existência social, considera:

“Cessam as frases da consciência, o seu lugar tem que ser ocupado por saber efetivo. A filosofia autônoma perde o seu médium de existência com a exposição da realidade efetiva. Na melhor das hipóteses ela pode dar lugar a um resumo dos resultados mais gerais que se deixam abstrair da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações não têm de maneira alguma valor por si, separadas da história efetiva. Elas apenas podem servir para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a seqüência dos seus extratos isolados. Mas de maneira alguma dão, assim como a filosofia, uma receita ou esquema segundo o qual as épocas históricas possam ser ajustadas”. (Marx & Engels: 1983, 194).

Nesse sentido, o caminho alemão, assim como o italiano, o japonês, são *formas típicas* da *via prussiana*, portanto, se configuram “como particular contrastante aos casos clássicos”, pois, como esclarece José Chasin,

“clássicos, acima de tudo, porque mais coerentes, mais congruentes ou consentâneos, no nível de sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas partes fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como racional, no nível da máxima racionalidade historicamente possível.” (Chasin: 1977, 154).

Destarte, no desenvolvimento desigual das formas de sociabilidade capitalista, sem eliminar a contradição fundante no interior das relações de expropriação e exploração, umas experimentarão formas mais civilizadas que outras. O que depende, está claro, do modo como

as classes enfrentam e resolvem os dilemas sociais. Daí, a caracterização chasiniana segundo a qual a modernização brasileira em sua atualização permanente do arcaico faz do Brasil um país contemporâneo sem ser coetâneo.

Certamente, o intento chasiniano foi o de combater a aplicação de esquemas, doutrinas, modelos ideais como mediação às determinações categoriais. É precisamente nesta contextura que se pode captar o sentido de fundo da seguinte reflexão de Chasin, que se volta à questão brasileira. Reflexiona: “a nação é intermitentemente cosmopolita, sem nunca ter deixado de ser provinciana, e os brasileiros são internacionais, sem nunca terem sido nacionais.” (Chasin: 2000, 220). Na comparação entre os dois casos de modernização, que perfazem *distintos* “conjuntos complexos”, caminhos específicos, o autor expõe suas diferenças históricas:

“...tanto no Brasil, quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o ‘reformismo pelo alto’ caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social”. Do mesmo modo, quanto ao desenvolvimento das forças produtivas, à dinâmica da acumulação pelo domínio do capital industrial: “nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento e a implantação e progressão da indústria, isto é, do ‘verdadeiro capitalismo’, como distinguia Marx, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas”. (Chasin: 1977,155).

Em síntese, num e noutro caso, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que “*o novo paga alto tributo ao velho.*” (Chasin: 1977, 155).

Trata-se, assim, de capturar a entificação do ser e ir sendo capitalismo em suas especificidades, ou seja, formas singulares que podem ser identificáveis por meio de um processo de reprodução mental, de *abstrações razoáveis*, “sob um mesmo particular, que antes os separa dos casos clássicos, do que os identifica entre si. /.../ Observação que nos conduz, portanto, à constatação não mais apenas de uma única forma particular de constituição não

clássica do capitalismo, mas a mais de uma. No caso concreto, cremos que se está perfeitamente autorizado a identificar duas, de tal sorte que temos, acolhíveis sob *o universal das formas não clássicas* de objetivação do capitalismo, a forma particular do *caminho prussiano*, e *um outro particular*, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada) de extração colonial”. (Chasin, 1977: 156) Por isso, o exame da lógica da particularidade acentua a diferença histórica sobre o “retardo histórico” de sua constituição industrial moderna, a herança do latifúndio, a natureza das próprias categorias sociais, que sofreram problemas de *inacabamento*, como as burguesias alemã e brasileira. Enquanto que, no caso alemão, a burguesia alcança, num determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas materiais, num processo acelerado, a fase do capitalismo monopolista desenvolvido, no caso brasileiro,

“A particularidade da via colonial /.../ engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou a faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. /.../ Em síntese, a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo”. (Chasin, 1980:128-9)

Por outro lado, e posto complementarmente, o chegar atrasado de modo hipertardio engendra a seguinte orgânica de poder e dominação:

“Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é, sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim chamada *evolução nacional*”. (Chasin: 1989, 49).

Há que examinar que o poder do capital atrofico em nossa formação oscilou entre duas formas de uma mesma dominação. José Chasin foi mais longe ainda ao examinar, ao longo de nossa história republicana, a processualidade da dominação burguesa:

“/.../ Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o *bonapartismo* é sua forma em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela *via colonial*, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre *diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada*, como toda a nossa história republicana evidencia”. (Chasin, 1982: 11. Grifos nossos)¹⁷

A exposição, de saída, de toda esta malha teórico categorial se justifica, é preciso firmar, para os fins de nossa pesquisa. Importa-nos, estruturalmente, a compreensão dessas “diferenças específicas”, pois estas abrem caminho à caracterização histórica da burguesia brasileira, em especial a industrial, então, à intelecção da práxis nacionalista do empresário José Ermírio de Moraes.

Nesse sentido, uma relevante contribuição para a caracterização de nossa burguesia a partir do reconhecimento das contradições e desdobramentos da dinâmica das formas de produção e apropriação das riquezas, assim como as formas autocráticas da dominação burguesa no Brasil, foram alinhavadas, é necessário ainda pontuar, por Florestan Fernandes. No mesmo diapasão de Fernando Henrique – especialmente no trabalho pioneiro deste sobre os empresários industriais (elaborado na década de 60), assim como em uma série de ensaios em que este intelectual especifica a nossa dependência estrutural, o momento histórico da internacionalização de nossa economia e a incompletude da burguesia no capitalismo dependente –, Florestan especifica a particularidade histórica de nossos proprietários. Assim concebe:

¹⁷ Ou seja, Chasin apontou que a dominação capitalista no Brasil se efetiva através de dois pólos, i.é, “da imposição de classe velada ou semivelada à truculência de classe manifesta”, e ressalta a impossibilidade da hegemonia burguesa realizar-se “no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal”. (Chasin, 1982: 11)

“/.../ uma burguesia que teve uma de suas raízes nonexo estrutural entre a escravidão e a acumulação primitiva de capital, que tem de recorrer ainda hoje a certas modalidades pré-capitalistas de acumulação e que não rompeu (e nunca tentou decisivamente romper), com os laços visíveis e invisíveis da dominação indireta (por via do mercado mundial ou, mais tarde, da internacionalização das formas de produção) não produz socialmente, dentro e através de suas situações de classe, o impulso coletivo para as grandes reformas (ou revoluções encadeadas) que colocam o desenvolvimento do capitalismo no clímax da história das civilizações. Mesmo que esse impulso se configurasse, psicológica, cultural e socialmente, ela não contaria com base material suficiente para convertê-lo em realidade. Trata-se uma coisa velha”. (Fernandes: 1982, 108).

Na seqüência, Florestan critica o ultraegoísmo e tibieza deste setor social e da rala representação das categorias subalternas no mundo burguês. Afirma:

“No fundo, prevalecia a tendência a privilegiar a posição dominante da classe e a converter a Nação como um todo (e com ela as classes subalternas) em meros instrumentos de tal privilegiamento. O desenvolvimento capitalista atingiu vários marcos, pelo pólo interno e pelo pólo externo. As opções históricas das classes burguesas, no entanto, não marchavam à frente das grandes reformas burguesas (também designadas como ‘revoluções’, como a reforma agrária, a revolução urbana, a revolução industrial, etc.) O conformismo adaptativo impediu, inclusive, que a revolução nacional e a revolução democrática se desenrolassem nos limites do capitalismo e da sociedade burguesa. A idéia de conciliação prevaleceu sobre todas as iniciativas das classes burguesas e as sucessivas conciliações não conduziram a estas reformas de tipo capitalista, porque conciliação e reforma fechavam-se e aniquilavam-se no circuito burguês das classes dominantes.” (Fernandes: 1982, 108-109).

Ora, a experiência histórica demonstra que a “conciliação pelo alto” se apresentou aqui como uma das alternativas no campo de possíveis que a burguesia podia abraçar. Mas, ao se “optar pela ordem”, a marca da exclusão social ficaria colada aos nossos proprietários, a seu intrínseco *modus faciendi*. Ainda nas palavras de Florestan Fernandes:

“A impulsão ‘conciliadora’ não se volta para baixo. A pressão crescente das massas populares das cidades e do campo ou a eclosão de um novo movimento sindical e de um protesto operário mais articulado servem como fatores de compensação da debilidade burguesa. Os estratos estratégicos das classes burguesas e suas elites voltam-se para o pacto social, que no Brasil sempre significou manter uma sólida dominação de classe burguesa e uma invulnerável subalternização das massas anômicas, das classes trabalhadoras e da pequena burguesia como as duas faces de uma mesma moeda. O que quer dizer que se delineia um período de dura aprendizagem para as classes burguesas, pois o desenvolvimento capitalista alcançou o ponto de não retorno, no qual o pólo operário passa a movimentar a luta de classes para fins crescentemente políticos e a burguesia tem de ‘conciliar’, goste ou não goste, na área dos ‘interesses antagônicos’ e do ‘inimigo interno’.” (Florestan: 1982, 109-110).

O desenvolvimento do capitalismo monopolista subordinado à lógica do capital financeiro internacional foi estendendo sua orgânica em nosso território e se consolidando no fluxo dos anos 50, dando forma àquilo que Florestan Fernandes denominou de “capitalismo selvagem”. O sociólogo, decerto, sabia que todo capitalismo é “selvagem”, na medida em que se reproduz pela extração de mais-valia (mais trabalho não pago). Todavia, com tal adjetivação, ele entrevia a especificidade de nosso capitalismo: “Na periferia, essa transição torna-se muito mais *selvagem* que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre *democracia*, *capitalismo* e *autodeterminação*”. (Fernandes: 1981, 254). Mais ainda: a lógica e procedimento da burguesia brasileira - em consonância com a necessidade de manter sua dominação autocrática e compartilhar poder com o capital imperialista - se objetivavam no sentido de fazer valer

“/.../ em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia. ‘Sem estabilidade política, não há *cooperação econômica*’, eis a nova norma ideal do comportamento econômico ‘racional’, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham a ‘casa em ordem’, para que pudessem contar com a viabilidade do ‘desenvolvimento com associação’.” (Fernandes: 1981, 254).

Florestan especifica que, a partir dos anos 50 ocorre, como processo irreversível, uma segunda tendência de evolução do capitalismo monopolista, que se incorpora ao capital em plano mundial, numa associação subordinada. Trata-se, da inserção brasileira enquanto país periférico.

Por sua vez, em sua obra clássica sobre o empresariado nacional, Cardoso é o primeiro a examinar os efeitos da “internacionalização da economia nacional” e a “opção pela ordem” de nossos proprietários, o que significa outrossim renúncia à hegemonia política, com o que se tornam caudatários dos grandes grupos monopólicos. De modo que, em função desta situação orgânica, posta em dependência estrutural do exterior, “nunca chega a completar-se no Brasil o que se poderia chamar de ‘revolução burguesa’.” (Cardoso: 1972, 188). E ainda dirá o autor:

“A idéia de dependência estrutural vai salientar, precisamente, que esses fenômenos se dão num contexto social e político em que as solidariedades, as alianças entre os grupos e os sistemas normativos por eles compartilhados começam a redefinir-se em função do novo corte estrutural significativo: pertencer ou não ao setor internacionalizado da economia nacional”. (Cardoso: 1978, 178).

De sorte que Cardoso assinala o adstringido campo de possíveis a que a burguesia nacional dos países dependentes pode vislumbrar, pois, a sua “revolução”, escreve,

“consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente. Lutando, naturalmente, para obter o máximo proveito possível. Mas limitada por um processo objetivo: *a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa*”. (Cardoso: 1993, 71).

O golpe de 1964, nesse sentido, potencializou esta forma de desenvolvimento econômico posto sob o pulso de uma subordinação estrutural, pulso que os demiurgos do bonapartismo militar tomam a seu favor. Isto é,

“/.../ aproveitando-se das condições externas favoráveis, uma vez que a expansão do capitalismo mundial oferecia possibilidades de industrialização na periferia,

promoverão uma nova fase de acumulação no país. Para isso, o movimento de 64 rearticula o sistema de alianças, rompendo com a orientação nacionalista que sobrevivera no governo JK, embora este já tivesse implantado um novo padrão de acumulação, baseado na associação entre burguesia nacional e estrangeira e Estado. Ao mesmo tempo, destroça as organizações políticas da classe trabalhadora, que durante o período ‘populista’ tinham conseguido reduzir os efeitos negativos que aquela acumulação exercia sobre os seus salários, e promove políticas de contenção salarial”. (Sobrinho: 2003, 47).

Orientando-se, pois, segundo a lógica da apropriação dual da mais-valia, as migalhas ficam para a burguesia brasileira, o parceiro menor, ocorrendo uma verdadeira indução em nosso desenvolvimento a partir de fora, e, com isso, são drenados os excedentes na forma de matérias-primas, num primeiro momento da divisão internacional do trabalho; mais tarde, na forma de matérias-primas e manufaturados, reforçando a própria lógica desse padrão de desenvolvimento, com repatriação do capital na forma-dinheiro. Como sustenta Francisco de Oliveira: redeseñava-se a divisão internacional do trabalho,

“/.../ agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas *versus* produtores de manufaturados para produtores de manufaturas de consumo *versus* produtores de manufaturas de bens de produção”. (Oliveira:1977, 83).

Movido, precisamente, por esta lógica ingênita ao tecido social, Florestan Fernandes, em sintonia com seu feito interno, é então incisivo:

“O capitalismo selvagem revela-se um modo de ser arraigado, que bloqueia uma parcela considerável das ‘classes dirigentes’, acorrentando-as a uma gravidade política funesta, que impede ou trava toda e qualquer forma burguesa não-colonial de desenvolvimento do capitalismo, da sociedade civil e do Estado. Sob a sua ótica, o que não coincidir com a intocabilidade da ordem estabelecida e todas as suas iniquidades é ‘comunismo’ e precisa ser banido de nossa terra! Dessa perspectiva, torna-se inviável a existência de homens livres reais, embora com situações econômicas, sociais e políticas desiguais”. Daí, a razão das possibilidades do golpismo burguês, na auto-reforma da

autocracia, “em um momento histórico no qual os mais variados setores das classes subalternas se mostram decididamente empenhados na democratização das relações de produção e de distribuição, da sociedade civil e do Estado, a propensão ao golpismo tenderá a exacerbar-se e a tornar-se incontrolável”. (Fernandes: 1986, 76).

Não há, *lato sensu*, importa sublinhar, como desconhecer estas determinações históricas, que ganham tintas pungentes através da pena de Florestan:

“Há uma guerra civil permanente e aberta em nossa sociedade civil. E é uma guerra sem quartel. Os privilegiados não abrem mão de nenhuma partícula de privilégios e brandem, por qualquer coisa, as armas brancas de degola e suas bandeiras ‘sagradas’, que põem a propriedade e a iniciativa privadas acima de sua religião, de sua pátria e de sua família - o que quer dizer que eles não possuem religião, pátria e família ou que, ao possuí-las, não reconhecem o mesmo direito e a mesma necessidade natural aos que não contam no rol da minoria privilegiada”. Por esta razão, “na verdade, tal ‘classe dirigente’ é irmã siamesa dos que nos exploram a partir de fora e que não têm nenhuma razão especial, além da continuidade e do crescimento do botim, para desejar a vigência de uma República democrática; e compartilha com eles a responsabilidade pelo neocolonialismo imperante”. (Fernandes: 1986, 74-75).

Após essas breves considerações sobre a problemática das formas não clássicas do desenvolvimento do capitalismo, de maneira geral, e da *via colonial* – caminho de ser e ir sendo capitalismo no Brasil, nosso próximo passo neste estudo consistiu na análise do ser social da classe dos proprietários brasileiros através da persona de José Ermírio de Moraes, expressão industrial desse segmento. Ao longo das páginas seguintes, por meio da concreção histórica, os sujeitos sociais da formação brasileira, foram ganhando significado e contornos em distintos momentos de suas atuações no cenário nacional. Apanhar a individuação do empresário em questão foi o nosso intento que passamos a apresentar a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DO UNIVERSO DA PRODUÇÃO À ESFERA POLÍTICA

Demarcados os condicionantes do sujeito histórico que estamos perseguindo, retomamos a preocupação inicial presente na introdução de nosso trabalho, qual seja, o desvelamento da práxis nacionalista de José Ermírio de Moraes. Ao situá-lo como expressão significativa da fração industrial do grande capital nacional de uma acumulação hipertardia e subordinada, buscamos entender a forma particular¹ como esse ator se contrapôs ao processo de internacionalização da economia brasileira, especialmente a partir da década de 50 até se dirigir ao Parlamento, colocando-se como uma liderança nacionalista no Senado.

Este segmento do nosso trabalho está organizado em três partes. Na primeira tratamos da história da vida empresarial de José Ermírio de Moraes, sem, no entanto, a preocupação de construir uma biografia. Nosso esforço concentrou-se na reconstrução, em linhas gerais, dos traços componentes de sua individualidade como empresário e de sua atuação como liderança do setor que pretendia representar. Para tal, além de utilizarmos dados biográficos existentes na historiografia sobre o assunto, nos valem de um arquivo iconográfico que nos auxiliou na construção do grupo e da figura do empresário bem como possibilitou-nos identificar sua importância em momentos significativos da história política da República. Aqui emergiu a figura de José Ermírio como um grande empreendedor que, no entanto, só pôde ser assim entendido tendo-se como referência as bases precárias da produção industrial nas condições capitalistas particulares do Brasil.

Uma das questões colocadas de imediato foi o papel representado por sua formação como engenheiro de minas e sua experiência na escola de engenharia do Colorado, nos EUA, no processo de racionalização produtiva, por ele implantado nas empresas do grupo. E isto à medida que esta racionalização propiciou à S.A. Votorantim a diversificação de sua estrutura produtiva e sua transformação em uma empresa moderna, preparando-se para atuar em outras áreas. Sua história empresarial sugere não apenas uma dada concepção de industrialização, que norteou a trajetória do grupo e que respaldou seu desempenho como

¹ No caso de José Ermírio de Moraes, essa sua forma de enfrentamento possuía uma ambigüidade com relação aos capitais externos, como veremos, pois, ao mesmo tempo em que critica a desnacionalização da economia brasileira, aceita a utilização de capitais internacionais nos setores produtivos que não concorram com os nacionais, de uma forma geral, e com interesses do grupo, em particular.

liderança do setor industrial em momentos críticos da economia brasileira, como também um profundo senso de oportunidade capitalista, como se verá mais à frente.

A acumulação do capital, nos anos 50 e parte dos 60, e a atuação da burguesia industrial de São Paulo, em sua articulação como classe, constituem os temas da segunda parte. A necessidade de um tratamento particularizado destas questões justifica-se pela importância e significado que a industrialização paulista alcançou no desenvolvimento da economia brasileira como um todo, liderando a arrancada do processo de modernização e acumulação, desde os anos 30 e 40, de modo a ganhar projeção nacional. Esses elementos são essenciais para que possamos entender José Ermírio de Moraes como um de seus integrantes mais significativos e, ao mesmo tempo, para compreender o *locus* de sua atuação empresarial e da fração de classe que ele procurava representar. Outro aspecto tratado, é o da organização da burguesia industrial paulista e sua relação com o Estado na defesa de seus interesses de classe. Nesse sentido, lembramos que José Ermírio esteve à frente da formação e da primeira diretoria de uma das maiores associações industriais no plano nacional, o Centro Industrial do Estado de São Paulo, Ciesp (transformado, em 1931, na Fiesp), além de integrar comissões de estudos sobre problemas do setor nessa mesma entidade e de criar outros organismos de classes, até se candidatar a uma vaga no Senado, em 1962.

A terceira parte, trata das relações de José Ermírio com o poder e sua campanha para o Senado. Neste segmento, buscamos entender o porque de sua proximidade com a esfera política e as decisões que o levaram a candidatar-se à senatoria, numa aliança com o PTB. Outra questão significativa, a merecer reflexão, foram as razões que o levaram a se candidatar por Pernambuco, pois, ainda que esta fosse sua terra natal, era em São Paulo que se concentravam suas articulações como empresário.

1. Um Empresário Nacional

Buscar o entendimento da complexa figura de José Ermírio de Moraes não significa, como já dissemos, traçar simplesmente sua biografia, sua história como indivíduo e empresário. Ainda que aspectos de sua trajetória pessoal tenham de ser necessariamente contemplados, procuramos apreendê-los como expressão dos interesses de uma fração específica da classe dos proprietários no Brasil. A referência a esta figura singular, a análise de seu comportamento e do seu conjunto discursivo não pode elidir sua determinação social como sujeito histórico, pelo contrário, permite explicitá-la. Trata-se, na realidade, de um recurso analítico que pode abrir caminho à apreensão do papel desempenhado pela burguesia brasileira na construção capitalista em um país de desenvolvimento tardio e de extração colonial, como é o nosso caso.

Com isso, queremos sinalizar nossa identidade com as preocupações do historiador medievalista Jacques Le Goff, em seu livro *São Luís*. Ao explicar os motivos de seu giro em direção ao estudos do gênero biográfico, afirma: “Convenci-me, assim, desta evidência amedrontadora: a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história”. Ao que acrescenta,

“Hoje, quando a História, com as Ciências Sociais, conhece um período de intensa revisão crítica de suas certezas, em meio à crise de mutação geral das sociedades ocidentais, a biografia me parece em parte liberada dos bloqueios em que falsos problemas as mantinham. Pode mesmo tornar-se um observatório privilegiado para refletir utilmente sobre as convenções e sobre as ambições do ofício de historiador, sobre os limites dos conhecimentos adquiridos, sobre as redefinições de que ele tem necessidade”. (Le Goff: 1999, 221).

A investigação histórica centrada num indivíduo não pode, em verdade, desconsiderar sua determinação ontológica, que reside na natureza social do processo de individuação, de ser o indivíduo a expressão do conjunto de relações que o especificam, de onde ele vive, atua, influencia e é influenciado. Pierre Bourdieu alerta para os perigos da “*ilusão biográfica*” e, dentre eles, a maneira mítica de isolar o indivíduo do tecido social, insular o sujeito que está preso a uma série de relações sociais. Retomando-se, porém, as afirmações do historiador medievalista, descobre-se que “O indivíduo não existe a não ser numa rede de relações sociais diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo. O conhecimento da sociedade é necessário para ver nela se constituir e nela viver uma personagem individual.” (Le Goff: 1999, 26). Ou seja, para Le Goff, o

indivíduo social “globaliza” uma plêiade de determinações de natureza diversa. Reside exatamente aí dificuldade de fazer história biográfica. A biografia, segundo o autor:

“mais ainda que os outros métodos históricos, vem a produzir ‘efeitos do real’. O que o [historiador] aproxima ainda mais do método do romancista. Esses ‘efeitos do real’ não revelam só o estilo, o modo de escrever do historiador. O historiador deve ser capaz, em função da familiaridade com as fontes e com o tempo em que vive sua personagem, de pôr nos próprios documentos, graças a uma ‘desmontagem apropriada’, ‘efeitos do real’ com a verdade dos quais se possa chegar a conclusões. Ou, mais simplesmente, de destrinchar esses documentos para fazer com que neles apareça o que introduz uma convicção razoável de verdade histórica.” (Le Goff: 1999, 21-22).

Isto posto, fica claro que, nesta primeira aproximação, pretendemos reconstruir os contornos essenciais que fizeram de José Ermírio de Moraes um personagem singular na história da industrialização brasileira. Ao investigarmos os bastidores desse processo, procuramos identificá-lo como uma das figuras mais expressivas que regeram a objetivação do capitalismo no Brasil, desde sua fase de afirmação – como um dos industriais mais jovens à frente da constituição de entidades representativas de uma nova geração de empresários que buscavam a auto-suficiência - até a sua fase madura, em que se destacava a importância do seu setor e de suas empresas na economia brasileira. Esse perfil não tem, obviamente, a pretensão de esgotar a história de vida do empresário pernambucano. Tratamos, na realidade, de tomar sua figura social como uma das expressões mais emblemáticas da burguesia nacional para, a partir daí, entendermos o comportamento e atuação de sua classe em um momento significativo da história brasileira, em que foi abandonada a aposta na constituição de um caminho autônomo de desenvolvimento.

A trajetória de José Ermírio de Moraes deita raízes no patriarcalismo pernambucano. Filho de usineiros abastados, nasceu no Engenho Santo Antônio, localizado em Nazaré da Mata, a 60 quilômetros de Recife, em 21 de janeiro de 1900. Sua origem agrária tradicionalista não o impediu de estudar nos EUA, na cidade de Golden, na Colorado School of Mine, de 1916 a 1921, período de grandes transformações na realidade norte-americana que, em plena I Guerra Mundial, punha em prática os princípios da racionalidade capitalista mais avançada e da acumulação fordista, que dariam origem à produção e ao consumo de massas.

Ao voltar ao Brasil, em 1921, já como engenheiro de minas, trouxe consigo a bagagem técnica modernizante e a figura do ex-presidente Woodrow Wilson (1856-1924) como um “*exemplo a ser seguido*”; ambos o acompanharam a vida toda, influenciando e determinando os rumos de sua trajetória empresarial. A vivência da realidade norte-americana seria responsável por sua concepção que priorizava a indústria como forma de desenvolvimento econômico e pela idéia de que o empresário moderno, pragmático e empreendedor, deveria “*produzir riquezas e assumir riscos*” (“Pioneiros” In: *Revista Exame*:1976,57).

No panorama nacional dos anos 20, somente o estado de Minas Gerais, dotado de imensas reservas de jazidas minerais, comportava um profissional com aquelas características. E foi para lá que José Ermírio se dirigiu, assumindo o cargo de funcionário técnico do estado, para realizar um levantamento do perfil geológico da região. Ainda nesse período, durante os anos de 1922 e 1923, trabalhou na St.John del Rey Mining *Company*, proprietária da Mina Morro Velho. Esta experiência e este conhecimento foram lembrados, inúmeras vezes, em seus discursos no Senado, na década de 60, como fundamentos dos seus pareceres contrários à entrega do Pico de Itabirito para a Hanna Mining.

Sua carreira como engenheiro de minas, trabalhando para uma empresa estrangeira, estava, entanto, com os dias contados: em 1923, em face da crise enfrentada pela Usina Aliança, de sua família, retornou a Pernambuco, seu Estado natal. Sua avaliação indicava a necessidade de investimentos e modernização da empresa como forma de fazer frente à crise e à concorrência. Viajou, então, para a Inglaterra e para a França, para comprar equipamentos. Prolongou, posteriormente, sua estadia na Europa, em Valmont, na Suíça, onde selaria seu destino como empresário no ramo industrial. Nessa estação de férias, José Ermírio conheceu Antonio Pereira Ignácio, industrial e proprietário da S.A Votorantim, que atuava nos ramos de tecidos, cal e cimento. Em férias com sua família, naquela estação, o empresário português aproximou-se de José Ermírio de Moraes e o convidou para trabalhar com ele. Foi nesse momento que o futuro empresário conheceu Helena, filha de Pereira Ignácio, com quem se casaria em 1925.

De que maneira, contudo, o enlace de José Ermírio de Moraes com Helena Pereira Ignácio e sua atuação inicial na Votorantim misturaram seu destino com a industrialização brasileira e com o time da primeira geração de empresários industriais? Para elucidar esta questão, procuramos outras determinações a serem consideradas e desenvolvidas.

Primeiramente, retomemos as origens da Votorantim e de seu proprietário, Antonio Pereira Ignácio, situando-os no começo do século XX, que coincidia com o desenvolvimento industrial paulista, em curso desde fins do século anterior. O crescimento da produção fabril brasileira acompanhava as transformações econômico-sociais irradiadas pelo pólo mais dinâmico do capitalismo nacional naquele momento: o setor agroexportador centrado no café, que envolvia os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir do final do século XIX, necessidades históricas derivadas do modo de ser do capitalismo nativo e de sua inserção na economia mundial impulsionaram um novo padrão de acumulação, centrado agora no trabalho livre, responsável por uma modernização generalizada. A intermediação comercial-financeira operada pelo capital inglês atendeu de forma considerável aos setores de serviços envolvidos no complexo agroexportador cafeeiro, bem como impulsionou o comércio importador-exportador, fomentando a urbanização. A produção industrial, ainda que necessária para o atendimento das transformações em curso, desenvolveu-se de forma subsumida ao núcleo central dessa acumulação capitalista.

No momento inicial de sua história, à produção industrial brasileira foi reservado um papel secundário, que não ultrapassava os bens de consumo popular, oficinas de reparo etc., respeitando a dinâmica implementada pelo complexo agroexportador. Sérgio Silva, em seu clássico *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, apreendeu as dimensões contraditórias da relação café-indústria, apontando as implicações derivadas da estruturação do “verdadeiro capitalismo” brasileiro. Segundo o autor,

“as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria acumulação do capital.” (Silva:1976,3).

O perfil assumido por esta nascente indústria – que comportava um número razoável de grandes empresas e uma numerosa classe trabalhadora – não foi capaz de garantir sua autonomia como setor econômico, o que, porém, não impediu a montagem de mecanismos de controle e dominação da classe operária. Em um país onde o passado escravista era recente, sem tradição de trabalho livre e práticas democráticas, a questão

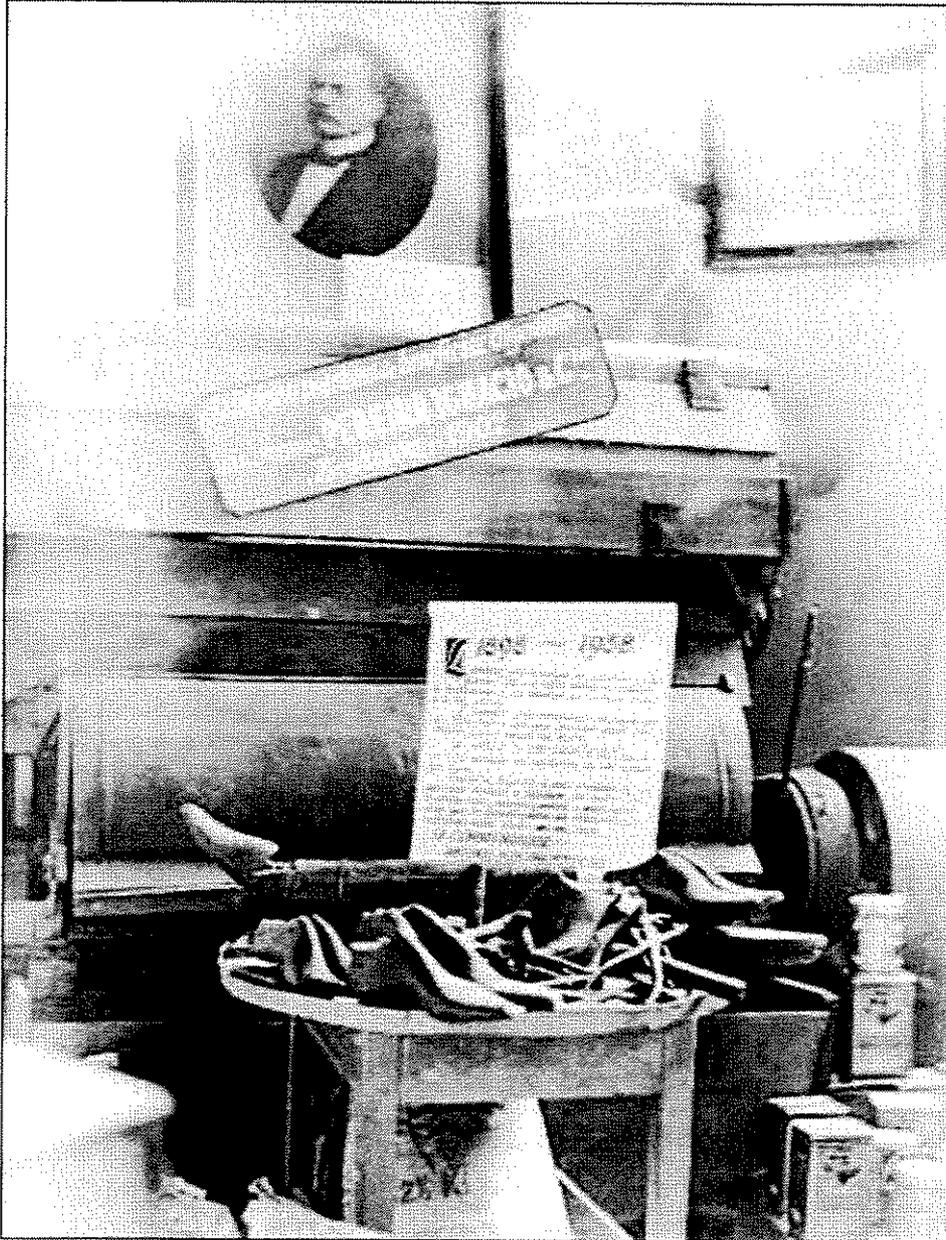
social era vista como um “caso de polícia”, e as relações entre capital e trabalho, controladas pelos regulamentos individuais de cada fábrica.

A história do que viria a ser o grupo Votorantim confunde-se com este “período heróico”, inicial, da indústria brasileira e, em particular, com a paulista. Seu núcleo fundador, a Fábrica Votorantim de tecidos, localizada numa fazenda no distrito de Sorocaba, em São Paulo, pertenceu primeiramente ao Banco União e passou a funcionar em 1904. Em 1917, sem incentivos e com a falência daquele banco, foi a leilão sendo arrematada por Antônio Pereira Ignácio, juntamente com o italiano Francisco Scarpa. Posteriormente, o imigrante português acabou adquirindo a parte de seu sócio.

Pereira Ignácio, português de Baltar, chegou ao país em 1884, semi-alfabetizado, com dez anos de idade, sem recursos e exercendo inicialmente o ofício de sapateiro.

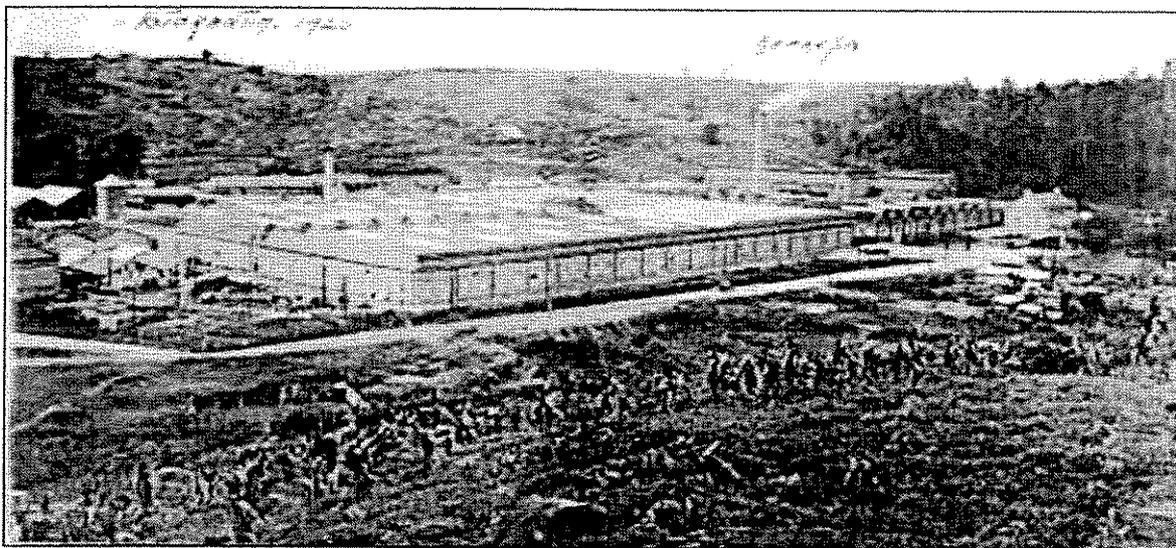


Sua fortuna foi erguida através do comércio de secos e molhados e do beneficiamento e descaroçamento de algodão. Posteriormente, ao associar-se a José Reinaldo de Farias, em Sorocaba, explorou industrialmente a fibra do algodão, inaugurando, ainda, uma fábrica e refinaria de óleo de algodão, projeto inovador, pois no gosto do consumidor predominava o uso da banha animal. Este capítulo de sua história de vida guarda elementos de mistérios e “espionagem industrial”, pois viajou aos EUA e empregou-se como operário em uma grande fábrica para aprender os segredos dos processos industriais de desodorização do óleo de algodão.

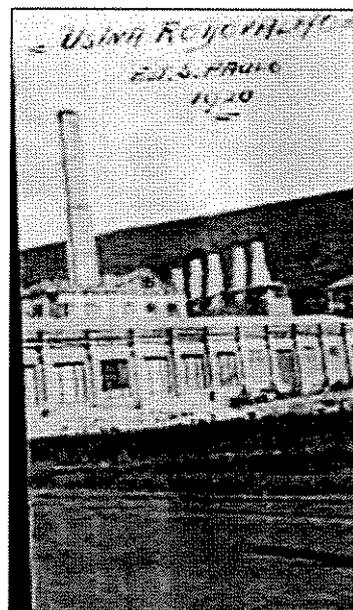


Ao voltar, Pereira Ignácio, “empresário de posses” e de experiência, assumiu, pondo em funcionamento em 1918, a massa falida da Votorantim, inicialmente com “um capital

de 5 mil contos de réis, 1.300 teares, sete máquinas de estamperia e seis mil pessoas morando² em sua vila industrial”.³ (“Pioneiros” In: *Revista Exame*: 1976,56).



Contando com o auxílio de seus dois filhos na administração de seus negócios, a Pereira Ignácio & Cia e a S.A. Fábrica Votorantim enlaçaram-se e permitiram a ascensão do imigrante português. Tendo como núcleo original o setor têxtil, localizado em Sorocaba, a



² No momento de constituição do capital industrial no Brasil, a estreiteza das condições para sua efetivação fizeram com que a unidade fabril incluísse parte dos “serviços” (moradia, pequena assistência, etc.) para atender precariamente as necessidades dos trabalhadores. No entanto, esses elementos não só serviam para disciplinar a classe trabalhadora, mas também para manter os salários rebaixados. (Oliveira: 1988; Dean: 1971.)

³ A Votorantim incluía uma pequena fábrica de cimento, a primeira a funcionar no Brasil, em 1807, por iniciativa de Antonio Proost Rodovalho. Com uma capacidade de produção pequena e inconstante, foi fechada definitivamente em 1920.

este se acrescentou a fábrica de óleo e cimento. Tratava-se de uma experiência empresarial que confirmava os elementos característicos das indústrias paulistas naquela fase: a produção de bens de consumo operários, em particular, o tradicional ramo têxtil e a presença do imigrante no controle da produção. Em outros termos, a trajetória do imigrante Pereira Ignácio atesta, de certo modo, a tese do “burguês imigrante” de W. Dean, pois segundo o autor, “os imigrantes que se meteram no comércio e na indústria eram de origem pequeno burguesa; sua experiência e seu treinamento /.../ os predispunham a tais ocupações.” Além dessas condições,

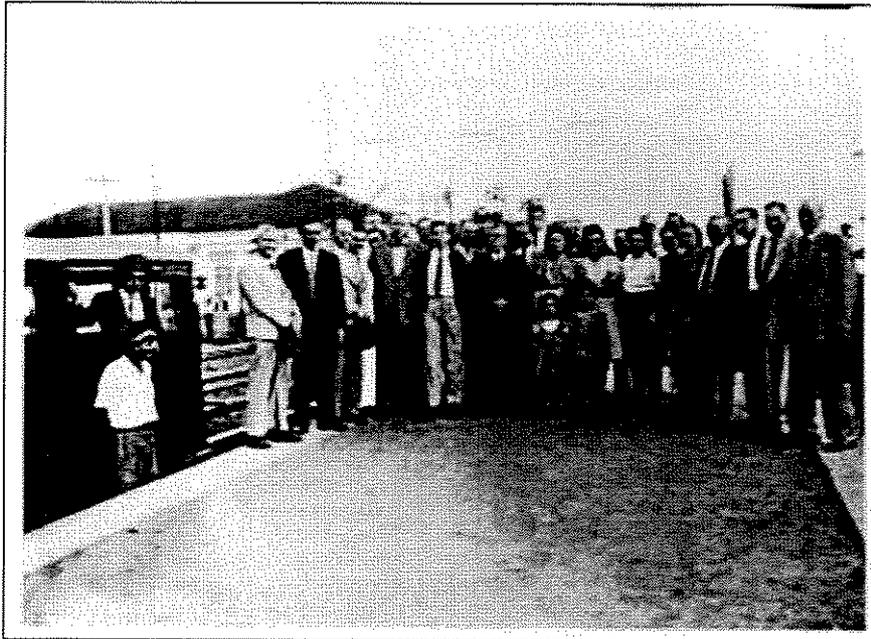
“/.../ possuíam instrução técnica ou certa experiência no comércio e na manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital: economias de algum negócio realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de instalar uma filial de sua firma. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas /.../ como técnicos ou administradores.” (Dean: 1971, 57-9).

No caso em questão, Pereira Ignácio, de origem humilde, adquiriu experiência no comércio com seus patrícios e acumulou uma pequena fortuna, garantindo as condições para o desenvolvimento de seus primeiros negócios, que se transformariam na futura S.A.Votorantim, reafirmando, de certo modo, a muitas vezes apontada existência de uma relação íntima entre o imigrante e o comércio importador-exportador na formação da burguesia nacional. Pois, como afirma Fernando Prestes Motta, em seu livro, *Empresários e Hegemonia Política*,

“entre os maiores grupos econômicos, pelo menos 40% foram fundados por imigrantes, entre os contemporâneos de Matarazzo, italiano meridional que chegou ao Brasil com pouco capital, estavam Pereira Ignácio, português que chegou sem capital, mas que criou um império industrial que o suplantou /.../. Via de regra, todos eles passaram do comércio para a indústria, seja como proprietários ou

empregados de lojas. Muitas casas importadoras paulistas realizaram a mesma transição.” (Motta:1979, 42).⁴

José Ermírio de Moraes juntou-se à empresa como administrador um ano antes de seu casamento com a filha do industrial português, em 1925. Nasceu aqui a parceria que daria origem a um dos *grupos familiares* mais tradicionais do capital nacional – forma característica do grupo Votorantim e de outros mais, no momento de implementação da indústria paulista. Nesta fase, a atuação do “aprendiz” de industrial na Votorantim garantiu as condições para a superação da aguda crise pela qual a empresa (e a indústria paulista, em geral) passava, dinamizando-a através do controle racionalizador, ainda pouco desenvolvido pelos industriais nacionais. Foi a partir de sua participação na diretoria da S.A. Votorantim que José Ermírio de Moraes começou a construir seu perfil de empresário industrial.



Antonio Pereira Ignácio com o genro José Ermírio de Moraes e netos.

⁴ Luis Carlos Bresser Pereira, no artigo “Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil” (SZMRECSÁNYI, MARANHÃO: 1996, 143-164), retomou, entre outras questões, uma antiga pesquisa sobre as origens étnicas e sociais dos empresários industriais paulistas, realizada no início da década de 60. A conclusão desse estudo indica que a burguesia paulista não tem origem em famílias brasileiras ligadas ao café, mas em imigrantes de classe média. Posteriormente, em *A Industrialização de São Paulo*, publicado em 1971, W. Dean chegou a uma conclusão semelhante, ancorado-se numa ampla pesquisa histórica sobre as biografias dos pioneiros “capitães de indústria”, em que se destacava o comércio de importação como uma das primeiras atividades desses imigrantes. Em 1976, Sérgio Silva adota essa mesma tese em seu livro já citado.

1.1 Modernização e Diversificação do Empresariado Tradicional

A década de 20 ficou conhecida como uma época de efervescência social e política. À intensificação da atividade econômica brasileira, ressonância do aceleração da industrialização na década anterior, somou-se a ampliação dos investimentos da economia norte-americana na América Latina, resultado de sua ascensão no pós-guerra no cenário internacional. No entanto, mantinham-se os privilégios do setor agroexportador, ficando os industriais numa situação desfavorável. Ao lado disto, aumentaram os protestos urbanos, em razão dos baixos salários e, do aumento do custo de vida. Aos movimentos de trabalhadores, juntaram-se as manifestações tenentistas de 1922 e, principalmente, de 1924, que na capital paulista assumiram formas de “verdadeiras batalhas”, com desdobramentos nas camadas médias, questionando a forma corrupta da política dos governadores, mas sem apontar para o atraso e a subordinação de nossa economia monocultora e exportadora. Para a classe trabalhadora, poucas novidades no plano das conquistas de direitos mínimos, apesar do surgimento de uma “nova proposta” para sua organização, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1924 e, posteriormente, no ano de 1926, a articulação do Bloco Operário. Paralelamente a isto, setores diferenciados das classes dos proprietários fundaram o Partido Democrático (PD), dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), antigo porta-voz da velha oligarquia cafeeira.⁵

O ano de 1928, particularmente, singularizou-se por uma ampla movimentação dos diversos grupos sociais e pela apresentação de projetos alternativos para a realidade brasileira. De forma inédita, no caso brasileiro, os operários puseram-se vigorosamente na cena política, com greves e tentativa de participação legal no universo da política nacional. O Bloco Operário e Camponês (BOC), de inspiração comunista, *per si*, evidenciava a existência de um conflito de classes, do qual sairiam derrotados os setores populares, numa evidência clara do triunfo do projeto de modernidade capitalista em andamento. Mas, de qualquer modo, mesmo com a derrota dos seus candidatos, o BOC marcou posição sobre as grandes questões nacionais.⁶

⁵ Sobre a dissidência do PD, consultar Berriel: 2000; Fausto: 1970, entre outros.

⁶ Ver a respeito De Decca, 1982.

A crise econômica, em marcha, acentuou-se com o emprego da política de valorização do café, atingindo os setores industriais. Foi então que a burguesia industrial paulista procurou estruturar uma organização independente, que representasse seus interesses específicos como fração de classe, rompendo com a “tutela” exercida pela Associação Comercial de São Paulo, que até aquele momento assumia esse papel.⁷ Não raras vezes, em momentos anteriores, esse espaço serviu de palco para um intenso debate entre o projeto industrialista, que ganhava contornos definidos na construção de sua identidade, e os interesses agroexportadores lá defendidos. H. Ferreira Lima, em artigo sobre os 50 anos do Ciesp, refere-se ao embate entre agraristas e industrialistas⁸:

“A área industrial era acusada de ser artificial ou parasitária, atraindo os trabalhadores da lavoura e, assim, sendo responsável pelas crises. Por outro lado, a má qualidade do algodão fornecido às fábricas redundava em quebras de 8% a 13%, levando os fabricantes a reclamarem entrada livre para o similar estrangeiro. Enquanto isso a agropecuária denunciava a inferioridade das ferramentas nacionais destinadas ao setor primário.” (Lima:1978,12).

Esta situação provocou uma reação organizada das “forças ativas de São Paulo”, que veicularam um manifesto em defesa da indústria em 2 de março de 1928. Posteriormente, no dia 28 do mesmo mês e ano, realizou-se uma assembléia para a criação de uma entidade própria de classe, o Ciesp – Centro Industrial do Estado de São Paulo.⁹ Sua primeira diretoria reunia expressivos representantes do setor industrial: Conde Matarazzo como presidente, Roberto Simonsen como vice, Jorge Street como 1º secretário,

⁷ Segundo Warren Dean, “/.../ a Associação Comercial de São Paulo, era o principal porta-voz dos negócios do Estado. Fundada em 1894, por comerciantes e manufatores, em 1917 absorvera o Centro do Comércio e da Indústria de São Paulo. Após a fusão, a Associação Comercial parece ter sido controlada por comerciantes e importadores e os interesses do comércio passaram a dominar-lhe a agenda.” (Dean: 1971, 50). Sobre o assunto consultar Luz, 1975.

⁸ Segundo H. F. Lima, aproveitando-se das mútuas acusações entre os setores agrários e industriais, encontravam-se os interesses do capital internacional, de diferentes nacionalidades, que procuravam acirrar a disputa.

⁹ Em 1928, as eleições para a diretoria da Associação foram muito concorridas; Jorge Street, conhecido industrial, encabeçou uma chapa dissidente, somente com industriais. Por sua vez, a chapa oficial só continha comerciantes. A divisão esboçada foi “remendada” com uma chapa de novos candidatos. Eleita, tentou reconciliar interesses distintos. No entanto, os industriais, com interesses mais definidos e mais maduros, não aceitaram mais essas ambigüidades (Cf. Dean: 1971). Posteriormente, com a legislação sindical imposta por Vargas, através do decreto 19.770 de março de 1931, que regulava a relação entre trabalhadores e produtores, tem-se a criação da *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* - Fiesp em 16 de maio de 1931. Em 1939, adotou-se a denominação Ciesp-Fiesp.

além de Horácio Lafer e Antonio Devisate, entre outros. José Ermírio de Moraes, com apenas 28 anos, aparecia como 2º tesoureiro.

A posse da diretoria só se deu em julho de 1928, no salão nobre do Clube Comercial, contando com a presença do presidente do Estado, Júlio Prestes, que prometeu apoio governamental à classe. Na ocasião, o discurso de Roberto Simonsen expressou não apenas os objetivos mais imediatos defendidos por aquele órgão de classe mas reafirmou a necessidade do comprometimento com um projeto mais abrangente para a sociedade brasileira, em que a industrialização nacional foi apresentada como garantia para o progresso e para a independência econômica do Brasil¹⁰. Formulação com a qual José Ermírio de Moraes e outros empresários concordavam plenamente.

O historiador Paulo Miceli, em *Além da Fábrica*, aponta Simonsen como a figura mais significativa do moderno empresariado brasileiro e de um novo tempo da indústria no país, cuja atuação e concepções revelavam que:

“/.../ longe de ser um programa desenhado pela antevisão de alguns empresários isolados, o estabelecimento efetivo da sociedade industrializada oferecia-se como possibilidade concreta de sustentação de um projeto extensivo a toda a sociedade, destinado a mudar-lhe os próprios padrões de existência.”

A sustentação desse projeto, portanto, encontrava-se no papel da indústria no mundo contemporâneo. Para Roberto Simonsen, a importância da produção industrial no mundo moderno se traduzia em

“ /.../ toda a parte as indústrias são consideradas padrão de adiantamento de um povo, multiplicando-se por uma série de atividades complementares que respondem pelo crescimento qualitativo dos homens, em geral, e dos seus dirigentes, em particular, pois os núcleos devotados a pesquisas industriais são centros de irradiação de inteligência e progresso, além de grandes cooperadores da formação das elites. ” (Simonsen *apud* Miceli: 1992, 95).

¹⁰ Ver a propósito Vieira: 1987.

Estava constituído, assim, um time de primeira linha de representantes de uma geração de transição entre empresários pioneiros - oriunda da primeira fase da industrialização brasileira e que possuíam em comum a matriz imigrante, os negócios ligados direta ou indiretamente ao complexo agroexportador cafeeiro e, fundamentalmente, aos ramos industriais voltados à produção de bens de consumo não-duráveis - e aqueles que, a exemplo de Roberto Simonsen e José Ermírio de Moraes, partiram para a diversificação de seus empreendimentos e para a atuação política nos órgãos do Estado, para defesa dos interesses de sua classe¹¹.

A fundação do Ciesp demarcava um projeto de modernidade em curso no país que buscava se enraizar na realidade, a partir da articulação representativa da burguesia industrial paulista, que procurava consolidar forças e conseguir melhores condições dentro das adversidades do capitalismo brasileiro. Sua constituição como entidade de classe, com organicidade no plano estadual, armava o empresariado paulista com uma força política significativa – fortalecida pela importância de suas indústrias, sediadas no Estado - em condições de posicioná-la como representante dos interesses de uma burguesia nacional com maior maturidade política, ausente na etapa anterior. José Ermírio de Moraes, ao participar ativamente desse processo, levava sua vida a um caminho sem volta e no qual ele se esforçou para ser um dos representantes mais atuantes.

Em 1929, na campanha da sucessão à Presidência da República, o Ciesp apoiou a chapa situacionista de Júlio Prestes e Vital Soares, buscando com isso garantir a continuidade da política financeira de Washington Luís, em contraposição às candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. Com isto, a burguesia brasileira, e a paulista em especial, demonstrava que, *independentemente* dos interesses específicos de cada uma de suas frações, temia o desconhecido, *o novo*. Mas, logo a seguir, *o novo* tomou de assalto, irresistivelmente, as classes proprietárias brasileiras, particularmente as do setor agrário, surpreendidas pelo *crash* da Bolsa de Nova York.

A questão que se coloca a seguir é a do significado e dos desdobramentos dessa crise e do *Movimento de 30*, com a tomada de poder por Vargas, para a Votorantim e para José Ermírio de Moraes.

¹¹ A exemplo de José Ermírio de Moraes, Roberto Simonsen envolveu-se, também, em atividade política, levando para o Parlamento a defesa dos interesses dos industriais brasileiros. Atuou, em 1933, como deputado classista constituinte e, posteriormente, em 1946, como Senador e constituinte. (Cf. VIEIRA, 1987).

1.2. Os Anos 30 e a Arrancada da Votorantim

O Movimento de 30 confirmou as tendências emergentes da década anterior, decretando a falência da velha ordem oligárquica cafeeira. Para tanto, reorientou a economia buscando no núcleo agroexportador as bases para uma acumulação urbano-industrial e de realização interna. Frente às inúmeras dificuldades, a atuação das forças vencedoras pautou-se, principalmente, pela desmontagem do padrão econômico anterior, redesenhando o papel desempenhado até aquele momento pelo setor primário: de determinante no processo produtivo, transformado em estratégico, de modo a fornecer condições para a importação de bens de capital, sem os quais não seria possível o aprofundamento da industrialização no país. Ainda que o golpe de 30 não tenha contado com a intervenção de uma burguesia industrial atuante, inegavelmente, na nova composição do bloco de poder, os empresários industriais foram os que mais lucraram com as modificações desencadeadas.

Com este processo, estavam dadas as condições institucionais para a emergente produção industrial ganhar fôlego e impor-se como um novo padrão de modernidade. Francisco de Oliveira, em seu trabalho *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, expressou com muita clareza esse momento:

“A Revolução de 30 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956 /.../tem o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.” (Oliveira:1988,14).

As tradicionais e antigas lideranças paulistas, no entanto, alijadas do poder e almejando uma maior representação de seus interesses na nova composição em curso, aliaram-se ao empresariado industrial bandeirante, fazendo-se presentes diretamente na cena política ao questionarem a dominação centralizadora varguista, através do que ficou conhecido como *Revolução Constitucionalista de 32*. Ou seja, expressava-se aqui um dos traços característicos da constituição histórica da burguesia industrial brasileira, a atitude conciliatória com os setores agrários mais conservadores, na perspectiva de operarem

transformações modernizadoras pelo alto. Durante o Movimento de 32, o Ciesp foi transformado num verdadeiro QG militar dos rebelados e algumas indústrias readaptadas para produzir armamentos. Em outras palavras, o empresariado paulista posicionou-se de modo a demonstrar condições de interferir nos rumos da política brasileira.

É importante observar, ainda, que, com a convocação da Assembléia Constituinte, a Fiesp-Ciesp elegeu Horácio Lafer como deputado classista da indústria, apresentado como paladino dos interesses de uma burguesia que, agora alçada à cena nacional, procurava transformar os interesses regionais e de classe em interesses gerais da nação, desencadeando um processo de afirmação do empresariado paulista como uma burguesia nacional. A participação decisiva de José Ermírio de Moraes em todos esses acontecimentos do período, vem confirmar nossas afirmações no sentido de situá-lo como uma das individualidades significativas, que perceberam a necessidade de demarcar a presença dos industriais em um momento diferenciado que se abria para a acumulação capitalista no Brasil. O empenho na produção de armamentos para o Movimento de 32, o levantamento de fundos em Pernambuco para “a causa” e sua atuação como um dos cabos eleitorais mais ativos da campanha política para o deputado classista Lafer, para a Constituinte de 1933, amparada na relação pessoal existente entre os dois, comprovam nossas afirmações.

É importante notar, a esta altura da argumentação, que o projeto capitalista então em curso no Brasil assumiu uma forma particular, significativamente diferenciada da experiência de transição clássica, que podemos identificar como *modernização conservadora*, própria de países que conheceram tardiamente o desenvolvimento do capital industrial e que não foram capazes de romper com as forças do atraso. No caso brasileiro, no caminho de constituição do verdadeiro capitalismo – a “*via colonial*” –, a produção industrial configurou-se hipertardiamente, ganhando os primeiros contornos de um processo avançado somente a partir da década de 30, ajustando-se, em forma de convivência e complementaridade, com os setores conservadores representados pelo latifúndio agroexportador e com forte presença do capital financeiro internacional. A forma conciliatória como se acomodaram os interesses divergentes das diferentes frações das classes proprietárias fez com que o Estado assumisse uma “função demiúrgica” e centralizadora, de modo a afirmar e a criar condições para que o *novo* se realizasse, ainda que sem o descarte das forças conservadoras. Ao capital industrial, amparado pelo Estado, coube criar agências que funcionariam como pólo transmissores da modernização,

imprimindo um novo padrão de racionalidade à produção e inaugurando, com isso, mecanismos mais eficazes de dominação e disciplinarização da classe trabalhadora, como o Senai, Sesi e Idort.

Coerente com o processo de modernização em curso, este momento possibilitou a afirmação, ainda, de outras formas de percepção da realidade, da cultura, da educação e da própria organização do espaço urbano, e a questão nacional foi realçada frente a uma crise de proporções internacionais. Fomos obrigados a nos “virarmos para dentro” e nos enxergamos sem, contudo, termos condições de romper com a linha do destino trágico das nações que se constituíram tardiamente.

A década de 30 reuniu os elementos necessários para que José Ermírio de Moraes e a Votorantim dessem um grande salto. O governo Vargas, ao implementar as condições para o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação de “*base urbano-industrial e realização parcial interna crescente*” (Oliveira: 1988,14), sinalizava o controle da crise desencadeada em 1929, possibilitando que o empresariado, de forma geral, diversificasse e incorporasse novos ramos da produção e elevasse o setor industrial a um patamar diferenciado.

Se no final dos anos 20 a indústria e o mercado interno estavam atrelados à dinâmica do núcleo agroexportador, a partir de 30, essa dependência foi atenuada, principalmente com relação ao mercado interno, ainda que o setor industrial dependesse das divisas advindas das exportações para a importação de bens de capital. Mas o que mudou visivelmente foi a produção industrial, pois

“o investimento industrial não se concentrava mais primordialmente em setores diretamente complementares da economia de exportação, orientando-se cada vez mais para a produção de bens intermediários como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose etc., e bens de capital, incluindo máquinas e equipamentos.” (Suzigan: 2000, 261-2).

O historiador Warren Dean também chama a atenção para o mesmo fato, pois, a partir da década de 1930, perceber-se-ia a tendência a uma maior autonomia¹² dos industriais, que reinvestiam em seus próprios negócios. Assim,

“Jafet, Votorantim e Siciliano começaram a produzir ferro e aço; Matarazzo e Votorantim construíram ambas fábricas de rayon./.../ Vultosos investimentos foram feitos pelos Jafets, Klabin, Cícero Prado e Pereira Ignácio em novos loteamentos em São Paulo: Votorantim, por exemplo, possuía 1.400.000 metros quadrados no Brooklyn Paulista” (Dean,1971:123-4).

O exame desse momento revela que, apesar de as empresas se diversificarem aproveitando as demandas da realidade, não só mantiveram a estrutura familiar, como também aprimoraram-na e estabilizaram-na. Este fato sinaliza a importância do entendimento das formas contraditórias da entificação do capital industrial em nossa formação histórica e aponta para a importância singular dos grupos empresariais familiares no início do desenvolvimento capitalista¹³. A análise de uma empresa familiar bem-sucedida, como é o caso da Votorantim, de Pereira Ignácio e José Ermírio de Moraes, confirma essa observação.



¹² Outra forma de autonomia conquistada pelos industriais de tecidos, em especial José Ermírio de Moraes, da Votorantim, e Lundgren, do nordeste, foi que ambos passaram para esquemas próprios de comercialização de seus tecidos, rompendo com a distribuição realizada pelos importadores. Lundgren montou sua cadeia varejista (Lojas Pernambucanas) e a Votorantim rompeu com o importador português do Rio de Janeiro, Affonso Vizeu, buscando novos métodos de comercialização. Outro fato arrolado pelo historiador W. Dean foi a ampliação dos investimentos de fazendeiros e importadores no setor industrial. (Dean: 1971, 123).

¹³ José de Souza Martins, no livro *Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa*, num corte weberiano, analisa a trajetória e constituição do grupo Matarazzo, endossando as teses de Warren Dean quanto às origens comerciais do capital industrial paulista. Ressalta a presença de traços patrimonialistas e familiares na organização da empresa. (Ver Martins: 1973.)

A literatura sobre a história da industrialização no Brasil realçou a importância do papel desempenhado pelas empresas familiares na gênese da produção manufatureira, na qual o trabalho entre os membros da família na oficina domiciliar, com poucas posses, corresponderia à forma mais adequada àquele momento. A historiadora francesa Michelle Perrot, no artigo “A Família Triunfante” afirma que:

“Como forma de vida popular, a família foi também o modo predominante de acumulação originária e de gestão do capitalismo oitocentista. A história das empresas é, em primeiro lugar, ‘uma história familiar’. Ela partilha dos casamentos e do luto, das prosperidades e infortúnios./.../Os sistemas familiares oferecem ao patronato as bases econômicas e, simultaneamente, os princípios de funcionamento das empresas. Segredo de família: segredo de negócios”. (Perrot: 1991,112).

O advento de novas técnicas e de processos de produção mais complexos, no entanto, bem como a configuração mundializada assumida pelo sistema capitalista de produção, fizeram com que a empresa familiar tivesse sua importância reduzida.¹⁴

No caso brasileiro, no momento em que a indústria buscava afirmar-se como o núcleo de um novo momento da acumulação capitalista, os principais grupos - Matarazzo, Scarpa, Crespi e Klabin - atestavam a importância do núcleo familiar na constituição desses empreendimentos. Este fato se prende à necessidade de tomada de decisões ágeis, à precariedade de quadros administrativos e ao caráter da estrutura de dominação posta a partir da acumulação realizada pelo grupo familiar originário¹⁵. Fundamentalmente, estávamos diante da herança de uma sociedade agroexportadora, que não havia fornecido as bases originais urbanas para uma acumulação industrial.

¹⁴ Sérgio de Castro Gonçalves, em *Patrimônio, Família e Empresa*, analisa o papel da empresa familiar e não descarta sua importância, e nem a do próprio empresário moderno, frente aos desafios lançados pelo capitalismo. Ou seja, para o autor, as proposições do economista alemão Schumpeter ou as de Peter Drucker não se sustentariam. Segundo Renato Bernhoeft, consultor de empresas e membro do Family Business Network “dos 300 maiores grupos privados nacionais, 290 são de controle familiar e que, aproximadamente 90% estão ainda sob o comando dos seus fundadores”. Ainda, segundo ele, a “última conferência do Family Business Network, realizada no final do ano de 95 na Europa, concentrou-se em dois temas: a internacionalização das sociedades familiares e o papel dos chamados “sócios-herdeiros passivos”. Ou seja, constituem, também, uma preocupação no chamado Primeiro Mundo as transformações que a globalização da economia deverá provocar nas sociedades de controle familiar.

¹⁵ Warren Dean também reconhece a existência de uma identificação entre empresa e patrimônio familiar no início do capitalismo. Mas, segundo ele, o desenvolvimento do mercado teria forçado o empresário a perder o controle pessoal de sua empresa, direcionando-o para a especialização e, depois, para a cartelização. Esse processo foi rápido nos EUA, mais lento na Europa e não havia se completado, ainda, no início da década de 70 no Brasil, devido ao tamanho do nosso mercado.

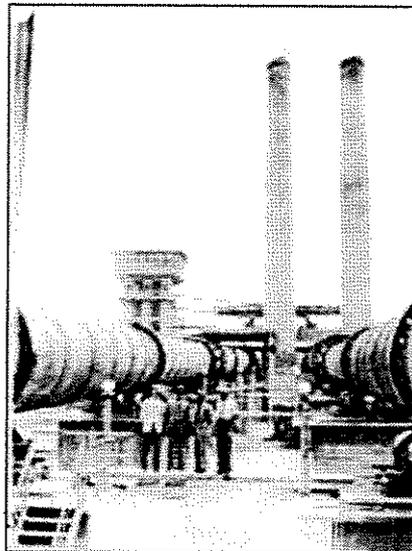
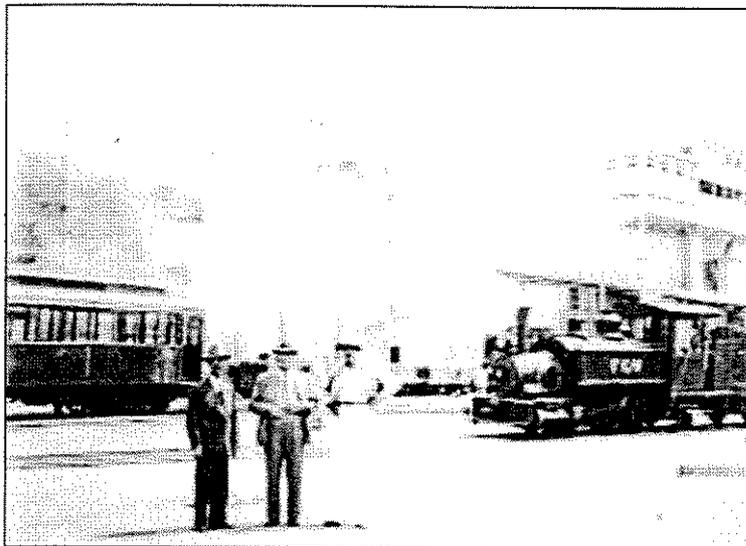
O trabalho de Fernando Motta, anteriormente citado, discute a importância da estrutura familiar na organização da empresa brasileira, vinculando-a às dificuldades encontradas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Segundo suas palavras,

“Os empreendimentos industriais brasileiros estão ainda fundamentalmente dirigidos pelos seus proprietários. /.../ As razões da persistência deste padrão de controle estão relacionadas às condições peculiares do processo de industrialização brasileira. As condições gerais de mercado e da sociedade brasileira ainda obrigam os empresários a decisões rápidas; a racionalização completa da vida econômica é ainda dificultada pelo grau de previsibilidade econômica.”(Motta:1979,48).

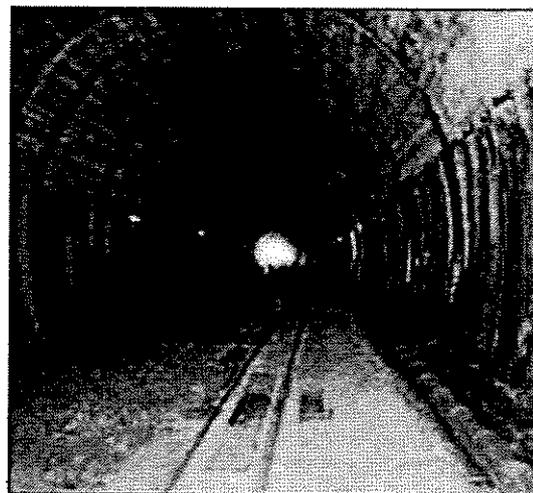
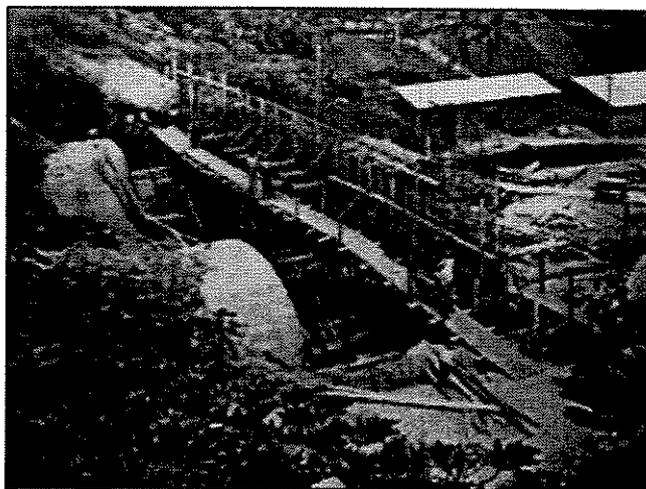
No ano de 1933, José Ermírio de Moraes, como superintendente da Votorantim, (transformada nas S.A. Indústrias Votorantim), alargou as condições de desenvolvimento do que viria a ser o grupo, dando os passos iniciais necessários à construção da primeira fábrica de cimento e de fornos de cal, inaugurada em 1936¹⁶. O empresário, mais uma vez, adiantava-se a um empreendimento altamente promissor, face do visível redirecionamento da economia para o crescimento interno que, por sua vez, provocava uma crescente urbanização. A diversificação do grupo, com investimentos na produção de uma matéria-prima imprescindível, num momento em que o aumento da demanda não podia ser satisfeito através da importação, comprovava a percepção de oportunidades pelo empresário¹⁷. Por outro lado, a utilização do cimento Votoran em inúmeras obras públicas na cidade de São Paulo atestava, além do seu senso empreendedor, o comprometimento com autoridades do Estado, o que, sem dúvida, favoreceu o crescimento da empresa.

¹⁶ Nesse momento a sede da empresa, já composta de vários departamentos, foi transferida para um prédio novo, construído com o cimento Votoran e com cerca de 4.000 metros quadrados de área edificada.

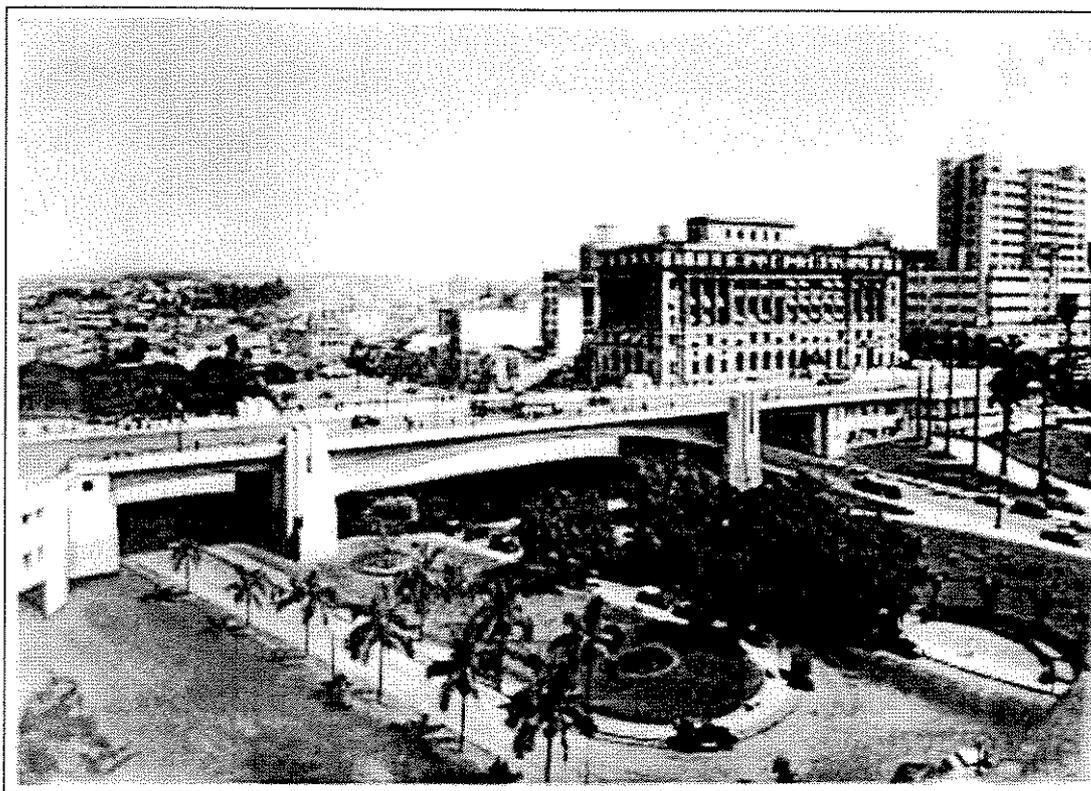
¹⁷ Além da Votoran, o grupo investiu na ampliação de sua produção de cimento criando, até a década de 60, mais três fábricas: Nordeste, em 1942, Rio Branco, em 1952 e a cimento Gaúcho, em 1958. Em 1986 e 1996, comprou ainda a participação minoritária de cimento no Sul e Sudeste (FSP, 24/05/98). As atividades de José Ermírio não se restringiram à produção e à formação do monopólio de cimento: procurou organizar, também, a categoria patronal ligada à produção do cimento, através da fundação da *Associação Brasileira de Cimento Portland*, conjuntamente com Gastão de Mesquita Filho, na década de 50, e, posteriormente, o *Sindicato Nacional da Indústria de Cimento*.



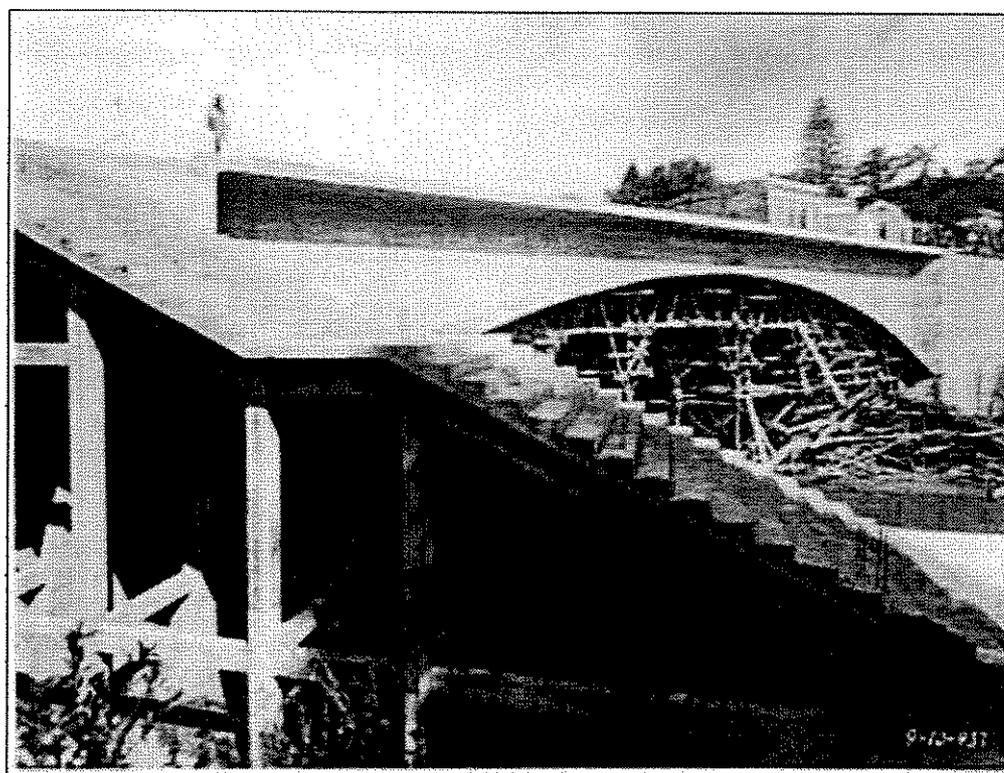
A moderna fábrica de cimento Votoran, inaugurada em 1936



Construção do Túnel Nove de Julho com cimento Votoran (1936 – 1937)



Reforma do Viaduto do Chá, com cimento Votoran (1936)



Construção da arquibancada do Estádio do Pacaembu (1937)

Foi assim que, nessa época, a indústria brasileira de cimento deu seus primeiros passos. “Foram construídas quatro novas fábricas, além da fábrica americana no estado do Rio de Janeiro. A mais importante das fábricas novas foi a construída pela empresa Votorantim, em São Paulo, perto de onde se localizava a fábrica Rodovalho [em Sorocaba]”. Suzigan menciona, ainda, a construção de mais três pequenas empresas, duas na Paraíba e uma no Espírito Santo. (Suzigan: 2000, 270-271)¹⁸.

Durante a década de 30, ainda, o futuro “patriarca” da Votorantim começou a assumir e desempenhar o papel de “*membro expressivo da burguesia nacional*” (“Pioneiros”: 1976, 36), disputando com o grupo Matarazzo a patente do óleo desodorizado (1933)¹⁹ e o processo de produção de raiom que possibilitou, posteriormente, a montagem da Nitro Química Brasileira²⁰. Em 1936, juntamente com Pereira Ignácio, Numa de Oliveira, Horácio Lafer e Wolf Kadeschewitz, José Ermírio conseguiu a isenção total dos direitos alfandegários para a entrada da fábrica no país, contando com a anuência de Vargas. Isto era o resultado das articulações e da habilidade política de José Ermírio que, por dentro do governo e contando com o apoio do forte grupo dos meios de comunicação, os *Diários Associados*, tinha retaguarda em todos os seus passos.

Inaugurada em 1940 pelo presidente Getúlio Vargas, a Nitro produzia raiom – matéria-prima essencial, precursora de um produto têxtil mais moderno, a “seda dos

¹⁸ A indústria de cimento, até final da década de 20, era dominada pelo capital internacional devido ao elevado custo para sua instalação. O governo brasileiro favorecia a importação do cimento americano através de tarifas preferenciais, possibilitando, posteriormente, a própria criação de fábricas em território nacional. Foram instaladas a canadense *Companhia Brasileira de Cimento Portland*, em 1924, que passou a funcionar em 1926; em 1929, a *Companhia Nacional do Cimento Portland*, de capital americano, em funcionamento a partir de 1933. Com relação à produção e ao consumo interno de cimento no Brasil, Suzigan fornece alguns dados interessantes: “Nos fins da década de 1930, a produção interna já supria cerca de 95% do consumo de cimento do país, mas as duas maiores fábricas eram ainda as de capital estrangeiro, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Juntamente com a fábrica Votorantim, elas contribuíram com 87,5% do total da produção interna no ano de 1939. No entanto, deve-se salientar que cerca de três quartos da produção total nesse mesmo ano resultaram de fábricas construídas na década de 1930.” (Suzigan: 2000, 271).

¹⁹ Matarazzo detinha o monopólio do processo de industrialização do raiom no Brasil, ao arrendar de Max Naegeli a patente para sua produção por sete anos. Em 1934, quando o prazo extinguiu-se, requereu a renovação para novo arrendamento. A atitude do governo foi a de negar uma nova licença para o funcionamento de uma fábrica semelhante à Votorantim.

²⁰ Em sua dissertação de mestrado *Trabalhadores da Nitro Química. A Fábrica e as Lutas nos Anos 50*, Paulo Fontes (1997) procura apreender a memória social das lutas e das tradições de resistência dos seus trabalhadores. Ainda que seu objetivo restrinja-se a uma única empresa do grupo Votorantim e num período determinado, seu trabalho, ao recuperar a história da empresa, através de farta documentação, revelou aspectos importantes não só da estrutura da Nitro Química, como também questões significativas da indústria brasileira do período.

pobres”–, além de vários produtos químicos (nitrocelulose, ácido sulfúrico, ácido nítrico) essenciais para os “mais altos interesses econômicos e militares do Brasil”²¹.

Posteriormente, rememorando os eventos ligados à instalação do complexo da Nitro Química, José Ermírio de Moraes demonstra, de modo inequívoco, suas estreitas relações com o governo Vargas e as condições especiais em que se verificou a troca de “favores” entre ele e as Forças Armadas brasileiras, interessadas, naquele momento, em material bélico:

“A pedido do eminente Marechal Eurico Dutra, então Ministro da Guerra, cujo testemunho posso invocar a qualquer momento, no exclusivo interesse da defesa nacional e por outros motivos que não devo nem posso revelar, adquirimos uma fábrica moderníssima, toda de aço inoxidável, de trinitro-tolueno [TNT], que está parada até hoje, pois funcionou apenas alguns meses, o que nos deu prejuízo de cerca de 5 milhões de dólares. Felizmente que não mais precisou funcionar, pois a guerra terminou e jamais pretenderíamos contribuir para o extermínio de nossa mocidade ou mesmo da mocidade de outros países. Mas se a nação precisar dessa fábrica, ela está, na Cia. Nitro Química Brasileira, à sua disposição.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, pp.140-41)²².

No discurso de inauguração da fábrica, em 27 de abril de 1940, na presença de Getúlio Vargas, José Ermírio de Moraes declarou que as facilidades concedidas pelo presidente para a instalação da Nitro no Brasil abriam a possibilidade de utilização de seus derivados químicos para fins militares, essenciais em tempo de nacionalismo e

²¹ Assis Chateaubriand escrevia em 8 de maio de 1936, que a Nitro “não é uma fábrica, mas um complexo de fábricas. Estamos diante de um sistema industrial, e precisamente o mais amplo, o mais interessante que ainda se articulou no Brasil e no continente sul-americano./.../ De agora por diante, é possível pensar no desenvolvimento da indústria química no Brasil. Essa indústria quase não existe entre nós e não existe pela boa razão de que não há ácido sulfúrico em quantidade apreciável para se constituir sua matéria-prima. Esse ácido é chamado o pão da indústria química./.../O ácido nítrico vai ser outro dos seus importantes subprodutos. /.../não se explorou o que vale a Nitro Química para a defesa nacional e é nesse plano que ela representa o maior serviço até hoje prestado, por uma iniciativa particular, à segurança do Brasil. Em tempo de guerra, o seu grande organismo se transformará imediatamente numa enorme usina dos dois mais úteis e indispensáveis artigos bélicos: o algodão-pólvora e a dinamite.” (Chateaubriand *apud* Scatimburgo: 1975, 179-181). Quando da inauguração da Nitro Química, em 1940, somente a imprensa que manifestava opiniões dos integralistas, anticapitalistas reacionários e anti-semitas, como Gustavo Barroso, fizeram comentários contrários à inauguração da Nitro. Nesta mesma década (1935), o empresário pernambucano foi eleito presidente da Bolsa de Mercadorias de São Paulo e membro integrante da Confederação Industrial do Brasil (1936).

²² Discurso proferido no Senado em 19/05/66.

“militarização internacional”²³. Dirigindo-se para mais de 2.800 operários, José Ermírio de Moraes assim se pronunciava:

“Consideramos que este é o ato inaugural da Nitro Química, cuja história se confunde com o largo período de realizações de seu governo. Esta empresa é a vitória de um alto esforço e de uma extraordinária perseverança. /.../ É com a exata compreensão do seu valor econômico e da importância da missão que ela desempenha, que sentirá Vossa Excelência, como chefe de Estado e patriota esclarecido que é, um dever patriótico de ampará-la contra os *dumpings* perigosos e dissolventes cuja única finalidade reside na destruição do que custou tanto a construir e a pôr de pé. As nações sem celulose e nitrocelulose são nações indefesas, mal preparadas para as indústrias da paz e da guerra. /.../ só desejamos, Sr. Presidente Getúlio Vargas, com a maior sinceridade e patriotismo, que o governo de Vossa Excelência continue a nos garantir ordem e tranquilidade /.../. Agradecidos pela honrosa visita que Vossa Excelência está nos fazendo, declaramos a Nitro Química inaugurada, e muito mais que simplesmente inaugurada, ao serviço devotado e constante dos mais altos interesses econômicos e militares do Brasil.”(Moraes *apud* Fontes: 1996, 24-25)²⁴.

A década de 50 abria grandes perspectivas para a Nitro. Estava em curso, no segundo governo Vargas, a implementação, de forma mais efetiva, de um projeto de desenvolvimento autônomo centrado num núcleo de empresas de base que garantiriam a infra-estrutura necessária para o capital no Brasil. A crescente demanda pelo fio sintético impulsionava a Nitro a buscar emancipação no que dizia respeito a todas as fases do processo de produção, incentivando o desenvolvimento da química pesada, central na produção do raiom. Foi a partir desse momento que a produção de soda cáustica, matéria-prima fundamental para aquele processo, passou a ser feita internamente, em grande

²³ Em encontro agendado por Horácio Lafer, Getúlio Vargas havia se sensibilizado com a construção da fábrica de raiom, que poderia, também, produzir materiais derivados para fins de guerra, comprometendo-se em isentar a indústria de taxas e impostos. Em setembro de 1946, a Nitro pagava sua “promessa” para com o governo varguista, instalando em sua unidade de São Miguel Paulista um setor produtor de TNT. Setor que, diga-se de passagem, foi para os ares em 1947, juntamente com os sonhos da Nitro de manter um mercado cativo de produção de explosivos para o Exército Brasileiro.

²⁴ Na ocasião, Getúlio Vargas respondeu a José Ermírio: “Só tenho motivos para felicitar-me pelo auxílio inicial que o governo do país pode, avisadamente, prestar para a instalação desta fábrica. O que acabo de verificar pessoalmente ultrapassou minha expectativa. Os produtos aqui fabricados são úteis não só à defesa militar do Brasil, como à defesa de sua economia. Mas, a obra realizada não é tudo. A potencialidade, a capacidade de expansão de que estais dotados é ainda uma promessa maior. /.../”. (Vargas *apud* Scatimburgo: 1975, 185).

escala, em uma fábrica construída pela Companhia Nacional de Álcalis (1943), com investimentos diretos do governo federal, numa parceria (Estado e capital privado) que expressa uma das características da particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, em que o Estado foi chamado para dar retaguarda à industrialização em curso. Contudo, a realização desse processo não pôde se consolidar frente à debilidade e à impossibilidade da economia nacional articular pesquisa e base tecnológica, em razão de sua condição subordinada em face do capital internacional.

Esta década foi marcada, também, pela crescente presença do capital internacional na economia brasileira, responsável pela reorientação do processo de modernização em curso até aquele momento. O projeto dos “50 anos em 5”, da fase JK, ao instaurar no país, de chofre, a industrialização com base na produção de bens de consumo duráveis, além de acentuar a exploração da classe trabalhadora, aguçando as contradições entre capital e trabalho, retirou dos setores internos o já limitado poder de decisão sobre os rumos do desenvolvimento do país. Inviabilizou-se, assim, o projeto varguista de um capitalismo autônomo em que os capitais internacionais, chamados a participarem do processo de desenvolvimento nacional, ficariam sob controle e monitoramento do Estado.

O “nacionalismo” do grande capital industrial, no Brasil, manifestava-se através da exigência de ampliar a participação do Estado na economia, possibilitando condições adequadas para que a acumulação do empresariado privado pudesse se realizar independentemente do prejuízo de outros grupos sociais.²⁵ O apelo ao “espírito empreendedor e pioneiro” e ao nacionalismo do Estado, presente nos discursos empresariais naquele momento, não deve, no entanto, ser reduzido ou interpretado como mero recurso de retórica. Para ser efetivamente compreendido, deve ser remetido à particularidade do caso brasileiro: às dificuldades da transição capitalista em países de

²⁵ As idéias nacionalistas deste período sugerem uma proximidade com o pensamento conservador da década de 30. Ainda que apresentando matizes diferenciadas, as soluções delineadas por aquele discurso tinham como proposta uma modernização conservadora, feita “pelo alto”, que pressupunha a exclusão política das massas deste processo. Como demonstramos em nosso trabalho de mestrado (*O Demiurgo da Construção Nacional: A Ideologia Industrialista de Azevedo Amaral*), Azevedo Amaral, um dos artífices do Estado Novo, identificava-se com a construção de uma sociabilidade industrial no Brasil. A objetivação da identidade nacional, segundo ele, só seria equacionada, efetivamente, a partir de uma ampla reformulação do Estado, de modo a capacitá-lo a criar bases para o capital industrial no país. De fato, o autor de *O Estado Nacional e a Realidade Brasileira*, de forma mais incisiva que seus contemporâneos conservadores, dimensionou o Estado como um organismo autoritário, interventor na realidade. Como expressão teórica da fração industrialista brasileira do período, Amaral não pleiteava apenas a figura de um Estado-empresário, mas a de um Estado que desempenhasse uma função demiúrgica, criando e viabilizando as condições para a implementação de um projeto industrialista. (Rago: 1992)

extração colonial, que alcançaram tardiamente a fase industrial, e que fazem com que o Estado assuma um papel central nesse processo de modernização, sem, contudo, deixar de favorecer as iniciativas privadas.

José Ermírio de Moraes expressou seu “nacionalismo” na defesa de um projeto de industrialização cujas bases seriam respaldadas pela presença objetiva do Estado na economia. Através de mecanismos administrativos, tais como subsídios, créditos, juros favoráveis, transferências de recursos de um setor da economia para outro e de uma política de contenção dos salários, o Estado deveria criar as condições para acumulação industrial, restringindo-se, no entanto, aos setores que não entrassem em concorrência direta com o capital privado.

A opção estratégica do grupo empresarial Votorantim - de priorizar o setor de base da produção industrial, dirigindo e concentrando esforços na área de cimento, siderurgia ferrosa e não-ferrosa, química e energia - atesta um comprometimento com dada concepção particular de desenvolvimento econômico e de identidade nacional. É a partir deste projeto que podemos buscar a confluência entre os interesses empresariais de José Ermírio de Moraes e o projeto em curso no período Vargas. Isto se evidencia na trajetória do grupo empresarial que, na década de 30, diversificou e ampliou sua produção, ultrapassando a tradicional estrutura produtiva da indústria paulista ao enveredar pela produção de cimento e, posteriormente, pela indústria química, siderúrgica e alumínio no plano nacional. Lembremos que, às vésperas dos anos 40, José Ermírio de Moraes ingressou no setor siderúrgico, criando, em abril de 1937, a Companhia Siderúrgica Barra Mansa, onde, a partir de 1946, passou a funcionar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). E, ainda nesta direção, em 1957/8, assumiu o controle da Companhia Brasileira de Metais, produzindo zinco.

Outro exemplo, que esclarece e confirma o sentido das afirmações anteriores, é o da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA. Neste período em que a política de industrialização brasileira havia sido intensificada e em que o conflito mundial impossibilitava a importação de metais da Europa e dos EUA, José Ermírio de Moraes procurou diversificar ainda mais os negócios do grupo, passando a atuar na produção de

alumínio – um setor pouco desenvolvido em nossa história industrial e que, até então, atendia quase exclusivamente à produção de utensílios domésticos.²⁶

Em 1941, a partir dos interesses comuns de Plínio Queiroz e seus sócios, de Miguel Carvalho Dias e de José Ermírio de Moraes, ganhou contornos reais a possibilidade de montar uma usina para a produção de alumínio. O projeto, elaborado por um consórcio de engenheiros e firmas norte-americanos, sugeriu Rodovalho (São Paulo), rodeada por uma área pertencente desde 1918 à própria Votorantim, como local privilegiado para sua instalação. A energia deveria ser suprida pela Light, a única em condições de dar conta daquela demanda, pois possuía o maior poder de geração de energia hidrelétrica da América Latina, com capacidade de 520.000 HP. O projeto, afinado com as perspectivas do governo varguista e do próprio Exército Brasileiro,²⁷ não teve, contudo, um desfecho feliz. Ao final de 1941, com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, as exportações americanas passaram a ser controladas. A Companhia Brasileira de Alumínio só conseguiu a autorização para importar o equipamento necessário para sua fábrica em 1945, quando a

²⁶ As primeiras experiências com a produção de alumínio foram realizadas pela Elquisa (Eleto Química Brasileira S.A.), do engenheiro Américo René Gianetti, implantada entre 1945 e 1948, e pela CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), organizada em 1941 por iniciativa de Miguel de Carvalho Dias que, logo após, associou-se ao engenheiro Plínio Queiroz. A presença de José Ermírio de Moraes e da própria Votorantim se deu em seguida, como veremos adiante. A Elquisa ganhou apoio do governo Vargas através de financiamentos para a importação de equipamentos e tecnologia. Contudo, o conflito armado no velho continente inviabilizou a montagem do projeto, redimensionado em seguida com a “ajuda” dos EUA. A instalação da usina em Saramenha - MG - iniciou-se em julho de 1941, mas sua produção só ocorreu de fato em 1945, com grandes dificuldades e uma dívida imensa. No entanto, o destino da Elquisa estava selado com o final da guerra. Como afirma Raymundo Campos Machado, o abastecimento de alumínio “/.../ foi retomado com intensidade com os excessos de estoques nos EE.UU. e, em 1944, antes do início da produção da ELQUISA, entraram no país cerca de 2.700 t de alumínio, tonelagem muito maior do que estava prevista ser necessidade para atender o consumo nacional.” (Campos Machado: s/d, 47). A entrada do metal no mercado brasileiro foi, ainda, facilitada pela inexistência de uma proteção alfandegária que controlasse sua importação. A Elquisa paralisou suas atividades em agosto de 1946. A partir de 1947, a Alcan (Aluminium Limited do Canadá) já estudava sua compra, realizada em 1950 por um preço reduzido, além das vantagens adquiridas com a remessa de dividendos. Um ano após a sua venda, a Elquisa voltou a produzir alumínio. A outra experiência com metalurgia de alumínio remonta ao ano de 1939 e foi resultado de um projeto acalentado por Miguel Carvalho Dias, proprietário de reservas de bauxita em Poços de Caldas - MG. O projeto previa a instalação da fábrica em Rodovalho, localizada na Estrada de Ferro Sorocabana, local que reunia as melhores condições para a produção do alumínio: acesso fácil para a matéria-prima, que viria de Minas Gerais; abastecimento de energia através da Light, que possuía uma linha de 88.000 w próxima ao local; e o centro urbano de Sorocaba. O projeto acabou sendo inviabilizado, pois a Light recusou-se a fornecer energia para a futura usina, alegando não possuir disponibilidade para tal, e isto apesar de Miguel C. Dias questionar o veredicto. (Cf. Silva: 2003, 72). Em fevereiro de 1941, foi a vez do engenheiro Plínio Queiroz se aventurar na produção de alumínio, fundando a CBA. A matéria-prima, a bauxita, viria das reservas de Miguel de Carvalho Dias, em Minas Gerais. Porém, mais uma vez, esbarrou-se na precariedade das condições nacionais e o fôlego do engenheiro foi suficiente para a produção de sulfato de alumínio também produzido pela Nitro Química do grupo do José Ermírio de Moraes e Antonio Pereira Ignácio.

²⁷ O projeto varguista de implantação de uma infra-estrutura começou a se concretizar com o pólo siderúrgico da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, em abril de 1941, com a criação da Companhia Nacional de Alcalis, a CNA, em 1943, entre outros empreendimentos. Raymundo Campos Machado apontou que o projeto da CBA havia sido bem estruturado desde o início, contando com tratamento privilegiado do governo e do Banco do Brasil.

demanda do mercado de alumínio já estava satisfeita, com o reinício das importações do alumínio estrangeiro.

Em 1946, a Companhia Brasileira de Alumínio contratou um novo projeto, agora a cargo da firma italiana *Sciacca e Piacentini* que, além de oferecer melhores condições, previa também a fabricação de cabos e de papel-alumínio, atingindo, assim, um mercado maior. A construção da fábrica teve início em 1948, em Rodovalho, mas somente em 1955 passou a operar normalmente.

Na realidade, a carência de financiamentos, suprida em parte por aportes da própria Votorantim, entre 1948 e 1957, somada às dificuldades impostas pela ausência de condições energéticas – contratemplos enfrentados por José Ermírio de Moraes e seus sócios durante a implantação da Companhia Brasileira de Alumínio²⁸ – traduzem, antes de tudo, o quadro das dificuldades para efetivação do capitalismo tardio e subordinado no Brasil. Neste caso, estávamos diante de limites objetivos para a implementação de uma indústria de base, que poderia estabelecer condições para uma economia nacional autônoma, ou, no mínimo, para uma associação mais equilibrada com o capital internacional.

A inexistência de uma infra-estrutura adequada ao crescimento industrial, reconhecida desde os anos 30, comprometeu o desenvolvimento posterior da economia brasileira. O projeto varguista que, desde o seu primeiro momento, sinalizou uma cumplicidade com a agenda “desenvolvimentista”, somente ganhou contornos efetivos em sua segunda fase, quando a questão da siderurgia, do petróleo e, fundamentalmente, da energia elétrica tornaram-se pontos centrais de seu programa. A superação do subdesenvolvimento e a emancipação econômica do país, metas a serem alcançadas, deveriam estar ancoradas no desenvolvimento industrial, cujo pressuposto era a existência de energia abundante e barata²⁹, como bem sinaliza o pronunciamento de Vargas:

“Para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é

²⁸ Em 1942, ainda que o DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - determinasse o fornecimento de energia à usina metalúrgica, a Light não o fazia, alegando não possuir capacidade para tal.

²⁹ A Eletrobrás – que ganhou corpo no início da década de 50, transformou-se em lei em 25/04/1961 e foi implantada em 11/06/1962 – poderia significar a solução dos problemas enfrentados pelo crescimento industrial, evidenciados na grande crise de energia enfrentada pela indústria paulista em 1953, ocasionada pela recusa das agências de capital internacional, que monopolizavam a geração de energia – Light e Anforp –, em ampliar o abastecimento de eletricidade.

indispensável sobretudo que seja abundante. A oferta de energia deve preceder e estimular a demanda. A falta de reserva de capacidade e as crises de eletricidade são processos de asfixia econômica de conseqüências funestas” (Vargas *apud* Silva: 2003, 92-3).

O quadro acima fornece, em linhas gerais, um panorama das dificuldades enfrentadas pela Companhia Brasileira de Alumínio no equacionamento da questão de energia e que acabaram por despertar o “espírito empreendedor” de José Ermírio de Moraes, na busca de solução para o problema energético da Companhia: a construção de hidrelétricas próprias para o complexo metalúrgico. Ainda que atrasasse e encarecesse razoavelmente a construção da Companhia, essa iniciativa garantiria a geração de boa parte da energia a ser utilizada na produção do metal. No entanto, seu encaminhamento encontrou novos empecilhos. Ao pedir a concessão para o aproveitamento do rio Juquiá, mais uma vez a Light atrapalhou a Companhia Brasileira de Alumínio, entrando “/.../ com recurso pedindo ao governo federal que essa concessão fosse negada porque o aproveitamento daquele rio estava em seus planos de desenvolvimento” (Carvalho:1986). Somente após três anos de batalhas judiciais chegou ao fim o calvário da CBA, que, em 1955 passou a funcionar com parte considerável de energia gerada por suas próprias hidrelétricas.

O final da década de 40 e os anos 50 foram períodos de transformações administrativas no Grupo Votorantim. Nesta época, a segunda geração da família deu entrada na direção do grupo. Ela vinha sendo preparada já havia algum tempo, desde quando Ermírio de Moraes enviou seus dois filhos mais velhos para a mesma escola norte-americana de engenharia onde havia estudado. No ano de 1948, José Ermírio de Moraes Filho ficou responsável pelo setor de cimento, em Sorocaba, e Antonio Ermírio de Moraes, no ano seguinte, pela CBA e pela siderurgia de Barra Mansa. Posteriormente, o filho Ermírio e o genro Clóvis Scipilitti passaram, também, a integrar o grupo.

Outro fator determinante para a nova fase da empresa foi a morte de Antonio Ignácio, em 1951, que provocou uma série de mudanças, como o afastamento dos

cunhados de José Ermírio de Moraes³⁰. Em 1952, José Ermírio de Moraes assumiu a Vice-Presidência da Fiesp e, em 1953, frente à grande crise energética que assolou o parque industrial paulista, provocando grande racionamento, passou a indicar como solução para o problema o envolvimento do Estado na produção de energia, o que lhe valeu a identificação de nacionalista. Em seu caso específico, como vimos, acabou financiando seus próprios projetos de hidrelétricas.

Na década de 60, uma nova fase se abriu para o industrial pernambucano. Com a sucessão do grupo consolidada e participando, como membro do Conselho Consultivo e Deliberativo, de uma das maiores associações de classe do país (Fiesp), o momento passou a exigir uma atuação diferenciada, já que, como liderança José Ermírio de Moraes buscou atuar diretamente na esfera política. Em 1961, foi indicado por Jânio Quadros para a embaixada brasileira em Bonn, na Alemanha, mas seu nome foi reprovado pelo Senado. A partir de então ocupou o cargo de presidente da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em São Paulo, durante o governo de Carvalho Pinto. Ali, juntamente com Fernando Gasparian, realizou ampla racionalização administrativa, imprimindo um sentido empresarial à Companhia que, até aquele momento operara com prejuízos³¹.

Em julho de 1962 foi convidado para assumir a pasta da Indústria e Comércio no gabinete de Brochado da Rocha, mas declinou o convite. Em 1962, candidatou-se ao Senado por Pernambuco, seu estado de origem, em uma coligação do Partido Trabalhista Nacional (PTN) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Financiou, ainda, a candidatura de Miguel Arraes ao governo daquele estado pelo Partido Social Trabalhista (PST), com apoio do PTB e dissidências do PSD. Em outras palavras, naquele momento José Ermírio de Moraes alinhava-se às forças ditas nacionalistas e de esquerdas. Afastou-se, então, da direção do Grupo Votorantim, que passou a ser administrado por seus filhos e genro, Antonio e José Ermírio de Moraes e Clóvis Scipilitti.

³⁰ Warren Dean assinalou que a morte de Pereira Ignácio, em 1951, promoveu uma reação de revolta em seus herdeiros diretos, que se sentiam alijados das decisões do Grupo Votorantim. Em contrapartida, teriam decidido vender sua parte para um inimigo de José Ermírio de Moraes. Esta é, no entanto, uma questão controversa. Scatimburgo, em sua biografia do empresário, afirma que o brasilianista estava mal-informado. Dizendo ter sido ele o autor do “furo” das vendas das ações dos herdeiros no *Diário de São Paulo*, afirmava: “A venda ao empresário José Kalil foi uma intempestiva e inconsciente ação dos portadores de ações, mas o comprador não era inimigo de Moraes. O empresário José Kalil mais tarde vendeu-lhe as ações, realizando, segundo circulou na época, excelente lucro, em pouco tempo”. (Scatimburgo: 1975, 216). Depoimento colhido com Fernando Gasparian, amigo e colaborador de José Ermírio, também contradiz as afirmações de Dean, pois, segundo seu relato, a transição teria sido consensual e amistosa, uma vez que os herdeiros de Pereira Ignácio tinham se desinteressado pela administração do Grupo Votorantim.

³¹ Cf. depoimento de Fernando Gasparian à pesquisadora.

Eleito senador por Pernambuco, em outubro de 1962, José Ermírio assumiu inicialmente a pasta da Agricultura durante o primeiro ministério presidencialista de João Goulart, no período de 28 de janeiro a 21 de junho de 1963. Só então passou a ocupar seu lugar no Senado, pautando sua atuação pela defesa da indústria nacional. Candidato pelo seu Estado, em 1970, não conseguiu, porém, reeleger-se.

2. A Acumulação Capitalista Industrial de 1950 a 1964

A partir da década de 50, a trajetória histórica de nossa formação social sofreu uma inflexão, intensificando-se os projetos de construção nacional, como reflexo da reconfiguração sofrida pelo mundo capitalista no pós-guerra. Procurar entender os desdobramentos dessa lógica do capital na formação econômica nacional, assim como a configuração e atuação de setores das elites industriais brasileiras naquele momento, é o objetivo deste segmento do nosso trabalho.

Completada a reconstrução das economias européias do pós-guerra e dos investimentos voltados à satisfação das demandas impostas pela guerra fria, observa-se o início de uma nova fase para o mercado de capitais, com a penetração em economias que se industrializavam, mediante a concessão de empréstimos diretos. Segundo o economista Paul Singer,

“/.../ Foi nestas circunstâncias que a ampliação dos investimentos americanos (e também europeus e japoneses) na América Latina e no Brasil não foi mais que uma conseqüência lateral do enorme aumento de intercâmbio de capital industrial que se produziu entre os países industrializados, impulsionados pela competição crescente entre os conglomerados (internacionais apenas na forma) pelo domínio dos grandes mercados. /.../” (Singer: 1985, p. 47).

Neste momento, a dinâmica da economia brasileira estava assentada numa expansão industrial tolhida, na medida em que o núcleo de bens de produção não se encontrava desenvolvido, em face da descontinuidade tecnológica e da exigência de um grande investimento inicial. O Estado brasileiro, como em tantas outras formações sociais de extração colonial, teve de comportar, então, como um verdadeiro *Leviatã* hipertrofiado, com funções de promover, viabilizar, controlar e até realizar a acumulação industrial. Coube ao Estado nacional implementar a infra-estrutura necessária ao capital privado

nacional num momento particularmente difícil, marcado pela ausência de poupança interna e pela restrição dos capitais do pós-guerra. Além de controlar as pretensões da classe trabalhadora de reverter a contenção salarial, imposta em nome do crescimento nacional, e, ainda, efetivar uma política protecionista para as indústrias nativas.

Para parcelas do capital privado nacional, a articulação de um setor de bens de produção poderia assegurar relativa independência econômica e crescimento industrial. No entanto, as condições necessárias para a constituição desse núcleo não só não existiam naquele momento, como também iniciativas desta natureza não eram vantajosas para o capital privado nacional. Para a burguesia brasileira, existiam outras opções de investimentos, menos arriscadas, mais lucrativas e de retorno mais rápido. João Manoel Cardoso de Mello ilustra este fato afirmando que o setor industrial buscava

“/.../expandir a indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis ‘leves’, ou converter-se em capital mercantil invadindo /.../ o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas” (Mello: 1984, 112-3).

Em função da necessidade imperiosa de aprofundarem-se as bases da industrialização brasileira, o segundo governo Vargas apoiou-se em uma configuração de forças sociais que tinha como perspectiva uma acumulação centrada no DI³², com forte presença do Estado. Neste caso, a necessidade de corrigir a ausência de uma infra-estrutura foi confirmada pela implementação e planejamento de empresas como a Petrobrás e Eletrobrás, e a ampliação da siderurgia, do setor de máquinas e da indústria química.

A acumulação industrial pretendida por Vargas, de comum acordo com setores do capital industrial nacional, apoiava-se no tripé *Estado, indústria local e capital internacional*. Ao investimento público caberia a constituição de uma infra-estrutura,

³² A divisão de economia em três departamentos funda-se nos esquemas da reprodução ampliada de Marx, em que a reprodução é estudada a partir das relações entre dois departamentos, o produtor de bens de produção e o produtor de bens de consumo. Ver Marx: 1973 “Michel Kalecki, amplia o esquema de Marx para introduzir um departamento produtor de bens de consumo para capitalistas, que corresponde no caso que estamos tratando, ao departamento de bens de consumo duráveis, *grosso modo*. Neste caso passa a valer a seguinte divisão: Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são *também* de capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo não duráveis; e Departamento de bens de consumo capitalistas, que estamos chamando de bens de consumo duráveis.” Oliveira: 1980, p. 77.

favorecendo as *indústrias locais* - que se desenvolveriam com a retaguarda estatal e pela participação nas formulações de políticas econômicas através de suas organizações corporativas. Ao capital estrangeiro, tradicionalmente ligado ao setor de serviço (produção e transmissão de energia) e às indústrias tradicionais competiria, ao final da década de 50, o setor de bens de consumo duráveis, como a indústria automobilística (montadoras de veículos) e os bens de capital para atender à refinarias e hidrelétricas, fábricas de alimentos, indústrias químicas, farmacêuticas e afins. Neste período, a articulação do DI exigiria o acesso e o domínio de tecnologia importada, bem como a existência dos bens de capital para produzi-lo.

A identidade do projeto varguista era dada não só pela ênfase ao setor de bens de produção, mas, também, pela forma como concebia seu financiamento: uma parte seria sustentada pelas próprias divisas, geradas pelo setor agroexportador e transferidas (através de uma política cambial) para o industrial; a outra, por meio do controle dos salários das estatais, que seriam compensados pelos subsídios aplicados em alguns serviços que retornariam, como salário indireto, para a classe trabalhadora. No entanto, a condição de parceiro menor e subordinado na acumulação capitalista internacional trazia como resultado a carência de divisas geradas no mercado externo, o que impossibilitava a importação dos bens de produção necessários para o primeiro momento da acumulação brasileira. Em última instância, esse esquema pressupunha, portanto, o recurso a investimentos de capitais externos através de empréstimos em carteira, com juros menores e sob controle do Estado.

O equilíbrio precário entre as forças sociais que apoiavam o governo Vargas se viu comprometido no momento em que as diversas frações agrárias se recusaram a “pagar a conta” da implementação do núcleo de base da economia; em que setores industriais e comerciais mais conservadores não se sentiram devidamente atendidos em seus interesses, além de cobiçarem as áreas dominadas pelos investimentos estatais, e os trabalhadores, ao vivenciarem a deterioração das

condições de vida, passaram a exigir reposição salarial, levando o governo a um impasse.³³

A crise aberta em 1954 colocou um ponto final, pelo menos por um certo período, no projeto de desenvolvimento autônomo para o Brasil. A nova política econômica posta em prática por Eugênio Gudin, depois do suicídio de Vargas, redefiniu a atitude frente ao capital internacional, satisfazendo setores internos nacionais (agrários e industriais), como também a posição do próprio capital externo, que já há algum tempo havia mudado sua atitude em relação aos países subdesenvolvidos. Em janeiro de 1955, foi baixada a instrução Sumoc 113³⁴, que favoreceu especialmente a atuação das empresas estrangeiras aqui alocadas, assim como aquelas que procuravam, agora, fazer parte do parque industrial brasileiro.

No período subsequente, dos “50 anos em 5” de JK, o padrão da acumulação capitalista no Brasil foi reorientado, centrando-se no setor de bens de consumo duráveis (DIII), de realização interna, com forte presença do Estado e contando com o recurso da Sumoc 113, como forma essencial de financiamento. É preciso atentar para o fato de que o comprometimento com o grande capital externo contou com o aval de setores da economia brasileira: uns que viam aí a possibilidade de aumentar seus ganhos, outros que,

³³ As áreas comprometidas com as finanças internacionais impulsionaram a aprovação da reforma de 1953, que permitia a entrada e saída do capital e do lucro via taxa de câmbio livre. No entanto, a situação estava bastante deteriorada fazendo que um grande coro de descontentes de peso se manifestasse. Leopoldi chama nossa atenção para a formação de “uma aliança política de oposição, envolvendo políticos da União Democrática Nacional (UDN), militares antigetulistas, parte da liderança industrial e comercial de orientação neoliberal, elites agrárias e empresas estrangeiras, interessadas na extração do petróleo e distribuição de energia elétrica, ameaçadas com os projetos de criação da Petrobrás e Eletrobrás”, Leopoldi: 2000, p. 254.

³⁴ Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito, criada em 1945, possuía como funções fiscalizar o sistema bancário nacional e elaborar a política monetária e cambial. Juntamente com a carteira de crédito do Banco do Brasil, funcionava como um Banco Central. No início da década de 50, para fazer importações num quadro de carência de divisas, foi estabelecido um sistema de controle através de licenças concedidas pela Cexim, órgão também ligado ao Banco do Brasil e encarregado das exportações. A Sumoc 70, vigente no segundo governo Vargas, favorecia os industriais em detrimento dos agroexportadores através de um câmbio específico para o setor fabril. Por sua vez, a Instrução Sumoc 113 estabelecia que a Cexim poderia emitir licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial. Estas licenças eram obtidas desde que se provasse dispor de recursos ou equipamentos no exterior para pagá-las. Constariam como ativos da empresa investimentos estrangeiros no Brasil e não gastos. No entanto, somente as empresas estrangeiras, ou as nacionais a elas associadas, possuíam as condições para realizar essa operação. A intenção dessa medida, na lógica de seu artífice, era aumentar as importações de bens de capital sem gastar as divisas, viabilizadas pelo sistema de leilões, e sem desequilibrar o balanço de pagamentos. Esse mecanismo foi largamente utilizado no período JK para financiamento externo da industrialização centrada no DIII. Em dezembro de 1964, com a reforma bancária proposta por Roberto Campos, a Sumoc e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foram extintas, dando lugar ao Banco Central.

beneficiados por uma concentração de renda no período anterior, almejavam o consumo de itens ainda não produzidos aqui³⁵.

A realização desse padrão de acumulação pressupunha a existência de um DI mínimo, suporte do setor de bens de consumo duráveis (DIII), que não pôde se concretizar no momento anterior, por mais que Vargas despendesse esforços nesse sentido. A desproporcionalidade entre os dois setores fez com que a economia brasileira restabelecesse e aprofundasse sua dependência em relação ao capital internacional através de investimentos diretos, que financiaram toda a indústria automobilística, a construção naval, a siderurgia, a química e a importação de aço para a implantação do DI necessário. A crise advinda de uma acumulação capitalista associada – na condição de sócio menor – acabou deixando o país refém da economia internacional. A leitura de Singer apreende bem esse momento:

“É preciso entender que este conjunto impressionante de incentivos consubstancia uma política global em relação ao capital proveniente dos países industrializados, cujos conglomerados se pretendia deliberadamente atrair para cá, abrindo-lhes áreas inteiras da economia nacional: indústria de automóveis, tratores, material elétrico e eletrônico, produtos químicos. Esta política mostrou ter bases sólidas na estrutura de poder que se tinha estabelecido no país, pois foi iniciada na administração de Getúlio e mantida e ampliada na administração de Juscelino Kubitschek /.../”(Singer: 1985, 46).

O padrão de acumulação desenvolvido através do Plano de Metas revelou muito cedo suas contradições que se explicam, em parte, por seu padrão de financiamento: numa ponta o capital internacional e noutra um mecanismo interno de inflação. Mecanismo que, tendo alcançado índices insuportáveis em 1962, promoveu uma alta exagerada do custo de vida e fez com que a classe trabalhadora se recusasse a pagar as contas dessa acumulação. O crescimento da militância no movimento operário pôs em andamento uma crise que, mais à frente, desembocaria no golpe militar de 1964.

³⁵ Francisco de Oliveira mostra que a análise realizada pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, em 1954, apontava para a existência de uma “demanda reprimida” oriunda do governo anterior e que se tornou uma das bases de sustentação do padrão de acumulação implementado pelo Plano de Metas. (Oliveira: 1980, p. 84.)

3. As Respostas da Burguesia: Liberalismo x Intervencionismo

Quais os desdobramentos deste processo para os setores industriais do capital nacional, a partir da segunda metade dos anos 50? O que se vislumbra é que, ante uma concorrência das empresas estrangeiras, restou-lhes, no geral, a transferência de ramo de atividades, ou a associação, ao custo de perderem o controle e a gestão das empresas. No entanto, excepcionalmente, algumas áreas industriais se posicionaram contra a política de favorecimento dos grupos internacionais e estatais, em detrimento dos capitais nativos. Ou seja, algumas frações das classes proprietárias industriais brasileiras acabaram reagindo frente às ações que feriam diretamente seus interesses mais imediatos.

É possível observar, também, essa mesma discussão no plano do Estado. O momento repôs o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento das economias tardias e subordinadas, fazendo com que os projetos defendidos pelos técnicos dos organismos governamentais, com forte ancoragem nos diferentes setores da burguesia, ganhassem nitidez. Em outras palavras, estávamos frente a segmentos alojados no Estado, que representavam interesses diferenciados das forças sociais em conflito, descartando-se, de antemão, a possibilidade, da existência de uma “burocracia como portadora da consciência da burguesia nacional” tal como defendido por Luciano Martins (Martins *apud* Oliveira: 1980, 78).

Essa discussão, presente nos momentos iniciais da arrancada da industrialização brasileira, na década de 30, ganhou contornos mais definidos em meados dos anos 40, com a célebre polêmica entre Simonsen e Gudin.³⁶ A partir daí, ao lado de técnicos nacionalistas - que apostavam num crescimento com a forte presença do Estado, através do capital nacional e do uso do investimento privado internacional -, ganhou força uma corrente, também defendida por quadros do governo, que pretendia somente a ampla participação de capitais estrangeiros, bem como a da livre empresa nacional. Esta outra posição comportava, ainda, uma diferenciação com relação à presença da empresa estatal, aceitando-a somente nos grandes investimentos³⁷.

³⁶ Sobre o assunto vide os trabalhos de Vieira (1987), Bielschowsky (1996) e Borges (1994).

³⁷ Para a diferenciação das diferentes tendências do pensamento industrialista, neste período, consultar Bielschowsky: 1996.

Frente aos rumos que a política econômica vinha tomando desde a crise de 1954, as tensões entre industriais e governo tornaram-se mais profundas e agudas, como resultado das medidas liberais, antiinflacionárias, antiprotecionistas adotadas por Eugenio Gudin - ministro de Café Filho, responsável pela desaceleração da incipiente indústria de bens de capital paulista e, com isto, pelos conflitos com os empresários do setor. A política posta em curso por Gudin contrariava o caminho trilhado pela economia brasileira até então. A Instrução Sumoc 113 expressava uma concepção de desenvolvimento calcada na rápida industrialização do país através do aumento da importação de bens de capital, com vistas a facilitar a implantação de indústrias modernas ou reequipar as já existentes. Este mecanismo mudou a forma de incentivo à indústria, pois priorizava o investimento estrangeiro, e não o protecionismo cambial. Com isto, além de desnacionalizar a indústria local, passou a ameaçar a reserva de mercado de alguns desses setores.

O empresariado paulista, através da Fiesp, foi pioneiro no combate às novas medidas, dividindo-se entre os *nacionalistas radicais*, os *intervencionistas moderados*, que buscavam uma normatização dos investimentos – a *geração dos cadetes*³⁸ - e os *antiintervencionistas* e pró-capital estrangeiro. A crítica uniforme à política desencadeada pelo Estado, na segunda metade da década de 50, resultava da ambivalência contida nas portarias da reforma de 1957 e da Sumoc 113. Se, por um lado, os empresários podiam lucrar com o crescimento do mercado interno e industrial, através da reforma cambial de 1957, por outro, tinham como desvantagem o estímulo para que as empresas estrangeiras aqui se instalassem³⁹.

³⁸ Roberto Simonsen e Evaldo Lodi representavam o empresariado industrial no momento inicial da arrancada e diversificação da industrialização brasileira. Através de um discurso que enfatizava o protecionismo e o apoio do Estado ao desenvolvimento industrial, essa geração pioneira, formada a partir do eixo RJ-SP, possuía vínculos com o regime Vargas, no Estado Novo e na década de 50, através do sistema de representação corporativa. Com a morte de Simonsen, em 1948, seus sucessores (a “geração dos cadetes”), ainda que sob sua forte influência, mas sem tanta força, passaram a defender o antiintervencionismo, a exemplo dos industriais na FIRJ (Federação Industrial do Rio de Janeiro). Um exemplo desse novo empresariado paulista foi “cadete” Manoel da Costa Santos, defensor de um intervencionismo moderado na Petrobrás, mas que aceitava o capital estrangeiro e a livre-empresa.

³⁹ Essa diversidade de posições pode ser explicada, segundo Leopoldi, pela particularidade da indústria paulista em que os grandes e mesmo os pequenos e médios setores de indústria tradicional, nacionais ou estrangeiros, conviviam com os novos ramos implantados, nesta nova fase da indústria automobilística e de autopeças, instaladas no ABC. A indústria de automóveis promoveu e estimulou a de autopeças e de metais não-ferrosos. A ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), por Jorge Resende, em 1955, surgiu como uma necessidade de atender à demanda de equipamentos e peças de montagem das refinarias de petróleo em expansão. (Cf. Leopoldi: 2000, 262, 267, 282). A partir da década de 50, a liderança industrial tendeu a ficar nas mãos dos setores mecânico-metalúrgico e com a participação menor das áreas tradicionais nas posições de poder nas federações regionais.

As críticas feitas pela Fiesp, desde o princípio, foram contundentes com relação à SUMOC 113. a entidade exigia igualdade de tratamento, ou seja, a possibilidade de acesso à tecnologia avançada, sem cobertura cambial e na forma de investimento, controle do equipamento importado e seleção nas instalações industriais, evitando-se concorrência de similares. Na situação prevalecente, pouco espaço restava à indústria nativa: ou sua modernização, como saída para a resistência, ou o colapso frente ao capital internacional. Alguns setores ainda buscaram uma adaptação e sobreviveram sob diferentes formas na composição do controle das empresas. Para a Fiesp, num melancólico balanço geral, “/.../a indústria nacional desenvolveu-se, mas a empresa privada nacional perdeu posição/.../” (Fiesp-Ciesp *“A empresa privada nacional e o desenvolvimento industrial brasileiro.”* Cadernos Econômicos 24:1975,16, *apud* Leopoldi: 2000, p. 285).

A impossibilidade de interferir nos rumos das decisões tomadas pelo governo ocasionou uma reação no empresariado. Diversamente do período Vargas, em que alguns empresários possuíam assento na Coordenação de Desenvolvimento Industrial e na Petrobrás (Leopoldi:2000, 284)⁴⁰, nesta nova etapa da acumulação industrial isto já não ocorria mais. Eugenio Gudín não só descartava as críticas feitas pelos industriais paulistas, como também considerava suas indústrias ineficientes, incapazes de suprir as demandas e as acusava de viverem à sombra das tarifas aduaneiras, monopolizando o mercado e prejudicando o consumidor brasileiro. Para o liberal Gudín, deveria haver “menos federação de indústrias e mais produtividade.”⁴¹

⁴⁰ O Departamento de Economia da CNI, “órgão de defesa da ideologia sustentada pelos líderes da indústria”, travou uma batalha contra a política governamental de Eugenio Gudín no Conselho Nacional de Economia. O intenso debate entre o CNE e os economistas do DE da CNI, nos anos de 1954-1955, ainda que semelhante ao travado anteriormente por Simonsen e Gudín, foi mais agudo não só pelo grau de desenvolvimento e problemas que a economia brasileira enfrentava, como também pelo espectro de forças que envolviam. Gudín, e os “desaceleradores da economia” (Bulhões, a Revista Brasileira de Economia (FGV), os deputados e udenistas Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro) foram criticados pelos técnicos nacionalistas e membros do Iseb, pela Cepal, e pela Revista Desenvolvimento e Conjuntura, porta-voz da Fiesp e da CNI, entre outros. O debate ainda se estendeu pela Escola do Estado Maior do Exército e na ESG e na imprensa do RJ e SP, que responderam às críticas de Gudín formuladas nos jornais de Chatô (Diários Associados e O Globo). (Cf. Leopoldi, 241).

⁴¹ Lembre-se: as importações dependiam de licenças emitidas pela Cacex sem cobertura cambial. Os bens entravam como investimentos para a empresa que importava. Com isso, economizavam-se as precárias divisas e se buscava um equilíbrio na balança de pagamentos. O capital equivalente ao equipamento importado era registrado na empresa com base de taxa de câmbio livre. A remessa de lucro e as amortizações usavam também taxa preferencial e eram calculadas sobre investimentos aqui realizados. Para importar era necessário provar possuir recursos no exterior (moeda) e equipamentos. De 1955 a 1961, a Cacex concedeu licença sem as indústrias nacionais opinarem sobre essencialidade e similaridade.

Segundo Maria Antonieta Leopoldi, a reação dos empresários à política econômica não se limitou somente ao recurso a uma retórica radical. O setor buscou uma articulação com banqueiros e industriais e fez do governador paulista, Jânio Quadros, seu porta-voz. Caberia ao governador pressionar o presidente Café Filho para alterar a política de estabilização e de falta de crédito posta em prática por Eugênio Gudin. A historiadora carioca sugere, ainda, que Gudin e sua equipe (Mariani e Bulhões) teriam renunciado por não concordarem com a intervenção. O novo ministro da Fazenda passou a ser, então, o banqueiro paulista José Maria Whitaker. (Leopoldi:2000, 242-243)⁴².

É necessário entender que o papel de vanguarda crítica, desempenhada por setores do empresariado paulista com relação à política liberal de Eugênio Gudin, assentava-se na importância e projeção do parque industrial de São Paulo, que estava sofrendo diretamente com as medidas tomadas. O processo de acumulação exigia a existência de uma malha razoável de infra-estrutura que, na época, estava localizada no sudeste. Por isto, a região havia se transformado em sede da indústria de veículos, de setores da indústria de base e de bens de consumo duráveis, ainda não produzidos no país e que não ficariam sob controle do capital nacional. A resultante desse processo foi o acirramento da concorrência entre os setores nacionais que se enquadravam na incipiente indústria de bens de capital e que não podiam contar com as benesses proporcionadas pela Sumoc 113 e a indústria estrangeira já alocada ou, ainda, a que estava sendo atraída do exterior, favorecidas por esta portaria e atraídas pelas facilidades existentes. O repúdio às medidas da equipe econômica, que insistia em cortar os laços com a indústria paulista, tinha como expoentes Ramiz Gattás e Vicente Mammana, fundadores do sindicato das indústrias de autopeças, e Manoel Costa Santos, ligado ao ramo de eletrodomésticos e porta-voz da Fiesp. Santos, inclusive, possuía um discurso que muito se assemelhava ao de Simonsen, defendendo planejamento e proteção governamental, recurso ao capital internacional e igualdade de condições para o capital nacional.

As vozes contrárias à política governamental não se limitaram, no entanto, a estes representantes do mundo industrial e nem à Fiesp. Alcançaram o próprio Departamento de Economia da Confederação Nacional da Indústria, órgão representativo do empresariado

⁴² O novo ministro bloqueou as medidas de Gudin que impediam o crescimento econômico, mas a Instrução 113 foi mantida. Nessa passagem fica clara a tese da autora (Leopoldi), que busca mostrar a presença de uma burguesia brasileira na condução da política econômica no Brasil.

nacional. Aliás, a crítica aos “desaceleradores da industrialização” acabou saindo dos marcos das associações, ganhando as páginas de jornais e revistas especializadas. Neste momento, os críticos foram buscar no discurso cepalino as armas necessárias para o enfrentamento das teses defendidas por Eugenio Gudín. Com as formulações desenvolvidas pela CEPAL, o combate ganhou densidade e contornos teóricos mais nítidos, pois se apoderou dos conceitos utilizados pela análise desenvolvimentista para explicar a situação de subordinação e atraso da economia brasileira.⁴³

O que se percebe com nitidez é que a política que favorecia a internacionalização da economia levou o empresariado brasileiro, diretamente afetado, a articular um discurso nacionalista de sobrevivência. Foi o desenvolvimento deste discurso nacionalista frente à concorrência estrangeira, que fez com que alguns historiadores aí identificassem semelhanças com a luta por tarifas protecionistas, levada à frente por setores industriais na década de 30 (veja-se Leopoldi). No entanto, acreditamos que se trata de situações históricas distintas, ainda que a questão seja, em princípio, aparentemente a mesma: a defesa da indústria brasileira. Naquele primeiro período, o que estava em jogo era a necessidade de se criarem as condições para o desenvolvimento de uma acumulação industrial e a desmontagem de uma engrenagem que, até aquele momento, favorecia os setores agroexportadores. Já na década de 50, a incipiente indústria nacional enfrentava um novo patamar de acumulação, tentando construir um núcleo de bens de produção que abriria a possibilidade de um desenvolvimento independente. Entretanto, essa época coincidia com a expansão do capital internacional, liberado da reconstrução das economias destruídas pela II Guerra. Outro dado a ser considerado era o aguçamento da guerra fria e, portanto, a necessidade do grande capital de ocupar todos os espaços disponíveis na periferia, especialmente nas economias subdesenvolvidas que possuíssem alguma malha de bens de produção e um mercado interno promissor. Essa questão pode ser ilustrada pelos investimentos estrangeiros na América Latina, área privilegiada pelos capitais europeus e norte-americanos, que escolheram principalmente Argentina, Brasil e México, países dotados daquelas pre-condições. Sendo assim, a problemática da industrialização nos anos 50 apresenta contornos diferenciados, daí o nacionalismo

⁴³ Consultar Celso Furtado, 1985; Bielschowsky, 1996 e Rodriguez, 1981.

assumir, neste momento, um conteúdo diferente e sensibilizar amplos setores da sociedade brasileira.⁴⁴

Nem todos os setores industriais criticaram, no entanto, a política liberal de Eugênio Gudin. A Federação Industrial do Rio de Janeiro, recebeu muito bem essas mudanças. A FIRJ, através da presidência de Zulfo Mallmann (ligado a um laboratório farmacêutico estrangeiro e sucessor de Evaldo Lodi no cargo), expressava um antiintervencionismo estatal, opondo-se ao Estado empresário, ao controle cambial, e assumindo uma posição altamente favorável ao capital estrangeiro.

3.1. Estado e Empresários

Nos anos 50, ganhou destaque a discussão dos papéis desempenhados pelo Estado, pelo capital estrangeiro e pelo próprio capital privado nacional na industrialização no Brasil e, em especial, no setor de bens de capital. Para entendermos a atuação de José Ermírio de Moraes, é necessário procurar esta articulação entre Estado e burguesia industrial nas condições particulares do capitalismo brasileiro. Tema polêmico, que gerou amplo debate na historiografia e que, de um modo geral, pode ser sintetizado em duas amplas abordagens: uma que atribui um papel ativo ao Estado e outra que reforça a ação coordenada do empresariado no processo de modernização⁴⁵. É interessante notar que a colocação da questão nestes termos, no entanto, resulta num falso problema, uma vez que o Estado não se põe como uma entidade deslocada da sociabilidade que lhe dá vida e

⁴⁴ Leopoldi faz uma distinção entre o nacionalismo antes e depois da Instrução Sumoc 113. No primeiro momento, a defesa do produto nacional voltava-se contra o importado sem tarifas, contra as empresas estrangeiras que produziam bens similares, contra a taxaço sobre os serviços e pela necessidade de propagar o desenvolvimento industrial para vencer o subdesenvolvimento. Posteriormente, a luta do empresário local punha-se frente à pressão para importar equipamentos em leilões, modernizar-se e competir ou, então, associar-se ao capital estrangeiro. (Cf. Leopoldi: 2000, p. 268). É preciso, no entanto, considerar algo que não está presente nesta análise: a nova relação entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, neste momento diferenciado da lógica do sistema capitalista. Nesta circunstância, era conveniente para os países centrais industrializar a periferia. A relação não seria mais apenas de troca de produtos primários por produtos manufaturados, mas a absorção pela periferia da produção de bens manufaturados de capital e de capitais de investimento voltados para a industrialização de bens de consumo.

⁴⁵ Boris Fausto, ao prefaciar o livro *Política e Interesses na Industrialização Brasileira*, de Maria Antonieta P. Leopoldi, questionava-se “em que medida o desenvolvimento econômico do país, a partir dos anos 30, teve como pólo principal a iniciativa do Estado, ou pelo contrário, a ação organizada da grande indústria?” Para Fausto, a historiadora integraria “a corrente que enfatiza o papel dos industriais, via suas entidades representativas ou grupos sociais de pressão, embora não pretenda a importância do papel do Estado”. No entanto o autor em questão prioriza o papel do Estado no processo de modernização. (Fausto *apud* Leopoldi: 2000, 17).

conteúdo. Esta relação, como já indicamos, deve ser tematizada à luz do modo específico como a processualidade capitalista se efetiva no Brasil, que faz com que suas categorias essenciais - trabalhadores e classe de proprietários - assumam configurações e comportamentos diferenciados dos de outras formações históricas.

A herança de uma economia de traços coloniais, centrada na agroexportação, como aponta Caio Prado Jr.⁴⁶, criou obstáculos ao processo de objetivação do capitalismo industrial no Brasil, fazendo com que esse processo irrompesse no bojo de uma crise do complexo cafeeiro, sem que se eliminasse, integralmente os entraves a esta acumulação, compondo e conciliando com o antigo setor agroexportador. Estamos defronte de uma sociabilidade do capital que, atrofiada em termos temporais e em bases técnicas de acumulação, não possuía historicamente as condições necessárias para que o capital se auto-reproduzisse internamente, se completasse de modo autônomo, de forma a garantir a independência nacional e o rompimento com a submissão aos centros mais desenvolvidos. Desta forma, as *personas* do capital industrial são aí incompletas, no sentido de não realizarem ou não levarem à radicalidade (i.é, à raiz) as suas esperadas atribuições em uma formação capitalista.

Nestas condições, o Estado tem de atuar como elemento potencializador do processo de modernização capitalista. Com esta afirmação não se desconsidera, porém, que essa dimensão do poder representa os interesses do setor dominante e aja no sentido de “apressar” essas medidas. O setor industrial reconhecia, no entanto, que este mesmo Estado representava também a conciliação e incompletude presente no desenvolvimento nacional, como apontamos, tendo a necessidade de expressar críticas com reservas e estar presente diretamente nesse organismo.

A burguesia, apesar de *incompleta*, foi ardilosa, não assumindo setores onerosos, de baixa lucratividade. Quando em risco, compunha-se com o Estado, impulsionando e buscando atrair o capital necessário. Não se tratava de um Estado em abstrato, mas a expressão de um compósito de forças vivas, que se complementavam e conciliavam, às vezes expressando-se de forma até contraditória e que, forçado por essa incompletude das condições sociais e materiais, projetava e assumia uma dada posição, priorizando um setor em detrimento de outro. No entanto, os diferentes segmentos burgueses tinham nesta

⁴⁶ Prado Jr., 1976 e 1970.

instituição um ótimo instrumento para garantir e aprofundar a acumulação capitalista, controlando e dominando legalmente a classe trabalhadora.

O processo de modernização excludente posto em marcha foi necessariamente lento. Em seu nome, o Estado aparava as arestas e vencias contratempos e barreiras, direcionando essa trajetória, tornando-a irreversível, apesar de vagarosa. O que, aliás, poderia explicar o esforço do segmento industrial para estar presente diretamente no aparelho público e, por extensão o Estado varguista. Ainda que ele comportasse diversos grupos, a partir da década de 30 passou a sinalizar um novo padrão de acumulação: urbano-industrial e de realização interna. Na ausência de condições de acumulação efetivas por parte da burguesia, o Estado teve de se adiantar (ou mesmo criar) as condições indispensáveis à acumulação.

Ao tematizarmos a questão das classes proprietárias no Brasil, não podemos perder de vista o fato de estarmos diante de uma realidade diversa da encontrada nos países desenvolvidos e mesmo nas economias que alcançaram sua configuração industrial somente no final do século XIX. Fruto de uma industrialização hipertardia decorrente de um passado agroexportador, que tolheu as bases da acumulação do “verdadeiro capitalismo”, a burguesia industrial brasileira encontrou no Estado o maior parceiro para viabilizar sua existência. Ao delegar à esfera estatal a montagem da infra-estrutura necessária que lhe permitisse operar, compromete-a o Estado com um tipo de projeto restrito a seus interesses, fazendo com que tenha que contrariar outras frações da classe dominante nele representadas. Não possuindo capitais, ou mesmo não se interessando pela montagem do setor de base, setores da burguesia industrial delegam aos poderes públicos a criação das condições para sua realização. Ao Estado competiria, por exemplo, buscar as fontes de financiamento que garantissem a constituição de um capitalismo auto-sustentado, mesmo que à custa do recurso ao capital internacional. Na relação política de amparo e garantias à burguesia brasileira não faltaram, no entanto, ambigüidades e contradições, de modo que, mesmo admitida como necessária a presença do Estado-empresário em alguns setores, é visível o cuidado dos industriais para que a iniciativa e a empresa privadas fossem preservadas e a elas garantidas vantagens e exclusividade no controle dos mercados.

São inúmeros os exemplos das íntimas relações entre o Estado e o capital fabril, mas o encaminhamento da resolução da crise energética de 1953, em São Paulo, foi um

dos mais emblemáticos no que tange à atuação do Estado no setor, no plano nacional. Na década de 50, o processo de industrialização, que alcançava outro patamar de desenvolvimento, defrontou-se com os limites objetivos da acumulação capitalista no país: em São Paulo (o maior parque industrial da América Latina, segundo dados do Boletim Informativo da Fiesp), a crise energética, em andamento desde 1951, alcançou níveis alarmantes, colocando em risco o dinamismo do setor. O colapso, previsto desde a década anterior, explicava-se, em larga medida, pela falta de investimentos dos grandes grupos estrangeiros que dominavam o setor energético – Light and Power e Bond and Share –, em resposta à regulamentação do setor através Código de Minas de 1934, proposto por Vargas. Ou seja, a não concordância com os índices estipulados a serem repassados aos consumidores explicava, em parte, a retaliação das concessionárias, através do sucateamento de suas instalações, responsáveis pela geração e pela distribuição de energia. Ao que se acrescentaram, também, as estiagens de 1951 e 1952, sérios distúrbios naturais para um sistema energético dominado por hidrelétricas⁴⁷. De qualquer forma, neste período, medidas drásticas de racionamento foram tomadas, atingindo o abastecimento dos setores produtivos e de serviços e da população de São Paulo⁴⁸.

O problema, que afetava diretamente o setor industrial, foi matéria constante nos boletins da Ciesp-Fiesp, ao longo de todo o ano de 1953; diante da gravidade da questão, a entidade articulou uma Comissão Especial de Energia Elétrica, presidida por José Ermírio de Moraes - naquele momento, segundo vice-presidente da associação -, para formular um projeto a ser entregue ao governo do Estado de São Paulo e ao presidente Getúlio Vargas. O exame do conteúdo das sugestões encaminhadas pela Comissão Ciesp-Fiesp, para a solução da crise energética, e que posteriormente serviram como orientação do programa de energia varguista, revela as expectativas do empresariado com relação ao Estado às suas atribuições quanto ao desenvolvimento de uma infra-estrutura necessária ao

⁴⁷ Para os especialistas da área, a crise tinha como causa “a deficiência das máquinas geradoras, cuja potência é inferior à demanda; além disso as estiagens prolongadas de 1952 e do corrente ano [1953] reduziram assustadoramente as reservas de água acumuladas na serra para movimentar as rodas das usinas de Cubatão” (*Boletim Informativo Ciesp-Fiesp*, nº 214: 1953, p. 176).

⁴⁸ A expansão crescente da economia paulista havia aumentado razoavelmente a demanda por eletricidade. A sobrecarga de energia entre às 7h e 22h fez com que o DAEE, em 14 de março de 1953, estipulasse a fixação de quotas mensais, diárias e horários de fornecimento, bem como o desligamento de energia, em alguns casos específicos. Para atender a essa nova situação sem ocasionar caos, “realizou-se o deslocamento das cargas e do consumo para horas noturnas. Procurando recuperar as horas de desligamento diurno, as atividades industriais se encaminharam para as horas da noite.” (*Boletim Informativo Ciesp-Fiesp* - nº 205, p. 309).

capitalismo brasileiro. Para o empresariado, a produção de energia deveria ser competência dos poderes públicos que, no caso de uma “formação adolescente” como a nossa, deveria atuar no sentido de corrigir os problemas criados pela iniciativa privada estrangeira, detentora das concessões outorgadas pelo governo. Neste caso, sendo este serviço deficitário, caberia ao Estado retomar essa função, assumindo a responsabilidade de estudar o problema e construir grandes usinas, de forma a livrar o parque industrial brasileiro da sujeição aos interesses das empresas privadas estrangeiras no que dizia respeito à questão da energia elétrica.

O problema, no entanto, não se esgotava simplesmente com a anuência do Estado em assumir essa responsabilidade: o desafio era reunir capitais suficientes para a empreitada pública, pois a solução energética, em âmbito nacional, envolvia algo em torno de CR\$ 20 milhões nos cálculos de 1953, sendo São Paulo responsável pela metade desse orçamento, na medida em que concentrava o maior parque industrial do país. A proposta da Comissão do Ciesp-Fiesp, tendo à frente José Ermírio de Moraes, era a da formação de uma “empresa-teto” mista, coordenadora das companhias nacionais existentes – “/.../menores e independentes e que servem a uma população de 2.2000.000 pessoas/.../”–, que estaria dependente e articulada às obras e concessões do governo do Estado de São Paulo⁴⁹.

A relação entre empresariado e Estado modificou-se ao longo dos anos 50. Leopoldi apontou que, ao longo daquela década, guardadas as diferenças dos projetos de desenvolvimento, observa-se uma contínua autonomização e *expertise* do Estado na área monetária e cambial, com a criação da Cacex, BNDE e Sumoc, responsáveis por medidas nem sempre favoráveis aos grupos privilegiados de momentos anteriores, impostas, agora, pelas demandas de uma nova etapa de acumulação. Essa tendência evidenciou-se principalmente no governo JK, através dos “grupos de trabalho”. A formação de grupos executivos no aparelho do Estado expressava a própria acumulação posta em prática que, ao desenvolver setores antes inexistentes ou pouco desenvolvidos no parque industrial brasileiro, além de manter uma associação diferenciada com o capital internacional, desencadeou uma nova forma de relação entre Estado e empresariado.

⁴⁹ O setor de energia em São Paulo estava dividido em quatro grandes áreas: um ligado ao sistema Light and Power, outro à CPFL (Bond and Share), um terceiro a pequenas companhias independentes e um último de municípios mal-servidos ou sem energia. A proposta dos empresários seria encampar esse terceiro bloco de usinas já existentes.

Ainda que o momento da industrialização fosse outro, nossa particularidade mantinha os traços genéticos de sua formação, pois a impossibilidade de arcar com setores-chave da economia, essenciais para seu próprio desenvolvimento, fazia com que a burguesia brasileira recorresse, como sempre, ao Estado. As antigas entidades de classe, porém, naquele momento, representavam mais os setores tradicionais, estando os novos segmentos industriais sem órgãos de expressão adequados. Era necessário o desenvolvimento de uma outra articulação com o Estado, para criar novas formas de amparo e de participação na política econômica. Assim foram criados o Sindipeças, para o setor de autopeças; a Anfavea, para as montadoras; a ABDIB, para atender ao setor de bens de capital, ligado à exploração da Petrobrás⁵⁰. Vê-se, portanto, que as profundas transformações por que passavam as associações no eixo Rio-São Paulo refletiam as mudanças operadas na industrialização brasileira, num momento diferenciado de implantação e de redefinição de estratégias de acumulação, em que estavam em jogo propostas diversas de modernização.

A busca de novas formas de representação e interferência na política econômica foi, sem dúvida, resultado da especialização crescente dos processos produtivos, que colocavam em questão a totalidade da liderança do setor industrial. No entanto, esse processo não pode ser explicado como uma crise no grau de representatividade de liderança. O fato é que setores significativos da indústria brasileira começaram a perder espaços e poder de influência para resguardar seus interesses frente a uma transformação significativa do desenvolvimento industrial brasileiro e de seu elevado grau de comprometimento com o capital internacional. A reação da Fiesp, anteriormente referida, foi resultado desse processo. A questão centrava-se, agora, na recuperação do espaço perdido ou na obtenção de formas de compensação. A liderança, concentrada em uma única entidade, não poderia mais responder por toda a indústria, mais setORIZADA e

⁵⁰ Segundo Leopoldi, essa teria sido a resposta encontrada pela burguesia para defender seus interesses, modificando e se acomodando às novas estruturas. Para ela, a fragmentação do empresariado nas diversas associações de classe não seria resultado exclusivo da política de internacionalização econômica, nem da inexistência de representatividade e de um pensamento único, mas a da política ambivalente empregada pelo governo, que possibilitava ao empresariado lucrar “com o crescimento industrial, com a expansão do mercado interno, com a tarifa protecionista, enquanto [levasse] desvantagens em relação às empresas estrangeiras estimuladas a se instalar no Brasil.” (Leopoldi: 2000, 284). Eli Diniz e Boschi chamam a atenção para o fato das entidades paralelas concentrarem-se no eixo Rio - São Paulo, representando, fundamentalmente, os setores de ponta da industrialização naquele momento. Assim, existiria uma fragmentação das associações paralelas, que ocupavam o plano privado, e as associações oficiais. Nesse momento, segundo os autores, haveria uma redefinição da identidade do empresariado, que envolvia suas relações com o Estado, com os mercados e com os demais setores da sociedade. (Leopoldi: 2000, 284).

complexa. Além do que, era necessário o desenvolvimento de estratégias para salvar as empresas nacionais da concorrência internacional. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apoiava Vargas e Lodi; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) dava aval à política de câmbio controlado e de desenvolvimento industrial, ao passo que a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ) opunha-se ao intervencionismo e às estatais, como a Petrobrás (e uma futura Eletrobrás), bem como à política salarial.

Pode-se afirmar, portanto, que as mudanças nas instituições e associações empresariais resultaram das transformações do processo de industrialização, advindas da proposta diferenciada de desenvolvimento econômico formulada por JK em consonância com os interesses do capitalismo internacional que, naquele momento, interferia de forma decisiva nos rumos da política industrial no Brasil. Em outras palavras, se as antigas federações de classe não eram mais as interlocutoras dos novos setores da indústria, e se as associações paralelas, ao questionarem as antigas formas de representação sindical patronal, acarretaram a fragmentação das entidades, devemos situar essas mudanças como parte do processo de industrialização em curso. Processo que, primeiramente, tentou estruturar um DI interno, desenvolvendo indústrias de máquinas para atendimento, por exemplo, de setores como a Petrobrás, e, depois, prover as condições necessárias para pôr em andamento o Plano de Metas. Nesse momento, cresceu a atuação do Estado-empresário, ampliou-se a presença das firmas estrangeiras e definiu-se a condição de sócio menor do capital industrial brasileiro no desenvolvimento capitalista do país.

Os setores nacionais, mesmo os que estavam associados ao capital estrangeiro e que eram mais atingidos, responderam à situação com formas diferenciadas de associações, exigindo do Estado a defesa de seus interesses frente à intensificação crescente da internacionalização da economia. A questão era a sobrevivência dos setores que não puderam se associar, modernizar-se, ou mudar de ramo. Deve-se considerar, ainda, que a recusa de alguns setores em se compor com o capital estrangeiro não deve ser entendida, necessariamente, como uma oposição à sua atuação na economia brasileira. Historicamente, a burguesia brasileira nunca foi contrária ao capital internacional nem às empresas internacionais aqui sediadas. Aliás, sempre buscou um *modus vivendi* com elas. O capital estrangeiro sempre foi bem vindo - porque significava a possibilidade de se criarem as condições necessárias para a articulação da produção em uma economia com precárias bases de acumulação. Os limites de sua

atuação, ou mesmo a forma de administrar esse capital, deveria ser um papel desempenhado pelo Estado. É a partir dessa situação real que se pode determinar o caráter “nacional” da burguesia brasileira e entender a atuação da fração industrial do empresariado nacional.

A burguesia brasileira manteve uma expectativa positiva com relação ao governo JK até o Departamento Econômico, no Plano de Estabilização de 1958-1959, aceitar uma política fiscal repressiva e de contenção salarial. Apesar disso, os bens intermediários (siderurgia, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, álcalis, celulose e borracha), assim como a indústria de base (automobilística, mecânica pesada, indústria naval) cresceram no Brasil. O Estado impulsionou a industrialização, ampliando a infra-estrutura energética, transportes e insumos básicos (aço e combustível), a Cacex incentivou a exportação de manufaturados, subsidiando o câmbio de importação diferenciado até 1957. (Cf. Leopoldi: 2000, 265-66). A habilidade de JK, traduzida em uma política conciliatória e contraditória, através de um discurso nacional-desenvolvimentista, reduziu os protestos contra a Sumoc 113. Conseguiu atender ao tripé do desenvolvimento, atribuindo pesos diferenciados a cada uma de suas pontas, pois fomentou a industrialização no Brasil e, ao mesmo tempo, a sua desnacionalização, valendo-se da Instrução 113⁵¹. A própria Fiesp se expressou contraditoriamente, apoiando a reforma tributária de 1957, o progresso da indústria automobilística e a expansão da rede elétrica; embora a indústria local tenha sido convidada a participar daquele momento da industrialização, ela não chegou a gozar das mesmas facilidades que as empresas estrangeiras, cabendo-lhe o papel de sócio menor no tripé: Estado – empresa estrangeira – empresa nacional.

4. Auge e Declínio do Nacionalismo na Fiesp

Como vimos anteriormente, empresários na Fiesp, durante o governo JK, iniciaram uma campanha de oposição à política liberal em curso, liderada pelo grupo nacionalista da indústria local, que possuía como mote central o combate à portaria 113 da Sumoc. No entanto, esse grupo acabou alijado dentro da própria entidade, na medida em que se

⁵¹ A Instrução 113 só perderá seu efeito no início da década de 60, com a queda dos investimentos estrangeiros em nossa economia, frente à crise político-econômica já adiantada.

consolidou a forma de acumulação que procurava instalar de chofre um processo de industrialização em que era prioritária a associação com o capital estrangeiro. No processo, a Fiesp acabou favorecendo o “novo empresariado”, que passou a atuar na entidade.

No plano da representação dos interesses das classes proprietárias, o corporativismo patronal sempre havia jogado um papel importante nas relações com o Estado. Se a implantação do corporativismo trouxe problemas para o mundo do trabalho, para o do capital foi diferente, com resultados positivos, devido ao seu peso econômico, poder de veto e de penetração no interior de segmentos do Estado. Ainda que a burguesia brasileira tenha desenvolvido de forma independente algumas de suas associações de classe, no momento em que se viu com força suficiente para lutar por seus interesses, não pôde prescindir da legislação proposta pelo Estado, em 1931, com receio de perder uma fonte importante de interferência na condução dos destinos da sociedade brasileira. (Leopoldi: 2000, 298).

A tendência, a partir de 1955, foi de montagem de uma estrutura híbrida de representação dos interesses da indústria, em que o sistema corporativo passou a conviver com novas associações privadas paralelas, para formular e implementar políticas setoriais na área da indústria naval e de bens de capital para a Petrobrás. Criou-se, assim, uma autonomia organizacional que representava as grandes empresas e que acabou operando conjuntamente com as agências do poder executivo. Este, alias, já vinha se adequando às novas condições da realidade, criando grupos de trabalho e levando aquelas associações particulares a se vincularem a eles. Essas entidades não dependiam do controle do Estado, mas sua participação nele era regulada pela burocracia estatal, o que implicava uma menor interferência na regulação da política econômica, se compararmos com momentos anteriores de nossa história. Estávamos, agora, diante de um Estado comprometido com os capitais estrangeiros, que concedia “migalhas” para o setor nacional. Essa era, na realidade, a situação possível para os setores da burguesia nacional garantirem uma participação, ainda que pequena, no desenvolvimento associado.

De modo geral, pode-se afirmar que essa forma expressava o modo como a burguesia nacional pretendia participar no Estado, para ter seus interesses atendidos. Ou seja, num momento diferenciado da acumulação capitalista no país, em função da maior participação dos grandes conglomerados internacionais, ela procurou pressionar o Estado, através das associações existentes e mesmo das paralelas, em favor de seus objetivos.

Outra tendência em curso foi a da articulação e financiamento de campanhas políticas, com o intuito de barganhar em prol de seus interesses empresariais, e isto de forma nem sempre aceitável à luz do dia. Acreditamos que a aproximação entre José Ermírio de Moraes e Jânio Quadros, por exemplo, tenha se passado nestes termos. Essa ligação se iniciou no período da candidatura de Jânio ao governo de São Paulo e se consolidou com as contribuições do grupo Votorantim no financiamento da sua campanha para à Presidência⁵².

Pelo fato de se tratar de questões controversas, nem todos os teóricos e pesquisadores do desenvolvimento capitalista industrial no Brasil vêem a relação entre a burguesia e o Estado, ou mesmo a sua subordinação ao capital internacional, dessa forma. Alguns, ao tratarem dessa categoria social, não identificam nela a existência de setores diferenciados, colocando-os dentro de um mesmo bloco. Para Paul Singer, por exemplo, é impensável uma burguesia, que até pouco tempo havia demonstrado condições para instalação dos primeiros setores de bens de produção da industrialização brasileira (siderurgia, vidro, alumínio, cimento), aceitar que os grupos internacionais dessem continuidade àquele processo. Desconhece, também, a presença do Estado já naquele momento da acumulação.

Para o autor,

“Possivelmente, a necessidade de implantar grandes escalas de produção, absorvendo em bloco imensas quantidades de recursos, requeresse uma estrutura empresarial muito mais concentrada e burocratizada que aquela de que o país dispunha então, que deixava como única alternativa ao conglomerado estrangeiro a empresa estatal. Neste caso, o antagonismo natural do empresário privado (mas não do tecnocrata) à estatização da economia poderia ter levado a coligação ‘desenvolvimentista’ a sancionar a política de promover deliberadamente a entrada dos conglomerados. Talvez o empresariado brasileiro esperasse encontrar mais espaço para manobra entre as sucursais dos conglomerados e as sociedades mistas, as quais iriam se contrabalançar mutuamente. Seja como for, as decisões fatais foram tomadas, entre 1953 e 1956, e a industrialização brasileira tomou novos rumos.” (Singer: 1985, 46-50).

⁵² Estas informações foram confirmadas no depoimento já citado de Fernando Gasparian.

Para Singer, a oposição do empresariado nacional à empresa estatal residia na atuação desta empresa no capitalismo brasileiro. Isto é, o capital privado não via com bons olhos a possibilidade da constituição de uma economia de bases nacionais, incorporando parte das camadas populares e produzindo itens que não lhes eram atraentes. A associação ao capital estrangeiro poderia representar uma alternativa mais rentável. Se em parte isso era verdadeiro, não explicaria aqueles setores que desapareceram nesse momento, nem a atuação daqueles que lutaram a seu modo, como o grupo Votorantim, para preservar (e preservaram) seus interesses particulares e fazer deles os da economia nacional.

No final da década de 50, os desafios para a construção da nação brasileira já haviam sido lançados. Este foi um período de significativa mobilização social, de intensificação do discurso nacionalista, com uma maior ofensiva não só da fração industrial nacional, mas com o envolvimento de outros segmentos da sociedade brasileira. Como apontamos, a relação do empresariado com o Estado já era diferenciada. Naquele momento, a composição da Fiesp contava com a presença executivos e gerentes das grandes empresas nacionais e estrangeiras, apesar de ainda manter um pequeno núcleo nacional, denotando uma mudança *geracional* nas associações industriais, com o fim de lideranças como Roberto Simonsen, Evaldo Lodi e Morvam Dias, como demonstrou a historiadora Maria Antonieta Leopoldi. Os novos líderes não eram mais os “capitães de indústria”, mas sim os executivos de empresas. A Fiesp possuía, então, força relativa, assentada na importância da indústria paulista, assumindo a liderança no espaço aberto pela perda de representatividade e influência da CNI devido às duas intervenções sofridas na década de 60, uma com Jânio Quadros (1961) e outra, posteriormente, com João Goulart, quando uma facção nacionalista chega indiretamente a CNI, tendo Fernando Gasparian como presidente⁵³.

⁵³ O grande golpe ao corporativismo veio com as duas intervenções do governo federal na CNI, em 1961 e 1964, quando da nomeação de uma junta diretora. Os militares preocupavam-se em dismantlar a ligação entre o sistema corporativo dos trabalhadores, o PTB e o sistema previdenciário. Direções dos sindicatos foram, então, destituídas, e suas lideranças perseguidas. Foi, também, esvaziado o poder do PTB nos institutos de Previdência, rompendo-se o seu elo com os sindicatos. A CNI apoiara financeiramente a campanha de Goulart para o retorno do presidencialismo. As associações industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo que apoiaram financeiramente o golpe estavam amedrontadas com os decretos do Executivo que iniciavam uma “revolução desenvolvimentista” autocrática. Deu-se o fim da relação entre as entidades industriais e o governo, substituída por uma relação direta entre empresas, empresários e governo. As organizações ficaram com lideranças inexpressivas. No período Geisel, grupos empresariais contrapõem-se à forte presença das estatais na economia, mas não foram as entidades que defenderam esta proposta e sim a jovem liderança ligada a setores de ponta (siderurgia, bens de capital, autopeças, eletrônicos) e a associações paralelas como a ABDIB, Abimaq, Abinee. A geração do Manifesto 78, representou a oposição de parte do empresariado industrial ao autoritarismo dirigista dos militares e economistas, exigindo uma política salarial mais adequada, a modernização das leis trabalhistas e um governo democrático. Esse movimento promoveu uma renovação nas diretorias da Fiesp, Firjan e CNI.

Outra questão a ser considerada é o fato que já em 1959-1960, a Fiesp, além de congregar industriais locais e executivos de firmas multinacionais, convivía e dialogava, também, com entidades militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Estado-Maior das Forças Armadas; com a Câmara Americana de Comércio (Amcham), associações comerciais e políticas de caráter mobilizador como a Conclap e o Ipes, além de intelectuais conservadores. (Leopoldi: 2001, 272). Podemos dizer que existia um realinhamento dos industriais da Fiesp, atentos às manifestações populares e a uma maior mobilização dos trabalhadores, expressando uma ideologização de seus membros e de suas atividades. Em 1961, na Fiesp encontramos um pequeno grupo de industriais nacionalistas ativos, contrários à Instrução 113 da Sumoc, como Ramiz Gattás, José Ermírio de Moraes Filho, Fernando Gasparian e Dílson Funaro, entre outros, articulados com parlamentares nacionalistas como Sérgio Magalhães, que se contrapunham aos conservadores vinculados ao capital internacional. Na verdade, estes empresários expressavam uma cisão posta na própria realidade brasileira, um posicionamento frente às diversas alternativas nela inscritas e que representavam formas diferenciadas de desenvolvimento capitalista. Além disso, a partir do final de 1962, começou a se tornar visível a mobilização de entidades militares, de setores industriais, comerciais, financeiros e agrícolas; a articulação de economistas como Eugênio Gudín e Dênio Nogueira; de juristas e intelectuais, tais como Miguel Reale e Júlio de Mesquita Filho; dos setores mais conservadores da Igreja Católica e a Frente Parlamentar de Ação Democrática, todos conspirando contra o governo Goulart⁵⁴.

Nas eleições de 1962 para a diretoria da Fiesp, o grupo nacionalista buscou articulações com o deputado udenista José Villela Andrade, com parlamentares do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista, sempre com a preocupação de estar à frente da entidade e de manter um canal aberto com o Estado. José Ermírio de Moraes Filho foi indicado para Presidência, que contava com o apoio de Fernando Gasparian. Acabou vencendo, no entanto, uma chapa conciliatória encabeçada por Rafael Noschese e dois vice-presidentes – José Ermírio de Moraes Filho e Jorge Resende, este último o fundador da ABDIB.

⁵⁴ O grupo nacionalista da Fiesp apoiou a aprovação da lei que regulamentava a remessa de lucros, em 1962, além de fazer, ainda, a denúncia da existência de uma articulação entre empresários e militares para derrubar João Goulart. Estas informações foram levadas ao Congresso por Bocayuva Cunha e Fernando Gasparian. É importante que se diga, no entanto, que este grupo, no geral, era contrário à política de Goulart. Estes fatos foram confirmados por Fernando Gasparian em duas entrevistas concedidas à pesquisadora.

Nesse momento, o grupo nacionalista buscava uma articulação para se opor às pressões que incidiam diretamente sobre sua própria existência. Já o resultado das eleições apontava para os limites da burguesia brasileira, à medida que a chapa nacionalista perdeu sua identidade naquela solução conciliatória. Mas, naquele momento, José Ermírio de Moraes preparava-se para disputar eleições para o Senado, por Pernambuco. Na realidade, o empresário estava buscando, por outros meios, a defesa dos interesses de sua fração de classe.

* * *

Como se posicionava, especificamente, José Ermírio de Moraes frente a esse quadro, que antecedeu à sua entrada no Senado? Neste momento, encontramos o empresário integrando o coro dos nacionalistas, porém não participando diretamente das entidades de classe. Sua atuação será diferenciada, debatendo publicamente os problemas nacionais e, de certa forma, preparando-se para o “assalto ao poder”, através do pleito de uma cadeira no Senado.

Nesta parte de nosso trabalho, convém dar prioridade à análise das reflexões de José Ermírio, pois se trata de um momento de aguçadas contradições, vivenciadas pela burguesia nacional frente à intensa desnacionalização da economia brasileira. Desta forma, acreditamos, será possível colhermos elementos que nos permitam qualificar o seu nacionalismo.

José Ermírio de Moraes contrapunha-se à internacionalização crescente da economia brasileira, reafirmando um dos temas centrais de seu ideário, qual seja, a idéia de que a constituição de uma nação apoiava-se em “uma comunidade economicamente forte e independente, sem ser obrigada a entregar seus recursos e grande parte de suas rendas a participações do exterior, situação esta predominante aos países da América, com exceção dos Estados Unidos”. (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, p.218).

Para o empresário, a construção da nacionalidade, pensada a partir da independência econômica da nação, pressupunha o desenvolvimento de uma produção autônoma, sustentada pela ação decisiva do Estado. A garantia do sucesso, bem como dos resultados positivos para o setor industrial, estava assentada nas políticas desencadeadas pelo governo, no sentido de assegurar proteção e incentivos às empresas. Erros ou deslizes, assim como condutas que favorecessem a atuação e o desenvolvimento de

interesses não ligados diretamente ao capital nacional, constituiriam verdadeira traição aos interesses nacionais.

Nesse momento, como já indicamos anteriormente, o governo brasileiro, em plena gestão ministerial de Eugênio Gudin, descartava conscientemente atribuições defendidas por setores da burguesia nacional e punha em prática uma política liberal, “entreguista”, que impedia o desenvolvimento de ramos significativos da indústria nacional. Para o industrial pernambucano,

“A famigerada e nefasta instrução 113, recentemente um pouco modificada, deixou no país uma ranhura tão profunda que atingiu sua própria estrutura econômica. Toda medida que favorece a atuação unilateral do regime de financiamentos somente para firmas estrangeiras e tudo negam aos brasileiros, precisa ser desmoralizada. /.../ [Continuando, assinalava que o empresariado nacional havia sido] “reduzido à posição mais fraca que se pode ter em uma nação, e, aliás, trazendo como consequência o que já aconteceu em muitos países da América, onde o capital estrangeiro dominou completamente o capital nacional.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, 219 e 226)⁵⁵.

Era necessária e de fundamental importância, no seu entender, a criação de organismos que pudessem interferir de forma mais efetiva, transfigurando situações de dependência na economia brasileira, para o que, mais uma vez, o Estado era chamado a interferir, acudindo a indústria nacional:

“Estas são das principais razões pelas quais o governo deve criar organizações de produção que os particulares não podem realizar. /.../ A atual situação não poderá mudar se esse departamento [de comércio] não intervir imediatamente, antes que seja tarde, na defesa dos interesses da indústria brasileira.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, 231).

⁵⁵ A crítica à Instrução 113 da Sumoc já era feita desde de 1958, como atesta este documento: com “/.../ a 113 que está em vigor e esse sistema bancário que aqui existe, a indústria nacional não pode progredir da maneira que o deveria fazer. Estas são das principais razões pelas quais o governo deve criar organizações de produção que os particulares não podem realizar. /.../ Já nos referimos aos Departamentos de Comércio das nações adiantadas, que são os verdadeiros ‘conta-gotas’ do sistema econômico do país.”

O que se percebe são as reivindicações de mais eficiência e amplitude da ação do Estado (ainda que já fosse imensa sua hipertrofia), além de um maior comprometimento deste organismo no controle do capital estrangeiro. Note-se, no entanto, que a presença do capital estrangeiro não era colocada em questão. Ele deveria ser controlado e alocado para setores que propiciassem ao capital nacional um lugar ao sol, ainda que na condição de sócio menor de um capitalismo associado.

O empresário deixa claro não ser contrário ao capital estrangeiro. Segundo ele,

“suas aplicações precisam ser regulamentadas e nenhum favor excessivo lhe deve ser dado, pois nenhum país no mundo oferece tantas vantagens como o Brasil. O que não é possível é deixar o industrial brasileiro nas condições de inferioridade em que se encontra atualmente, porquanto nenhuma nação, ciente das suas obrigações, permite que se organizem, em seu próprio território, condições de inferioridade para os seus concidadãos” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, 231).

Pode-se dizer que, para José Ermírio de Moraes, sua concepção de nação confunde-se com a construção da autonomia nacional, autonomia cujo pressuposto era a existência de setores-chave amparados pelo Estado e de um planejamento econômico pautado pela racionalidade e pela defesa de sua independência.

José Ermírio de Moraes desenvolve uma crítica diferenciada ao novo ramo industrial (automobilístico), em desenvolvimento na economia brasileira. Enquanto setores nacionais criticavam os privilégios usufruídos pela indústria automobilística, implantada no país como resultado de medidas internacionalizantes (como a Instrução 113 da Sumoc) responsáveis pela desnacionalização e falências de empresas nacionais, José Ermírio concentrava seu foco crítico em outros aspectos. Segundo ele, a indústria automobilística, ainda que muito importante para a economia brasileira, era a desencadeadora do processo inflacionário, além de cercear o desenvolvimento de outras formas de transporte no Brasil, pois

“/.../ apesar de imprescindível ao país, é responsável neste momento por uma parte da inflação, pois vende um quilo de ferro e aço acima de Cr\$ 300,00, paga salários dos mais elevados, com os quais as indústrias comuns não podem competir, vende seus caminhões a preços elevadíssimos e mesmo assim o sistema rodoviário está

enfrentando, com galhardia, o transporte ferroviário, fluvial e marítimo.” (Moraes *apud* Scatimburgo)⁵⁶.

A inadequação entre a produção automobilística e as demandas do mercado nacional contribuía para que se gerassem inflação e desemprego no país. Os financiamentos para dar vazão a esse tipo de produção eram contidos pela elevação dos preços, levando à redução da produção e ao desemprego, que funcionam como poderosos aditivos para a crise econômica. Segundo o empresário:

“Se continuarmos com a produção automobilística que se encaminha para o Brasil, dificilmente a inflação poderá ser contida. Precisamos auxiliar esta produção, porém, ao mesmo tempo, prever que dentro em pouco ela ultrapassará as nossas necessidades e criará um sistema semelhante ao que está vigorando atualmente nos EUA, onde a diminuição de trabalho afetou em cerca de 10% o conjunto industrial da nação. Em proporções exageradas, não haverá financiamento adequado no Brasil. Isso forçosamente trará, no futuro, um desequilíbrio de salários e o problema do desemprego. Uma nação que tem pouca mão-de-obra precisa utilizá-la nos empreendimentos de maior necessidade”.

O que se percebe é que a assertiva do empresário expressava as preocupações do momento em que a inflação atingiu seu pico, em 1958-1959. Foi neste período - os “50 anos em 5”- que começamos a conviver com taxas elevadas de inflação e, não só isso: a utilizá-la como mecanismo de financiamento da expansão capitalista. A inexistência de uma poupança interna, de grandes recursos para o financiamento dessa forma de acumulação e de mecanismos para captá-la fez da política monetária do Estado a sua maior alavanca. Este passará a emitir, a inflacionar os preços, a lançar um imposto indireto sobre todas as transações, promovendo uma “poupança forçada”, arrecadada e alocada por ele nos grandes empreendimentos desse projeto.

Para José Ermírio de Moraes, a grande questão era como utilizar a inflação enquanto um mecanismo que favorecesse o crescimento do setor produtivo do país, recorrendo às emissões controladas para alavancar a economia:

⁵⁶ Conferência proferida na Sociedade Mineira de Engenheiros, 7 de novembro de 1958, reproduzida também nas citações seguintes.

“E quando falo em inflação, não significa restringir as emissões de dinheiro para usos industriais e agrícolas, que dentro de poucos anos trarão a diminuição das importações e melhorarão o sistema econômico do Brasil; significa apenas que devemos evitar o aumento exagerado de uma produção que, eventualmente, não terá o seu consumo no país, a não ser forçando as vendas em prestações exageradas, a longo prazo, assunto este que hoje já é regulamentado em muitos países europeus.”

O economista Paul Singer, ao se referir ao final da década de 50, afirma que “a economia estava crescendo a pleno vapor, mas as condições decorrentes desta aceleração do desenvolvimento estavam começando a surgir à tona: a inflação aumentava cada vez mais, e os salários dos trabalhadores, apesar da elevação da produtividade, tendiam a cair” (Singer: 1985, p.106). Na realidade, a crise econômica tinha sido posta em andamento pelo padrão de acumulação intentado pelo Plano de Metas que, agora, mostrava suas contradições. Como afirmamos anteriormente, o financiamento do “projeto JK” tinha tido, numa das pontas, o capital internacional e, na outra, o mecanismo interno da inflação, que em 1962 havia alcançado índices insuportáveis. Ao que se acrescentou, a seguir, a crise política, gerada pela renúncia de Jânio Quadros e a instauração do Parlamentarismo, como forma de vetar a participação direta de João Goulart nas decisões econômicas e sociais.

As eleições de 1962 e, fundamentalmente, o plebiscito de 1963, que restaurou o presidencialismo, foram determinantes para as forças democráticas recuperarem o espaço perdido. O que, de certa forma, deu o respaldo político necessário para se buscar a correção da crise econômica em andamento, apesar de ter desencadeado uma radicalidade que poderia comprometer a correlação de forças sociais existente. Para setores, como o representado por José Ermírio, esta era a possibilidade de intervir diretamente numa agenda em que seus interesses poderiam ser atendidos. Aliás, é neste contexto que devemos entender sua candidatura ao Senado.

A crise social em andamento provocou um refluxo do capital internacional, comprometendo seriamente a economia brasileira. Tentou-se corrigir e estabilizar a situação através do Plano Trienal que, antes de tudo, procurava baixar a inflação vagarosamente e preparar o país para um novo ciclo de crescimento. No entanto, as forças conservadoras, através do golpe e da instauração da ditadura, procuraram controlar a situação. Para elas, a retomada do crescimento econômico só poderia se realizar por meio

da erradicação do perigo vermelho, pela instauração da ordem e o aprofundamento das relações com os capitais metropolitanos.

5. O Empresário e as Esferas Políticas

A proximidade com a esfera política sempre foi uma constância na vida pública de José Ermírio. Mediatizado ou não pelas entidades de classe a que pertencia, o empresário manteve uma relação de mão dupla com o Estado, considerando-o como parceiro e importante provedor do processo de acumulação em nossa economia. São inúmeros os exemplos desta relação. No plano da política federal, por exemplo, podemos citar a contribuição do Estado varguista ao isentar Ermírio de Moraes e seus sócios dos direitos alfandegários para importação do maquinário da Nitro Química Brasileira, em 1937. Outro momento importante ocorreu pela ocasião da fundação da Companhia Brasileira de Alumínio, em 1941. Mesmo sofrendo forte oposição dos grupos internacionais, o governo Vargas mais uma vez socorreu o empresário, concedendo-lhe empréstimos. Por sua vez, o empresário pernambucano, como membro da Fiesp, coordenou uma comissão de estudos para avaliar a crise energética, que quase paralisou a indústria paulista em 1953, apontando como solução para esse impasse o envolvimento do Estado na produção de energia. Em seu caso particular, frente à urgência de seus negócios, José Ermírio de Moraes acabou financiando suas próprias hidrelétricas. Mas, de qualquer forma, forneceu elementos para a política energética a ser desenvolvida, posteriormente, pelo Estado.

Já com relação à política estadual paulista, marcada pela crescente polarização entre adhemaristas e janistas desde o final dos anos 40, José Ermírio identificou-se com esta última corrente que, aliás, vinha ganhando notoriedade e expressão desde a atuação e candidatura de Jânio Quadros à Prefeitura da cidade de São Paulo, por uma facção do PTB⁵⁷. O político em questão apresentava-se como antipartidário, com um programa vago e abstrato na defesa dos valores Moraes, bons costumes e contra a corrupção, tendo como alvo privilegiado as classes populares e os bairros periféricos. Na realidade, as pretensões de Jânio haviam sido alavancadas pela crise econômica daquele momento, responsável

⁵⁷ Ao longo de sua campanha, Jânio Quadros, lançado como candidato pelo PSP e pelo PDC, conseguiu apoio discreto de Getúlio Vargas e do PSB, com a finalidade de barrar o possível crescimento da UDN, em São Paulo. No final da campanha, até Adhemar de Barros, seu inimigo visceral, chegou a contribuir financeiramente para sua campanha.

pelo aumento do custo de vida e do desemprego, como também pelo total descrédito do eleitorado paulista frente aos seus políticos:

“/.../ a candidatura de Jânio Quadros recebeu reforços de setores que se posicionaram não propriamente a seu favor, mas que utilizaram o voto como um instrumento no sentido de manifestar o repúdio às outras candidaturas.” (Chaia: 1992, p. 67).

A identificação de José Ermírio com a corrente janista foi construída a partir da candidatura de Quadros ao governo de São Paulo pelo PTN⁵⁸. Já como governador (1955-1959), buscou a recuperação das finanças do Estado, para depois investir em infraestrutura como rodovias e construção de usinas hidrelétricas⁵⁹, dando continuidade ao plano do seu antecessor, Lucas Nogueira Garcez, que garantiria, em parte, o desenvolvimento do parque industrial paulista afetado drasticamente com a crise energética de 1953. Isto constituía de fato um ponto em comum com as preocupações de José Ermírio de Moraes, que se debatia com a questão energética, sem solução até aquele momento.

A proximidade com Jânio Quadros consolidou-se nas eleições para a Presidência da República, em 1960, quando José Ermírio de Moraes contribuiu para sua campanha. Eleito presidente, em retribuição, Jânio indicou o empresário para a embaixada brasileira em Bonn, indicação que, no entanto, foi vetada pelo Congresso, como antes referido. José

⁵⁸ Segundo Vera Chaia, o PTN era uma dissidência do PTB paulista. Hugo Borghi, influente político de São Paulo, que havia sido o deputado federal mais votado, depois de Getúlio Vargas, para a constituinte de 1945, candidatou-se em 1947 para o governo do Estado, representando uma ameaça ao controle do PTB paulista, caso viesse a ganhar a eleição. Vargas e a máquina do partido cancelaram a inscrição de Hugo Borghi junto ao Tribunal Eleitoral. Frente a essa atitude, o político criou o PTN, partido de Jânio Quadros à eleição ao governo. José Ermírio de Moraes, por sua vez, saiu candidato ao Senado por Pernambuco através da legenda também do PTN, como veremos (Chaia: 1992).

⁵⁹ A viabilização de uma retaguarda financeira para a realização destes projetos foi buscada no plano federal pelo político mato-grossense, que se comprometia a não sair candidato à Presidência na eleição de 1955, em troca de indicações para o Ministério e de empréstimos da ordem de Cr\$ 4,5 bilhões. Para dar andamento ao Plano Geral de Eletrificação, Quadros, além de buscar financiamentos, aumentou impostos para construir as usinas de Salto Grande, Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim, Graminha, com o objetivo de criar condições para atrair as indústrias a serem implantadas pelo Plano de Metas. Os resultados dessa recuperação econômica foram questionados pelo deputado Hilário Torloni (PRP) e por Edmundo Soares de Souza no texto “A verdade nua e crua sobre a administração JQ (1955 a 1959). (CF. Chaia: 1992, pp. 140 e 142).

Ermírio de Moraes, assumiu, então, como cargo de confiança, a presidência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, durante o governo Carvalho Pinto (1959-1963).

Pode-se dizer que esta proximidade com o poder não era exclusiva de José Ermírio de Moraes. Na realidade, trata-se de uma conduta característica das burguesias de países de capitalismo retardatário. Ao se constituírem tardiamente e em bases precárias de acumulação, não puderam prescindir da ação do Estado na implementação do processo capitalista de acumulação industrial. No caso brasileiro, especificamente, o Estado assume a função de *completar* as bases de sustentação necessárias, criando os setores de infraestrutura ou possibilitando as condições para a sua realização. Essa forma particular de desenvolvimento industrial, apoiada na ação estatal, não descarta, também, a utilização do capital estrangeiro, como mecanismo de alavancamento da independência econômica nacional. Nesse sentido, os vínculos da burguesia com o Estado no Brasil, pode-se dizer, são peculiares, buscando sempre, nessa relação de proximidade e intimidade, a cumplicidade necessária para o atendimento de suas demandas.

No início da década de 60, a crescente onda nacionalista, frente à crise instaurada com políticas francamente favoráveis ao capital externo, desencadeou uma reação das forças conservadoras. Os embates entre essas forças, no Brasil, comportavam distintas posições e formas diferenciadas de defendê-las. No plano dos interesses nacionalistas, a atuação no parlamento foi uma forma de resistência significativa, concentrando forças e reunindo frações das classes proprietárias e dos trabalhadores, ainda que seus interesses não fossem os mesmos.

José Ermírio de Moraes encaminhou-se para a tribuna política, acreditando que, nessa esfera, concentravam-se as condições para a construção da identidade entre seus interesses de classe e os da nação. Sua concepção de empresário coincidia com a realização de uma atuação responsável, com a missão de construir, produzir e gerar riqueza através de sua empresa, possibilitando o desenvolvimento da nação. Para o senador, o empresariado possuía um importante papel social a desempenhar na sociedade, como gerador de emprego, riqueza e renda, que seria reinvestida na própria economia. Diferentemente, segundo suas formulações, os setores ligados ao capital financeiro eram improdutivos, nada contribuindo para o desenvolvimento nacional. É com este sentido que devemos entender seu pronunciamento na Escola de Engenharia de 1958:

“ Chamam os industriais de ‘tubarões’, entretanto, os verdadeiros ‘tubarões’ são aqueles que vivem nas grandes cidades, sem nada produzir e levando uma vida de nababo não sabemos à custa de quem. Uma boa parte dos industriais brasileiros começa o seu trabalho às 6 horas da manhã e entra pela noite adentro. Levam uma vida de sacrifícios, procurando realizar alguma coisa de útil, mesmo com todas as dificuldades que lhes são impostas dentro do seu próprio país.”

A presença de empresários e dos seus órgãos de classe no Estado, através de comissões, grupos ou ainda dos economistas que os representavam, ao longo da Era Vargas, confirmam, de certo modo, a “função” atribuída ao setor por ele representado. A atuação do empresariado no parlamento, principalmente no período de 1951-1954, possibilitou a constituição e afirmação de sua identidade como classe. Aliás, em seu pronunciamento na Escola de Engenheiros de Minas Gerais, em 1958, essa questão apareceria como pano de fundo:

“Precisamos planejar, precisamos executar, porém para isso é necessária uma responsabilidade muito grande /.../ E preciso dedicar todo o nosso tempo, todo o nosso saber, toda a nossa vida ao cumprimento deste ideal. /.../ Precisamos lutar pela consolidação da nossa nacionalidade, pela constituição da nossa independência econômica e pela formação de um país que possa falar de igual para igual, exprimindo-se livremente na defesa dos seus legítimos interesses. /.../ O Brasil precisa ser amigo dos que nos oferecem essa mesma amizade/.../porém sem entregarmos a nação de maneira comprometedora, pois que ela pode e precisa ser um exemplo entre os povos civilizados.”

5.1. A Campanha para o Senado

José Ermírio de Moraes pretendia representar *direta e pessoalmente* os interesses de sua fração de classe no Estado. É com este sentido que é possível perceber sua trajetória, sua intimidade crescente com os aparelhos estatais. Além dos envolvimento políticos, chegou a ser convidado para a pasta da Indústria e Comércio,

por ocasião do gabinete de Francisco de Paula Brochado da Rocha, ministro de Jango Goulart ⁶⁰, tendo descartado o cargo pelo fato de já estar empenhado no ingresso da vida parlamentar.

Nas eleições de outubro de 1962, candidatou-se ao Senado por Pernambuco, seu Estado natal, através da legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), coligado com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Naquele momento, alinhava-se às chamadas “forças nacionalistas e de esquerda”, de Pernambuco, financiando a candidatura de Miguel Arraes a governador, pelo Partido Social Trabalhista (PST) – com o apoio do PTB e por uma pequena ala do Partido Social-Democrático (PSD) –, que sofria forte oposição do conservador João Cleofas, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), pelo Partido Democrático Cristão (PDC) e pelo PSD⁶¹.

Ainda que atribuam sua candidatura à revolta sentida por ter sido vetado, pelo Senado, em 1961, à embaixada da Alemanha, somente podemos entender essa sua decisão de trilhar um caminho parlamentar em função do intuito de se pôr mais próximo das esferas decisórias da política econômica. Por outro lado, a opção pela candidatura por Pernambuco se fazia em função de seus interesses já consolidados naquele Estado, bem como pela possibilidade de ampliá-los em face dos incentivos dados pela Sudene. Ademais, não se deve esquecer que, para o futuro senador, seria mais fácil enraizar sua candidatura em sua terra natal, como também o aliciamento de votos, se necessário fosse, mais facilmente seria alcançado em Pernambuco.

Cabe referir que, em entrevista à esta pesquisadora, Fernando Gasparian afirmou que havia sido o articulador da candidatura de José Ermírio de Moraes com Miguel Arraes. Em encontro agendado por ele, em São Paulo, Moraes sentou-se à mesa com o político para acertarem a campanha.

Essas eleições se realizaram no bojo de uma crise política, resultante do confronto das forças sociais que disputavam o controle dos caminhos do desenvolvimento brasileiro. Ou seja, a implementação de uma acumulação que, longe de romper com os princípios da

⁶⁰ Em 8 de julho de 1962, Brochado da Rocha havia sido aprovado como primeiro-ministro. Almino Affonso observa que o Conselho de Ministros referendado naquele momento “não expressava composições partidárias e refletia uma linha política aberta à esquerda/...” O ministro da Indústria e Comércio era “/.../ José Ermírio de Moraes, um dos maiores industriais do país, nacionalista comprovado e combativo”. Affonso: s/d., p. 65.

⁶¹ A campanha de Cleofas centrava-se na identificação de José Ermírio como usineiro, que de fato ele era. No entanto o empresário buscava passar a imagem de industrial nacionalista e progressista. (Cf. Scatimburgo: 1975).

propriedade privada, buscava uma lógica capaz de garantir um desenvolvimento autônomo, ou a manutenção da subordinação econômica estrutural, conservando a forma perversa de acumulação que castigava as classes trabalhadoras. A vitória de Arraes significava, de alguma forma, uma contribuição para as forças mais identificadas com uma solução democrática, podendo, no entanto, ser interpretada como radicalização da crise em andamento.⁶²

José Ermírio assumiu seu mandato no regime presidencialista, recém-instaurado e garantido pela esmagadora maioria de votos no plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Neste mesmo mês, em 28 de janeiro, o empresário pernambucano integrou o primeiro ministério presidencialista, ao ser nomeado por João Goulart para a pasta de Agricultura, onde permaneceu até 20 de junho de 1963, quando assumiu sua cadeira no Senado.

Como sabemos, entretanto, o jogo político democrático não se manteve por muito mais tempo no Brasil. A crise política em processo culminou com uma ruptura da ordem constitucional, realizada por conspiradores civis e militares que, em 1964, por meio de um golpe de Estado, instauraram uma ditadura militar. É do que trataremos a seguir.

⁶² As eleições de outubro de 1962 fizeram-se em plena campanha pela volta ao presidencialismo e, sob a intensa discussão sobre as Reformas de Bases, que monopolizava setores e lideranças comprometidas com os interesses nacionais. É necessário lembrar, ainda, que, no plano da política internacional, Goulart enfrentava uma crise com os EUA, ao manter uma posição independente, contrária à invasão americana em Cuba, devido à presença de mísseis soviéticos em seu território. Segundo Almino Affonso, após o incidente, restaram as conseqüências: “/.../ Cresceu a polarização ideológica no Brasil, a todos os níveis: no Parlamento, nas Forças Armadas, na Imprensa, em toda parte”. (Affonso: s/d, p. 80).

CAPÍTULO III

ESTADO E DEMOCRACIA RESTRITA DOS PROPRIETÁRIOS

Convém iniciar fazendo uma retrospectiva de nosso trabalho. Até aqui, delineamos o processo de acumulação capitalista industrial no Brasil, dos anos 50 até o golpe de 1964, caracterizado, fundamentalmente, pelo aprofundamento da subordinação da economia, por sua crescente e contínua internacionalização. Ao fazê-lo, tínhamos como intuito examinar o acirramento das contradições enfrentadas pelo capitalismo brasileiro e seus reflexos no posicionamento dos diferentes setores das classes proprietárias, particularmente do que chamamos de fração nacional da burguesia brasileira, principalmente o empresariado paulista, em defesa de seus interesses. Tendo por base este quadro geral, focamos o posicionamento de José Ermírio de Moraes, como liderança nacionalista, a partir de meados dos anos 50, concentrando-nos na análise de sua oposição à Instrução 113 da Sumoc, marco do comprometimento da modernização capitalista com o capital internacional. Preocupados em seguir os caminhos percorridos pelo empresário em sua trajetória pública, acompanhamos o seu ingresso no Senado e analisamos as articulações e compromissos políticos assumidos durante a campanha.

A partir deste momento, vamos nos voltar à análise dos seus discursos no Senado, ressaltando que este momento da pesquisa tem sua importância justificada e alavancada pelo significado da intervenção política de setores da burguesia brasileira – entendendo-se por isso a possibilidade de interferir diretamente em órgãos do Estado, responsáveis pela formulação das políticas econômicas e, com isto, assegurar seus interesses – e pelas possibilidades que abre para a análise de suas concepções ideológicas, de seus projetos de classe.

Para as classes proprietárias em nosso país, o Estado representa a retaguarda necessária para garantir o avanço do processo de reprodução industrial – através da implementação de infra-estrutura, de política de créditos e subsídios e de contenção salarial, entre outras tantas medidas –, frente à sua incapacidade histórica de arcar independentemente com o processo de acumulação capitalista. Ao longo de nossa história, a relação entre as esferas do político e os interesses do capital privado foram articuladas por meio dos órgãos de representação,

corporativos ou não, que, em algumas ocasiões, chegaram a contar diretamente com quadros nas instâncias estratégicas e deliberativas governamentais.

Como vimos, em meados da década de 50, durante os governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, essa relação começou a se transformar, a partir de um aprofundamento dos compromissos com os capitais estrangeiros, de modo que o acesso aos canais de comunicação e a participação direta no poder não mais puderam garantir o atendimento dos interesses mais imediatos e particularistas do capital nacional, atingindo de forma profunda amplos setores empresariais brasileiros. Posteriormente, no período de João Goulart, viu-se uma reação a esse processo e às conseqüências negativas do padrão econômico implantado, pois, além da retomada dos compromissos com setores nacionais, o projeto do Estado passou a envolver as Reformas de Base e a inclusão das massas populares. Foi quando parte significativa dos setores proprietários nacionais, que antes buscava uma rearticulação mais confortável nas esferas decisórias, sentindo-se ameaçada por uma radicalização popular ou por uma possível “República Sindicalista”, acabou apoiando a solução antidemocrática do golpe militar, pondo fim a quaisquer “ilusões heróicas” da burguesia nacional.

É neste quadro e lógica que devemos entender a atuação e os discursos de José Ermírio de Moraes no Senado, usados como “armas” para interferir no curso das transformações que ocorriam na realidade brasileira. A gama de questões presente em seus discursos de intelectual orgânico, que expressa interesses de frações da classe capitalista e propõe soluções para os problemas de seu cotidiano político e de seus pares, conduz ao entendimento das dificuldades e dilemas enfrentados pelos setores industriais do capital nacional, num momento crucial do processo de acumulação monopolista subordinado no Brasil.

Os discursos aqui analisados foram proferidos no Senado, entre 1963 e 1970. Mesmo compondo uma unidade significativa, foram complementados com pronunciamentos e entrevistas concedidas a órgãos da grande imprensa da época. A leitura desse material sugeriu temas como a crítica à política econômica da ditadura, a concepção de industrialização centrada nas indústrias de base, a situação do Brasil e dos países da América Latina. Todos esses temas estão permeados pela questão nacional, mantendo entre si uma relação profunda e remetendo a outras problemáticas, que se revelam quando a análise coloca em evidência a trama histórica que as sustentam. Para isto, a história forneceu as referências, pois essas idéias

não se explicam unicamente no campo da idealidade e nem possuem vida própria ou abstratamente independente.

A questão nacional, como temos afirmado, põe-se historicamente, envolvendo e expressando interesses de classes. Na particularidade dos países de extração colonial e economicamente subordinados às economias mais desenvolvidas, essa problemática alcança dimensão complexa, na medida em que, no limite, estaria em jogo a resolução de um capitalismo autônomo, possibilitado pela instauração de um parque industrial solidamente constituído nos setores de bens de produção e de capital. Processo que, na América Latina, como um todo, e no Brasil, em particular, não teve, do ponto de vista histórico, condições de se consubstanciar.

Poder-se-ia perguntar como, numa economia subordinada como a brasileira, carente de uma acumulação em bases nacionais, seria possível falar da existência de uma burguesia em condições de realizar de modo independente um processo de acumulação, visto que, na maior parte de sua existência, ou esteve associada ao capital internacional ou foi neutralizada nas tentativas de manter-se autônoma. Nossa tese é a da existência de uma pequena parcela da burguesia, com características peculiares, diferentes daquelas das formas clássicas e tardias do capitalismo central, que, diferenciando-se de sua classe como um todo, estaria interessada em manter sua existência e identidade, ainda que com formas e dimensões mesquinhas e resguardada por um Estado de quem demandava e esperava cobertura e sustentação.

A sobrevivência da nação soberana, tal como era pensada pelos industriais nacionalistas, corria riscos, ameaçada pela concorrência internacional que o país, subdesenvolvido, não tinha condições de enfrentar. Esta burguesia antevia a impossibilidade de fazer frente à qualidade e à diversidade dos produtos estrangeiros, que atingiria diretamente seus interesses particulares e exclusivistas. A soberania nacional, nessa perspectiva, estava atada aos interesses mais imediatos da subsistência da camada industrial como classe. Em outros termos, a grande preocupação de parcelas da burguesia nacional, na condição de participante menor dos processos de desenvolvimento do país, era evitar seu alijamento dos setores da acumulação que ainda dominavam e onde usufruíam parte considerável dos lucros. Esta luta, sabemos, assumiu intensidade diferenciada e percorreu caminhos diversos na história recente do país.

No processo instaurado a partir da segunda metade da década de 50, a desnacionalização da economia brasileira avançou consideravelmente, comprometendo amplos setores nacionais. Neste momento, verificou-se uma reação nas áreas mais atingidas pelo processo, levada a efeito não só por individualidades empresariais como também por entidades representativas de classe. Esta desnacionalização, no entanto, tendeu a se aprofundar mais a partir do golpe militar de 1964, desfechado após o longo período de crise instaurado a partir da era JK e que selou a vitória dos setores comprometidos com o grande capital internacional. Mais uma vez, a reação dos diversos setores nacionais foi contundente, ainda que o inimigo confrontado fosse organizado e poderoso.

O que se viu, a partir daí, foi a crescente marginalização de amplos segmentos do capital nacional, com perda significativa de espaço dentro da economia brasileira, verificando-se crescente concentração e internacionalização de ramos inteiros da produção. Aos trabalhadores coube, porém, o ônus maior, o de “carregar nas costas” o novo momento da acumulação brasileira, que ficou conhecido como “milagre econômico” de 1968-73. Tendo como base o “arrocho” dos salários da classe trabalhadora e a legislação trabalhista que garantia a superexploração, a economia brasileira apresentou-se ao mundo como um dos paraísos mais promissores do planeta, com taxas altíssimas de crescimento do PIB, que conviviam com alta concentração de renda e com os aumentos dos índices de pobreza, decorrentes da forma excludente de acumulação. Com estas observações, entendemos indicar que a reação às adversidades enfrentadas pelo setores nacionais foi diferenciada, não só quanto à intensidade, mas também quanto aos desdobramentos, que afetaram a burguesia e os trabalhadores brasileiros.

3.1. José Ermírio de Moraes no Ministério de Jango

O ano de 1963 inaugurou a volta do regime presidencialista, tendo à frente João Goulart¹. O fato foi significativo, porquanto a figura de Jango, bem como a vitória nas eleições

¹ O ano de 1963 teve como herança do conturbado ano de 1962 inúmeros acontecimentos, que contribuíram para a radicalização da crise em andamento. Data do início de 1962 a criação do Ipes. Também foi em fevereiro deste ano que Brizola desapropriou os bens da ITT e exigiu que Goulart rompesse com o Congresso. A crise entre o presidente e o Parlamento, dominado pela UDN e PSD, só cedeu com o fim do gabinete de Tancredo Neves.

de 1962 das forças sociais comprometidas com as tendências nacionais-reformistas, trouxeram de volta o espectro do projeto varguista de um capitalismo independente, acirrando as disputas entre os dois blocos que pretendiam soluções diferenciadas para a acumulação capitalista no Brasil.

Eleito senador em 1962, José Ermírio de Moraes assumiu primeiramente o cargo de ministro da Agricultura do primeiro gabinete presidencialista de Jango Goulart, Ministério-chave naquele momento, quando a questão da terra assumia uma proporção preocupante no Estado de Pernambuco, posta a atuação das Ligas Camponesas organizadas por Francisco Julião. Nesse sentido, o nome do novo senador pernambucano poderia ser uma solução conciliatória, prestigiando aquele Estado que havia se transformado em um “barril de pólvora”, ao mesmo tempo em que contemplava os setores mais conservadores, que viam no nome do empresário o guardião eficiente dos princípios da propriedade privada.

Ao assumir o Ministério, aprovou o Estatuto do Trabalhador (Lei 4.214), em 2 de março de 1963, que regulava as relações entre capital e trabalho no campo, estabelecendo os direitos dos trabalhadores rurais. Foi ainda durante seu ministério que Jango encaminhou um projeto de reforma agrária, que estabelecia a desapropriação de terras – que seriam pagas através das obrigações do Tesouro Nacional, e não em dinheiro, como estabelecia a Constituição. A Câmara transformou-se, então, em uma arena, exigindo a presença e o posicionamento de José Ermírio de Moraes. Em pronunciamento no dia 16 de maio, afirmou, de um lado, a necessidade de tal medida, indicando, no entanto, a prioridade de um programa de financiamentos à produção, que garantiria as condições de trabalho; de outro, propunha, outrossim, mecanismos destinados a incentivar a criação de cooperativas.

Assim, sua atuação como ministro da Agricultura e senador pautou-se pelos temas gerais do nacionalismo, mantendo um distanciamento das questões mais radicais,

Nesta época, o movimento operário deflagrou a primeira greve política em apoio ao presidente Goulart. A partir de setembro deste mesmo ano, entrou em pauta a antecipação do plebiscito, que acabou sendo realizado em janeiro de 1963. A questão da terra ganhou contornos ainda mais radicais, principalmente nos Estados nordestinos, com a intensificação da atuação das ligas camponesas e com as eleições de 7 de outubro, em que Arraes, candidato dos setores populares, saiu-se vitorioso. A situação de radicalidade no Nordeste fez com que o Ibad mantivesse uma sede na região e derramasse uma verdadeira fortuna para o financiamento dos candidatos da direita. Mas a questão mais polêmica daquele momento foi a aprovação e promulgação da lei de remessas de lucros para o exterior. Cresceu, também, a campanha de denúncia contra a “infiltração comunista generalizada” no governo Goulart.

encaminhadas pelas forças reformistas, tais como as reformas de bases, especialmente a agrária, e as mobilizações de massa. Em outras palavras, pautou-se por um nacionalismo acanhado e defensivo, reafirmando que as atribuições de seu Ministério estavam sujeitas à preparação de matérias a serem julgadas e, aprovadas ou não, pelo Parlamento. Sua convocação pode ser explicada pela postura excessivamente cautelosa do governo Jango, apesar de ter retomado o mandato de presidente respaldado por uma expressiva votação no plebiscito, que lhe garantiria a possibilidade de montar uma equipe afinada com as reformas de bases e em condições de executá-las. No entanto, sua conduta foi outra, pois utilizou como critério, quase que exclusivamente, a moderação política e a capacidade técnica de seus escolhidos. Segundo Moniz Bandeira, Goulart não quis assumir sua expressiva vitória, isto é,

“como um mandato popular para as reformas de base, constituindo um Ministério eminentemente de esquerda, a fim de executá-las, com ou sem o Congresso. /.../ Seu propósito era deixar que a onda passasse, evitando a radicalização, para depois retomar, firmemente, o caminho das reformas. Por isso dividiria a vitória com o PSD” (BANDEIRA: 1978, 88).

Nesse sentido, como afirmamos acima, nada mais adequado do que a participação de José Ermírio de Moraes e, ainda que a “tendência natural” o indicasse para a pasta da Indústria, a escolha pode ter tido outra lógica: dono uma capacidade administrativa reconhecida, de uma identidade geral com as teses nacionalistas e, principalmente, representante de Pernambuco - Estado onde a questão agrária aflorava da forma mais radical -, a presença do petebista conservador, usineiro e com negócios no Estado poderia acalmar a sanha da direita e, ao mesmo tempo, contemplar a própria esquerda, na medida em que seu nome fazia parte da Frente do Recife, na mesma coligação com Arraes, que o via como expressão da burguesia nacional.

Sua *performance*, como dissemos, foi cautelosa e inexpressiva, largamente marcada por um distanciamento da questão central de sua pasta, a reforma agrária, e pela manutenção de uma neutralidade impossível de ser alcançada naquele momento. Convocado, como ministro da Agricultura, para se pronunciar na Câmara, em 11/6/63, manifestou sua apreensão nacionalista mais geral, denunciando a crescente influência do poder econômico internacional em nossa economia, pois “só mesmo [a] indústria de tecido, que é uma indústria velha, que

não serve para eles, ainda está nas mãos dos brasileiros” (ESP: 12/6/63). Questionado quanto à política fiscal e de confisco cambial que incidia sobre a agricultura, José Ermírio não se manifestou a respeito, demonstrando, no entanto, inquietação com a crise no setor cafeeiro, o mais significativo na economia nacional. Para as críticas realizadas pelos cafeicultores, que se queixavam dos elevados custos representados pelos impostos e pela política de câmbio na lavoura e que supostamente impediriam o cumprimento do Estatuto do Trabalhador, não havia respostas.

Sua posição frente à reforma agrária era dúbia. Para o ministro pernambucano, a função de sua pasta esgotava-se no fornecimento de subsídios para a Câmara, tendo apenas características consultivas, ficando fora de suas atribuições deflagrar a reforma agrária. Segundo ele, o projeto da reforma fundiária do governo ainda estava incompleto, pois essa questão ia além da distribuição das terras improdutivas. Para ser eficaz, deveria contar com uma “reforma agrícola, acompanhada de todo material necessário, como seja, financiamentos, cooperativismos, condição de trabalho e isto custará uma soma imensa” (ESP: 13/6/63). Achava, também, que a reforma deveria ser feita através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o que destoava da proposta do PTB, que propunha, através de emenda constitucional, a modificação da forma de pagamento da desapropriação: a troca de dinheiro por títulos da dívida pública a longo prazo. Emenda que, segundo a Conclap, possuía “inspiração comunista” (ESP: 12/9/63).

Seu esforço de neutralidade e distanciamento das questões polêmicas encaminhadas pelo governo federal acabou sendo utilizado pelas forças mais reacionárias para promover e aprofundar o clima de instabilidade política. No editorial “Escorregões Ministeriais”, a família Mesquita, proprietária do conservador *O Estado de S. Paulo*, não poupou críticas ao senador-empresário, afirmando que, na Câmara,

“nos seus embaraçosos silêncios em face de algumas incômodas perguntas, a longa exposição do venturoso industrial /.../ constituiu um bloco monolítico e irresumível de contradição consigo mesmo /.../ [Complementando, o diário paulistano afirma ainda que o senador] fez uma demonstração completa da insuficiência desta administração, das segundas intenções dos seus empenhos, da anarquia reinante na condução dos negócios públicos e da clara consciência que têm as altas autoridades governamentais

/.../ [que este] é o melhor caminho para conduzir o país à miséria, à convulsão e ao caos.”

Poder-se-ia argumentar que a crítica partia de um dos “baluartes da reação”, e que estava encerrada nos limites do conservadorismo. No entanto, assim como “um relógio quebrado acerta pelo menos duas vezes ao dia”, o *Estadão* apontou as contradições da burguesia nacional sem, no entanto, poder elucidá-las.

Naquele primeiro momento de sua vida pública, em que a crise econômico-social ganhava profundidade, sua ambigüidade e sua impossível “neutralidade” evidenciavam-se com mais força. De fato, em mais alguns dias, o primeiro ministério presidencialista seria deposto por Goulart (20/6/63), através de uma reforma ministerial².

A antecipada saída de José Ermírio do Ministério estaria ligada à reforma levada a efeito por João Goulart, em resposta às críticas efetuadas por vários representantes das diversas correntes políticas, inclusive pelo próprio ministro frente às negociações acertadas por Santiago Dantas com o governo norte-americano para a compra da Amforp e da ITT. Após a suspensão daqueles ajustes, mudanças foram operadas no Ministério, em junho de 1963, com a finalidade de obter a conciliação, com vistas à aprovação das Reformas de Base.

3.2. José Ermírio de Moraes no Senado Federal

José Ermírio assumiu, a seguir, sua cadeira no Senado, sob o peso das acusações de Carlos Lacerda de que confiscava tributos da Previdência Social em suas empresas. O assunto chegou a ganhar manchetes nos jornais, mas o senador conseguiu livrar-se da pecha de sonegador, comprovando o recolhimento dos impostos. Este não foi, entretanto, o único percalço enfrentado pelo senador em seu primeiro ano de mandato: enquanto ainda vigia no país a legalidade constitucional, José Ermírio propôs, em outubro, um projeto de lei que previa a redução do número de páginas dos jornais. Sua intenção era reduzir a saída de divisas para a

² A crise, instaurada já com a volta ao presidencialismo, em janeiro de 1963, ganhou contornos mais acentuados quando Goulart e parte de seu Ministério não concordaram com a negociação do ministro da Fazenda, Santiago Dantas, para indenizar a Amforp, encampada pelo governo Brizola. O ato fez com que o ministro se demitisse e as relações com os EUA se complicassem ainda mais. Kennedy não acreditava na capacidade do governo federal de baixar a inflação e controlar os movimentos de massas sem a presença de Santiago Dantas. Goulart articulou um novo Ministério, em 23 de junho de 1963, sem a presença de José Ermírio, mas mantendo um padrão ainda conservador, conseguindo, com isto, desagradar à esquerda e à direita.

compra de papel de imprensa e canalizar esses dólares para a aquisição de itens essenciais ao desenvolvimento do país. De efetivo, contudo, conseguiu apenas a inimizade de toda a grande imprensa. Após o golpe militar de 1964, o senador correu, ainda, o risco de ter seu mandato suspenso, sob a acusação de ter “comprado” uma cadeira no Congresso, em razão dos gastos de mais de um bilhão de cruzeiros em sua campanha.

Foi nos primeiros anos de ditadura que o senador pernambucano começou sua jornada como um crítico “radical” (até onde pode ser considerado “radical” um representante da fração da classe industrial nacional) da política econômica do Estado militar. No final de 1964, seu alvo era a política fiscal tributária, estabelecida pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Ao restringir o reinvestimento dos lucros das empresas, obrigando-as a contribuir com mais de 4% sobre seus ativos para o Estado, essa política colocava os empreendimentos nacionais em situação de maior fragilidade, favorecendo, conseqüentemente, a ação dos capitais estrangeiros.

Outra batalha nacionalista empreendida pelo senador-empresário (já como presidente do PTB)³ foi a crítica ao acordo com Washington, no início de 1965, que garantia investimentos e transações entre os dois países. Criticou, também, a Instrução 276 da Sumoc, que reeditava a portaria 113, favorável ao capital internacional. Foi nessa ocasião que, em junho de 1965, o senador pernambucano se posicionou em termos veementes contra a entrega do Pico de Itabirito (MG) para a firma Hanna Corporation explorar o minério de ferro. Na tribuna, defendeu a necessidade de criar condições para que se impedisse que investidores internacionais obtivessem vantagens lesivas à nação. Como afirmamos anteriormente, a exploração dos minérios era um tema essencial para o senador, pois envolvia sua concepção de nação, sua idéia de que o desenvolvimento de uma indústria de base (siderurgia, minérios) garantiria uma economia auto-sustentada e, portanto, uma nação soberana. Nesse sentido, combateu firmemente a forma de exploração dos metais estabelecida pela Constituição de 1967, na forma do novo Código de Minas aí aprovado, que facilitava a atuação de empresas internacionais.

³ É importante lembrar que com o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que instituía o bipartidarismo, José Ermírio de Moraes filiou-se ao Movimento Democrático Nacional (MDB), tornando-se seu primeiro tesoureiro-geral.

Ainda que sua atuação político-empresarial tenha como registro um caráter nacionalista, vamos observar, em uma análise mais detalhada do período em que se concentra este estudo, uma modulação desse conteúdo, em que os significados assumiram teores diferenciados e até os “algozes” do capital nacional passaram a ser tratados como heróis.

3.3. Atuação Parlamentar

José Ermírio de Moraes era um homem essencialmente prático, propondo-se a responder questões de sua época e a solucionar problemas que afetavam direta ou indiretamente a fração de classe à qual pertencia. Assim, se não podemos classificá-lo como um ideólogo no sentido *lato* do termo - preocupado em definir conceitualmente cada núcleo ideológico de sua concepção de mundo –, isto, no entanto, não nos desautoriza a reconhecê-lo como *intelectual orgânico*. Nessa direção, é possível acompanhá-lo em pronunciamentos na imprensa, como liderança industrial e, fundamentalmente, em seus discursos no Senado Nacional (1963 a 1970), expressando um conjunto de idéias sistematizadas, ancoradas nas questões de fundo do período.

Nosso objetivo neste momento é identificar nos seus discursos os interesses da fração de classe por ele representada e, sobretudo, o caráter e os limites do nacionalismo esposado por ele e pelo setor. O equacionamento destas questões tem um pressuposto: o desvendamento da problemática de uma burguesia que se pretende nacional, em condições de atraso da gênese histórica e de subordinação; daí a pergunta: *a burguesia brasileira pode ser nacional?* Nessa medida, situar historicamente a atuação do senador é essencial para identificar e qualificar, em seu discurso, as respostas às demandas da realidade.

A maior parte do material disponível para a análise é constituída por pronunciamentos parlamentares, o que, é importante que se diga, não se trata de uma priorização arbitrária quanto à utilização de um dado tipo de fonte histórica. De fato, foi durante a atuação no Senado que José Ermírio dispôs de uma tribuna diária para pronunciamentos sistemáticos, estando no centro da arena das disputas quanto aos destinos da política econômica nacional. A importância desse material está, justamente, na relação que sua fração social mantém com a

realidade histórica, traduzida nos embates políticos desse momento de consolidação da autocracia burguesa bonapartista, o que se dá ao longo dos governos militares: no período de instalação do regime, com Castello Branco (1964-67); na alternativa da linha dura, com Costa e Silva (1967-69) e Garrastazu Médici (1969-74), que geriu o “milagre econômico brasileiro” até seu fracasso, em 1973.

Uma primeira aproximação com o discurso de José Ermírio revela um núcleo básico – a idéia de *desenvolvimento econômico da nação*. A constituição da nação brasileira, segundo ele, estaria atrelada à realização do desenvolvimento auto-sustentado, tendo a industrialização como eixo central. Neste núcleo desenvolvimentista se destacariam, pois, duas questões: o nacionalismo e o industrialismo.

Ainda que a preocupação com a soberania nacional tenha sido uma constante na vida de José Ermírio, a fase em que, com maior intensidade, agitou esta bandeira coincide com sua atuação no Parlamento, justamente quando as forças sociais vitoriosas em 1964 definiram-se por uma acumulação capitalista afinada com as finanças internacionais, inviabilizando qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista em bases autônomas.

O caráter contraditório de seu pensamento, traduzido em um nacionalismo ambíguo e defensivo, era, na realidade, expressão de sua condição de classe. Ainda que o nacionalismo do governo Goulart fosse ao encontro dos interesses mais gerais de setores das classes proprietárias, existiam espaços para discordâncias em questões que pudessem desestabilizar a situação da economia geral e redundar na perda do controle do processo social. Em outras palavras, podemos perceber identidades quanto à defesa de setores do capital nacional frente às ameaças internacionais, ou quanto ao combate à remessa de lucros para o estrangeiro. No entanto, não havia um alinhamento em questões ligadas à política fiscal, ou às reformas de base que colocavam em xeque a “aliança velada” entre os setores mais modernos e os mais arcaicos, ou seja, entre industriais e latifundiários, que buscavam uma modernização conservadora. Da mesma forma, existiam críticas à inexistência de mecanismos para dar andamento à questão agrária, como também à incapacidade de contenção dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais.

Outro passo na reafirmação do reformismo nacionalista no governo Goulart foi a manutenção, pelo Tribunal Federal de Recursos, da portaria do ex-ministro Gabriel Passos que

cassava, em setembro de 1963, a concessão que permitia à firma norte-americana Hanna Corporation explorar o quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. Ainda que José Ermírio de Moraes aplaudisse a decisão, sua manifestação de nacionalismo foi emparedada em cheque, frente aos interesses de seu grupo na exploração de minérios, como, outrossim, foi o caso do seu comportamento quanto à exploração das minas de níquel em Goiânia, no segundo semestre de 1963.

O caso da exploração das jazidas de níquel tinha várias facetas, em que mais uma vez estavam em jogo o controvertido comportamento nacionalista do senador-empresário e a crítica conservadora do jornal *O Estado de S. Paulo*, que buscava defender a participação de firmas estrangeiras na extração de minérios no Brasil. O problema começou em julho de 1963, com a tentativa de descredenciar as jazidas de níquel localizadas em Goiás, em poder do grupo Votorantim desde o início da década de 40. A resolução do problema contava com a tentativa de criar uma empresa mista, que reuniria a participação do Grupo Votorantim, com 60% das ações, e a Metago, pertencente ao governo de Goiás, com 40%. No entanto, na data acertada (outubro de 1963), o grupo Votorantim acabou não concordando com os termos da montagem da empresa. Para o governador de Goiás, coronel Mauro Borges, a posição do senador pernambucano fazia parte de uma “política imperialista, antinacional e impatriótica do Grupo Votorantim /.../ que não deseja explorar o níquel mas conservar a concessão” (ESP: 23/11/63)⁴.

A posição quanto ao monopólio das jazidas era “compreensível,” em se tratando de um empresário do porte de José Ermírio, que tinha na exploração de minérios um dos ramos centrais em seu grupo. No entanto, isto fez também com que o senador-empresário argumentasse, em sua defesa, que se poderia reeditar em Goiás a forma como estava sendo explorado o manganês no Amapá. Convocado pelo senador pernambucano, o engenheiro

⁴ José Ermírio de Moraes alegava que a não exploração das minas passava pelo fato de que as jazidas de níquel, “desde 1933, sempre foram concedidas a grupos estrangeiros (alemães, japoneses e norte-americanos)” e que somente havia comprado ações da companhia vencendo trustes internacionais, em 1957. Por outro lado, queixava-se das dificuldades existentes para ter acesso à região e esgotar ESCOAR? a produção, bem como a carência de energia elétrica. O senador havia dito ainda que o presidente da empresa Metago do governo de Goiás, o sr. Paulo Teixeira, deveria preocupar-se mais com a exploração das minas de cassiterita que lá se encontravam, e que estavam em seu poder, pois as importações desse metal pelo Brasil alcançavam 1.873 toneladas de estanho, contra as 800 toneladas de níquel. José Ermírio de Moraes afirmava que “na verdade a campanha do níquel tem apenas sentido político objetivando atingir quem está trabalhando pelo Brasil. Isso é demagogia e eu não aceito demagogia” (ESP: 23/11/63).

responsável por aquelas minas, Augusto Antunes, procurou demonstrar que uma empresa bem-sucedida no ramo da mineração poderia contar “com a colaboração do capital estrangeiro, propiciando ao mesmo tempo, grande progresso a uma região subdesenvolvida e criando novos investimentos na indústria brasileira”(ESP: 24/11/63). O engenheiro alertava, ademais, para o fato de que um empreendimento desse porte requiritava recursos financeiros vultosos, experiência e garantias de mercado, que nem sempre o capital nacional tinha condições de realizar. Ainda mais, a empresa Icomi do Amapá procurava investir na siderurgia em Minas Gerais, além de construir uma usina de aços especiais em Mogi das Cruzes (São Paulo), conjuntamente com a empresa sueca SKF (ESP: 28/11/63).

Se era fato que Jose Ermírio de Moraes buscava preservar seus interesses imediatistas sob o “manto nacionalista”, era certo, igualmente, que forçou a explicitação na Comissão Especial do Senado de um levantamento da produção mineral nacional e dos interesses presentes na exploração dos minérios brasileiros. Para o jornal dos Mesquita, o encontro nesta comissão foi o confronto entre o “‘nacionalista monopolista’, na pessoa de José Ermírio de Moraes, com o empresário consciente de suas responsabilidades na pessoa do engenheiro Augusto Azevedo Antunes ” (ESP: 29/11/63).

É importante que se diga que a intensa campanha d’*O Estado de S. Paulo*, que questionava o nacionalismo do empresário e o vinculava ao que era defendido pela esquerda, ganhou fôlego com o seu desastrado projeto de limitar as páginas dos jornais da grande imprensa brasileira, apresentado no Senado. A preocupação do empresário era reduzir os gastos com importação de papel que ultrapassassem os empregados na compra de adubos e inseticidas para o campo brasileiro. O argumento utilizado pelo empresário baseava-se nos jornais europeus que, menores do que os brasileiros, atingiam, não obstante, uma tiragem maior. A campanha contra ele foi implacável, procurando vincular sua vitória nas eleições de 1962 à “compra” de uma cadeira no Senado e à vingança por não ter seu nome aprovado por aquela instância para a Embaixada da Alemanha, em 1961. Sua fortuna, que teria sido construída de forma ilícita, seria a base para o financiamento de sua campanha e de seus companheiros de esquerda, bem como de sua vitória, possibilitando ao senador-empresário, “o

luxo de uma respeitabilidade que os negócios não lhe deram. E, quem sabe a imunidade” (Jornal do Brasil: 31/10/63)⁵.

Posta tal contextura, firme-se que nosso horizonte nesse capítulo é entender como José Ermírio de Moraes via o papel do Estado na constituição da sociabilidade capitalista no Brasil frente à impossibilidade histórica de seu segmento de classe – o grande capital industrial brasileiro - deter a hegemonia política e econômica diante de uma economia geneticamente subordinada; economia que enfrentava, naquele quadrante histórico (1963-70, momento em que participou do parlamento) a mobilização dos setores operários, de trabalhadores do campo e dos estudantes. Problematização esta que tem como questão de fundo o entendimento do modo de ser da burguesia brasileira, que, sem condições de se auto-reproduzir na sua integralidade, autonomamente, e sem condições de representar outros segmentos da sociedade exercendo sua dominação direta nos marcos da democracia liberal, recorre a formas que variam em um gradiente da ditadura mais feroz a uma institucionalização das formas autocráticas.

Como sinalizado, as dificuldades enfrentadas pelos setores nacionais frente à crescente internacionalização da economia brasileira desde o final da década de 50, somada ao descompromisso crescente do Estado em amparar a iniciativa privada de frações internas, provocaram a reação de parte desse segmento, que enveredou na busca de soluções para seus problemas. No caso de José Ermírio, como já referido, este buscou como recurso a aproximação cada vez mais concreta das esferas decisórias da política nacional: no limite, recorrendo a uma participação direta no Parlamento.

De outro lado, a participação de setores do grande capital no golpe de 1964, bem como a instauração da ditadura bonapartista, forma pela qual se objetivou a dominação dos

⁵ O projeto do senador determinava o tamanho das folhas e o número de páginas nas edições de domingo. Propunha penas para o não cumprimento do regimento, que iriam da suspensão à cassação do registro do jornal. A imprensa alegava que esta seria uma forma de exercer a censura na imprensa. Ao citar os jornais *Pravda* e *Isveztia* como exemplo, José Ermírio foi apontado como o financiador de órgãos de esquerda brasileira, pois “não poderia ser interpretado de outra forma o apoio dado por ‘semanário vermelho’ no Rio de Janeiro, que elogiava o ‘senador nacionalista’” (ESP: 5/12/63).

proprietários naquela quadra histórica, foi a maneira como esses mesmos setores se rearticularam para o enfrentamento dos crescentes movimentos sociais. Faz-se, portanto, necessário dar continuidade ao entendimento da concepção de Estado de José Ermírio de Moraes, como também de sua atuação política ao longo do governo dos generais que se revezaram entre os anos de 1964-70. Até aqui, intentou-se focar analiticamente a dimensão política do Estado ditatorial; seus desdobramentos econômicos foram examinados com mais vagar no capítulo dedicados ao Estado, Empresário e Siderurgia no pensamento de José Ermírio de Moraes e também no capítulo dedicado ao Enfrentamento da Política Econômica Bonapartista.

3.4. O Paradigma “Wilsoniano” e o Lugar do Estado no Discurso de José Ermírio

José Ermírio de Moraes analisou em seus discursos, como apontamos, o papel do Estado como agente transformador na esfera da organização e proteção da iniciativa privada. Incansável defensor da industrialização como suporte de uma política econômica nacionalista, ao preconizar medidas para sua efetivação, afirmava a importância do papel desempenhado pelo Estado em países pobres, subdesenvolvidos, como o Brasil.

O Estado, concebido como partícipe de um processo de *modernização pelo alto*, desempenharia uma ação fundamental no progresso econômico em países em desenvolvimento - como o nosso -, cabendo-lhe tarefas mais onerosas e desconsideradas pelos grupos econômicos, ainda que imprescindíveis para o crescimento e dinamização do capital privado. Não foram raros os momentos, em seus discursos, fundamentalmente na análise do setor siderúrgico e na política de minérios, em que o senador apontava a necessidade do amparo do poder político, quando não da intervenção direta desse organismo, para potencializar essas questões essenciais ao desenvolvimento econômico.

Essas diretrizes acompanharam a atuação de José Ermírio em momentos anteriores, quando ainda os setores do grande capital industrial brasileiro conviviam com um Estado que buscava viabilizar uma acumulação na qual o capital nacional, mesmo que associado ao internacional, mantinha uma situação confortável e relativos lucros. No caso específico do industrial, os exemplos da Nitro Química, bem como da Companhia Brasileira de Alumínio,

ilustram bem essa sua cumplicidade com o poder político, seja através das autorizações para seu funcionamento, seja através de empréstimos e facilidades viabilizados pelo governo varguista, como anteriormente mencionado.

A partir de meados dos anos 50 e adentrando a década de 60, no entanto, a crescente crise econômica e a ampla movimentação das massas descartavam a probabilidade de uma organização do poder com essas características. A última possibilidade nesta direção, ainda que tênue, pôs-se com o governo Jango, que sucumbe ao golpe de 1964, solução militar apoiada por quase a totalidade dos segmentos das classes proprietárias brasileiras, porquanto medida profilática no sentido de resguardar a ordem do capital, restituir a hierarquia e afastar o perigo vermelho, cujo sucesso foi incontestável. A ditadura, em seus desdobramentos bonapartistas, ao pôr em andamento seu projeto econômico e político, revelava interesses mais profundos: o de favorecer o capital financeiro nacional e o internacional, ferindo ou até ameaçando, de fato, setores produtivos brasileiros.

A partir dessa crise, ficou mais evidenciada a posição e concepção de José Ermírio de Moraes com relação ao papel do Estado no desenvolvimento da sociabilidade capitalista no Brasil. Retomando o que enunciamos anteriormente, sua concepção de Estado enquanto agente modernizador de um país de economia subdesenvolvida e subordinada, ainda que comprometida com seus interesses privatistas e imediatos, fazia parte da urdidura ideológica do dirigente que procurava expressar a visão de uma classe e que pensava o setor produtivo como um todo.

Necessário, contudo, que tenhamos em vista que não fazia parte do rol de suas preocupações pensar o Estado como elemento de representação das diferentes categorias sociais. Em seus discursos no Parlamento, *locus* ideal para o tratamento das questões relativas à cidadania, não encontramos nenhuma referência a essas questões. Seu amigo e companheiro das empreitadas nacionalistas, Fernando Gasparian, em entrevista à pesquisadora, mencionou o fato de José Ermírio não ser muito afeito às “questões da democracia”, que não faziam parte do universo de suas discussões que, essencialmente, concentravam-se nas questões econômicas. Sua contribuição como homem público foi pensar cotidianamente a economia, a “viga mestra da vida nacional, substância matriz do desenvolvimento da nação”.

José Ermírio afirmava que, ao pensar o Estado, na maior parte das vezes inspirava-se nas concepções liberais de Woodrow Wilson, que sinalizava a intervenção deste organismo político na economia como forma de resguardar o nacionalismo e a iniciativa privada. Grande admirador do capitalismo norte-americano e da tradição liberal de seu Estado, José Ermírio perguntava-se porque o congênere brasileiro não poderia espelhar-se na organização de poder dos EUA e em sua forma política essencialmente nacional, que intervinha na produção protegendo e assegurando a expansão da iniciativa privada. Em seus discursos, não foram raras as citações de Woodrow Wilson⁶, que exerceu seus dois mandatos enquanto o senador estudava na Escola de Engenharia do Colorado, nos EUA, entre os anos de 1915-21.

O “americanismo” wilsoniano, exemplar, era lembrado no esforço de dotar a economia americana das condições capazes de dispô-la em pé de igualdade e concorrência em face das economias alemã e inglesa. Para isso, era necessário o desenvolvimento das condições da produção norte-americana, a fim de avizinhá-las àquelas encontradas na Alemanha, que, segundo Wilson, eram dotadas de “uma mão-de-obra especializada e de grande capacidade produtiva. /.../ e que tinha conhecimento do trabalho que [iria] realizar. Isto não é somente para a indústria. Precisamos levar a universidade para as fazendas”⁷ (Moraes *apud* Scatimburgo: 1988)⁸

⁶ José Ermírio de Moraes não se contentava em citar W. Wilson. Utilizou-se de inúmeras citações de Washington e Lincoln sempre que pretendia um exemplo de Estado liberal salvaguardando a iniciativa privada. O senador, também citando o New Deal, comentava atuação de Roosevelt, capaz, agradável, otimista, de fibra de aço, que em poucos anos recuperou a grande nação americana”. E, continuando: “Por que insistir e teimar em ser impopular e frio, calculista, inexorável, favorecendo sempre empresas de fora, em detrimento das nacionais?” Uma das citações prediletas de George Washington citada por Moraes era: “Não devemos pedir favores a outros países, porque pagaremos este auxílio com grande prejuízo para a nação” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, 67). As citações referem-se a discursos de 17/5/65 e 23/4/64, respectivamente.

⁷ Woodrow Wilson, continuamente apontava o que para ele era uma característica central da história latino-americana, responsável pelo seu atraso: a debilidade do Estado na condução dos problemas de sua economia determinada fundamentalmente pela ausência de capitais internos para investimentos. Wilson, diferentemente, alertava que, nos EUA “ não damos concessões; nós os convidamos a fazer investimentos. /.../ É um convite, não um privilégio”. Ou seja, seria o Estado que controlaria e conduziria os investimentos em áreas de interesses gerais da economia e da iniciativa privada americana. As nações que não possuíam mecanismos internos de controle e regulamentação de capitais e necessitavam recorrer a empréstimos estrangeiros para alavancar suas respectivas economias “ficam numa situação em que os interesses estrangeiros podem dominar seus negócios internos, condição essa sempre perigosa e tendente a se tornar intolerável”. E ainda alertava: “ se o Brasil não seguir os passos outrora determinados pelo saudoso Presidente Wilson, orientação que vem desde George Washington, que soube encaminhar a nação para o verdadeiro ressurgimento, não poderá criar a sua independência econômica” (Moraes *apud* Anais do Senado, 1965).

⁸ Refere-se a discursos de 20/12/66.

Poderia parecer contraditória ou incompreensível a posição de José Ermírio para com a nação norte-americana: de um lado, criticava a intervenção do capital norte-americano que, roubando as oportunidades do capital nacional, subvertia a dinâmica da economia brasileira e restringia a área de atuação do grande capital privado no país através da concorrência. No entanto, e por outro lado, o “povo americano” deveria ser tomado como exemplo, pois possuía um comportamento diferenciado por seu nacionalismo. Deveríamos nos espelhar na sua defesa da sua economia e no seu crescimento.

Mas por que a trajetória de Woodrow Wilson deveria ser tomada como exemplo?

Nos primeiros três anos do seu mandato, 1913-16, Wilson priorizou a criação de uma nova ordem econômica, modernizando, através do legado da Revolução Industrial, “os velhos valores americanos de livre-iniciativa e de democracia”, enfrentando a oposição política dos grandes grupos empresariais, forçando os grandes *trusts* a aceitar as novas regras destinadas a prevenir os seus excessos⁹. Uma das medidas mais elogiadas pelo senador foi a reforma do sistema bancário, em 1913, que adaptava as bases da emissão monetária às necessidades da economia e eliminava a concentração excessiva de uma grande parte dos meios de créditos em mãos de um pequeno grupo, os Rockefeller e Morgan, que tinham “o controle de um grupo de 112 sociedades que representavam uma capitalização de 22 mil milhões de dólares”. A criação do Federal Reserve Board no sistema bancário, sob o controle federal, objetivava flexibilizar a emissão monetária, através de 12 bancos federais¹⁰, e manter as atividades bancárias nas mãos da iniciativa privada.

José Ermírio entendia que as medidas antitrustes promovidas por Wilson, em 1914, não significavam um regresso à livre concorrência, pois, na verdade, davam ao governo as armas para combater os abusos da concentração¹¹. Ou seja, o empresário via com bons olhos as medidas que favoreceriam a concentração, desde que esta estivesse sob a tutela federal, por meio de sanções legislativas, mais dissuasivas do que repressivas. O presidente norte-

⁹ As medidas desencadeadas pelo presidente americano revelam essa sua posição. Buscou reduzir o protecionismo exagerado e a anulação de todos os direitos sobre ferro, aço, lã pura e açúcar, compensando a queda das receitas alfandegárias através de um imposto sobre o rendimento progressivo (fevereiro de 1913).

¹⁰ Estes bancos estavam autorizados a emitir notas (Federal Reserve Notes). Segundo Melandri, “Todos os bancos ‘nacionais’ e bancos estaduais que quisessem aderir ao sistema tinham de depositar neles as suas reservas” (Melandri: 2000, 82).

¹¹ A lei Clayton *antitrust* (outono de 1914), diferentemente da lei Sherman, declarava responsáveis e culpados de práticas ilegais os diretores de empresas e enumerava e qualificava esses procedimentos como intoleráveis.

americano descartava o papel de Estado-empresário, porém a entidade pública era eficiente na proteção à iniciativa privada nacional, com relação aos cartéis internacionais, que “cortavam todas as possibilidades do crédito e fechavam um cerco de aço em redor das vendas dos produtos de sua empresa, que era obrigada a fechar suas portas, tudo para desencorajá-lo em sua atividade empresarial” (Moraes *apud* Wilson, julho de 1965).

Esses elementos, presentes na atuação de Wilson, configuraram, segundo Ermírio de Moraes, um paradigma para a atuação do Estado brasileiro: a garantia de uma política emissionista consciente, a ênfase na iniciativa privada sem, no entanto, promover uma “concorrência desleal”, o resguardo de nichos para a empresa nacional sem, contudo, excluir a participação dos negócios estrangeiros.

Outro momento importante para entendermos os princípios da política liberal moderna de Wilson, invejada pelo senador pernambucano, era o desempenho dos Estados Unidos na I Guerra Mundial. Naquele momento, fora possível convergir as posições do patronato, da opinião pública e do governo quanto às “virtudes” da organização e da administração industrial. Em sua cruzada pela democracia, procurou fazer do Estado o representante e o árbitro das relações entre o capital e o trabalho, promovendo a “colaboração entre os setores”. Convenceu o empresariado a reajustar salários e a reduzir a jornada de trabalho para oito horas, pois teriam seus lucros garantidos pelo aumento considerável da produção, naquele momento¹². Por outro lado, a organização da economia através dos setores administrativos federais (Food Administration, dirigida por Herbert Hoover; War Industries Board, dirigido por Bernard Baruch; US Railroad Administration, dirigida por W. McAdoo), ao possibilitar, com sucesso, a solução de problemas referentes à energia, à mão-de-obra e às matérias-primas, demonstrava aos empresários a importância da intervenção do Estado na economia em momentos de crise¹³ (Melandri: 2000, 98).

Ao analisarmos os discursos de José Ermírio de Moraes ao longo de sua atuação no Senado, percebemos, no entanto, sua descrença quanto às possibilidades de o Estado

¹² O *National War Labor Board*, em abril de 1918, regulou os conflitos entre trabalhadores e patrões e arbitrou inúmeros conflitos entre o patronato e os sindicatos que, associando-se ao esforço de guerra, obtiveram satisfação para algumas das suas reivindicações. O sucesso desse departamento federal impulsionou a sindicalização dos trabalhadores americanos.

¹³ Para Melandri, o governo de Wilson, ao longo da I Guerra, havia sido “um ensaio geral do New Deal” (Melandri: 2000, 98).

brasileiro, principalmente sob o controle da política “entreguista” de Roberto Campos, assumir características do liberalismo americano, como protetor da propriedade privada nacional, ou até mesmo espelhar-se no caso mexicano, país que tinha tido problemas semelhantes ao nosso, mas que, a partir de um programa nacionalista e independente, foi capaz de garantir um “clima tranqüilo e favorável” ao desenvolvimento, transformando-se em “uma nação realmente considerada e elogiada em todos os países do mundo, inclusive nos Estados Unidos” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). PÁGINA?

O desenvolvimento do México, ao longo dos anos 60, deveria ser um exemplo, pois tinha um passado próximo ao nosso e havia conseguido superar as dificuldades através de uma intervenção mediatizada pela ação estatal e pelos mecanismos de defesa dos interesses nacionais. Ou seja, através de “soluções inteligentes”, articuladas pelo próprio governo na resolução da soberania nacional frente ao capital estrangeiro e às tarifas, e que potencializaram sua organização produtiva, já que o México, dentre os países da América Latina e Central, era “ o único /.../ que não dá garantia alguma a investidores do exterior. Enquanto o Brasil garante tudo, numa prova de fraqueza e falta de autoconfiança, o México não garante conversibilidade, não garante contra-expropriação, não garante contra-risco de revolução ou guerra”¹⁴ (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

Tendo em vista estas considerações sobre o “paradigma do Estado wilsoniano” e o exemplo mexicano, será necessário examinarmos a impossibilidade de realização desse Estado, naquela quadra histórica, no Brasil. No caso, os elementos indispensáveis para esta problematização são as raízes da autocracia burguesa nacional - traço particular das classes proprietárias em nosso país, que recorrem ao Estado como mecanismo articulador das condições da modernização capitalista e promotor da paz social.

¹⁴ “O México promulgou a Lei de Minas e regulamentou-a em moldes verdadeiramente nacionalistas. É o único país que fala de igual para igual em qualquer lugar onde se apresenta, não se dobra nem admite interferências em sua política, externa ou interna. Tem um crescimento anual de cerca de 7%. É o maior produtor de prata do mundo, e o segundo de enxofre. Produz todos os metais não-ferrosos; com exceção do estanho, e a produção anual de sua siderurgia atingiu cerca de 2.500.000 toneladas de aço. É auto-suficiente de petróleo e de trigo, os dois fatores de deterioração de nosso balanço comercial com o exterior”. (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/3/65). José Ermírio elogiava, ainda, o presidente Dias Ordaz, do México, quanto às suas posições nacionalistas e sua coragem no enfrentamento dos países desenvolvidos, que procuravam subordinar a economia mexicana através de empréstimos.

3.5. A Tradição do Estado Autocrático nas Classes Proprietárias

Pensar o Estado como agente do processo modernizador no país não foi privilégio de José Ermírio. Bem antes, este foi o objeto de preocupação de ideólogos dos segmentos sociais dominantes, a partir da década de 30, quando se abriram as possibilidades de transformações capitalistas na realidade brasileira. Na raiz destas questões encontrava-se a impraticabilidade “natural” de entificação de um Estado liberal e o reconhecimento da necessidade de um Estado autocrático, centralizador, capaz de operar a modernização.

Em nossa realidade, a construção da moderna sociabilidade capitalista trilhou um caminho particular, comportando uma situação de complementaridade e contradição estrutural entre o historicamente velho, representado pelo latifúndio agroexportador, e o novo, na figura da indústria. Nossa modernidade funda-se, portanto, na conciliação com o passado e na cumplicidade com o atraso sociopolítico. Essas contradições impuseram indagações que se consubstanciaram enquanto fonte de preocupação tanto para o pensamento conservador como para o pensamento crítico nacional.

O amplo espectro do pensamento conservador alinhou-se em duas grandes correntes, que se expressaram no delineamento de uma dupla destinação nacional: *ruralismo* e *industrialismo*, ainda que se observassem distintas formas de combinações conciliadoras entre estas duas vertentes. Na cultura política desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, o conservadorismo projetou uma alternativa, apoiando-se nos valores da tradição, embora assumisse a modernização do Brasil como algo inevitável. Apesar de ter em comum a proposta de um Estado centralizador-autoritário como agente desencadeador desse processo, as diversas correntes perspectivavam soluções diferenciadas. Nesse filão encontram-se o tradicionalismo moderno de Oliveira Vianna e o conservantismo industrialista de Azevedo Amaral¹⁵.

¹⁵ É claro que os integralistas estão fora deste campo, uma vez que preconizavam uma sociabilidade - imaginária - de pequenas propriedades agrárias e diminutas unidades fabris, numa utopia que Astrogildo Pereira chamou de “utopia reacionária”, em seu célebre *Manifesto da Contra-Revolução*, de abril de 1931. Mais do que uma forma mimética do fascismo europeu, porque não possuía as mesmas condições históricas, o “rumo à terra” da ideologia curupira tinha raízes na herança tradicionalista e traços da doutrina social da Igreja. Era, portanto, uma forma de crítica romântica a um capitalismo industrial incipiente. Vide, a respeito, Chasin: 1999.

Nas décadas de 20 e 30 do século passado, a crise institucional de nossa realidade, a ausência da unidade nacional num vasto território, a criação de uma “nova democracia” a partir das categorias sociais que nascem da produção, a erradicação das mazelas de uma produção atrasada eram as questões tematizadas pelo pensamento conservador. Na raiz desses problemas encontrava-se o Estado liberal, erigido como referencial no qual incidia a crítica conservadora. A superação de nosso inacabamento histórico residia, portanto, na busca de soluções que afastassem a matriz liberal como constitutiva da ordem nacional. Esse era, de fato, o grande problema para os ideólogos das classes dominantes, independentemente de seu matiz.

No campo do industrialismo conservador, Antônio José de Azevedo Amaral foi um dos mais expressivos pensadores e ideólogos do Estado Novo. Em seu pensamento os elementos progressivos se subordinam à apologia e defesa da ordem do capital, com seu mando autocrático, retardatariamente constituído. Daí a necessidade de um “Estado Autoritário” e de um novo processo, consagrado em sua conceituação como “renovação conservadora”.

O Estado liberal, que tem como fundamento estabelecer a vontade geral, encontraria dificuldades com a própria conformidade brasileira, pois “a uniformidade cultural era condição para a adaptação de instituições democrático-liberais nas formações sociais, a par da homogeneidade étnica” (Amaral *apud* Rago: 1993, 163). A análise azevediana apontava para a necessidade de um “Estado autoritário”, entendido como interventor e centralizador, a fim de promover as reformas necessárias à construção de uma identidade nacional. Foi em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, sua obra clássica, que Azevedo Amaral formulou amplamente a idéia da impossibilidade do liberalismo político vingar em nossa realidade nacional¹⁶.

¹⁶A adequação do Estado Autoritário à realidade brasileira comportava, portanto, não só a remodelação da organização política adaptada às condições nacionais e sem o “ranço liberal” mas também a própria acomodação desta mesma realidade aos novos patamares da civilização industrial. Para a “renovação conservadora” de Azevedo Amaral, a ação interventora do Estado Autoritário não se esgotava no plano econômico e institucional, mas se estendia no sentido de viabilizar uma sociabilidade mais adequada, que agilizasse e impulsionasse a modernização. Através das funções de controle, coesão e construção de uma lógica social, assentada em princípios étnico-raciais, o autor buscava a “valorização do elemento humano”, essencial no projeto de remodelação.

O que se percebe, portanto, é que, na tradição da reflexão conservadora brasileira, o Estado moderno era pensado, fundamentalmente, como um instrumento transformador, descartando-se o Estado de tipo liberal, que não encontrava eco na realidade do país. Sendo assim, as formulações de José Ermírio alinhavam-se, de certo modo, às tradições do pensamento nacional, possuindo como substrato o referencial das elites dominantes brasileiras, que descartavam soluções representativas e aceitavam respostas autocráticas para o equacionamento de problemas que colocassem em risco o capital.

José Ermírio, apesar de eleito senador em um dos momentos de maior liberdade no país e de ter participado do governo nacional-reformista de Jango, exerceu de fato seu mandato nos chamados “anos de chumbo”, durante a ditadura bonapartista, acerca da qual manifestará uma visão condizente com o que afirmamos acima. Do Senado dirigirá suas baterias com críticas pontuais à política econômica da ditadura militar, que afetava diretamente a classe proprietária ligada à indústria e, em particular, às suas atividades empresariais imediatas, sem, no entanto, referir-se criticamente, em momento algum, à ausência de um estatuto político democrático no país.

Para o senador-empresário, a situação em que se encontrava o Brasil após a instauração da ditadura militar contrariava suas concepções de desenvolvimento nacional, posto o imobilismo ou mesmo a ausência do Estado brasileiro na efetivação desse processo. Responsabilizava pelos resultados desastrosos a atuação do ministro do Planejamento, Roberto Campos, economista acadêmico, homem de confiança e gendarme das finanças internacionais, que com a experiência exclusiva de um teórico “nunca jamais experimentara administrar uma empresa [?]”, e que assim não podia avaliar corretamente os problemas decorrentes da produção e visualizar sua resolução (Moraes *apud* Anais do Senado: 1964). A ausência de uma prática empresarial e administrativa, revelada no tratamento dispensado ao produtor nacional e ao trabalhador, “geradores de riquezas nacionais”, apresentava como resultados a falência generalizada, a internacionalização da economia, a recessão e o desemprego. O Estado brasileiro, na leitura do senador, estava distante dos problemas “das classes empresariais”, negando, assim, seu papel mobilizador e realizador. José Ermírio, como empresário, defendia sua participação na esfera política como uma contribuição a partir em sua “experiência e das conclusões emergentes de dados técnicos, estatísticos”, revelando a

preocupação em elaborar e intervir através de uma “linha auxiliar vigorosa de uma política econômica” (Moraes *apud* Anais do Senado 1966).

A ditadura castellista era o avesso das diretrizes tomadas pelo Estado norte-americano, sob a administração de W. Wilson, pois desconsiderava os interesses da iniciativa privada nacional e descartava o papel essencial do empresariado no *desenvolvimento econômico*¹⁷. Vale dizer, para José Ermírio de Moraes, faltava uma intervenção, através da “arma da crítica”, num Estado que, enquanto organização política, não merecia reparos, mas que na condução da política econômica, em especial no período campista, deixava órfãos setores das classes dos proprietários brasileiros, ao favorecer o setor financeiro internacional e, em alguma medida, o nacional.

Mas, importa dispor, o que encobria essas críticas desencadeadas pelo empresário ao Estado ditatorial do pós-1964? Ao priorizar o setor financeiro, nacional e internacional, a política econômica da ditadura, em seus momentos iniciais, impedia o desenvolvimento de segmentos da esfera produtiva do país. Destarte, não soava como heresia a crítica de um empresário do grande capital industrial, do porte de José Ermírio de Moraes, à atuação do Estado brasileiro naquele momento.

Estávamos de qualquer modo, estávamos frente a uma situação em que se evidenciavam a incapacidade e a impossibilidade de a burguesia brasileira - e, em especial, da fração do capital industrial brasileiro – deter a hegemonia do Estado. A organização do poder

¹⁷ “Modestamente”, o exemplo de empresário era o dele mesmo. Afirmava: “Comecei a minha vida derrubando os monopólios do refino do óleo do caroço do algodão, do raiom e do floco. Logo a seguir derrubei o *truste* do cimento, que não nos forneceu uma saca nem mesmo para a construção de nossa primeira fábrica, em 1934, na cidade paulista de Sorocaba. Lutei 10 anos para instalar uma indústria de alumínio, ontem como hoje 100% nas mãos de brasileiros. Sobrevivemos às fosquinhas e *dumpings* provocados pelos *trustes* do exterior, o mesmo não acontecendo ao ilustre brasileiro Américo Giannetti, (a quem rendo minhas homenagens) que caiu nas garras do golpe de 10.000 toneladas de sucata mandadas para o Brasil a um preço que forçou o fechamento de sua fábrica de Ouro Preto. Só vencemos porque em todo o nosso Grupo levamos uma vida de sacrifícios, enfrentando com decisão, coragem e – por que não dizer? – capacidade, todos os nossos problemas. Todos nós vivemos de nossos ordenados, e mais nada. Os resultados de mais de 40 anos são positivos para a Nação, e não me arrependo de nada, pois tudo fiz para os brasileiros, e não para mim. Nenhum de nós vive passeando pela Europa ou pelos Estados Unidos. Nenhum de nós tem tido tempo nem de tirar férias. Esse é o princípio que leguei a toda uma coletividade de trabalho, com homens feitos dentro da própria empresa. Um exemplo: o gerente-geral de uma fábrica serviu-me café, em 1925. É o nosso sistema: dar valor àqueles que estão dispostos a vencer ao nosso lado. Fazemos estudar, anualmente, centenas de brasileiros, desde o primário até o grau universitário. Esse é o único meio de fazer o país reencontrar-se, retomando o ritmo de seu desenvolvimento. Trabalhar, trabalhar muito, mesmo aos sábados e domingos e feriados, lutando com todos as nossas forças, pois que estudo e trabalho não matam ninguém” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). A plataforma do programa apresentado pelo senador na convenção do MDB, quando tentou sua reeleição como senador de Pernambuco, é outra peça que traz seus feitos. No entanto, em razão da simples repetição da apologia aos seus méritos empresariais, limitamo-nos, aqui, apenas à referência.

ditatorial ganhava forma através das reformas implementadas pelos gestores do capital atrofico para atender aos compromissos afirmados ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, fundamentalmente, àqueles mais recentes, que se somaram na busca de erradicar a possibilidade de uma “República sindicalista” no país. Não atendiam, porém, seja na integralidade, seja na mesma proporção, aos interesses imediatos de todos os segmentos que haviam participado ou concordado, de forma direta ou indireta, com a solução do golpe militar de 1964. Portanto, era nítido o sentido do apelo do empresário-senador, que exigia a diferenciação “entre aqueles que realmente se empenham para que esta nação cresça e desenvolva todas as suas atividades agropecuárias, industriais e de mineração”, pois o que acontecia “é que os que trabalham, os que labutam desde o alvorecer pela nossa independência econômica, foram ou estão sendo liquidados pelos inúteis, pelos agiotas, pelos que levam a vida mansa e fácil dos enricados repentinamente” (Moraes *apud* Anais do Senado 1965).

Posta a análise e argumentação em curso, faz-se necessário discutirmos, ainda que brevemente, a natureza bonapartista da dominação da classe proprietária no Brasil presente no golpe de 1964. Vejamos, então.

Em nosso caso, tratou-se de uma recomposição das frações das classes dominantes a fim de desarmar a crescente movimentação das massas populares, em especial o movimento operário-sindical, a fim de propiciar um novo ciclo de acumulação capitalista, obstado por uma profunda crise econômica. Nos termos de Ricardo Antunes:

“Em 64 houve um rearranjo no bloco de poder que articulou vários setores dominantes, desde aqueles vinculados ao campo, até os industriais, financeiros etc., tendo como núcleo predominante os interesses dos monopólios e das finanças internacionais. Recorreu-se, então, a uma *forma bonapartista de poder*, dada pela presença dos militares à frente do Estado, o que fez com que, livres das preocupações políticas, aqueles setores dominantes alcançassem um intenso desenvolvimento” (Antunes: 1985, 34).

Ao examinarem o poder imperial, exercido por Napoleão III e por Bismarck, tal como uma “máquina de guerra”, em meados do século XIX, Marx e Engels tornearam, *lato sensu*, a chave para a compreensão desta forma particular do poder burguês, em que o exercício do poder do capital revelava-se através do domínio indireto do conjunto da burguesia, de forma autocrática, e do reforço do executivo, investido de poderes de repressão, subjungando e castrando os poderes judiciário e legislativo. A dominação autocrático-burguesa, de talhe bonapartista, no seu exercício indireto de poder, desaloja a “fortaleza parlamentar”, destituindo as formas democráticas pelas quais as classes sociais fazem valer seus interesses antagônicos. Como afirmava Marx, “Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores ”(Marx *apud* Rago, 1998).

Para Marx, a natureza bonapartista do Estado burguês positivava-se como a única alternativa de poder possível no momento em que “a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda não a tinha adquirido” (Marx: 1984, 64-5). Tratava-se, segundo o filósofo alemão, de um poder de força “absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil”, e que pode ser considerada como a “última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros”. Em suma, “é uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu” (Marx *apud* Galvão: 1984, 123).

Afirmara Engels, nesse sentido, que “o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna”. Identificava, ainda, no apagar das luzes da era burguesa que ela “não foi feita para reinar diretamente; por conseqüência /.../ uma semiditadura bonapartista torna-se a forma normal; ela tem nas suas mãos /.../ os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação” (Engels *apud* Antunes: 1985, 116).

É necessário reforçar que a natureza bonapartista da dominação indireta do capital não só assegurou como dilatou as condições de ampliação do capital. O que, então, desnerva aquelas interpretações que afirmam a existência de um vazio de poder nessa *forma de ser* do

Estado burguês. Marx avaliava que, sob o signo da dominação bonapartista, a “sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria sumptuosa, meretrícia e degradante” (Marx: 1984, 64-5).

É oportuno estabelecer o questionamento: em que medida podemos tomar como referencial teórico as reflexões marxianas ao nos debruçarmos sobre a natureza bonapartista do Estado brasileiro após o golpe militar de 1964? E ainda: de que forma podemos identificar o comportamento da fração industrial dos proprietários nacionais frente à ditadura instaurada naquele momento, através da figura de José Ermírio de Moraes?

De pronto, é urgente demarcar que não se trata de transferir mecanicamente as especificidades históricas do bonapartismo clássico para a realidade brasileira, dispondo uma mera colagem das formas européias para a nossa formação. Aqui, e diferentemente, não encontramos a *persona* dos estadistas singularizados em Napoleão III, no caso do segundo império francês, e de Bismarck, no reino prussiano e no império guilhermino, mas sim um complexo militar, que representava um rearranjo das classes burguesas para imprimir uma específica e nova dominação. Dominação que permitisse refrear e desarmar a intensa movimentação social - com a repressão dos movimentos populares, operário, sindical, estudantil, como também desnutrir as ações de tomada de terra dos camponeses, que floresciam no governo João Goulart, o qual, por pressão popular, assumia os pontos programáticos inscritos nas reformas de base, de natureza popular-nacional. Com a estabilização política, o novo regime perspectivava um novo ciclo de acumulação, retomando os aportes significativos do capital estrangeiro. Como explica Francisco de Oliveira:

“Aí Bonaparte, isto é, as Forças Armadas, emergem como árbitros de uma situação que politicamente havia chegado a um impasse, cuja raiz deve ser buscada na assimetria entre a diferenciação da estrutura social e o seu registro, ao nível dos processos políticos e, por fim, na estrutura do poder, no Estado. Bonaparte emerge, e Bonaparte tem espada, e Bonaparte corta os nós górdios que eram formados pelas antigas relações entre o tripé das forças produtivas e as classes sociais dominadas. A

história do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação do tripé com as classes sociais dominadas. Esta nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força, mas cuja forma é agora diferente” (Oliveira: 1977, 120).

É preciso registrar que, na forma particular do desenvolvimento capitalista em nosso país, a via colonial, a ausência da revolução democrático-burguesa em nossa história republicana propiciou formas autocráticas, oscilando entre a truculência de classe *manifesta* ou a imposição de classe *velada*, ou seja, a autocracia burguesa bonapartista e a sua institucionalização, o regramento jurídico-político como forma de ser da democracia dos proprietários nacionais ou, nos termos de Florestan Fernandes, uma *democracia restrita*. Enfim, mesmo a sua forma institucionalizada é escassa diante do predomínio da truculência ou terror aberto das classes dominantes.

A modernização excludente gera uma burguesia egoística e particularista, que nessas condições históricas garante somente de modo limitado a inclusão social dos não-proprietários, criando e reproduzindo uma miséria permanente, uma vez enquanto autoreprodução do capital, subordinada e atrofica, não fornece bases materiais para incorporar e representar na forma da “cidadania universal”, civilizada, a maioria da população no território nacional. Por esta razão,

“desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica, bem como,

em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim chamada *evolução nacional*” (Chasin: 1989a, 49).

É primordial reafirmar, portanto, que, longe de parecer uma exceção, o poder bonapartista em nossa realidade, na efetivação do “verdadeiro capitalismo”, estava em sintonia com a maneira como a burguesia buscava exercer sua dominação sobre o trabalho nacional. O recurso à *manu militari*, com a especificidade da alternância de generais ditadores de plantão, poderia sugerir a subordinação dos interesses dos diversos segmentos da classe dos proprietários, ou mesmo um vácuo de poder, em que os militares exerceriam o papel de regeneração do tecido social: não casualmente se autodenominavam *demiurgos da nação*.

Em 1964, frente à crise de hegemonia entre as frações políticas que compunham o Estado e à necessidade de encontrar soluções para reverter os impasses na acumulação capitalista, restava para a classe dominante, mais uma vez e agora de forma agudizada, o recurso ao golpe através das Forças Armadas. Antunes, em obra já por nós citada, referia que

“A alternativa *bonapartista* mostrou-se, uma vez mais, como a *solução possível* para que as diferentes frações da burguesia – incluindo também a fração monopolista estrangeira – pudessem preservar a dominação do capital. E o papel de massa de manobra para dar sustentação aos interesses do capital – outra característica do *bonapartismo* – foi devidamente desempenhado por amplos setores das camadas médias: o seu pólo *tradicional* (composto pela alta burocracia estatal, profissionais liberais etc.) engajou-se, pelo temor da radicalização do governo Goulart e pela intensificação da campanha anticomunista, na contramobilização em apoio à ação militar, ora galvanizado pelo ideário moralista e religioso, como no caso do movimento das mulheres cristãs, ora saudoso do liberalismo oligárquico, como no caso dos profissionais liberais; o seu pólo *moderno*, resultante da industrialização monopolista do pós-55 e constituído pelos detentores da competência técnica ou administrativa na empresa capitalista (gerentes, economistas, administradores, engenheiros industriais etc.) desejoso de ver restaurado um Estado preservador da

ordem e da hierarquia social, também converteu-se em base social da contra-revolução”¹⁸ (Antunes: 1988, 120-1).

Retomando o fio condutor dessa exposição, repontuamos que José Ermírio não questionava de forma radical a forma bonapartista da ditadura brasileira. O que era discutido era o papel por ela exercido na desnacionalização do parque industrial brasileiro e a intrínseca situação de fragilidade em que este se encontrava e que tendencialmente se agravaria com os crescentes compromissos assumidos pelo governo Castello Branco com o capital financeiro internacional.

Na análise tecida por René Armand Dreifuss, em *1964: A Conquista do Estado*, ao apreender o caráter específico da burguesia brasileira, o autor mostrou como esta, em seu desenvolvimento, subordinou-se cada vez mais ao capital imperialista, fundamentalmente ao norte-americano. E isso não só com relação aos investimentos, mas no concernente ao acesso à tecnologia estrangeira. Deste modo, evidenciou a impossibilidade dos setores industriais brasileiros de se estruturar autonomamente, revelando que o esforço teórico de uma certa intelectualidade e políticos nacionalistas não encontrava sustentação histórico-social em nossa própria realidade. Em outra passagem de seu livro, acima citado, referia, com o que se conclui este tópico:

“A burguesia industrial brasileira poderia ter mostrado uma *dualidade de tendências* em seu crescimento, sendo uma de associação direta a interesses multinacionais e a outra de ligações indiretas para obter o *know-how* estrangeiro. Mas a motivação da burguesia era uma só, o capital. Na medida em que a burguesia brasileira se desenvolvia e, conseqüentemente, a economia do país, os industriais ‘nacionais’ eram

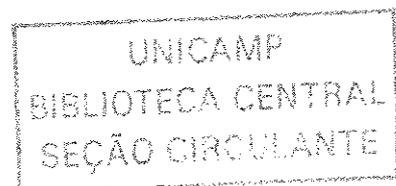
¹⁸ Carlos Estevam Martins também segue esta mesma direção ao tentar captar nossa especificidade. Reflete: “o que distingue o fenômeno bonapartista não é o fato de o Estado ter sido dotado de uma maior ou menor capacidade superordenadora da sociedade. Isso não é fundamental. O que é típico das situações bonapartistas é que a capacidade de iniciativa da autoridade governamental fica, em grande parte, desligada das volições específicas e imediatas das classes dominantes ou de qualquer de suas partes componentes, esfumando-se assim o peso político diretamente aplicado pelo bloco no poder ou pelas coalizões em luta pela predominância política” (Martins: 1977, 193). Da mesma forma, Carlos Estevam Martins detecta esse traço universalizante: “Acho, inclusive, que ao caso da burguesia brasileira se aplica o que Marx dizia da burguesia francesa na época do bonapartismo e do Império que se sucedeu à República como ‘a única forma de governo possível no momento em que a burguesia havia perdido a capacidade de governar a nação’: aqui também o bonapartismo militar e o império tecno-burocrático instauraram uma época que ‘a sociedade burguesa, liberada das preocupações políticas, alcançou um desenvolvimento com o qual ela mesma jamais havia sonhado’ (Martins: 1990, 211-2).

menos uma força vital do Brasil do que agentes da integração do país no sistema produtivo internacional dominante, isto é, o capitalismo. O 'entreguismo' de um grupo ou de um setor da burguesia expôs a sua relação conjuntural com um pólo de influência transnacional específico, a saber, a subordinação à nação hegemônica, os Estados Unidos, mas ocultou o compromisso estrutural sistemático da burguesia, compromisso este que seria crítico. As premissas dos políticos nacionalistas e intelectuais sobre uma pretensa posição nacional-reformista da burguesia 'nacional' correspondiam mais à ideologia do nacional-populismo do que aos interesses dos industriais. A burguesia brasileira era, com toda certeza, *nacional*, apesar de não ser necessariamente *nacionalista*." (Dreifuss: 1981, 26)

3.6. O Golpe e a Posição das Burguesias Associadas

A discussão das questões acima nos sugeriu o exame, ainda que de forma preliminar, do comportamento das facções da burguesia em relação ao golpe de 64, em especial daquela concentrada no poderoso grupo da Fiesp. Ainda que tenhamos sinalizado que, na história mais recente de nossa República, o exercício do poder da burguesia brasileira oscilava entre a autocracia burguesa e as formas da ditadura, seria necessário apontarmos de que maneira ela se articulou e procurou preservar os interesses do capital pela via do golpe militar. Aqui também se impõe a apreciação do comportamento de José Ermírio nos acontecimentos e nos seus desdobramentos.

O agravamento da crise econômica em curso desde início da década de 60 desencadeara crescentes manifestações sindicais nos principais centros urbanos, mobilizações estudantis e movimentações sociais no campo, com a formação das Ligas Camponesas. A radicalidade alcançada por alguns setores nacionalistas, como foi o caso do governo Brizola com a encampação da ITT, e a inoperância do governo, atado pelo recurso parlamentarista, colocou de sobressalto os setores burgueses mais poderosos do país, aglutinados na Fiesp. O clima de guerra fria acentuado pela Revolução Cubana, em 1959, a posição de Goulart durante a crise dos mísseis, que insistiu em não se alinhar ao boicote a Cuba, bem como as possibilidades abertas pela volta ao presidencialismo (1963) alimentaram os receios daqueles



setores, que passaram a se organizar. Nesse sentido, um dos órgãos mais eficientes, sem dúvida, foi o Ipes.

A participação dos empresários na vida política foi amplamente demonstrada por René Armand Dreifuss, em seu excepcional estudo já citado, no qual organismos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipes e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad são determinados como instrumentos de setores das classes dominantes que pretendiam a mobilização de seus pares, de políticos, de intelectuais, da classe média de modo geral, de membros da Igreja católica e das Forças Armadas, selecionando taticamente uma “elite orgânica” que deveria contribuir na elaboração de proposições e articulações golpistas e nos engates entre as burguesias associadas e seu braço armado - os militares. Em sua caracterização do golpe de Estado de 1964, o autor especifica a natureza de classe desses atores, que expressavam os interesses multinacionais e da burguesia brasileira associada. Vários dispositivos militares e civis, associações e organizações corporativas foram criados e estimulados, com vistas a dar organicidade à atuação burguesa, contrária ao nacionalismo econômico das “reformas de base” e ao projeto político da “República sindical” – expressões que simbolizavam um projeto de capitalismo autônomo, com a incorporação das massas ao mercado interno –, burguesia esta atemorizada diante do “proletariado sedicioso”, do ascenso das massas e do “perigo vermelho” - a antiga “planta exótica” do comunismo internacional.

René Dreifuss leva quase à saturação o relato detalhado dos atos, das pessoas, dos projetos, até das formas de financiamento que prepararam o golpe. Uma das peças fundamentais dessa urdidura política foram as ações do Ipes. Nos termos de uma formulação gramsciana, este instituto teria alcançado “a fase mais genuinamente política”, em que “ideologias previamente desenvolvidas se tornam partido”, pois, dessa maneira, esta “elite orgânica, como o ‘partido’ dos novos interesses, organiza atividades públicas e encobertas nas áreas civis e militares, até que o complexo ESG/Forças Armadas (como poder de classe predisposto no aparelho do Estado) eclipsaram o complexo Ipes/burguesia e dissimularam as imediatas características de classe do movimento” (Dreifuss: 1981, 208). Os fundadores do Ipes, entre eles alguns membros da Escola Superior de Guerra – ressalte-se a figura proeminente do general Golbery do Couto e Silva –, acentuavam o nome ipês, derivada da árvore brasileira, no escopo de obter um símbolo de autêntica brasilidade, portanto, sem

aparentar o que realmente era: um conluio com os interesses estrangeiros, leia-se, norte-americanos. Quem, da geração que viveu os anos 60, não se recorda dos filmes de Jean Manzon¹⁹, dos documentários financiados pelo Ipes, com seu proselitismo anticomunista, com a locução envolvente de Luiz Jatobá, a ameaçar com o cataclismo comunista, ou mesmo o aparente infenso programa “Peço a Palavra”, da TV Cultura, que se valia de intelectuais do próprio Instituto para a disseminação ideológica?

A criação do Ipes se dera em fins de 1961 (se bem que sua data fundante é de fevereiro de 1962), numa articulação de empresários e militares que, em sua essência, visava à elaboração de um projeto econômico e de reforma do Estado dentro do *americanismo* projetado pelo capital estrangeiro e seus interesses de classe. A constante crítica à possível viragem comunista do país, assim como o mapeamento dos líderes e da logística dos movimentos populares e das intenções programáticas do próprio governo João Goulart – a quem se buscava golpear –, fizeram com que este organismo atuasse na construção de uma unidade de ação, arregimentando os setores conservadores da sociedade e angariando fundos para o direcionamento político de suas operações golpistas. Como marca a historiadora Heloísa Starling:

“Foi com esse objetivo que o Ipes desenvolveu, no período de 1961 a 1964, uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, onde procurou, por um lado, desarticular, bloquear e ‘liquidar’ politicamente as forças sociais que compunham o bloco nacional-populista, desencadeando, com notável desenvoltura, um conjunto de atividades políticas extraordinariamente diversificadas e amplas. Por outro lado, empenhou-se em proceder à fusão dos diversos grupos oposicionistas até então desconectados, bem como em articular sob sua coordenação um amplo processo de mobilização conservador-oposicionista na sociedade civil, que incluía não só as diversas frações das classes dominantes, como também parte significativa das

¹⁹ Em *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe*, a jornalista Denise Assis anexa vários documentos que comprovam o pagamento do Ipes à Jean Manzon Filmes S.A., salientando que “Os recibos localizados no acervo do Ipês, no Arquivo Nacional, não deixam dúvidas sobre de quem era a direção dos filmes que fizeram a cabeça da população em favor do golpe. São, ainda, provas irrefutáveis de que os curtas foram produzidos e pagos pelo Instituto que, ao ser extinto em 1972, os doou com todo o seu acervo àquela instituição” (Assis: 2001, 84)

classes médias, de modo a esvaziar o apoio ao Executivo janguista e a estimular uma reação generalizada de repúdio ao bloco nacional-populista” (Starling: 1986, 46-7).

Dreifuss e Starling indicam os principais componentes do Ipes, que agiam entrelaçados com os “interesses multinacionais-associados”, no plano nacional, e que posteriormente vão se movimentar nos bastidores do poder. Entre eles, os empresários Paulo Ayres Filho, Gilbert Huber Jr., João Batista Leopoldo Figueiredo, Antônio Gallotti, Glycon de Paiva, José Garrido Torres e Augusto Trajano de Azevedo Antunes, juntamente com os oficiais militares da ESG, como os generais Heitor Herrera e Golbery do Couto e Silva, que circulavam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

É importante lembrar que, com a formação do Ipes, o Ibad, mesmo tendo sido criado anteriormente, transformou-se num braço subordinado desta instituição. O Ipes, criado pelo general Golbery e dirigido, entre outros, pelo engenheiro Glycon de Paiva, recebeu fartas contribuições do empresariado, cabendo destacar o papel de Gilberto Huber, que produzia guias telefônicos na empresa Listas Telefônicas Brasileiras S. A. (LTB); da Light, do grupo Brascan, de capital canadense; da Cruzeiro do Sul, que mais tarde, em crise, seria incorporada à Varig; da Icomi; da Refinaria União e mais uma série de outras com estrutura e com contribuições menores.

Procurando configurar este procedimento ou lógica de ações das burguesias associadas, em *Os Senhores das Gerais*, Heloísa Starling analisa o papel dos empresários mineiros na conspiração de 1964, o braço mineiro do Ipes, conhecido como os “Novos Inconfidentes”. A firma:

“Desde a sua fundação, o IPES mineiro desenvolveu uma face política dupla. Estatutariamente, objetivava, tal como seu similar carioca, ser um organismo que desenvolveria pesquisas sócio-econômicas, visando a soluções para problemas levantados nessa área, e procurando ‘informar os brasileiros’ da necessidade de ‘preservação e sustentação do regime democrático’. Dessa forma, o IPES se apresentava aos olhos de seus simpatizantes e a opinião pública em geral como uma organização de ‘respeitáveis homens de negócios’ com fins educacionais e especialmente como um centro de discussões acadêmicas. Mesmo a manutenção da

denominação idêntica à utilizada pelo Rio de Janeiro e São Paulo foi justificada por possibilitar, a médio prazo, a criação de um Conselho Nacional de Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais, de forma a garantir no futuro uma ação coordenadora pública, de âmbito nacional. A par dessa face pública, o Ipes-MG desenvolvia seu lado clandestino, de coordenador da sofisticada campanha ideológica, de desestabilização do regime nacional-populista, de modo a criar condições propícias à ação militar. Para tanto, o pes mineiro, enquanto ramificação regional de um complexo centralizado no Rio de Janeiro e São Paulo, vinculava-se ao Comitê Nacional conjunto que coordenava os centros similares nos diversos Estados” (Starling: 1986, 60-1).

Os “Novos Inconfidentes” congregaram ampla parcela do empresariado mineiro, dando organicidade às suas ações anticomunistas e também à aspiração antidemocrática de destronar o poder trabalhista da direção do país, pois

“No caso do Ipes-MG, esse manteve-se como um centro estratégico e ideológico de poder empresarial, um ‘estado-maior empresarial fechado’, evidenciando o fato de que os grupos conservadores mineiros não foram, efetivamente, agregados à sua estrutura formal de decisão. Na verdade – e este parece ter sido o principal problema – o que unificava esses grupos não era, certamente, o projeto de classe do setor multinacional-associado, e sim o seu posicionamento anticomunista. Dessa forma, os grupos mineiros conservadores, desde que unificados em uma organização política eficaz, poderiam constituir uma formidável frente oposicionista ao governo Goulart, o que em momento algum traduzia, de modo automático, sua adesão ao projeto de reordenação capitalista dirigido pela ‘elite empresarial’” (Starling: 1986, 81).

Com a formação de um Comitê Nacional sob a regência do Ipes-Rio de Janeiro e o Ipes-SP, sendo que sua ramificação era extensiva a outras cidades como Recife, Manaus, Santos e outros centros urbanos periféricos, Heloísa Starling assegura que estes grupos conservadores, apesar das aparências, mantinham-se vinculados às estruturas centrais do movimento, ainda que a articulação fosse “discreta e sigilosa”, sendo que Aluizio Aragão Villar se reportava freqüentemente ao general Golbery do Couto e Silva e aos empresários Augusto Trajano Antunes e Glycon de Paiva Teixeira, do Ipes-RJ.

À época do fechamento de suas portas, o vice-presidente do Ipes, Glycon de Paiva Teixeira, apresentando, em 1972, um balanço das atividades do Instituto, expôs as razões da existência desse órgão e a luta desencadeada contra a “ameaça comunista”, que, segundo sua visão, negavam as “instituições democráticas”, pois

“tanto a liberdade individual como a empresarial estavam ameaçadas pelo plano de socialização dormente no seio do Governo João Goulart. Dezenas de empresários do Rio e de São Paulo reuniram-se no Ipês em busca de um meio para fazer face ao mecanismo oficialmente instalado para a tomada do poder, fechamento do Congresso e substituição da Constituição. Iniciou-se então a organização de um serviço de pesquisas e informações, o qual concluiu não apenas pela existência de um sistema de forças do golpe, mas ainda permitiu conceber estratégia e táticas para enfrentá-lo” (*apud* Assis: 2001, 74).

Ao comentar os feitos do Instituto, Glycon de Paiva enumera, ainda, as suas várias realizações:

“Desencadeou também o Ipes um sistema de divulgação de matéria democrática em toda a imprensa falada e escrita. Seus membros e empresários produziram centenas de artigos. Acompanhou o Ipês o movimento político, participou de propaganda eleitoral e trouxe oradores de toda parte para a televisão, motivando fortemente a Nação. Penetrou no mundo estudantil, compareceu com observadores a comícios e executou ações criadoras de obstáculos ao assalto progressivo do poder. Subsidiou o movimento católico operário e colaborou na criação da CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia – até o extraordinário episódio da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Criou notáveis centros econômicos com imensa produção de pesquisas, documentos e projetos de atos governamentais. Estudou vinte e três reformas, ingressou no âmago da infra-estrutura legal básica do país; preparou uma reforma da Constituição e publicou numerosos trabalhos entre os quais o famoso volume sobre Reforma Agrária” (*apud* Assis: 2001, 74).

Outras instituições que convém apreciarmos, com a finalidade de demonstrar que o empresariado não só apoiou financeiramente os movimentos de contra-insurgência, mas que também sustentou abertamente o golpe militar que depôs o governo de João Goulart, são as principais associações de classe do país - o Ciesp e a Fiesp, que representavam os interesses do grande capital, tanto nacional quanto estrangeiro, sediados em São Paulo. Através da análise de seus boletins informativos, editados nos primeiros anos da década de 60, foi possível acompanhar toda a trajetória daquelas associações no que diz respeito à articulação política e ideológica para o enfrentamento das greves e movimentações sociais, das Reformas de Base, do ressurgimento do “getulismo de massa” – identificado ora com a “República sindical” ora com o “populismo nacionalista” – e das ameaças representadas pelos “sintomas insurrecionais”, impulsionados pelo comunismo soviético. Acompanhando suas intervenções, verificamos que os temas giram em torno da ameaça ao “capitalismo associado”. Em seus *Boletins* rompem questões que dizem respeito à posição da indústria paulista em face da guinada esquerdista do governo João Goulart, e ainda à encampação feita por Leonel Brizola em Porto Alegre, o que remete ao projeto socialista de nacionalização do parque industrial, das riquezas minerais, dos meios de produção estrangeiros. Lógica e perspectiva que se contrapunham à plasmação de um projeto industrial para a “segurança nacional”, o qual, por sua vez, remete às ligações íntimas entre empresários e militares e, obviamente, às questões econômicas condizentes a uma maior apropriação dos lucros gerados pelo setor considerado dinâmico da economia brasileira.

Este temor dos “distúrbios sociais” das massas trabalhadoras e do “perigo vermelho”, imputado à infiltração do comunismo soviético, e mesmo de um possível confronto entre os dois sistemas que regiam o planeta, é flagrante e notório quando examinamos os *Boletins Informativos Ciesp/Fiesp*. Na noite de 11 de janeiro de 1961, por exemplo, o major Guimarães de Cerqueira Lima proferiu palestra para o Fórum Roberto Simonsen sobre a possibilidade de respingos da guerra revolucionária, intitulada “Os Diferentes Aspectos da Guerra Moderna”. “Com efeito”, acentua o informativo, “o panorama mundial não é dos mais claros nem risonhos. No horizonte aparecem nuvens túrgidas de tempestades, e cabe às nossas autoridades militares a advertência para a hipótese de uma conflagração”. Além disso, o major insistia nas diferenças entre as guerras passadas e a guerra moderna, em que os civis

são alvejados e também participam da defesa contra o invasor, pois há “sintomas insurrecionais” de nosso maior inimigo, o comunismo. Por isso, o *Boletim* destaca o principal da fala do militar, que teve

“o ensejo de mostrar as diferentes formas que podem assumir os conflitos modernos e de convencer-nos da necessidade de cooperação de toda a Nação para sobreviver à eventualidade de uma guerra. O fim desta palestra, portanto, é divulgar e esclarecer o povo brasileiro no sentido de tomar consciência de que mesmo que o conflito não se alastre até nós, não estaremos livres de sofrer suas terríveis conseqüências se não estivermos prevenidos para o pior” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 588, 11/1/61).

No *Boletim* nº 623, de 13 de setembro de 1961, fica evidente a crítica aos movimentos socialistas que almejam a nacionalização de toda a economia. O articulista mostra a falência do projeto socialista, bastando, para isso, atentar para a derrocada total das experiências socialistas no mundo europeu, em especial o fracasso da estatização efetuada pelo Partido dos Trabalhadores da Inglaterra. No trecho da condenação ao socialismo, aqui identificado ao estatismo, à nacionalização de empresas estrangeiras, o artigo tenta alertar para essa frustrada experiência no mundo desenvolvido. Assim estabelece:

“Dessa experiência, feita de sofrimentos, poucos documentos existem tão claros e tão significativos quanto os fornecidos pelo período em que o Partido Trabalhista britânico se lançou à nacionalização de indústrias, para cumprir as promessas assumidas perante o seu eleitorado. Significativos e claros porque o próprio *Labor Party*, posteriormente, reconheceu, em convenção, que a nacionalização não havia dado os frutos prometidos. E porque assim era, fora alijado do poder, passando-o para mãos conservadoras. Já não acreditam socialistas de vários países que, para alcançar os resultados que almejam, em benefício do povo, seja a estatização de empresas um dos caminhos indicados. Alternativa imensamente superior lhes parece utilizar-se da tributação para lograr os efeitos antes pretendidos através da ingerência direta do Estado na vida econômica, como patrão e empresário. Mas, aqui no Brasil, ainda muita gente não se apercebeu daquilo já perfeitamente compreendido pelos

responsáveis por antigas e poderosas agremiações partidárias da Europa e que já manejaram as rédeas do poder. Prova disso estamos tendo numa série de iniciativas com que se procura confiar ao Estado a solução de alguns problemas econômicos de vastíssimas proporções, sem que se atente, preliminarmente, para o fato de que os recursos financeiros são de todo inadequados para isso” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 623, 13/7/61).

No dia 7 de março de 1962, em reunião plenária das diretorias das entidades da indústria paulista, discutiram-se as conseqüências da encampação da Companhia Telefônica Nacional, por decisão do governador Leonel Brizola, e o temor da “iniciativa privada” quanto à extensão dessa medida que, temia-se, acarretaria a fuga de capitais estrangeiros do país, além de representar séria ameaça à existência e garantias da propriedade privada. O presidente do Sindicato da Indústria da Energia Hidrelétrica no Estado de São Paulo, Humberto Reis Costa, tomando a palavra, enfatizou que “o momento é o menos indicado para se tomarem medidas intempestivas dessa natureza”. Defendendo a mão auxiliadora da política da “Aliança para o Progresso”, justificou uma atitude do governo norte-americano contra esse “ato de violência”. Preocupado, e indignado, dizia:

“O reflexo da encampação, pode-se ter certeza, será o pior possível. Recordo que quando estive nos Estados Unidos, na ocasião da Companhia de Força e Luz de Porto Alegre, promovido pelo sr. Brizola, a imprensa americana anunciara que o ‘Brasil confiscara propriedade estrangeira’. Era o Brasil, como nação, que estava na primeira página dos jornais. Agora vai ocorrer a mesma coisa. O resultado, todo o povo gaúcho sabe. O custo da energia elétrica é hoje muito maior que o de antigamente, e continua racionado o fornecimento. Devemos renovar os nossos protestos, justamente por que, agora, o presidente João Goulart seguirá para Washington com o fim de negociar financiamento e empréstimos para promover o desenvolvimento econômico do nosso país. E eis que, assim, sem nenhuma base, vem o governador Leonel Brizola praticar esse ato impensado. Tolhe as nossas possibilidades de desenvolvimento. Em virtude do protesto do Departamento de Estado o empréstimo de 435 milhões de dólares, destinados ao Nordeste, poderá não ser efetivado.” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 648, 7/3/62).

Preparando-se ideologicamente para o enfrentamento com o janguismo, o Fórum Roberto Simonsen – órgão de debates e promoções culturais das entidades na indústria paulista – no dia 5 de abril de 1962, retomou o tema da segurança nacional. Questão recorrente no ideário da Escola Superior de Guerra, sua tematização conferia um novo significado ao confronto entre “ocidente” e “oriente”, entre a “democracia ocidental” e o bloco da “cortina de ferro”. Segundo a nova doutrina, as conseqüências de um confronto bélico entre as principais potências mundiais, de sistemas econômicos antagônicos, atingiriam, naquele momento, não mais batalhões militares que se encontravam no *front*. Envolveriam as populações da maioria dos países, bombardeios arrasariam cidades, civis seriam afetados em seu conjunto. Isso implicava alterações nas estratégias militares. Civis poderiam ser transformados, depois de um adestramento, em pontos de apoio militar, seja para a remoção de corpos e objetos, seja para o cumprimento de tarefas tais como apagar incêndios, auxiliar no transporte e no abrigo, orientar a população. À indústria estaria reservado um papel fundamental: a sua conversão imediata para produção de artefatos bélicos. A conferência do general Edmundo de Macedo Soares e Silva para o Fórum Roberto Simonsen versou precisamente sobre esta questão, a dos elos entre “Indústria e Segurança Nacional.

Destarte, o general abre sua fala argumentando sobre a segurança de uma nação. Assim se expressa:

- “É uma expressão difícil de definir, como não é fácil precisar o que são ‘democracia’, ‘nacionalismo’, ‘liberdade’ etc., na interpretação que evoca nas pessoas sentimento e concepções, segundo suas instruções e experiências. Mas a definição é possível dentro de limites precisos. Assim pensando, ‘segurança nacional’ envolve os meios de que um país, como o nosso, lança mão para assegurar: 1 – a integralidade territorial; 2 – a soberania; 3 – as instituições políticas, aí compreendidas as liberdades fundamentais dos homens; 4 – as tradições da pátria e a continuidade de sua evolução histórica; 5 - a tranqüilidade interna, especialmente a paz social; e 6 - a defesa contra possível inimigo externo” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 654, 18/4/62).

Como se pode perceber, o palestrante expôs as diretrizes formuladas pela ESG, cuja “Doutrina de Desenvolvimento e Segurança” dava sustentação à corrente militar da “Sorbonne”, o grupo anticomunista e antigetulista que chegou ao poder em 1º de abril de 1964. Seguindo a linha golberyana, o general Edmundo de Macedo Soares lembrou que a guerra capitalismo *versus* comunismo era, no fundo, a luta entre o cristianismo e o soviétismo, que expressavam “duas concepções opostas, uma visando aos ideais de amor e liberdade para todos os povos, a outra tendo em mira a organização de um Estado todopoderoso, senhor das coisas e dos destinos das pessoas, possuidor de uma máquina de compressão aniquiladora”. O general Macedo Soares referiu-se, também, ao fato de que, com as inovações científicas e tecnológicas, havia emergido uma nova etapa da humanidade, a era nuclear. Finalmente, em conclusão, sinalizou a necessidade de novas elites no comando do Estado, porque “A crise atual conduziu a um enfraquecimento do Estado, no mundo ocidental. É preciso que as elites reajam para que não percam a confiança do povo e os seus países não se vejam submersos pela ‘avalanche’ de uma revolução anti-cristã” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 654, 18/4/62).

Em meados de 1963, a Fiesp-Ciesp, através de seu boletim, explicitava publicamente sua clara preocupação com os rumos da situação brasileira. Na ocasião em que Jango Goulart esteve em São Paulo, Raphael Noschese, presidente da Federação das Indústrias, referiu-se não apenas às preocupações e angústias da classe industrial de São Paulo, como reclamou o resguardo da ordem interna, do respeito ao princípio da autoridade e de uma atuação que refletisse os interesses e as aspirações da maioria do povo brasileiro. Deste modo:

“O país não suporta por mais tempo o descalabro que por aí vai. Forças espúrias minam e exaurem o organismo da nação, que se enfraquece, que se depaupera, e ao invés dos índices elevados de progresso a que devíamos aspirar, na verdade estamos ameaçados por crises e colapsos que nos podem conduzir ao caos.” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 725, 28/8/63)

Após o golpe militar, a Fiesp-Ciesp não escondeu seu contentamento e sua participação no evento. Referiu-se à quebra do processo constitucional, ressaltando, porém, e

em documento, “o espírito de ordem, de disciplina, de amor ao trabalho dado pela nossa população”. Lembrou, ainda, que

“não houve saques nem distúrbio de qualquer natureza, circunstância que a muitos se afigurava inelutável, a julgar pela exacerbação reinante dos ânimos. O comportamento do empresariado industrial paulista, capitaneado pela Fiesp e Ciesp que tiveram atuação decisiva nos acontecimentos, foi exemplar. /.../ As entidades da indústria, que estiveram mobilizadas e ainda continuam para a obra de redemocratização do país, permaneceram a postos ininterruptamente dia e noite.” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 757, 8/4/64).

As forças armadas tinham sido o instrumento para a recondução do país à democracia, pois quando estava “em perigo o velho edifício da nacionalidade /.../. Recolocamos nas mãos do povo, dos políticos, dos homens públicos, dos empresários a velha casa que ameaçou ruir.” A hora era a da “vitória da paz”, conseguida pelos “soldados brasileiros, irmanados com o povo” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 757, 8/4/64).

Quando Castello Branco assumiu a Presidência da República, os empresários paulistas, em nota de seu presidente - Raphael Noschese - lhe declararam apoio e quiseram, em

“nome da indústria paulista manifestar as suas expressões de alta consideração e respeito. Ao mesmo tempo, asseguram que emprestarão ao seu Governo, que se inicia num ambiente de integral confiança na sua atuação, toda a colaboração para o reerguimento da economia nacional e para o restabelecimento de um regime democrático que tenha por base os anseios de liberdade, de justiça social e de preservação das tradições cristãs de nosso povo” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 759, 22/4/64).

De fato, a Fiesp não somente se congratulava com o golpe de 1964: mostrou-se, outrossim, extremamente gratificada com a visita do ministro do Planejamento, Sr. Roberto de Oliveira Campos, na primeira semana de maio de 1964, com vistas ao estabelecimento de “um vivo contacto com as fontes de produção”. Através de seu *Boletim*, ressaltava que sua atitude de colaboração com o novo governo: “[indo] ao seu encontro, na convicção certa de

que sem a colaboração desses elementos, a realização do bem coletivo será dificilmente atingida /.../ é uma preocupação diversa daquela a que estávamos assistindo até o fim do mês de março último.” Elogiava a “categoria técnica e moral” do diálogo a ser desenvolvido “com homens do estofa de um Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Luiz de Moraes Barros e Daniel Faraco”. Até admitia divergências, mas insistia na existência de “um interesse comum /.../ ligando, dominando todos os pensamentos e que é o bem coletivo. Restabelece-se, assim, em toda sua plenitude, um diálogo entre as forças da produção e o governo, o qual estava interrompido lamentavelmente desde há muito tempo.” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 762, 13/5/64).

No primeiro aniversário da “Revolução de 31 de Março”, o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Raphael Noschese, abriu a reunião das diretorias plenárias reiterando o acerto do golpe militar:

“O pensamento do empresariado paulista, através das inúmeras manifestações desta Casa, é tão claro e sincero como os próprios ideais da Revolução que ajudamos a fazer. Jamais ignoramos as imensas dificuldades com que se iria deparar o íntegro Presidente Castelo Branco na reconstrução de um País minado e corroído por tantos males. Jamais duvidamos do esforço hercúleo, do grau de resignação e de coragem, do patriotismo acima de tudo, necessários para arrancar dos escombros uma Nação soterrada pela tormenta da corrupção, arruinada pelo nepotismo e quase entregue, melancólica e submissa, às garras aduncas do bolchevismo. /.../ O governo revolucionário, desde os primeiros momentos da reconstrução, sempre contou conosco ao seu lado francos, honestos e resolutos, dispostos ao diálogo e ao mútuo entendimento, à esquematização e aos estudos fundamentais da conjuntura econômica e financeira. /.../ Se, no entanto, por vezes discordamos desta ou daquela medida, de um ou de outro pronunciamento oficial, de um princípio ou de uma diretriz, vão sempre nessa democrática discordância” (Boletim Informativo Ciesp/Fiesp nº 809, 7/5/65).

Pelo exposto e urdido, demonstra-se com nitidez o comprometimento e apoio do Ciesp-Fiesp aos feitos da ditadura militar, seja através de suas articulações com o complexo Ipes-Ibad, seja por meio das atividades e manifestações desenvolvidas na própria instituição.

E parece apropriado reafirmar, uma vez mais, que essa entidade, sem dúvida, era a maior associação do capital privado no Brasil, representando os interesses do empresariado bandeirante associado ao capital internacional, e das próprias multinacionais instaladas no Estado de São Paulo, que se ramificavam por todo o país.

A Fiesp não deve ser vista como uma entidade homogênea. Além de representantes do grande capital associado, contava, ainda, com membros ligados ao médio e grande capital nacional, como Fernando Gasparian, Dílson Funaro, Ramiz Gattáz e José Ermírio de Moraes, entre outros. Estes, no entanto, não se sentiam representados efetivamente, pois dividiam o espaço com o setor internacional que, de fato, encentrava as preocupações da entidade. As diretorias da Fiesp-Ciesp, como mencionamos no segundo capítulo deste trabalho, desde o final da década de 50 e, fundamentalmente, no início dos anos 60, passaram a ser ocupadas por gerentes de multinacionais. Aliás, como se viu, foi frustrada a tentativa de um núcleo nacionalista chegar à direção, através de uma chapa própria, nas eleições de 1962. Relembrando o episódio, vimos que José Ermírio de Moraes Filho compôs essa chapa com Fernando Gasparian (presidente da CNI, naquele momento), que não conseguiu se consolidar por falta de apoio interno. Ermírio de Moraes Filho, então, rearticulou-se em outra composição (vitoriosa), que descaracterizava a proposta nacionalista inicial. À data do golpe militar, a Fiesp era dirigida pelos membros desta articulação.

É necessário ressaltar que, com estas informações e argumento, não estamos sinalizando a existência de um grupo nacionalista que procurava tomar de assalto aquela entidade, para imprimir-lhe uma nova direção. As individualidades envolvidas pretendiam preservar, com graus diferenciados, alguns ramos da produção para o capital privado nacional, assim como as condições necessárias de infra-estrutura e de capital social básico para a realização de suas atividades, que corriam risco de ser pulverizadas, dadas as melhores condições oferecidas pelo Estado brasileiro ao capital internacional. Em outras palavras, não existiam condições de concorrência com o capital estrangeiro, não só em razão de sua inquestionável superioridade, como também pela crescente ausência de controle (disciplina e regularização) de entrada e de operação das empresas multinacionais por parte do Estado nacional.

Fernando Gasparian, em entrevista à pesquisadora, afirmou que existiam algumas individualidades na Fiesp que temiam o golpe e suas conseqüências econômicas. O que não significava, no entanto, a existência de um grupo articulado, que se reunisse periodicamente e tivesse um programa a ser executado. Havia, apenas, algumas preocupações pontuais em comum. Nessa mesma entrevista, aliás, Gasparian lembrou-se de uma anedota daquele momento, que revelava muito das condições do agrupamento empresarial nacionalista: “caso o José Ermírio, o Severo Gomes e eu estivéssemos viajando num mesmo avião e se este caísse, acabaria ali a burguesia nacional!”. O “humor negro” fornece, em certa medida, a dimensão real da insignificância de uma burguesia “nacionalista” e de um projeto nacional de capitalismo autônomo.

O depoimento de Einar Kok, presidente do Sindicato de Máquinas, reafirma a existência desse grupo de empresários que, mesmo não apoiando o golpe, não se organizou e não resistiu, revelando fragilidade e total falta de sintonia com os acontecimentos, às vésperas do derrubada do governo Goulart. O empresário, através de uma avaliação que denota angustiação subjetiva, relata seu encontro com Jango – que qualifica ora como o “maior desastrado em matéria política”, ora como o detentor de poderes extraordinários a ponto de induzir “o movimento das classes conservadoras a apoiar o futuro regime militar”. Rememorando o dia 29 de março de 1964, afirma:

“recebi uma solicitação para que me juntasse a uma comitiva que se dirigia ao Rio, a fim de solicitar ao ministro da Fazenda, Ney Galvão, a revogação da ordem dada para que o Banco do Brasil suspendesse suas operações de crédito, o que sufocava a indústria. Vim, posteriormente, a saber que a comitiva era integrada por elementos que decididamente não participavam das articulações da Fiesp com os militares revolucionários. Fernando Gasparian liderou a Comissão, e dela participou Dílson Funaro, Paulo Pascovich, juntando-se a um grupo gaúcho comandado por Paulo Vellinho. No dia 30 tivemos uma reunião com o ministro da Fazenda e lembro-me de que nela estavam Nestor Jost (presidente do Banco do Brasil) e Renato Costa Lima (político influente). Após debates, foi-nos anunciado que o presidente Jango revogara a medida, mas fazia questão de ter um encontro conosco no Palácio Guanabara. Constrangidos, para lá nos dirigimos no dia 31 de março e nos recusamos

decididamente a nos apresentar debaixo de câmeras de televisão e microfones de rádio já preparados no salão. No começo da tarde, sem a mídia, recebeu-nos Jango, reservadamente, com toda a calma, fumando seu cigarrinho! ‘Chamei-os aqui’, disse ele, ‘para alertar que ao sair ouvirão rumores de golpe e posso assegurar que conto com o apoio de todos os comandos militares do país. Os boatos que ouvirem são espalhados por governadores frustrados em suas ambições políticas’. /.../ Ao chegar em casa no fim da tarde, encontrei a família preocupadíssima por causa de telefonemas constantes que recebiam para saber de meu paradeiro. Minha resposta: ‘Que revolução, que nada. Acabamos de estar com um presidente inteiramente tranqüilo!’ No mesmo dia, as tropas de Minas já marchavam para o Rio de Janeiro, o general Kruel aderiu à revolução e Jango foi destituído... Por muitos anos fiquei em dúvida se Jango nos enganou ou estava enganado. Depoimentos posteriores mostraram que a última hipótese seria a mais exata.” (Kok: 2003, 120-1)

Retomando o depoimento de Fernando Gasparian, são dele, também, as informações de que esses empresários não contribuíram com dinheiro para o golpe militar de 64 ou para os organismos de repressão. No caso de José Ermírio de Moraes - naquele momento já senador e ex-ministro de Jango -, a questão é bem mais complexa. Ainda que Gasparian, seu mentor político e amigo nacionalista, reafirme a sua não participação no golpe ou com contribuições de seu próprio bolso aos fundos da conspiração e do aparelho repressivo, seu filho, José Ermírio de Moraes Filho, deu generosas contribuições à conspiração e ao terrorismo oficial, retiradas da mais-valia abocanhada pelo grupo Votorantim, de seu pai.

Ainda na esfera do empresariado paulista, é interessante salientar o depoimento do marechal Cordeiro de Farias, que ressalta a importância de São Paulo como a cidade que deu a maior retaguarda ao “movimento revolucionário”, devido à atuação de sua burguesia industrial, ao papel desempenhado pela estrutura policial e militar sob o governo de Adhemar de Barros e ao apoio militante das mulheres e das famílias de empresários. Acentua que em

“São Paulo tínhamos uma retaguarda maravilhosa, que era a indústria. Pessoalmente, eu era otimista. Estava convencido de que o governo de Jango cairia por si, sem que precisássemos mobilizar grandes forças. /.../ Tínhamos que nos preparar para a eventualidade de uma luta prolongada. E São Paulo possuía uma indústria que podia

nos assegurar todos os meios de resistência. Esta é uma lição que havíamos aprendido com a revolta paulista de 1932. Pela primeira vez na história brasileira, um Estado, ao rebelar-se contra o poder central, mobilizou sua indústria para fabricar carros de combate, trens blindados, armas, munições, o que fosse preciso. Ora, se em 1932 São Paulo havia feito tanto, em 1964 poderia fazer muito mais. Era elementar, portanto, que procurássemos envolver profundamente São Paulo no movimento revolucionário. Aliás, os empresários paulistas deram todo o apoio à conspiração. A indústria se levantou por inteiro, assim como toda a população do Estado, porque ninguém se conformava com a situação do país”²⁰. (Farias *apud* Góes & Camargo: 1981, 551).

Mas como se encontravam as forças nacionalistas e quais temores poderiam despertar? É necessário repormos, ainda que de forma breve, os acontecimentos da época para situarmos os confrontos sociais e políticos. Comece-se, então, por referir que a tensão entre a política norte-americana implicou em vários choques, alguns de forte intensidade. De um lado, o ministro Santiago Dantas, em viagem aos Estados Unidos, levava em sua bagagem o Plano Trienal de Celso Furtado, com a intenção de equacionar alguns problemas da economia brasileira, através da rolagem da dívida e da contratação de novos empréstimos. De outro, já estava em processo uma negociação independente “com a Polônia para a compra de helicópteros (45), em troca de café”; a aquisição “de uma usina termoelétrica da Tchecoslováquia, em condições que nos eram favoráveis”, e a compra de petróleo da União Soviética, que feria frontalmente os interesses dos monopólios petrolíferos. “A ousadia brasileira chegou ainda a cancelar as concessões de exploração das jazidas de ferro para a

²⁰ Com relação à forma como se processava a arrecadação de fundos, o marechal Cordeiro de Farias revela: “Nós recebíamos dinheiro de São Paulo – doações, contribuição dos empresários – e o repassávamos aos conspiradores que viajavam para fazer contatos nos Estados. As fontes principais de arrecadação eram duas: o governador Ademar de Barros e o jornal *O Estado de S. Paulo*, através de Júlio Mesquita. O dinheiro não me era entregue diretamente, e sim a pessoas que eu autorizava. Elas procuravam os arrecadadores em São Paulo, entregavam as autorizações assinadas por mim, recebiam a quantia indicada e depois prestavam contas. Prestamos contas de todos os centavos. No fim da campanha, quando as necessidades aumentaram, o volume de dinheiro cresceu. Nesse ponto, praticamente todos os recursos foram depositados em contas bancárias de *O Estado de S. Paulo*, cuja coleta era bem maior do que a de Ademar de Barros. Aliás, esses depósitos foram feitos à revelia de Júlio Mesquita, que não queria envolver-se com a responsabilidade da guarda do dinheiro, mas apenas da arrecadação”. Entre os nomes dos industriais que colaboraram o marechal se esforçou para recordar de alguns, entre vários, como “Júlio Mesquita, Francisco Matarazzo Sobrinho, Toledo Piza, Quartim Barbosa, Morais e Barros, Abreu Sodré. É impossível lembrar de todos. Muitos deles tinham horror a Ademar, e eu fui uma balança em meio aos grupos. Reuni os contrários, pois a causa era comum” (Farias *apud* Góes & Camargo: 1981, 551, 553-4).

Hanna Minning no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais e ainda aprovar a Lei de Remessa de Lucros (nº 4.131/62), apesar de ainda não estar regulamentada” (Affonso: 2003, 45).

Almino Affonso comentava que, naquela altura dos acontecimentos, a viagem do primeiro-ministro

“San Thiago Dantas, apesar da sagacidade que Deus lhe deu – nada conseguiu. E como se não bastasse o malogro da Missão, trouxe-nos uma bomba: o Brasil ficara comprometido a comprar a AMFORP (American & Foreign Power) por um preço logo considerado extorsivo por todos nós, como condição para recebermos financiamento novo. A grita foi enorme no Parlamento. O ‘escândalo AMFORP’, como ficou conhecida a negociação, deixou o Governo Goulart ao desamparo: os setores conservadores cada vez mais o hostilizavam; e a esquerda (nacionalistas, trabalhistas do Bloco Compacto, sindicalistas, lideranças estudantis etc...) já não lhe deram o apoio necessário. Jango dá uma guinada, na expectativa de recuperar a sustentação do empresariado: faz uma reforma ministerial completa, nomeando para o Ministério da Fazenda – o Prof. Carvalho Pinto, ex-Governador de São Paulo, de claro perfil conservador; e para o Ministério do Trabalho e da Previdência Social - o Senador Amaury Silva, trabalhista do Paraná, competente e sério, sem as marcas da esquerda que me distinguiam desde a juventude.” (Affonso: 2003, 45)

Ganhava força, ademais, a campanha contra o adiamento do plebiscito, centrado nas teses das “Reformas de base enunciadas no Plano Trienal – elaborado por Celso Furtado” e acrescida de outros pontos, como a “política externa independente” e o estatuto do capital estrangeiro. Esses assuntos polêmicos aceleraram a divisão do Parlamento em torno desses temas. Segundo Almino Affonso,

“Para conter a Frente Parlamentar Nacionalista (que chegara a ser composta por 110 deputados, numa Câmara Federal de 420 representantes do povo), foi criada a Ação Democrática Parlamentar (ADP) – sob a liderança do Deputado João Mendes, brilhante parlamentar que a Bahia elegera.” Já na campanha eleitoral das eleições de 1962, o “Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (organizado, em 1959, por empresários nacionais e internacionais) passara a financiar candidatos que se

afinassem com uma postura política mais conservadora, dispostos a deter a emergência popular” (Affonso: 2003, 40).

Diante do acirramento das contradições, a crescente pressão popular conduzia o governo democrático de João Goulart a avançar em projetos sociais, atendendo aos reclamos populares, o que, ato contínuo, levava a direita a se pôr de forma mais truculenta e agressiva. Em seu livro de memórias, adensado por seus discursos políticos dessa época, Almino Affonso, o jovem ministro do Trabalho do governo Jango, testemunha esse turbilhonamento social que vale aqui resgatar. Afirma:

“A partir daí (junho de 1963) a correnteza das águas já não foram contidas. É impressionante lembrar a sucessão dos fatos, como se estivéssemos vivendo uma tragédia grega. Os desastros multiplicavam-se e nada podia impedir que acontecessem. O Deputado Leonel Brizola já não comparecia ao Parlamento, que ele passou a denominar, com sarcasmo, de ‘Clube dos Contemplados’. Do Rio de Janeiro, transformada em sua cidadela política, ele contracenava com o Presidente João Goulart, atacando-o com tanta freqüência quanto o fazia contra os conservadores no Congresso Nacional” (Affonso: 2003, 46).

Com a criação da Frente de Mobilização Popular, que agrupava o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ação Popular (AP), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), entre outros, com Brizola à testa, crescia um movimento político de talhe nitidamente nacionalista. Almino Affonso destaca o “Grupo Compacto” do PTB, dispositivo político que se posicionava à esquerda no interior de seu próprio partido, ressaltando a figura do sociólogo Guerreiro Ramos, que previa as conseqüências daqueles atos desmedidos. Em sua narrativa, Affonso revela que

“De repente os conservadores mudaram de tática contra João Goulart: passaram a acusá-lo de estar montando uma ‘guerra revolucionária’, à maneira da que Ernesto Che Guevara descrevera em sua obra ‘Guerra de Guerrilha’. Os discursos do Deputado Bilac Pinto, alinhavando fatos os mais diversos dentro dessa lógica, pareciam ser irrespondíveis... Contudo, era um absurdo imaginar Jango detonando os

primeiros cartuchos de ‘uma guerra revolucionária’. Para perder, ato contínuo, o seu comando? De todo modo, mais do que as ações - a palavra, nas diferentes áreas da esquerda, era incendiária, criando um clima de inquietação coletiva. Condenando essa conduta incoseqüente, o Deputado Guerreiro Ramos (ideólogo do ‘Bloco Compacto’), fez uma série de discursos violentos – embora analiticamente sérios – concluindo sempre com enorme audácia política: ‘abaixo os esquerdeiros!’. À época, isso me irritava, pois me parecia que ele estava, por ingenuidade, pondo água no moinho alheio... Registro esse fato para fazer minha homenagem à antevisão de Guerreiro Ramos; e para dizer a ele, se acaso me ouve nesse mundo do Além, que eu deveria ter somado minha palavra à dele”. (Affonso: 2003, 47).

Como também recorda Miguel Arraes, as oposições não se caracterizavam pela defesa de um plataforma revolucionária, estando circunscritas a reivindicações nacional-reformistas, compatíveis com o regime vigente. Assim sintetiza o ex-governador pernambucano:

“As reformas solicitadas ao Congresso eram extremamente moderadas: concessão do direito de voto aos analfabetos; abolição da vitaliciedade de cátedra; revogação do artigo da Constituição que exigia a indenização prévia e em dinheiro para a desapropriação de terras, o qual foi posto abaixo pela própria ditadura. Desse modo, o golpe de 1964 não podia ser desfechado contra a implantação de um regime socialista ou comunista pelo simples fato de que tal ameaça não existia. A posição de todas as forças populares não ultrapassavam, na época, os limites do sistema em vigor. Como é bem sabido, ‘a preservação das instituições contra a subversão’ e outros ‘slogans’ tinham apenas a finalidade de mobilizar setores sociais altos e médios e de convocar os militares para a intervenção que vieram a fazer” (Arraes: 1974, 90).

No pólo golpista, o então general-de-exército Humberto de Castello Branco, na condição de chefe do Estado-Maior do Exército, tinha, obviamente, uma outra visão dos acontecimentos. Identificava as ações das Forças Armadas com as do próprio povo brasileiro, insurgindo-se contra a quebra de hierarquia e de disciplina – cabe lembrarmos da assembléia dos sargentos realizada no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Por isso, enviou um documento restrito aos militares, em 20 de março de 1964, em que acusa os riscos de uma Assembléia Nacional Constituinte, com vistas à consolidação da “República sindical” e da

crescente movimentação operária, sob a tutela do CGT. De seu próprio punho, escreveu: “São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como maior caminho para a consecução das Reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos”. Mesmo afirmando a neutralidade dos militares em face de tal ou qual grupo, Castello Branco acrescentou que o papel dos militares era o de evitar a implantação de uma ditadura e a defesa permanente dos poderes constitucionais, pois,

“Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência. A ambicionada constituinte é um objeto revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil ou Constituinte? Parece que ainda não. Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar de um poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou? Isto sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem traiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas/.../. É preciso aí perseverar, sempre dentro dos limites da lei, estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguraram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.” (Branco *apud* o Silva: 1983, 84-6)

Ainda que o quadro de acirramento entre as forças sociais estivesse bem delineado, as forças nacionalistas, segundo depoimento pessoal de Almino Affonso, – um dos representantes mais significativos dessa corrente –, não possuíam a dimensão correta de sua profundidade. Em seu livro de memórias, ao se referir ao Comício das Reformas, realizado no Rio de Janeiro sob o respaldo das armas do I Exército, lembra-se, melancolicamente: “aquela

multidão, naquele longínquo 13 de março, custa crer que – em poucos dias mais – tudo rolaria por terra como um castelo de areia...” Para Affonso, as medidas assinadas durante o Comício não colocavam em risco o sistema em curso, mas sinalizavam um rumo diverso, que contrariava alguns interesses, com relação à desapropriação de terras e nacionalização de refinarias privadas de petróleo. No entanto, ressalta que “as palavras de ordem, em alguns discursos e nas faixas, eram radicais. No dia seguinte, a maioria conservadora do Parlamento estava num grau de indignação nunca visto.” (Affonso: 2003, 53-4).

Esses elementos, de certo modo, são suficientes para sinalizar os vínculos profundos entre as classes proprietárias e os setores golpistas das Forças Armadas. A existência dos segmentos nacionalistas não foi empecilho para obstar os rumos da contra-revolução em curso, que buscava “domar” as manifestações populares e facilitar a presença, num novo ciclo de acumulação, dos capitais estrangeiros, em especial os norte-americanos. O golpe militar ocorreu e a dominação dos proprietários foi estabelecida pela forma indireta de uma ditadura militar, com o Congresso manietado e generais se revezando no seu comando.

A progressão econômica do capitalismo nacional deixou a burguesia brasileira numa situação de subordinação estrutural aos desígnios do capital financeiro internacional, força controladora dos setores dinâmicos - *de ponta* - da acumulação monopolista. Esta posição de deslocamento da burguesia nacional do centro de poder se agravará com a reprodução ampliada do capital, que induz à concentração e centralização dos capitais monopolistas. Pois, como escreve Francisco de Oliveira,

“A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo da expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava ocupado por outro ator, união de classes, não-cordial. Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira” (Oliveira *apud* Toledo: 1997, 26).

Retomando nossa exposição e análise, feito este breve digresso, do golpe e instalação do governo castellista, é preciso referir, em função dos objetivos deste estudo, que José Ermírio concentrou suas críticas nas diretrizes formuladas por Roberto de Oliveira Campos. O descompasso do ministro do Planejamento em face das necessidades dos investimentos em setores produtivos acabou por engendrar o abandono do capital privado nacional em prol dos interesses internacionais, o sucateamento das empresas estatais, em especial das siderúrgicas, como também a desregulação do Estado brasileiro; desregulação objetivada no sentido de atender aos interesses externos. Todo este quadro provocou, literalmente, a ira do senador pernambucano, de sorte que uma vez mais uma se vislumbra a determinação de que, no pensamento de José Ermírio de Moraes, o lugar ocupado pelo Estado se concentra na esfera da produção.

Seus discursos, não obstante, naquele momento não feriam criticamente a forma explícita do terrorismo de Estado, a natureza bonapartista da autocracia burguesa que, de fato, instituiu a dominação indireta da classe dos proprietários. Em seus pronunciamentos, José Ermírio reconhecia a necessidade de uma ação reguladora para retomar a hierarquia e eliminar os abusos. Logo, no pós-1964, o Estado não apresentava problemas no plano de sua articulação mais geral; seus grandes e graves problemas incidiam na esfera econômica, engendrados, como antes apontado, pela irresponsabilidade de um governo inativo e incapacitado para exercer funções próprias a essa esfera da realidade. O executivo deveria ser ocupado por técnicos, homens capacitados “que saibam traçar normas políticas intimamente ligadas à nossa economia básica” (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/3/65).

Posteriormente, já em 1995, e por uma real ironia da história, Roberto Campos recebeu o Prêmio José Ermírio de Moraes, conferido pela Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro. Em seu discurso de agradecimento, Roberto Campos foi generoso com aquele que não lhe poupou críticas, qualificando as divergências entre ele e o ex-senador como de fundo teórico, que expressavam perspectivas diferenciadas sobre a condução da economia. Frente a estas duas grandes e conflitantes correntes da economia dos anos 40 (dualidade, aliás, que gerara a controvérsia entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin²¹), José Ermírio nutria

²¹ Foi na década de 40 que se desenrolou a polêmica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O primeiro defendia duas teses, segundo Campos, “simpáticas, mas geradoras de futuras ineficiências: o planejamento

simpatias por Simonsen, enquanto Campos defendia bravamente a tese racional e menos simpática: liberalismo econômico, com preservação das vocações agrícolas naturais e industrialização bem compassada, com observância das vantagens comparativas e respeito ao consumidor. No entanto, Campos ressaltava que, naquele momento, divergia do mestre Gudin, pois acreditava “ingenuamente no intervencionismo planejador - pecado que Gudin depois me perdoou como uma espécie de gonorréia juvenil, curável pelos antibióticos do mercado”. Nos anos 50, o protecionismo (legado do empresário Roberto Simonsen) ganhou conteúdo nacionalista transformando e aguçando as oposições entre Campos e José Ermírio, pois, segundo o economista, “O grande capitão de indústria se declarava nacionalista e progressista (provavelmente o título adequado seria nacional-protecionista)”. Já o ministro se declarara um combatente “contra a doença dos *ismos* — nacionalismo, populismo, estruturalismo, estatismo e protecionismo — que considerava responsáveis pelo subdesenvolvimento brasileiro” (Discurso de recepção do prêmio “José Ermírio de Moraes”, na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 20/07/95).

Em suma, as críticas de José Ermírio ao seu desafeto econômico, reconhecidas pelo próprio ex-ministro, diziam respeito à maneira como este ordenava a política econômica brasileira, que não poderia prescindir do capital externo e, necessariamente, deveria passar por um processo de modernização que implicaria na desmontagem das velhas estruturas de um Estado protecionista. Destarte, estes eram os fundamentos que sustentavam a política econômica implantada no governo Castelo Branco, consubstanciada no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que instituiu os mecanismos de mercado de capitais e da estrutura financeira, praticamente inexistentes no país, e abria as comportas para o capital internacional, promovendo a concentração e eliminação de boa parte dos setores nacionais que não conseguissem se associar ou mudar de ramo. Aos mais audaciosos - ou descontentes - restava esbravejar e lutar por seus imediatos interesses privatistas.

Se, portanto, no plano do enfrentamento das questões econômicas José Ermírio foi radical na exigência de um Estado protetor da iniciativa privada nacional - aos moldes do Estado wilsoniano, como apontado, no plano das instituições democráticas sua crítica passou

econômico central e a industrialização acelerada, por trás de barreiras protecionistas. Essas teses se anteciparam às doutrinas da Cepal, sob Raul Prebisch, que as estilizou na chamada Doutrina ISI (Import Substitute Industrialization Doctrine).”

ao largo, ou se fez pelas franjas. Seus discursos não revelavam uma censura questionadora ao Estado implantado pelo golpe de 1964, da mesma forma que ele em momento algum se posicionara frente às atrocidades e violências cometidas pelos governos militares (como se verá, seu posicionamento contra o AI-5 só foi esboçado em 1970, quando elaborava sua plataforma política com vistas à reeleição como senador por Pernambuco, pelo MDB). De modo que, na ante-sala do golpe, Ermírio de Moraes apoiara uma intervenção militar na medida em que, refletia, a situação social estava marcada pela ausência de hierarquia e pelo descontrole dos movimentos sociais, retomados somente através da intervenção dos militares, a quem, portanto, se deveria dar “um crédito geral de confiança” (Moraes apud Anais do Senado: 1965). Estamos, pois, assim parece, defronte daquela afirmação de Florestan Fernandes, que, ao indagar-se permanentemente sobre as razões históricas e o papel histórico da tutela castrense da burguesia brasileira com relação ao sistema mundial de poder do capitalismo, assegurava: “Esse é o nosso drama. Os estratos dirigentes das classes dominantes possuem uma visão curta e rústica da democracia (Fernandes: 1989, 98-9). Se o “movimento revolucionário” não havia, contudo, dado conta de seus propósitos - assim entendia Ermírio, parte considerável das impossibilidades eram debitadas na conta de Roberto Campos. No entanto, “aquele clima de agitação, prenúncio de tempestades sociais, de que ninguém é dono nem senhor, amainou bastante. Reconhecemos que a crise de autoridade, que havia invadido todos os setores da administração pública, não se apresenta com a mesma gravidade, verificando-se verdadeiro retorno ao regime de respeito às normas hierárquicas” (Moraes apud Anais do Senado: 1965).

Vale dizer, em seus discursos não irrompia uma crítica direta ao general-ditador Castello Branco, já instalado no poder. Seja como for, indiretamente, e por motivações econômicas, Ermírio de Moraes discordava da lógica vigente, e assim se pronunciava, com ímpeto: “o Sr. Presidente da República está isolado, ilhado, cercado por uma cortina de aço, qual moderna muralha chinesa, completamente estranho aos dramas que se desenrolam cá fora, no meio do povo” (Moraes apud Anais do Senado 1965). Posto desdobradamente: a centralização do governo encontrava-se nas mãos de Roberto Campos, o verdadeiro formulador e executor de uma política econômica que pendia para os interesses estrangeiros e

que trazia como resultados o abandono dos “produtores nacionais”, das “forças vivas da nacionalidade”, dos verdadeiros geradores de riquezas do país - empresários e trabalhadores.

Seria necessário registrar ainda que a radicalidade crítico-econômica de José Ermírio, que se autodefinia como oposição e assim era reconhecido pelos seus pares, não sofreu represálias após o golpe, diferentemente do que ocorrera com outros membros do PTB, partido pelo qual saiu candidato. De fato, após o golpe, aventou-se a possibilidade de se abrir contra Ermírio de Moraes um processo por crime de corrupção eleitoral, pois havia financiado, e generosamente, a campanha de Miguel Arraes, seu companheiro de chapa. Mas, segundo o próprio Roberto Campos,

“Castello Branco, sereno e sábio, que conhecia e respeitava as gigantescas realizações empresariais de José Ermírio, recusou-se a fazê-lo. Alegou que o processo estava mal instrumentado e, com fino humor disse aos órgãos de segurança que se tratava de uma caso de ‘entusiasmo cívico mal orientado’.” (Discurso de recepção do prêmio “José Ermírio de Moraes”, na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 20/07/95).

Deste episódio, José Ermírio de Moraes buscava se defender lembrando as dificuldades impostas à sua candidatura e a concorrência desleal, oportunista, financiada pelos

“rios e rios de dinheiro escuso, oriundo das arcas suspeitas do famigerado IBAD” . Por outro lado declarou-se um anticomunista convicto, porque não aceitou o apoio do PCB, como ainda “vetei qualquer participação do Sr. Luiz Carlos Prestes em minha campanha, atitude também adotada pelo correto Governador Miguel Arraes²². Testemunha insuspeita dessa minha decisão é o atual Governador e líder governista de Pernambuco, senhor Paulo Guerra” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998).

²² Em outra ocasião, ao mencionar Arraes em um de seus discursos no Senado, José Ermírio de Moraes, informava que, “na campanha que fizemos juntos, por informações que tivemos de padres inclusive, do vice-presidente do PDS, concluímos que era um homem justo e capaz, e não comunista, como não acredito que seja. O que aconteceu com Miguel Arraes foi que não soube conter a ânsia de Julião, que incendiou o interior de Pernambuco. Ele não teve, realmente, a ação que devia ter tido para coibir esse abuso” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1967).

Posteriormente, a partir do sucesso relativo do “milagre econômico brasileiro”, resultado do projeto econômico que a ditadura havia deflagrado, verifica-se que José Ermírio de Moraes apontava para a necessidade de um “aprimoramento democrático”²³ do Estado brasileiro – aliás, foi o ardil do politicismo –, que taticamente sinalizava para a institucionalização da própria autocracia burguesa. No plano econômico, ainda que continuasse um crítico ácido, porém não mais com aquela virulência anterior, afirmava que era necessário

“O aperfeiçoamento das instituições [que] só poderá ser conseguido nas trilhas da normalidade democrática. O País necessita que se lhe preserve a paz e a calma para o trabalho, pois a desordem e a agitação, ao invés de aprimorar, envelhecem as estruturas. A estagnação, os movimentos insensatos, longe de atingirem a objetivos válidos, servem apenas para retardar o nosso desenvolvimento.” O senador afirmava ainda que “Não será fora da legalidade que edificaremos o respeito à lei. Os homens passam. A Nação permanece. Tenhamos, pois, em mente, que não será possível construir a fachada de um novo país com as pedras da discórdia. Façamo-lo pelo engenho da crítica, do diálogo em contrariedade frontal ao aliciamento inconseqüente dos violadores da paz. /.../ Como Senador da Oposição, cem por cento nacionalista, é este o meu pensamento.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1968)

José Ermírio argumentava, pois, que era necessário “ponderação e equilíbrio”, e que o maior inimigo estava dentro do próprio governo, e não na oposição. Isto é, a orientação do governo ainda priorizava a “degradação nacional, de empobrecimento coletivo, de assalto frio e indiscriminado às nossas reservas ou atividades lucrativas. Para Ermírio de Moraes, o crescimento do clima de agitação presente em 1968 era decorrente da fabricação de um

²³ Em seu ensaio sobre “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”, José Chasin se referia ao fato de que uma das táticas do poder autocrático foi “fazer a oposição propor e polemizar, viver exclusivamente o ‘político’, enquanto ela própria – a situação – retendo todos os comandos, realiza seu projeto global. Com isto, desde logo é subtraída à oposição qualquer dimensão de eficácia, restando ainda, no limiar das ‘necessidades’, quando a sutileza cede lugar ao poder ostensivamente explicitado, a possibilidade do acionamento do *instrumental da excepcionalidade*; para depois, tudo recomeçar como no fluxo de uma rotina consagrada, a sugerir o falecimento da história.” Com o ardil do politicismo, a autocracia burguesa manteve a estrutura econômica sustentada na superexploração da força de trabalho como sua grande vitória (Chasin: 1977, pp. 145-6).

“clima de agitação e, no meio das desordens, abrir as comportas do País para a criminosa e impatriótica tarefa alienadora”, que vende o país.

A referência, por certo, era ao crescimento do movimento estudantil naquele ano, que culminou com a Passeata dos Cem Mil, no dia 25 de junho. As manifestações públicas dos estudantes que retomavam e aprofundavam antigas bandeiras estudantis do pré-64 e que colocaram a luta pelas liberdades democráticas acabou atraindo outros segmentos da sociedade brasileira - escritores, artistas, músicos, religiosos e outros. Tome-se, por exemplo, o episódio ocorrido no Restaurante Calabouço, em 28 de março 1968, no Rio de Janeiro, quando a polícia, ao se mover no sentido de deter uma passeata de estudantes, disparou, matando o secundarista Edson Luís de Lima Souto. Na esteira desse acontecimento, ou melhor, insuflados por ele, as organizações clandestinas de esquerda radicalizaram suas ações, e com a expansão da repressão, partiram para a luta armada. Ademais, o movimento operário-sindical se manifestava através das greves de Contagem (MG) - em abril de 1968, 15.000 trabalhadores cruzaram seus braços, e Osasco (SP) - em julho do mesmo ano, 10.000 operários paralisaram o trabalho.

Na leitura de José Ermírio, no entanto, o acirramento das contradições da sociabilidade brasileira sinalizava apenas aos inúmeros “inocentes úteis” que tomavam parte de movimentos sociais que defendiam posições contrárias ao desenvolvimento nacional, sem perceber que eram manietados por extremistas internacionais de “esquerda ou direita”, que se aliavam, enfim, à

“indústria do pânico, o que faz homens do Governo subverterem o compromisso democrático, transformando-o em generosa cessão de nossas riquezas. E depois tudo volta à calma, sob a tutela estrangeira, com os testas-de-ouro pousando de comandante em barco alheio que ostentando bandeira nossa, pescam em nossos mares e recolhem o produto aos armazéns dos grupos alienígenas.” (Morales *apud* Anais do Senado: 1968)

A sua retórica, na busca pelo aprimoramento das instituições democráticas como condição para a retomada do desenvolvimento, aproximava-se da posição de uma das facções do grupo bonapartista que tomou de assalto o Estado em 1964. Esse argumento avizinhava,

dentro das Forças Armadas, a corrente “Sorbonne”, o castellismo, que, mesmo sendo uma facção *bonapartista* antagônicas à linha dura, mantinha com esta um núcleo comum: sustentavam a necessidade de combater, através da repressão, da tortura, do terrorismo, a subversão, que deveria ser exterminada. A linha da “Sorbonne”, segundo o general Geisel, buscava a “normalização” da vida nacional, após a situação de erradicação do “perigo” por meio do aperfeiçoamento contínuo das instituições políticas; a outra, chamada de “linha dura”, achava necessário continuar e ampliar os poderes ditatoriais indefinidamente.

Naquele ano de 1968, essa discussão de fundo dentro da própria condução do Estado ditatorial, já deflagrada claramente, não se sustentou, culminando com a edição do AI-5, no dia 13 de dezembro deste mesmo ano: o “golpe dentro do golpe”, que recrudesceu o movimento social e a esquerda armada. O AI-5 foi o cume do agravamento da repressão política. Os poderes Legislativo e Judiciário haviam sido golpeados pelo cerceamento do Executivo. Este poderia, dentro de suas atribuições, cassar mandatos dos membros do Legislativo e Judiciário, governar por decretos e estabelecer novos atos, fechar o Congresso etc. Por meio desse instrumento eram suprimidas as garantias individuais, com o que foi aprofundado o controle e cerceamento da sociedade civil.

Naturalmente, nos fundamentos, José Ermírio via o maniqueísmo, a mão dos “entreguistas” que promovia o caos. “Caos” que a imprensa, porquanto atada às forças militares, em momento algum entrevira e, portanto, apontara.

Os ventos dos anos 70, porém, foram saudados como positivos por José Ermírio de Moraes. A partir desse momento ele retoma o tema da “volta à democracia” e do aprimoramento das condições institucionais como premissa para o desenvolvimento, dispendo-os como item do seu programa de candidatura na Convenção do MDB. Mais uma vez a defesa da iniciativa privada nacional era o ponto central de sua plataforma política. Contudo, era visível o clima de conciliação imposto pelo senador. Afirmava:

“Nunca fizemos oposição sistemática a nada e a ninguém e somos intransigentemente a favor de todos que trabalham e amam o Nordeste e o Brasil. Daí, a nossa orientação política em termos de um nacionalismo puro, sem xenofobia e de aproveitamento de toda a nossa capacidade de produzir, trabalhar,

melhorar o poder aquisitivo e nível de vida de cada um, principalmente no Nordeste onde existe muita pobreza.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970)

Um dos pontos centrais evidenciados neste discurso foi a

“Sustentação da tese da Oposição, contrária à permanência do Ato Institucional n.º 5 que, qual um corpo estranho na ordem constitucional, institucionaliza o poder pessoal contra as garantias individuais”; nesse sentido, o “Combate ao medo que se generalizou em quase toda a classe política, face aos instrumentos repressivos e ao indiferentismo do povo às verdadeiras atividades e funções da política, no contexto do progresso nacional, procedimento este que o enfraquece e torna inócuas suas representações.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970)

É curioso que esse discurso, centrado na busca de reformas democráticas e no aprimoramento das suas instituições - como as eleições, tenha sido colocado em um momento em que o senador entendia que o quadro político nacional estava consolidado. Vale dizer, posto o ufanismo medicista, que fora alimentado pelas altas taxas de crescimento do PIB, Ermírio de Moraes pensava que havia chegado a hora

“de os brasileiros demonstrarem sua convicção democrática, votando nos seus candidatos e evitando a abstenção e o voto em branco, que são duas formas de negação. É imprescindível que todo cidadão participe, que toda pessoa se sinta responsável pelos êxitos ou malogros dos seus representantes na direção do País. A falta desta participação torna os cidadãos indiferentes pela sorte dos partidos, das instituições e das medidas tomadas pelo próprio Governo. Votar é, pois, participar. A esse respeito, aliás, foi muito louvável a posição adotada pelo Presidente Echeverria, do México, que no último pleito recomendou aos eleitores mexicanos: ‘É preferível um voto para a Oposição do que um em branco ou a abstenção’. Se o Governo Federal deseja - como acreditamos que sim - uma Oposição atuante e firme, eis um bom caminho a seguir, que proporcionará a criação de um sistema político eficiente, com o fortalecimento dos partidos e da representação popular. (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

Isto é, essas questões passaram a fazer parte de suas preocupações em pleno governo Médici, momento em que a escalada da repressão aumentou. De qualquer modo, José Ermírio alterava os pesos do discurso. Os temas do nacionalismo, da proteção à iniciativa privada nacional, da regulação do investimento do capital estrangeiro e da necessidade do reconhecimento por parte do Estado dessas questões, estavam sob sua constante vigilância, e se constituíam em elementos centrais de suas preocupações, sendo alvo de críticas em momentos pontuais. Mas sua postura com relação à política econômica desenvolvida pelo novo ditador era respeitosa e mesmo elogiosa, e assim salientava a mudança de comportamento entre o que considerava “entreguista,” dos primeiros anos da ditadura, e agora, com a “linha dura” no poder. Vejamos:

“É inegável que a Revolução tem conseguido resultados satisfatórios em muitos aspectos. Estamos melhorando a educação; planejamos melhor entrosamento na saúde pública; conseguimos obter melhoras sensíveis na parte dos transportes, comunicações, habitação, na produção de energia elétrica e eletrificação rural; progredimos no que toca à marinha mercante, com uma acertada política de fretes; reergueu-se a PETROBRÁS e extinguiu-se o descontrole administrativo que, entre outros males, originava o peleguismo, a indisciplina e a falta de autoridade nos responsáveis pela coisa pública. Atualmente, saneiam-se as finanças e a especulação cambial, regularizou-se a cobrança dos impostos e inicia-se melhor auxílio à agropecuária. O Itamarati, acertadamente, age de forma altaneira, fugindo ao servilismo, que havia mesmo durante os primeiros anos da Revolução, principalmente de Washington, o que causava certo mal-estar nos brasileiros.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970)

Nesse período, em pleno “milagre econômico”, com taxas de crescimento acentuadas, a ditadura entrava em clima de euforia, particularmente com o apoio das classes médias, que acreditavam nos slogans propagandísticos a respaldar a idéia orientadora da doutrina golberiana: a idéia do “Brasil-grande potência”. Essa nova fase, do nacional-estatismo, faz-se sentir nitidamente no discurso do senador, que é permeado por um ufanismo muito grande. Em uma época de “milagres”, o senador considerava:

“não precisaremos repetir o milagre japonês ou alemão, mas com atuação firme e decidida nos adiantaremos. Nossos recursos são reconhecidamente superiores aos daqueles países e, com determinação, coragem e patriotismo, levaremos à frente uma luta construtiva que dará à nossa pátria a posição de destaque que merece.” O Brasil da grande potência também se fazia sentir com a extensão das 200 milhas; estes novos limites da plataforma continental e águas territoriais ampliavam “os nossos mares, não somente para a navegação e a pesca, mas também, para os importantíssimos trabalhos sobre petróleo e minérios em geral.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970)

Logo, foi nesse clima - num momento diferenciado daquele vivenciado “pelo servilismo do Itamarati nos primeiros anos da Revolução”, que José Ermírio se sentia mais à vontade para tematizar de forma mais abstrata sobre o nacionalismo. Da tribuna do Senado, o ideólogo nacionalista referia:

“O nacionalismo é, indiscutivelmente, um ideal e um estado de espírito forjador do progresso e realizador das conquistas sociais e humanas. Deve situar-se na esfera da defesa legítima da capacidade de um povo, suas realizações, tradições, costumes e aspirações. Se ele toma feições contra alguém é que está sendo cerceado de alguma forma. No Brasil, temos pugnado por um nacionalismo verde-amarelo, quer dizer, um nacionalismo puro, com caráter genuinamente nosso, sem xenofobia, sem desprezar a nenhuma nação, porém rigorosamente de acordo com a nossa maneira de ser. Não somos contra ninguém mas sistematicamente a favor do povo brasileiro. /.../ Somos, sim, opostos aos que nos julgam incapazes de elaborar um programa eficiente para desenvolver o país e daqueles que vêm até nós apenas para usufruir vantagens e se convertem, algumas vezes, em maledicentes. Receberemos, sempre, os bons estrangeiros como bons brasileiros e isto tem acontecido com milhões deles e que fazem daqui a sua verdadeira pátria.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970)

E, adiante, acrescentava: “uma sucessão de fatos recentes indica que o Presidente Garrastazu Médici está disposto a cumprir ao pé da letra sua promessa de não aceitar qualquer interferência que represente uma agressão à soberania nacional” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

José Ermírio de Moraes, portanto, condenava a sujeição de alguns brasileiros

“às artimanhas do capital alienígena, alguns até quando ocuparem elevados cargos na administração nacional. Temos casos de altas autoridades que, no passado, ao deixarem suas funções, não resistiram à sedução de servi-lo em firmas estrangeiras na qualidade de diretores ou empregados e com ordenados polpudos.” Mais uma vez afirmava que não defendia um nacionalismo contrário ao “capital estrangeiro, mas a favor de que ele seja controlado, disciplinado e orientado eficazmente pelo Governo”, como ensinava o estadista liberal Wilson. E concluía: “O capital alienígena será sempre bem-recebido, desde que aja com lealdade, sem fomentar a animosidade que reina em todos os países latino-americanos. E, neste ponto, estamos com o Presidente Médici, quando diz que só há um caminho, um só jogo, o da Verdade. No Brasil, não aceitamos logros.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970)

Concluindo este capítulo, o próximo passo será analisar as relações entre o Estado e o segmento industrial da classe dos proprietários no interior do desenvolvimento econômico nacional, através das formulações do senador-empresário. Essa sua reflexão centrava-se no exame do papel das empresas estatais – em especial, aquelas ligadas ao setor siderúrgico – e do capital privado, bem como da política de minérios para o país.

CAPÍTULO IV

ESTADO, EMPRESÁRIO E SIDERURGIA NO PENSAMENTO DE JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

!.../ presentemente, qualquer país para ser forte, com independência política e financeira em condições de dialogar em igualdade com os outros, respeitado interna e externamente, precisa ter suporte numa economia sólida. Esta, por seu turno, encontra na industrialização a geratriz fundamental na estrutura moderna. (Moraes apud Anais do Senado, 11/5/1970)

Neste capítulo, nosso propósito é examinar as relações entre a fração burguesa industrial e o Estado no processo de desenvolvimento econômico nacional e o papel a este conferido nas condições brasileiras da acumulação capitalista, segundo as formulações de José Ermírio de Moraes. Em outros termos, vamos investigar o lugar das empresas estatais e do capital privado neste processo; a política industrial demandada para o setor siderúrgico, em especial, e seu complemento necessário, a política de minérios para o país, tal como aparecem no projeto do empresário.

Estas questões serão tratadas a partir da análise dos discursos proferidos pelo senador-empresário no Parlamento, no período que vai de 1964 a 1970. Trata-se de intervenções, raramente improvisadas, ocorridas nas sessões ordinárias e extraordinárias do Senado. A marca destes discursos é sua sólida fundamentação em dados numéricos e em publicações especializadas, dando a entender o apoio de uma assessoria econômica cuidadosa que, segundo vagas referências, vinha de técnicos do *staff* das empresas Votorantim.

Estes discursos têm como uma de suas características o diálogo imediato com a realidade nacional. Assim, vemos que a questão central nos anos 1964 a 1967 é a política de minérios, uma vez que, naquele momento, encaminhava-se a discussão e aprovação do projeto da Constituição que entraria em vigor em março de 1967, em que um dos aspectos que mais intensamente chamava a atenção dos setores nacionalistas era a exploração,

produção e comercialização de produtos minerais. Do mesmo modo, a partir de 1968, principalmente em 1970, o foco é a discussão da precariedade da siderurgia brasileira, incapaz de atender à demanda interna de uma economia que crescia a taxas elevadas (cerca de 10%), pois o país vivia o que se convencionou chamar o “milagre brasileiro”. Referimo-nos ao período em que a economia brasileira necessitava de aço para atender a uma acumulação centrada em bens de consumo duráveis para exportação, como automóveis e eletrodomésticos, cuja composição em grande parte estava assentada em chapas desse material. Esse padrão de acumulação, baseado no DIII e voltado para mercado externo, previa o recurso a bens de capital fora do circuito interno da economia brasileira, uma vez que este setor era aqui precariamente desenvolvido. A forma como a produção foi articulada favorecia imensamente o capital estrangeiro e aprofundava a dependência da economia nacional.

4.1. Desenvolvimento Industrial e Nacionalismo

O tema da industrialização, conjuntamente com a questão do nacionalismo, constituem temáticas centrais no pensamento do senador-empresário. Intrinsecamente ligadas, foram devidamente evidenciadas no momento em que o autor passou a criticar a política econômica da ditadura que, ao privilegiar o capital e a indústria estrangeira, descuidou-se da empresa brasileira. Na realidade, o que o empresário temia eram as conseqüências de uma política deste talhe, que promovia o estreitamento da atuação de setores do capital privado interno na economia brasileira, bem como priorizava a atividade financeira em detrimento do setor produtivo. Nesse momento da análise, ganha importância examinar o papel dos setores de base no desenvolvimento da economia nacional.

Empresário de porte, José Ermírio de Moraes pertenceu àquela geração que fez a transição da indústria tradicional, que se encontrava na origem do grupo Votorantim, para a empresa moderna e diversificada. Como vimos anteriormente, sua entrada na firma de Antônio Pereira Ignácio garantiu a superação e expansão do grupo que passou a assumir uma feição moderna e adentrar ramos potencialmente promissores em um país que dava seus primeiros passos no setor industrial.

Como empresário, posteriormente, passou a alertar quanto a importância da industrialização e a impossibilidade de qualquer “nação do mundo poder viver /.../, dependendo unicamente do café, do algodão, do cacau, de alguns produtos tropicais e de uma indústria incipiente, para concorrer para o seu desenvolvimento econômico e atender às necessidades do seu povo” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1952). Para José Ermírio, o sinônimo de uma nação moderna era a existência de um setor industrial desenvolvido, principalmente ligado à produção de metais, o que, por sua vez, garantiria também uma agropecuária assistida pela produção de máquinas, equipamentos, insumos, possibilitando “a criação e manutenção de uma indústria e de uma agricultura que possam se tornar vigorosas e independentes.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1952) A indústria e mesmo a agricultura dependeriam, em grande parte, dos metais para suprir as suas necessidades. Em sua concepção, as indústrias de base ocupavam um papel central, pois permitiam o surgimento de uma estrutura independente no país, capacitando a economia nacional a atingir um patamar mais elevado, em condições de equiparar-se com outras mais adiantadas¹.

Configura-se, nesse sentido, sua afirmação de que um

“país para ser forte, com independência política e financeira em condições de dialogar em igualdade com os outros, respeitado interna e externamente, precisa ter suporte numa economia sólida. Esta, por seu turno, encontra na industrialização a geratriz fundamental na estrutura moderna. Quanto mais crescem as populações, há que acelerar o ritmo desenvolvimentista com a criação de novas formas de trabalho, mais empregos e oportunidades ao espírito criativo” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

¹ Desde 1952, José Ermírio insistia na necessidade do desenvolvimento de uma siderurgia como fator de desenvolvimento e independência para o país, pois “nenhuma nação pode ter sólida estabilidade econômica, sem contar com a produção principalmente dos metais mais usados, é imperativo que se faça uma transformação rápida e radical na mentalidade brasileira quanto à aplicação de capitais, criando-se empresas idôneas, que respondam perante o público pelo lançamento de ações de empreendimentos industriais, tendo em vista, como um dos pontos principais, o problema siderúrgico. /.../ Chega-se, por isto, à conclusão de que o elevado padrão de vida do povo norte-americano é, em grande parte, devido à sua excelente produção metalúrgica. Assim foi possível tomar vulto à indústria manufatureira de vagões, locomotivas, vapores, pontes, caminhões, tratores, automóveis e de maquinaria de toda espécie.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1952).

Assim, a ausência de uma política industrial afinada com os interesses do país e comprometida com as finanças internacionais, explicava as facilidades para a instalação e o desenvolvimento de empresas estrangeiras. Uma das queixas centrais de Jose Ermírio era

“a fraqueza do Governo na condução do processo de industrialização em bases nitidamente brasileiras, [possibilitando] a proliferação das empresas alienígenas, muitas rotuladas e escondidas sob a capa de nacionais. [Na raiz do problema estavam as leis brasileiras que consideravam como] empresa nacional a que for constituída no território nacional, sem atentar-se para a nacionalidade dos acionistas e que controlam a maioria das ações. (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998)²

E continuava o senador:

“O índice de participação alienígena nas principais empresas que operam no Brasil é impressionante. /.../ É uma extensa lista, sendo grande o número de empresas de vulto com quota de 99,99% das ações em poder de estrangeiros e só um centésimo de um por cento não lhes pertence, porém, cuja existência em mãos de brasileiro ainda é duvidosa. Aqui está a Companhia de Mineração Novalimense com 99,99% estrangeiros e mais centenas de outras, e até a Usiminas com 61,46% etc. Se não tivermos cuidado nem a Volta Redonda e a Cosipa vão escapar da sanha infiltradora.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998)

Nos termos de José Ermírio, como deveria ser pensada uma política industrial criteriosa? Para ele o governo não poderia permitir “nenhum programa de construção de fábricas que fiquem ociosas, sem dar rendimento à Nação”, pois éramos “um país pobre, de economia em crescimento”, cujos recursos deveriam ser empregados em atividades essenciais, sob pena de comprometer o desenvolvimento da economia brasileira. A política industrial do governo, após a identificação das dificuldades³, teria que estabelecer “três prioridades para ajudar /.../ os

2 Discurso feito em 4/9/1969.

3 Entre as maiores dificuldades figurava a questão de energia, que no Rio Grande do Sul, por exemplo, chegava a apenas 152.624 kw hidráulicos instalados, quantidade irrisória em face as possibilidades da região. Além disto, os gaúchos pagavam energia elétrica para fins industriais cerca de três vezes mais do que se pagava em Minas Gerais. O senador aconselhava ao estado sulino desenvolver frentes de produção adaptadas à sua realidade, como a industrialização dos seus produtos agropecuários (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

Estados na implantação de novas indústrias: auxiliar as regiões que estejam atrasadas industrialmente; financiar a juros não superiores a 12% ao ano; e dar oportunidades às empresas menores para que possam iniciar o seu trabalho em diversos ramos de industrialização, desde que tenham suporte de matérias-primas, condições de rentabilidade e mercado consumidor” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

Aparentemente, essa preocupação poderia ser considerada contraditória, vinda de um industrial do porte de José Ermírio de Moraes. No entanto, seu temor residia na possibilidade de que uma política industrial sem controle pudesse ocasionar crise e falência nos setores instalados, transformando-os em presas fáceis para grupos estrangeiros. Em suas palavras

“o excesso de fábricas poderá redundar prejudicial à economia nacional, dando margem a se prognosticar uma crise interna, propiciando a vantagem aos investidores alienígenas de comprarem-nas ao preço que arbitrarem. Deixar-se-á, assim, a industrialização do País em mãos de grupos internacionais, que poderão manobrá-la a seu talante”.

É por isso que José Ermírio perguntava se o crescimento industrial no Brasil, da ordem de 10,9% no ano de 1969, provinha “de uma produção realmente eficiente ao país” ou se era “resultado de uma outra que não tem utilidade básica” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1/4/70).

O senador temia, outrossim, que empreendimentos nacionais fossem vencidos pela invasão de importados, como tinha sido, segundo ele, o caso do alumínio, da soda cáustica e do zinco, “pois o princípio dos trustes internacionais é derrotar no nascedouro qualquer esforço de brasileiros que queiram dar independência econômica à nação”, minando e enfraquecendo “os novos produtores que se dispõem a enfrentar os monopólios internacionais e os *dumpings* que se costumam estabelecer de imediato, enquanto os trustes internacionais não dominam a produção nacional do mercado onde estão.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1/4/70).

Em defesa de seu projeto, José Ermírio vai esgrimir, como argumentos, as especificidades das economias em desenvolvimento, como era o caso brasileiro, que muito se distanciava dos países centrais. Segundo ele, o “mal dos países em desenvolvimento é copiar os desenvolvidos, buscando adotar, em todos setores, normas de procedimento que a eles equivalham, na impossibilidade de colar os fundamentos positivos - pois a pobreza não permite o molde - os pequenos absorvem dos grandes, com facilidade impressionante, todos os seus defeitos”.(Moraes *apud* Scatimburgo: 1998)⁴. O que estava em jogo era o risco de se relegar a segundo plano os setores essenciais da economia, como era o caso das siderúrgicas, bem como favorecer o desenvolvimento de empresas não essenciais, que poderiam facilmente ser desnacionalizadas.

4.1.1. A Indústria de Base: Siderurgia

A experiência brasileira no estabelecimento de uma indústria siderúrgica, segundo Werner Baer, contrariava a tese da inadequação ou mesmo da impossibilidade de uma indústria pesada num país em desenvolvimento. A existência dos recursos naturais necessários, de um mercado em expansão e de uma elite de técnicos conhecedores da tecnologia siderúrgica, possibilitava, segundo o economista norte-americano, “a um país em desenvolvimento, estabelecer uma indústria siderúrgica que apresente vantagens comparativas” (Baer: 1970, 208).

José Ermírio achava possível tirar vantagem da tardia implantação de um núcleo siderúrgico, pois, apesar das dificuldades materiais, poderia contar com a experiência das nações mais desenvolvidas. No caso brasileiro o problema era “bem diferente do daqueles países que, quando iniciaram a sua produção metalúrgica, muitas vezes não dispunham de mercado consumidor, e quase sempre somente à custa de estudos demorados conseguiram criar e desenvolver o uso das novas matérias-primas, então lançadas no mercado” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1952).

⁴ Em discurso realizado em 14/8/1968.

A implementação de um setor metalúrgico no Brasil, idéia acalentada internamente desde 1930⁵, somente ganhou força no período posterior à Segunda Guerra Mundial, com o intuito de acompanhar o esforço de industrialização do país. A ausência de um núcleo siderúrgico, anterior a essa época, explica-se pela predominância de um padrão de acumulação que, ao priorizar a área agroexportadora, inviabilizou as condições para a um setor de bens de produção. Em suma, a manutenção dos traços de uma economia colonial, voltada para o exterior e controlada em grande parte pelo capital internacional, impossibilitou a formação de um excedente de capital razoável à indústria desse porte, além de tolher o desenvolvimento de um mercado interno e não atender às “necessidades de uma infra-estrutura complementar de energia elétrica e de transporte” (Baer: 1970, 208).

Como se deu o desenvolvimento desse setor na realidade econômica brasileira? De modo geral, pode-se dizer que a necessidade do desenvolvimento da siderurgia acompanhou o crescimento da demanda de ferro e aço, resultado do processo de urbanização e industrialização pela qual passava o país, a partir da Primeira República. Em seu livro *Literatura como Missão*, o historiador paulista Nicolau Sevcenko, examinando as transformações operadas pelas mudanças econômicas, políticas e sociais na vida da sociedade carioca, símbolo e capital da Belle Époque dos trópicos, no início da República

5 A construção de uma usina siderúrgica de grande porte, financiada por capital estrangeiro, fazia parte dos planos do Governo brasileiro mesmo antes da década de 30. Após a Primeira Guerra, essa idéia começou ganhar contornos através de um projeto que previa a combinação da exportação de minério de ferro com a construção de uma grande siderúrgica integrada, sugestão do “empresário americano com grande experiência na América Latina e especialmente no Brasil, Percival Farquhar”, que havia sido muito ativo na organização de uma série de empreendimentos, entre eles a “Companhia de Bondes do Rio de Janeiro, a Rio *Light and Power Company*, a *Port of Pará*, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no interior do Brasil, até a promoção da criação de gado e atividades madeireiras no Sul do Brasil”. A Companhia Itabira (*Itabira Iron Ore Company*), fundada em 1911, pelo inglês, Sir Ernest Cassel, foi comprada em 1918 por um grupo de banqueiros e produtores de aço britânicos que se associou a Farquhar e a empresários americanos. Em julho de 1919, a companhia conseguiu uma autorização para a *Itabira Iron* “exportar 4 milhões de toneladas de minério por ano, construir um porto de minérios em Santa Cruz, construir uma nova ferrovia de bitola larga, paralela à ferrovia já existente precariamente construída e construir naquela área uma usina siderúrgica integrada.” O projeto buscava “exportar o minério através da nova ferrovia e porto, e trazer o carvão da Europa e Estados Unidos como carga de retorno”. No entanto, a oposição nacionalista não acreditava que Farquhar e seus sócios executariam o seu programa de exportação de minério conjuntamente com a construção de uma grande usina siderúrgica, pois estavam interessados mais pelos negócios de exportação de minério de ferro. Naquele momento, inexistiam interesses na construção de novas siderúrgicas em regiões subdesenvolvida, pois “interesses financeiros externos, estavam preocupados com a obtenção de minérios de ferro e manganês brasileiros para as usinas européias e americanas.” (Baer, 1970, 91-2).

Velha, demonstra que o novo cenário emergente trazia como exigência uma transfiguração da velha estrutura colonial urbana da capital do Brasil. Adentrar no mundo civilizado, ingressar na era do progresso – obsessão coletiva da nova elite urbana burguesa –, implicava um processo de regeneração da cidade e por extensão do país, como mandavam os cronistas coevos. A propósito, lembra o autor como essa nova era foi saudada por Olavo Bilac em sua crônica “Picaretas regeneradoras”:

“No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições. Estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam./.../ Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras!” (Bilac *apud* Sevcenko: 2003, 44).

Aliás, foi assim que, na transformação urbana, o tradicional mestre de obras foi substituído pelos arquitetos de formação acadêmica, e novas matérias-primas e técnicas foram eleitas para dar forma à imaginação desse novo momento (Cf. Sevcenko: 2003, 36-58).

Cimento, concreto e ferro eram os materiais exigidos para alinhar-se os padrões de construção em conformidade com as exigências da modernização e do progresso. No entanto, a passagem para a “civilização” exigia mais do que isto: era necessário uma diversidade de derivados de ferro e aço para trilhos, máquinas, vagões etc. Materiais originalmente importados e, por isto, caros, que impulsionaram o desenvolvimento da siderurgia e também da produção do cimento no país, atendendo à crescente demanda interna por esses itens⁶. Em outros termos, as transformações verificadas ao longo da Velha República apontavam para um novo patamar a ser alcançado pela produção siderúrgica no país. No entanto, com exceção da Companhia Belgo-Mineira, os empreendimentos do setor

⁶ Alves, em interessante artigo, chama a atenção para a “aventura do concreto armado e das grandes estruturas de ferro” na década de 20, em que as metas da construção eram constantemente superadas, pois em “1920, batia-se o recorde mundial de ponte de viga reta, com a Ponte do Herval, construída em Santa Catarina; em 1928, erguiam-se os 24 andares do edifício considerado o mais alto do mundo no gênero.” (Alves *apud* Vargas: 1994, 260).

eram constituídos, essencialmente, por pequenas empresas, que mal possuíam condições de atender as necessidades internas.

Sabemos que as circunstâncias sociais que desencadearam o movimento de 1930 questionavam o padrão de acumulação essencialmente agroexportador, então em vigência. Guindado ao poder com o apoio da vertente tenentista, Vargas assumiu o poder com o compromisso de regeneração da vida política e modernização nacional através da industrialização, o que, como desdobramento, implicava no reequipamento das Forças Armadas. Em suma, o novo projeto punha em evidência a necessidade premente de constituição de um núcleo siderúrgico, em face da carência desse setor de base na economia brasileira, cuja produção, fundamentalmente de pequeno porte, estava a cargo de modestos estabelecimentos controlado pelo capital privado brasileiro e, em parcela menor, estrangeiro (Dantes & Santos *apud* Motoyama: 1994, 214).

Se até esse momento a siderurgia se apresentava como condição de progresso e modernização, passaporte para o país adentrar ao mundo civilizado, no pós-30 a construção de um núcleo siderúrgico assumia um conteúdo diferenciado, passando a ser encarada como um problema de segurança nacional. Este fato ficou evidenciando através da forte presença de militares nacionalistas no tratamento da questão, como o ministro da Guerra Leite de Castro que, em 1930, criou a Comissão Siderúrgica Nacional com objetivo de estudar o desenvolvimento da grande usina siderúrgica no país, com interferência direta do governo federal, frente a impossibilidade do capital privado nacional assumir um empreendimento desse porte. O governo passou, então, a desenvolver uma política de minérios, criando o novo Código de Minas, em 1934, que estabelecia que o subsolo, anteriormente pertencente ao proprietário da terra, passava ao Estado, que poderia explorá-lo. partir de 1940, proibiam-se, também, a participação de investimentos estrangeiros em novos projetos de mineração e siderurgia (Vargas *apud* Alves: 1994, 268, 274).

Ainda que, segundo alguns historiadores, a existência de uma perspectiva industrialista não estivesse desenhada naqueles instantes, não podemos desconsiderar a ação concreta de Vargas ao longo do período que, aliás, em pronunciamento em 1931, chegava afirmar que o grande problema de “nossa economia [era] o do aço. Para o Brasil a idade do

ferro significará sua opulência econômica.”⁷ (Vargas *apud* Baer: 1970, p. 94). Ou seja, a concepção de industrialização, que apontava a grande indústria siderúrgica integrada como fator de desenvolvimento, foi encampada pelo Estado, o que possibilitou, em última instância, a criação da primeira grande indústria de base e “a prematura integração vertical do parque industrial brasileiro, isto é, a criação de um complexo de indústrias pesadas acompanhando o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo.” (Baer: 1970, 209)⁸.

A proximidade da guerra fez com que o preço do minério se elevasse no mundo todo, precipitando no Brasil – com demanda aquecida e empregando parte significativa de suas divisas na importação de ferro e aço – uma série de medidas decisivas. Confluíram, assim, a necessidade de um programa de construção de uma siderurgia, a concepção de uma política industrialista centrada no setor de base do governo federal e o apelo dos militares que entendiam as indústrias básicas como símbolo de um país forte. Em 1940, o governo criou a Comissão Executiva do Projeto Siderúrgico Nacional, que colocou em andamento a construção de Volta Redonda.

A implantação efetiva de um programa siderúrgico pode ser concretizada durante a Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro, aproveitando-se dos interesses conflitantes entre os EUA e a Alemanha, deu andamento à construção de Volta Redonda que, apesar de controlada pelo governo, contou com parte do capital e tecnologia da empresa americana *United State Steel*⁹.

7 Vargas foi pressionado especialmente pelas forças armadas para que apresentasse um plano definitivo para o desenvolvimento de uma grande usina siderúrgica. Em fevereiro de 1938, Vargas apontou três opções possíveis para o estabelecimento de uma grande usina siderúrgica: o empreendimento operado pelo Estado, com financiamento estrangeiro (através de exportação de minério de ferro); uma empresa mista brasileira com participação privada e governamental; ou uma empresa privada com participação estrangeira, mas sob controle e supervisão estatais. Para ele a solução encontrava-se no desenvolvimento simultâneo da exportação de minério de ferro, em grande escala, e o estabelecimento de uma usina siderúrgica integrada.

8 O desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil contou com a participação tanto de empresas privadas, como de empresas públicas. A presença dos setores privados na indústria siderúrgica brasileira concentrou-se, em seu momento inicial, em estabelecimentos menores. Segundo Baer, os capitais privados internos não reuniam as condições necessárias para um empreendimento deste porte, abrindo espaço para as “empresas privadas estrangeiras (especificamente a Belgo-Mineira e a Mannesmann) [que tinham] os recursos necessários para construir usinas integradas de médio porte.” (Baer: 1970, 209).

9 Dantes & Santos afirmam que industriais paulistas e mineiros procuraram viabilizar a construção de usinas de grande porte em seus respectivos estados após o sucesso de Volta Redonda. O resultado desse interesse “foi um processo longo, que levou à construção da Cosipa, em São Paulo - com início de funcionamento em 1963 - e da

Como José Ermírio de Moraes entendia a importância da siderurgia? Ainda que a industrialização como um todo significasse modernidade e desenvolvimento nacional, o senador identificava no setor das indústrias de base a alavanca para o progresso, acreditando que a independência de um país se sustentava num forte núcleo siderúrgico. O desenvolvimento industrial moderno, segundo ele, assentava-se, fundamentalmente, na importância do aço, um dos derivados mais significativos da siderurgia, o que impunha auto-suficiência neste setor como forma de assegurar uma economia em bases nacionais. É por isto que José Ermírio de Moraes chegou a afirmar que “No ano de 1941, a Siderúrgica Nacional, empresa brasileira, deu início à verdadeira industrialização da Nação, trazendo ao Brasil o princípio básico da sua independência econômica. É a grande siderurgia nacional”.¹⁰ (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). Diga-se de passo que essa sua preocupação estava presente no próprio grupo familiar –

Usiminas, em Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, com capital misto brasileiro e japonês, também em funcionamento na década de 1960.” (Dantes & Santos *apud* Motoyama: 1994, 215).

10 Em 9 de abril de 1941 foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). As caixas econômicas e os institutos de previdência forneceram cerca de metade dos 25 milhões de dólares iniciais. O capital privado brasileiro não se interessou pelo empreendimento, participando, somente mais tarde, através de pequenas contribuições. O controle ficou a cargo do Governo, que transformou a CSN em uma companhia de propriedade e direção governamentais. Em julho de 1940, a Comissão Siderúrgica escolheu Volta Redonda como o local ideal para a usina, pois reunia as matérias-primas a um custo relativamente baixo e a possibilidade dos produtos acabados serem embarcados facilmente para os dois principais mercados consumidores. Os critérios de escolha, portanto, basearam-se no controle de custos, além “de considerações militares (isto é, vulnerabilidade a ataques inimigos partidos do mar).” (Baer, 1970) É importante lembrar, ainda, que tanto a Alemanha quanto os Estados Unidos estavam interessados na possibilidade de construção de uma grande usina siderúrgica no Brasil. Vargas deixou claro para os Estados Unidos que considerava o projeto siderúrgico como fator fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro. Ainda que preferisse a presença norte americana no empreendimento, jogou com o interesse alemão em participar de um empreendimento desse peso, para com isto pressionar Washington. Os Estados Unidos, por sua vez, condicionaram sua presença em um empreendimento de tal porte a considerações de ordem militar e política, “especialmente o estacionamento de tropas americanas em pontos estratégicos brasileiros em caso de guerra.” Em fins de 1938, Osvaldo Aranha, partidário da colaboração norte-americana, foi aos Estados Unidos discutir as bases dessa possível colaboração. Quase ao mesmo tempo, em janeiro de 1939, Macedo Soares foi à Europa investigar possibilidades de um grupo de empresas alemãs construir a usina. Essa situação fez com que o Export-Import Bank se comprometesse a financiar a aquisição de equipamento para uma usina brasileira de ferro e aço, bem como a possibilidade de créditos governamentais norte-americanos para o desenvolvimento das exportações brasileiras de matérias-primas e de uma usina siderúrgica. Entre os diferentes projetos de origem americana, existia uma grande aposta no da United States Steel. No entanto, setores nacionalistas brasileiros, especialmente do exército, não estavam satisfeitos com a idéia do financiamento e controle estrangeiros de uma usina siderúrgica de grande porte, opondo-se às operações de daquela companhia. Essas forças nacionalistas foram bem sucedidas ao conseguirem aprovar um Código de Minas, em janeiro de 1940, que proibia capitais estrangeiros na mineração e metalurgia. A United States Steel condicionou sua participação a uma modificação nas leis brasileiras, a fim de permitir o controle da siderúrgica, proteger os direitos da companhia quanto ao subsolo de suas propriedades minerais e permitir que técnicos americanos trabalhassem permanentemente nas usinas. Tudo isto com vistas ao domínio do mercado sul-americano de aço em ascensão, a partir de uma base de operações no Brasil. (Cf. Baer: 1970, 98-103).

que até hoje concentra parte substancial de seus interesses neste setor¹¹ – pois, como pai e empresário industrial, José Ermírio procurou formar e capacitar a geração seguinte nessa mesma direção: José Ermírio de Moraes Filho e Antonio Ermírio de Moraes fizeram seus estudos de engenharia de minas na mesma escola que o pai no Colorado, EUA.

A produção mundial de aço, às vésperas do início da década de 70, havia sido avaliada pela a revista *Engineering and Mining Journal* em 558,7 milhões de toneladas métricas. A previsão para o final da década de 80 era de 1 bilhão milhões de t/métricas. Neste período, os Estados Unidos eram o maior produtor mundial com 126 milhões de t/métricas, seguidos pelo Bloco Socialista com 162 milhões de t/métricas, Japão 80 milhões de t/métricas, Alemanha Ocidental 43,5 milhões de t/métricas, Inglaterra 26,7 milhões de t/métricas e França 21,7 milhões de t/métricas, entre outros. No caso da economia brasileira a produção estava apenas em torno de 4,9 milhões de t/métricas, mas, mesmo assim, a maior oferta de aço havia possibilitado a variação de 9% do Produto Industrial Bruto¹² (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

Na raiz da demanda mundial por aço estavam os moderníssimos processos de industrialização que possuíam como base material o uso intensivo desse material. Era visível a corrida das nações para ganhar auto-suficiência no setor, pois os Estados Unidos que, em 1950, produziam 46% do total mundial, no ano de 1969 passaram a processar

11 José Ermírio, ao fazer um histórico de seu conhecimento sobre a questão mineralógica, e, particularmente, de sua experiência como engenheiro de minas em Minas Gerais, lembrava a seus companheiros do Senado que sua “vivência no assunto vem de longa data, quando, recém-formado Engenheiro de Minas na Escola de Minas de Colorado, EUA, fui servir como Engenheiro do Estado de Minas Gerais, em 1921. Viajando a cavalo, conheci grande parte do seu quadrilátero ferrífero e também das regiões de pedras preciosas e semipreciosas, de mica, no norte do Estado, que então eram aproveitadas para exportação...”. Favorável à industrialização do minério de ferro, “após haver adquirido, por intermédio do ilustre banqueiro Magalhães Pinto, os depósitos minerais da Usina Wigg, também em Minas Gerais, industrializando-o in loco, com um alto forno de 150 toneladas de ferro gusa, sem exportar o minério bruto para o exterior, fazendo reflorestamento e mantendo as reservas suficientes que, por sua vez, auxiliarão também a maior siderurgia do grupo, a Barra Mansa, situada no Estado do Rio.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 27/7/70). Na relação das empresas gigantes no do aço no Brasil, o grupo Votorantim ocupa hoje o 3º lugar no ranking nacional, sendo responsável por 7,25% da produção. (*Valor Econômico*: 10/12/2003).

12 José Ermírio chamava a atenção para o exemplo japonês que, sem minério de ferro (importou 69,6 milhões/t) e combustível, saindo de uma economia destruída pela guerra, operou um verdadeiro milagre, com suas indústrias siderúrgicas crescendo à razão de mais de 25% ao ano. A raiz do sucesso seria trabalho e técnicas modernas. Ou seja, “somente uma empresa, a Nippon Steel Corp. – no ano que se iniciou a 1ode abril -, deverá produzir 35 milhões de toneladas de aço bruto, ultrapassando, desta forma, a U.S Steel Corp., que era a maior do mundo e que produziu, no ano passado, 31,5 milhões.” (Moraes, Senado 11/05/70).

somente 20%, o que significava uma expansão no domínio da produção do aço por mais países, assim como o desenvolvimento de novas técnicas e processos mais rentáveis¹³. Seu diagnóstico era:

“Podemos adiantar que o mundo experimenta uma verdadeira fome de aço, que persistirá e se agravará no futuro, em razão dos grandes empreendimentos e projetos em quase todas as nações. /.../ o consumo de aço per capita revela o nível de industrialização e progresso material de um povo” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

Ao analisar a situação da siderurgia brasileira, nos anos 70, o senador apontava para sua pequena capacidade de fazer frente à demanda interna, bem como para o descaso do governo quanto a essa questão¹⁴. Historicamente, como foi apontado, o setor estruturou-se como uma área estratégica e fundamental para o desenvolvimento industrial do país, mantendo um alto grau de estatização. A situação delicada em que, na época, se encontrava a área siderúrgica nacional arrastava-se desde a crise econômica de 1961, aprofundada com

13 “A União Soviética, por sua vez, produziu no ano passado 110 milhões/t e espera atingir 150 em 1975 /.../. A produção siderúrgica dos seis países membros da Comunidade de Carvão e Aço da Europa foi recorde no ano passado, chegando à casa dos 107,3 milhões de toneladas, correspondendo a um crescimento de 8,6%. /.../ Também a Polônia fez um programa de crescimento da ordem de 8% ao ano, entre 1969 e 1970. Atualmente a Austrália, que sofre falta de fornecimento de aço aumentada nos últimos quarenta anos, está tomando medidas para resolver o problema/.../ [com] a nova usina de aço e laminação que está sendo estabelecida na baía de Westernport, em Victoria, e que terá uma capacidade de 2 milhões/t anuais, passando logo a seguir para 4. Também na baía de Jervis está sendo estudado outro projeto para 10 milhões/t. A produção deste país, em 1969, foi de 6,4 milhões/t.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

14 Seria interessante historiar esse processo para verificarmos como, em parte, essas questões se repõem posteriormente. Na década de 30, a capacidade de produção instalada nas usinas existentes era muito pequena, não acompanhando a demanda de aço interna que se desenvolvia a partir do impulso desencadeado com a chamada “substituição de importações”. Isto é, não possibilitava a substituição de importações de aços mais pesados para a indústria de construção naval, trilhos e produtos necessários à indústria de construção. Por outro lado, essas siderúrgicas não possuíam recursos para uma expansão apreciável. O caso da Belgo-Mineira ilustra essa situação, o esforço feito com a construção da usina de Monlevade, como parte de sua expansão, não foi suficiente para suprir as necessidades de aço do país. Para Baer, o crescente interesse do Governo na construção de uma usina siderúrgica explicava-se pela não disponibilidade do capital privado – especialmente o capital estrangeiro – para usinas siderúrgicas de grande porte (Baer, 1970, 94). Somente no final da década dos 30, as grandes siderúrgicas, nos principais centros industriais do mundo, consideravam viável as possibilidades de investimentos no Brasil. O crescente mercado interno para produtos siderúrgicos, resultado do crescimento industrial no período, e as grandes reservas de minério de ferro justificariam o desenvolvimento desse ramo industrial. Por outro lado, Baer não descarta que possibilidade da mudança na posição do capital internacional, em relação a investimentos em usinas no Brasil, ter sido determinado também pelo “prestígio político que obteria um país que se associasse para ajudar a construir tal indústria”. (Baer: 1970, 96).

os desdobramentos políticos de 1964, responsáveis pela desaceleração da produção brasileira como um todo, “com retração da demanda, acompanhada por um aumento nos índices de ociosidade da indústria siderúrgica, sobretudo no setor de aços planos (para indústrias de transformação)”: os governos militares ao buscarem o controle dos preços dos derivados do aço e ao introduzirem as leis de 1966 e 1967, que reduziam as barreiras alfandegárias, comprimiram ainda mais a rentabilidade do setor (Dantes & Santos: 1994, 234).

Para José Ermírio de Moraes, frente às dificuldades dos anos 70, caberia ao Estado criar um programa específico para estudar a situação, e viabilizar uma política que agilizasse e fomentasse seu desenvolvimento, desresponsabilizando o capital privado de tal tarefa no Brasil. Vai nesta direção este seu pronunciamento:

“Por tudo isto, achamos que se torna indispensável um estudo urgente da atual situação entre os Senhores Ministros da Indústria e do Comércio, Minas e Energia, Fazenda e Planejamento, para solucioná-lo de vez, pois trata-se de problema importantíssimo a sobrevivência da economia nacional. Há a necessidade de aplicação sadia de capital por parte dos organismos orientados por estes ministérios, evitando-se agravar o estado atual, continuando o Brasil numa retaguarda deprimente.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/1970)

A partir de 1967, com os problemas do setor siderúrgico agravados, o governo militar procurou o desenvolvimento de uma política econômica que expandisse o setor, pois a economia brasileira, respondendo às diretrizes do PAEG, dava início ao que ficou conhecido como “milagre econômico”. Nesse ano foi criado o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica, responsável pelo Plano Siderúrgico Nacional¹⁵, que questionava o Relatório Bahint¹⁶ de 1966, e propunha uma política de expansão para o setor através de

15 O Plano iniciava-se com o aumento da capacidade produtiva das grandes usinas governamentais - Volta Redonda, Cosipa e Usiminas - financiado com capitais do BNDE e investimentos estrangeiros que chegavam a 70%, “pela vinculação do capital aos equipamentos utilizados na expansão das usinas.” Usiminas e Cosipa haviam entrado em funcionamento naquele momento, respectivamente em 1962 e em 1963. (Dantes & Santos: 1994, 235).

16 Em 1966, o governo Castelo Branco contratou uma empresa americana para avaliar as possibilidades de crescimento da economia brasileira. Essa avaliação, conhecida como relatório Bahint, apontou um crescimento da

“um crescimento da produção siderúrgica no país, de 4,6 milhões de toneladas/ano para 8,1 milhões até 1972.” (Dantes & Santos:1994, 235). No ano seguinte, criou-se o Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (Consider) para supervisionar o andamento das políticas para o setor¹⁷.

Segundo alguns autores, como Baer, e Dantes & Santos, a expansão da produção siderúrgica na década de 60, assentava-se em grande medida na mudança de comportamento dos países industrializados, que até então “se posicionavam contra o desenvolvimento da siderurgia nos países subdesenvolvidos, mas que passaram a ter uma política de exportação de indústrias altamente poluidoras ou consumidoras de energia elétrica” (Dantes & Santos *apud* Motoyama:1994, 236-7).

A nosso ver, é necessário ir mais a fundo nas razões dessa mudança e da escolha desse tipo de usina. É importante ressaltar que os investimentos estrangeiros no Brasil se intensificaram no pós-1964 devido, fundamentalmente, à política da ditadura que, ao adotar uma concepção de crescimento econômico calcado no capital internacional, facilitou sua entrada, bem como a saída dos lucros aqui produzidos através da acentuada exploração da classe trabalhadora, submetida ao arrocho salarial. Por outro lado, desde meados da década de 50, a lógica do capital, como um todo, orientava-se não só nos investimentos de capitais nas economias em desenvolvimento, que apresentavam um mercado consumidor potencial, como também na implantação de suas filiais, o que explicaria a opção por aquele tipo de indústria que não requeria grandes custos, nem nova tecnologia.

ordem de 8,5% para a economia até 1975. No entanto, “foi posteriormente bastante criticado (sobretudo nos anos 70, quando uma euforia desenvolvimentista se difundiu entre os governos brasileiros).” (Cf. Dantes & Santos: 1994, 235).

17 Outras medidas, buscando o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira, desencadeadas no período: 1968-1969, desenvolvimento de uma política de preços favorável ao setor siderúrgico; 1969, Decreto-Lei N. 569, de isenção, durante trinta meses, de pagamento de direitos sobre importação de matérias-primas, material de consumo para modernização e/ou implantação de empresas ligadas ao setor do aço; 1970, recursos do BNDE para as indústrias siderúrgicas; 1973, constituição da Siderbrás, *holding* das empresas estatais sob o controle direto ou indireto da União. Ainda em 1970, revisão do Plano Nacional de Siderurgia, objetivando ampliar as metas anteriores. Elaboração de estudos para a construção de “uma grande usina no Maranhão (para a produção de semi-acabados, com a participação de recursos externos, da Cia. Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional, utilizando o minério de ferro de Carajás). Outras usinas do período: 1972, Cia. Siderúrgica da Guanabara; 1973, Aços Finos Piratini; 1973, Siderúrgica da Amazônia; 1973, consolidação da produção de aço da Usina Siderúrgica da Bahia.” (Dantes & Santos *apud* Motoyama: 1994, 236).

Segundo José Ermírio, a crise aguda em que se encontrava a siderurgia nacional explicava-se pela ausência de recursos para sua expansão. A produção não satisfazia a demanda interna, ainda pequena, e a importação do aço, em lugar de investimentos no setor, era o paliativo a que recorria o governo para fazer frente ao problema¹⁸. Conforme o balanço realizado pela revista *O Dirigente Industrial* o setor operava num ritmo de 95% de sua capacidade, prevendo um déficit de 400.000 toneladas no final do ano de 1970¹⁹. Caso fosse desenvolvida a siderurgia de aço, priorizando-se a exportação de seus subprodutos manufaturados, ampliar-se-iam divisas para a economia brasileira em pelo menos 12 vezes mais do se conseguia com a exportação de igual quantidade de minério de ferro.

A posição de José Ermírio encontrava ressonância no presidente da Cosipa, eng^o Mário Lopes Leão, segundo o qual o Brasil encontrava-se em uma encruzilhada: importar aço ou estagnar. Compartilhavam a idéia de assegurar uma fonte de recursos, mantendo-se o investimento necessário no setor, bem como um mecanismo regulador de preços semelhante à maneira como foi resolvida a crise no setor de energia. Previam uma despesa de cerca de US\$ 1 bilhão, até 1974, com importações de produtos siderúrgicos, justificada pela idéia de que o “aço importado custará tanto dinheiro – cerca de mais de 500 milhões de dólares – quanto seria o necessário para aumentar a produção, evitando-se importação, mesmo se for executado o programa que está sendo traçado” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

18 José Ermírio de Moraes chama a atenção para a carência da produção de aço desde o ano de 1968. Enfatiza “/.../a necessidade da ampliação da Usina de Volta Redonda, com o decorrente aumento da produção, visto como é crescente a necessidade de atendimento ao mercado nacional na parte que se refere ao consumo de folha de flandres e chapas galvanizadas, assim como se torna imperioso aliviar o previsto ‘déficit’ de laminados estruturais”. Ressalta, ainda, outro aspecto do projeto, referente à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização de empréstimo de US\$ 30.000.000,00, a ser contraído pela CSN com o Export-Import Bank of Washington. “A referida operação, já aprovada por aquele Banco, possibilitará à empresa a execução do primeiro estágio do Plano de Expansão para 2.500.000 toneladas de lingotes de aço por ano.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 28/3/68)

19 A produção não atendia o mercado interno, pois importávamos aço em troca de minério de ferro. Ou seja, “em 1969 [a produção] foi de 4,879 milhões de t. em lingotes de aço, o que dá pouco mais de 50 quilos de consumo per capita. Por estes informes se observa que logo, em 1971, aquele país [o México] produzirá mais aço do que nós no presente” (Moraes *apud* Anais do Senado: 25/5/70).

4.1.2. A Solução do Problema Siderúrgico

No início dos anos 70, o governo buscava soluções para a crise do setor siderúrgico, pois o “milagre brasileiro”, a pleno vapor, necessitava de aço para atender a demanda de uma acumulação centrada em bens de consumo duráveis para exportação, cuja composição em grande parte estava assentada naquele material. Assim, a política econômica da ditadura, no período, previa a expansão e a modernização deste setor que, segundo José Ermírio, no entanto, eram modestas e insuficientes, pois estipulavam somente o “aumento da capacidade da Companhia Siderúrgica Nacional para 1,6 milhões de toneladas anuais, em termos de lingotes de aço; da Cosipa, para 1 milhão, e da Usiminas para 1,4 milhões/t/ano”. Segundo o senador, o atendimento da demanda interna requeria uma expansão acima de dois milhões de toneladas, em todas elas, uma vez que a Cia. Siderúrgica Nacional era “pioneira bem sucedida na batalha da produção siderúrgica”, a Cosipa tinha “porto próprio para receber minério e carvão e exportar aço” e a Usiminas estava próxima aos depósitos de minério de ferro. Ainda que fosse precária a situação das siderúrgicas brasileiras, era possível perceber que “a maior oferta de aço possibilitou o crescimento do Produto Industrial de cerca de 10,6%”(Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

Para o senador, além da expansão das usinas pré-existentes, uma série de outras medidas deveriam ser desencadeadas pelo Estado para alavancar essa área fundamental para a economia. José Ermírio chamava a atenção para as condições adversas nas quais operavam as siderúrgicas brasileiras – alta carga tributária, juros elevados e outros custos que contribuía para o atraso do desenvolvimento nacional. Segundo ele, a idéia de que custos elevados seriam compensados pelos baixos preços da matéria-prima e da mão de obra não encontrava correspondência na realidade, pois os juros da economia brasileira eram até 11 vezes maiores que os das economias norte-americana e européia. Ao governo competia, portanto, reexaminar o Plano Siderúrgico Nacional para aliviar a carga tributária no setor; realizar o saneamento financeiro das siderúrgicas estatais e privadas, que caíram em dificuldades em decorrência dos preços baixos e assegurar rentabilidade através de preços razoáveis; resolver com urgência o programa de expansão; promover os recursos necessários de forma que esta indústria pudesse crescer; assegurar o mercado nacional às

empresas brasileiras, através de proteção alfandegária e incremento da produtividade para torná-la competitiva.

Como então se depreende, na perspectiva de José Ermírio, a superação das dificuldades do setor deveria ser equacionada pelo Estado através, principalmente, de suas agências financeiras, como o BNDE, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, entre outros. No entanto, os bancos oficiais existentes não correspondiam a essas expectativas, pois buscavam apenas

“auferir enormes lucros visando a dar imensas vantagens aos acionistas e deixando em plano secundário a verdadeira e necessária industrialização nacional. No que toca especialmente ao BNDE – que cobra juros de 22% ao ano -, é preciso que financie capital às siderurgias, transformando as dívidas que são grandes – aliás, por culpa do próprio Governo mantiveram preços excessivamente baixos – em ações a fim de evitar o pagamento de juros a exemplo do que faz o Tesouro com a Companhia Siderúrgica Nacional. Esta, como se sabe, está em mãos do Tesouro e obtém os recursos de que necessita nas condições que ele impõe.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70)

Em suma, para o senador, o Estado tinha uma parcela significativa de responsabilidade pela situação crítica em que se encontrava o setor siderúrgico. No seu entendimento a omissão, a ausência de verbas, a má administração e, fundamentalmente, o compromisso do poder com um projeto que delegava ao capital externo o suprimento das necessidades de aço por meio de importações, ou trocas de minério por chapas, eram as causas reais que comprometiam a dinâmica do próprio “modelo” adotado.

Note-se que, José Ermírio de Moraes não colocava em questão o padrão de acumulação (baseado no DIII) em curso. O que estava em discussão era a crise siderúrgica. A solução por ele apontada passava pela ampliação das usinas existentes e a criação de novas sempre onde houvesse bases técnicas e econômicas para um bom funcionamento, pois era “imprescindível que a escolha recaia onde há condições, sem nenhum impulso

regionalista, para que se evite despesas imensas à economia nacional”²⁰ (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

E quais seriam essas condições ? Fundamentalmente a avaliação realista dos riscos do alto custo de instalação e da pequena capacidade produtiva; da disponibilidade de matéria-prima a bons preços, bem como da energia elétrica barata. Ou seja, havia necessidade de “objetividade, examinando-se atentamente as bases em que a indústria siderúrgica vai operar, pois os recursos destinados para esse fim são escassos e devem ser empregados racionalmente”. Uma usina em local inadequado “forçosamente tende a aumentar o preço do produto face as condições adversas” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70). Em sua opinião, o andamento da economia nacional poderia ficar comprometido, caso se investisse em uma obra de grande porte em áreas onde os recursos fossem precários. É por isto que, naquele momento, apostava na construção de uma nova usina siderúrgica no porto de Tubarão, no Espírito Santo, pois a região concentrava o carvão nacional, reunia transporte ferroviário e facilidades para exportação minério de ferro, que descia de Minas Gerais, e por onde entrava o carvão importado. Por estes mesmos motivos, discordava do funcionamento da siderúrgica no Rio Grande do Sul, “Esta indústria, aliás, que foi fundada em 1961, não poderá crescer de forma satisfatória, numa região que não apresenta as condições básicas para funcionar /.../ achamos que o dinheiro teria muito melhor aplicação se destinado à industrialização dos seus produtos agropecuários, na fabricação de papel e celulose, na petroquímica e industrialização e utilização dos produtos de matérias primas locais” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

4.1.3. Siderurgia e Política de Minérios

Do ponto de vista que nos interessa analisar, a questão da siderurgia coloca um outro aspecto essencial. Qual seja, a possibilidade de se examinar de modo mais aproximado o

20 “No que toca a implantação de novas siderurgias, é sabido que uma custa, em média, 400 dólares por tonelada, enquanto uma ampliação fica em 210.”(Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

caráter das relações estabelecidas entre o Estado e a burguesia brasileira no processo de transformação capitalista industrial. À medida que a siderurgia estava em mãos do setor governamental e que o capital privado apontava inúmeras deficiências em sua atuação, é possível, a partir da análise do conjunto destas críticas, perceberem-se demandas e propostas de parcelas do empresariado, envolvidas no setor. E isto dizia respeito, entre outras, à uma política específica de minérios.

A siderurgia, como empresa central para um desenvolvimento econômico autônomo, teria que possuir como fonte alimentadora uma política de minérios também independente. No entanto, não era esta a posição posta em prática pela ditadura. Parte integrante dessa política, considerada desnacionalizadora e prejudicial aos interesses do país, estabelecia a venda de minérios não manufaturados e não renováveis, cujas reservas eram pequenas nos países industrializados. “É o que sucede com o manganês, cujas reservas mundiais se esgotaram com assustadora celeridade. /.../ Deve haver mais manganês armazenado nos Estados Unidos, comprado a preço de banana, do que no Amapá”, afirmava José Ermírio em julho de 1965 (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). Para ele, a grande ironia era o fato da matéria-prima deixar “os nossos portos a preços cada vez mais aviltados” e o equipamento por ela gerado no Exterior retornar “à pauta de importação a preços cada vez mais caros” (Moraes *apud* Anais do Senado: 19/12/66).

O senador era um defensor das riquezas minerais brasileiras, seja porque os interesses de seu grupo estavam assentados na exploração de minérios não-ferrosos e de metalurgia, seja porque dizia respeito a uma dada concepção de industrialização que preconizava a indústria de base como o núcleo garantidor de uma economia independente. Um dos momentos mais significativos dessa posição verificou-se por ocasião da discussão do projeto da Constituição de 1967. Aqui é necessário recordar que o Congresso reuniu-se extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discutir, votar e aprovar o projeto elaborado pelo Executivo (Castelo Branco)²¹ que, segundo o

21 Em abril de 1966, Castelo Branco nomeou uma Comissão incumbida de formular um projeto de Constituição para o Brasil, para “abrir um novo período de normalidade do país, para a sua paz social e o seu desenvolvimento.”(Castelo Branco *apud* Viana: 1975, 454). Em 24 de janeiro foi promulgada a Constituição de 1967 que passou a vigorar a partir de 15 de março de 1967 quando assumia a presidência o novo General Ditador Artur da Costa e Silva.

ministro da Casa Civil, “considerava uma Constituição inseparável da institucionalização do movimento vitorioso” (Viana Filho, 1975,453).

Em verdade, não se tratava do encaminhamento de uma nova Carta, mas da

“consolidação revista e ampliada ou até alterada /.../ de dispositivos já constantes dos atos institucionais e outras emendas” presentes na Constituição de 1946 que acabariam perfazendo um “documento legitimado com o rótulo de Constituição e a chancela do Congresso” (Beiguelman: 1994, 75-6).

Na realidade, o que estava sendo discutido? Naquele momento, questionava-se o conteúdo do projeto legalizado no artigo 168 da Constituição de 1967, que propunha a modificação de artigo similar da Constituição de 1946. José Ermírio de Moraes reivindicava que “a exploração das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica” ficassem restritas às “sociedades organizadas no País” e com a “maioria de capital brasileiro (51%)”²² (*apud* Anais do Senado: 7/8/1970).

O senador respaldava-se no antigo código de 29 de janeiro de 1940, decreto-lei nº 1.985, vigente até aquela data, que afirmava no art. 72, § 17, “que as minas e jazidas minerais, necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros”, assim como o “direito de pesquisar e de lavrar só será outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, constituídas essas de sócios ou acionistas brasileiros” (Moraes *apud* Anais do Senado: 20/04/1967). Diferentemente, o novo Código de Mineração²³, seguia o “espírito privatista” da Constituição de 1967, e colocava que uma empresa de mineração seria “a firma ou sociedade constituída e domiciliada no

22 Anteriormente, no Congresso Nacional, havia apresentado a Emenda Constitucional número 1 de 1965, que tinha como objetivo garantir a *maioria* de capital nacional nas empresas de mineração do país. Esta acabou sendo aprovada em primeira discussão por quarenta votos contra quatro.

23 Paula Beiguelman examinando o novo código de mineração de 1967, chamou atenção para o artigo n. 59 que estabelecia “A lavra da jazida somente poderá ser organizada e conduzida por sociedade de economia mista controlada por pessoa jurídica de direito público para complementar a iniciativa privada.”(Beiguelman: 1994, 83). Um artigo como este implicava que uma empresa como a Companhia Vale do Rio Doce só poderia explorar minérios se fosse privatizada, i é, o Estado ficava impossibilitado de atuar nessa área. Esse artigo acabou sendo revogado no último dia de governo de Castelo Branco, em 14 de março de 1967.

país, qualquer que seja a sua forma jurídica e entre cujos objetivos esteja o de realizar aproveitamento de jazidas minerais no território nacional”. E como propriedade da empresa estabelecia no §1º: “Os componentes da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo, podem ser pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, mas nominalmente representadas no instrumento de constituição da Empresa”. (Moraes *apud* Scatimburgo, 04/09/1969). Ou seja, o novo Código de Mineração, que havia sido baixado como decreto-lei nº 227, já em 28 de fevereiro 1967, acabava legalizando uma situação em que, segundo José Ermírio, ficava evidente a evasão de divisas através da venda, a preço vil, dos metais com alto valor metalúrgico, isto quando não eram diretamente contrabandeados²⁴.

Diante disto, o senador procurava demonstrar que a exploração dos minérios, bem como o controle de seus preço, ficava em mãos dos grandes monopólios internacionais como a *Unión Carbide*, a *Lavino* que compravam minério de ferro, manganês em países subdesenvolvidos, em grandes quantidades e a baixo preço e que lançavam no mercado internacional em patamar bem mais elevado. Ou seja, ao igualar as condições entre as empresas brasileiras e estrangeiras, estas últimas tiveram acesso direto às áreas de prospecção e acabaram sendo beneficiadas, na medida em que apresentavam melhores condições de explorar e pesquisar em todo o território nacional. Ao proprietário do solo restava o direito a um dízimo do imposto único a ser pago pelos minérios. A proposta do senador pernambucano acabou não sensibilizando seus colegas de bancada. No entanto, acabou sendo aprovada quase vinte anos depois, na Constituição de 1988. Em junho de 1995, o Congresso aprovou uma emenda cancelando esse dispositivo²⁵.

24 Outro mecanismo também utilizado era o contrabando. Este era o caso da tantalita, minério que, frente sua raridade e ausência de uma política de controle, era facilmente contrabandeado pelos “aproveitadores internacionais”. (Moraes *apud* Anais do Senado: 20/4/67). “A. Lavino, por exemplo, comprava manganês na Índia a 14 dólares a tonelada e vendia a 27 dólares a tonelada. Aqui, o minério de ferro, cotado a 18 dólares a tonelada, era comprado a 7,40 dólares. O enxofre, vendido dentro dos Estados Unidos a 28,50 dólares a tonelada, era comercializado a 38,88 dólares, ou seja, cerca de dez dólares acima, no mercado brasileiro.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 19/12/66).

25 Roberto Campos, por ocasião do recebimento do Prêmio José Ermírio de Moraes, expressava sua opinião quanto a posição do empresário sobre essa questão: “Tínhamos visões diferentes. José Ermírio via no subsolo riquezas minerais que só deviam ser exploradas por capitais majoritariamente nacionais. Eu via no subsolo cadáveres geológicos, que só seriam úteis se exumados e ressuscitados pela injeção de capitais, tecnologia e acesso a capitais externos, pouco importando a nacionalidade do investidor. Eu o acusava de fetichismo minerário e ele me acusava de cosmopolita desvairado.” Campos lembrou ainda nesse discurso, que aquele “dispositivo xenofóbico” aprovado na Constituição de 1988, havia sido cancelado

José Ermírio de Moraes lembrava que era necessário ter-se como exemplo o México, “nação mais progressista da América Latina”, cujo código de minas considerava referência tanto para a exploração mineral, quanto para o controle do capital estrangeiro. Em seu art. 7, este código estabelecia que as concessões especiais para exploração das reservas minerais nacionais só poderiam ser outorgadas a mexicanos ou a sociedades organizadas e previa que, pelo menos, 66% do capital social deveria ser subscrito por mexicanos, não podendo ser transmitido a estrangeiros. E, também, com relação à exploração das reservas minerais nacionais de materiais atômicos, somente os astecas a ela teriam acesso²⁶.

Expressão da mesma posição nacionalista de José Ermírio de Moraes, Fernando Gasparian²⁷ faz um balanço da resistência nacionalista aos impulsos do imperialismo, em especial ao processo crescente de desnacionalização que acometia a América Latina, com suas empresas mais dinâmicas sendo incorporadas e controladas pelo capital estrangeiro. Gasparian questiona a posição hegemônica dos liberais que almejam o pleno desenvolvimento de seus países e entregam os setores-chaves da economia ao controle imperialista. Segundo ele, na segunda metade da década dos anos 60, emerge um “novo

fundamentalmente ao promover um declínio dramático na pesquisa mineral. * Discurso de recepção do prêmio “José Ermírio de Moraes”, na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. (20/07/95).

26 No caso da companhia Azufera Pan-Americana S.A., subsidiária da *Pan American Sulfur Co.*, produtora do enxofre, elemento essencial e de difícil obtenção para a produção de produtos químicos, o governo mexicano fez valer a percentagem de capital nacional na ordem de 66%. Destas, o governo mexicano reteve 43% das ações e distribuiu 23% restantes a um grupo asteca de investidores.

27 Fernando Gasparian, reconhecido como empresário progressista além de editor e escritor, torna-se ativista do nacionalismo desde finais da década de 50 quando foi presidente do Sindicato das Indústrias da Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, maior sindicato patronal naquele momento. Ainda no período foi um dos diretores da Fiesp/Ciesp, chegando no final de 1961 a ser interventor na Confederação Nacional da Indústria (CNI) por indicação de Franco Montoro, que ocupava a pasta do Trabalho. A amizade e atuação profissional com José Ermírio de Moraes iniciou-se quando foi com ele trabalhar na Companhia Paulista de Estradas de Ferro no período de 1960-1962. Sua posição ao governo ditatorial militar, sempre crítica, fez com que o sindicato têxtil sofresse uma intervenção, sendo que nada ficasse comprovado contra ele. Foi um dos fundadores do MDB em São Paulo. Por ocasião da promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, foi acusado de financiar manifestações de rua contrárias ao governo, sendo cassado todos seus cargos em órgãos sindicais. Saiu do Brasil em 1970, passando a lecionar em Nova York e posteriormente na Universidade de Oxford na área de economia latino-americana. Voltando ao Brasil em 1972, lançou o semanário *Opinião*, órgão democrático que abrigava várias posições de esquerda. Adquiriu o controle da Editora Paz e Terra, lançando por essa editora em 1975 os *Cadernos de Opinião*. Preso em 1975, acusado de ter publicado artigo de Dom Hélder Câmara nos *Cadernos*. Foi ainda processado por infringir a Lei de Segurança Nacional, mas acabou sendo absolvido. Além de todas essas atividades sindicais e críticas elegeu-se deputado federal constituinte por São Paulo em 1986. Publicou *Em Defesa da Economia Nacional* (1965) e *Capitais Estrangeiros e Desenvolvimento na América Latina* (1973).

nacionalismo latino-americano”, e que poderia ser aferido pelas pesquisas produzidas para a Organização dos Estados Americanos. Ainda que nos prognósticos haja sempre a tomada de posição de que os países examinados sofreriam impactos positivos em seu desenvolvimento, o empresário de talhe nacionalista extrai conclusões de que algumas críticas nesse relatório entendem impor aos capitais estrangeiros certas restrições, obstaculizando a sua entrada em setores estratégicos, seu acesso ao mercado interno de créditos, assim como a compra de setores com tecnologia relativamente estável. Ao comentar o relatório da OEA, datado de 20 de maio de 1969, Gasparian destaca a análise de vários países latino-americanos, sendo que focaremos o caso mexicano, a fim de capturarmos as razões que fazem José Ermírio enaltecer freqüentemente este país da América Central. Afirma:

“O relatório sobre o México é de grande interesse porque, apesar de exprimir em certa parte restrições contra companhias estrangeiras, não reflete um nacionalismo tão forte como o dos demais países. Isso se deve ao fato, puro e simples, de que a legislação mexicana apresenta grande número de restrições às empresas estrangeiras, o que impediu o fenômeno de desnacionalização observado nos demais” (Gasparian: 1973, 41).

Apoiando-se nas informações organizadas por Carlos Quintana, o empresário anota algumas restrições impostas ao capital estrangeiro pelo Estado mexicano:

“O Estado se reserva o direito de investir nas ferrovias, nas indústrias petrolífera e petroquímica, na indústria elétrica, nos sistemas telegráfico e radiotelegráfico, bem como nos serviços postais. Todos os campos de investimento estão abertos à iniciativa privada, mas em certos casos há provisões para o exercício de algumas limitações, como a exigência, por exemplo, de capital nacional em predominância. *Participação estrangeira será obrigatoriamente minoritária nos seguintes casos:*

a) companhias dedicadas à produção, distribuição e exibição de películas cinematográficas; ao transporte marítimo, aéreo, rodoviário-urbano e interurbano; à

pesca e às indústrias dela derivadas; ao cultivo e à embalagem de produtos alimentícios; à indústria editorial e à publicidade; à produção, distribuição e venda ou compra de bebidas carbonatadas ou não carbonatadas, incluindo-se entre elas as essências, concentrados e xaropes usados em sua preparação e no envasamento de sucos de frutas; distribuição de produtos de borracha, fertilizantes, inseticidas e produtos químicos básicos; à agricultura, à mineração e à pecuária; às instituições de crédito, seguro e financiamento. Esta relação poderá ser ampliada ou alterada pelo Ministério das Relações Exteriores;

b) para empresas que se dediquem a transporte utilizando as estradas federais, o investimento básico deve ser feito por cidadãos mexicanos nascidos no país;

c) para empresas que se dediquem à pesca e às indústrias dela derivadas o pedido de registro deve ser instruído com uma cópia dos Estatutos Sociais onde um artigo deverá expressamente dispor sobre a exclusão de estrangeiros;

d) para empresas que se dediquem à industrialização de gás natural - aplica-se o que está disposto na alínea anterior;

e) para empresas que se dediquem à exploração comercial do rádio e da televisão – aplica-se o que está disposto na alínea precedente.

Tenha-se na devida conta que, independentemente do que já foi disposto acima, as empresas que se dediquem a transporte em estradas federais devem ter seu capital exclusivamente integrado por ações nominativas; no que se refere às alíneas *d* e *e*, entretanto, a emissão de ações ao portador será admitida;

f) *mineração*: 51% do capital social das empresas do setor deverão obrigatoriamente pertencer a investidores mexicanos, exceção feita à hipótese de exploração de reservas nacionais, quando o capital deverá ser 66% de mexicanos;

g) *petroquímica secundária*: o capital social deverá ser 60% em ações nominativas, subscritas por investidores mexicanos;

h) o governo, por intermédio do Ministério das Finanças, Indústria e Comércio e do Banco do México, exigirá que 51% do capital seja mexicano quando: as empresas requerem os benefícios previstos pela Lei das Indústrias Novas e Necessárias; uma

empresa estrangeira deseja explorar em campo onde empresas inteiramente nacionais - ou de economia mista - já estejam produzindo o mesmo artigo em qualidade e preços razoáveis; grupos nacionais ou de economia mista, com recursos adequados e capacidade técnica concebida já tenham requerido autorização para produzir esse determinado produto." (Gasparian: 1973, 41-43).

Ainda no plano da luta pelo controle nacional dos minérios brasileiros, José Ermírio de Moraes denunciou o acordo em que o governo militar permitiu que fosse aerofotografado o território nacional, em toda a sua extensão, através de uma tecnologia que localizava e identificava as reservas de metais nobres e essenciais para novas pesquisas. Para o senador pernambucano o fato aprofundava cada vez mais a desigualdade existente entre a pesquisa estrangeira e a nacional, esta sem retaguarda do Estado e em condições de atraso técnico.

A prospecção de metais, usados como novas fontes de energia, era a grande preocupação do senador. Acompanhando o aumento da demanda de energia no mundo moderno e as possibilidades de exploração de novas fontes como a nuclear - urânio e tório -, ou a que seria desenvolvida por metais de alto valor metalúrgico - berilo, tungstênio, nióbio, colúmbio e tântalo -, José Ermírio de Moraes temia que sua possível exploração por companhias estrangeiras restringisse ou impossibilitasse, nessa área, a atuação de setores do capital privado nacional. Provavelmente, entre estes, o grupo Votorantim era um dos poucos em condições de realizá-la, caso a concorrência internacional fosse inviabilizada²⁸ (Moraes *apud* Anais do Senado: 20/4/1967).

Essa sua preocupação não era destituída de razão. Uma rápida retrospectiva da política dos minérios nucleares revela a antiga preocupação de países desenvolvidos com as reservas desses materiais, o que dificultava, de forma significativa, a atuação do capital nacional que procurava explorá-los direta ou indiretamente.

28 O crescimento da energia nuclear crescia intensamente. Segundo projeções do jornal *The Economist* a energia instalada nos Estados Unidos, em 1980, seria de 523.000 megawatts e a proporção nuclear seria para mais de 15% e no ano 2.000, para uma energia instalada de 1556.000 megawatts, a energia nuclear seria de 48% e a energia de combustíveis fósseis de 36%. O quilowatt/hora poderia ser produzido em estações nucleares muito mais barato (Moraes *apud* Anais do Senado: 20/4/67).

Tomando-se como referência o início da década de 50, vemos que a política nuclear brasileira orientava-se por compromissos com nações desenvolvidas, fundamentalmente os Estados Unidos, com vistas à transferência de tecnologia e recursos em troca de minérios estratégicos. A recusa das autoridades norte-americanas em exportar e permitir o desenvolvimento de tecnologia nuclear fez com que o Brasil questionasse aquela posição através do princípio das “compensações específicas”, segundo o qual “os países possuidores de matérias primas (atômicas) deveriam ter compensações, além de um preço adequado para esses materiais. /.../ os países abastecedores [deveriam] ter prioridade para instalação, em seu território, de reatores nucleares de todos os tipos” (Salles *apud* Motoyama & Marques: 1994, 402). Essa política nacionalista, defendida por Vargas e pelo presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o Alm. Álvaro Alberto, foi superada por uma política mais diplomática, de maior subsunção ao governo norte-americano²⁹. Segundo José Leite Lopes, esta situação foi mantida durante o governo de Castelo Branco, quando agudizaram-se os problemas do setor, responsáveis, inclusive, pela a evasão dos cientistas e pesquisadores devido aos baixos salários e às perseguições políticas.

Diferentemente dos países adiantados, as nações em desenvolvimento pouco investiam em pesquisa e tecnologia. Este era o caso do Brasil, em que a política do Estado relegava a segundo plano essa questão. Em função disto, muitos pesquisadores imigravam para países em que as condições para o desenvolvimento de seus trabalhos eram mais propícias. Com relação a isto, José Ermírio de Moraes lembrava que,

“A supremacia do poder produtivo e tecnológico dos Estados Unidos, /.../ é devido ao dinheiro ganho bem aplicado e à capacidade de produtividade da mão-de-obra para o desenvolvimento e pesquisa. /.../Os Estados Unidos,

29 Alguns grupos de pesquisa sobre energia nucleara chegaram a ser desenvolvidos no Brasil. No entanto, no final dos anos 50, o governo inclinou-se à aquisição de centrais nucleares e a sua colocação direta em funcionamento, o que implicava em descartar pesquisas em andamento. O físico José Leite Lopes denunciou, em 1957, o envio de material estratégico para os Estados Unidos.

anualmente, gastam 20 bilhões de dólares em pesquisas, comparado com os países do Oeste Europeu que, em conjunto, gastam apenas 5. Mais de 3% do produto nacional bruto, na nação norte-americana, é dado para áreas de pesquisas, em comparação com apenas 1,5% dos países confrontados.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 6/4/1967)³⁰

De uma maneira geral, a importância dos minérios e do aço na indústria moderna, implicava uma tendência mundial no sentido dos países preservarem sua exploração e sua produção interna, através do desenvolvimento de processos mais racionais, de obstáculos à saída do minério bruto e até de um controle direto exercido pelo Estado, na medida em que esse problema envolvia uma questão de soberania nacional³¹. Ao colocar em destaque esta problemática, José Ermírio, mais uma vez, atribuía ao Estado o papel de guardião das riquezas nacionais, que garantiria o desenvolvimento de uma infra-estrutura para o capital privado, que resistiria aos interesses das empresas estrangeiras e que impediria a perda de divisas ocasionadas pela venda dos minérios não processados. Essa seria a lição dada pelo

“Chile, com o cobre, Zâmbia, Serra Leoa, Peru, e muitos outros e, agora mesmo, a Somália. Isto sem falarmos no petróleo, que está sendo resguardado em todos os lugares. /.../ mesmo num ano de grande produção, a Inglaterra está racionando a sua exportação de aço /.../ isto significa que no futuro será difícil obter o produto, pois

30 No entanto, essa não era a postura da ditadura que, na década de 70, optou pela compra de tecnologia, em vez de criar condições para o seu desenvolvimento. Em 1973, uma empresa americana de consultoria, “indicava que 55% dos componentes de uma central nuclear poderiam ser ofertados pelos fabricantes brasileiros.” Isto é, o país apresentava condições para o desenvolvimento industrial, além de contar com pesquisadores, ainda que no exterior, para desenvolvimento nuclear a médio prazo (Motoyama & Marques: 1994, 408). Segundo estes autores, o governo do general ditador Costa e Silva criou a “operação retorno”, que consistia em atrair os pesquisadores que haviam saído do país, e implantou um programa específico desenvolvido pelo CNPq que ia de encontro ao slogan “Brasil Potência” (Motoyama & Marques: 1994, 407).

31 Uma nova tecnologia empregada na siderurgia, naquele momento, havia reduzido o consumo de carvão no mundo para menos da metade do que era utilizada anteriormente por tonelada de ferro gusa produzida. Incentivava-se a substituição dos altos fornos pelo processo de redução direta. O uso dessa nova técnica auxiliava os países que apresentavam uma relativa falta de carvão coqueificável?. No caso brasileiro, José Ermírio de Moraes alertava o Governo quanto à importância de fornecer recursos à Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais para que pesquisasse regiões carboníferas brasileiras. Seria necessário um estudo geral da capacidade produtiva de carvão coqueificável no país para que não houvesse indústrias dependentes desse principal combustível. A única exceção seria Salvador que se utilizaria de gás natural no processo de redução direta.

as nações estão se defendendo e preferindo exportar o produto diretamente industrializado, o que é natural.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70)³²

No entanto, segundo o senador, o exame da situação brasileira, contrariando a tendência mundial de preservação dos minérios e de desenvolvimento de uma forma mais racional de explorá-los, expunha o descaso do governo frente à existência de contratos francamente prejudiciais à economia do país e que colocavam em risco a soberania nacional. Entre estes, o que lhe chamava mais a atenção era o caso do Pico de Itabirito, em Minas Gerais, tombado como Patrimônio Histórico e Mineral e destombado pelo general ditador Castello Branco, que autorizou sua exploração pela Hanna³³, sua proprietária, como uma das primeiras medidas de seu governo. Perguntava José Ermírio:

“ E, o que ocorre no Brasil? O Pico do Itabirito, em Minas Gerais, que é grande depósito mineral, que já foi tombado pelo Patrimônio Histórico, foi destombado e ninguém sabe a razão. /.../ Acha-se próximo à via férrea e deve ficar em mãos do Governo, que dele poderá se valer numa necessidade premente, servindo até como uma salvação nacional.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

Em discurso de 17 de junho de 1965, o senador denunciava ainda que a Hanna exploraria, conjuntamente com a Companhia Siderúrgica Nacional, outra área de minério de

32 E citando *The Economist*, de Londres, de 14 de março de 1970, José Ermírio de Moraes indicava que “mesmo num ano de grande produção, a Inglaterra está racionando a sua exportação de aço, tanto que no período de 1967/68 exportou 3,5 milhões/t, em 1968/69 apenas 2,9, caindo para 2,4 este ano [1970], apesar de a sua produção haver crescido esperando que se mantenha na base de 560 mil/t por semana. Isto significa que no futuro será difícil obter o produto, pois as nações estão se defendendo e preferindo exportar o produto diretamente industrializado, o que é natural.” Outro exemplo significativo seria o caso do México, que preferia não exportar minérios e, com uma tendência até para importá-los, preservando suas grandes reservas e garantindo o futuro desenvolvimento industrial. No que diz respeito à exportação do minério de ferro, é importante salientar que José Ermírio não era contrário à sua venda, desde que fossem estabelecidos contratos com reajustes de preços, pois o aumento contínuo da demanda do aço no mundo moderno elevaria necessariamente seus valores que se encontravam em baixa no mercado. Afirmava, também, que deveríamos exportar o ferro somente a quem ofertasse aço em contrapartida e a bons preços, e isto enquanto a produção siderúrgica no país não se consolidasse. Segundo ele, poderíamos exportar “/.../ minério de ferro, em escala razoável, para aqueles países que demonstrem vontade de auxiliar a indústria siderúrgica no Brasil, mesmo porque as nossas reservas são bastante grandes /.../. Só no quadrilátero ferrífero de Minas, uns calculam em 8 bilhões de toneladas, outros afirmam ser muito mais” (Moraes *apud* Anais do Senado: 11/5/70).

33 Segundo comentários velados na grande imprensa e nos meios políticos da época, José Ermírio de Moraes tinha interesses empresariais na exploração do Pico de Itabirito e que, uma vez consumada a sua venda à Nova Limense/Hanna, o senador passou a ter um comportamento dúplice. No parlamento se valia de uma retórica nacionalista e na vida prática dos negócios buscava obter junto à Hanna uma fatia na exploração dos minérios.

ferro. Através de sua subsidiária, a Nova-Limense, a Hanna procurava estender seus negócios também na área de alumínio, associando-se à Alcoa e construindo uma laminação em Poços de Caldas, Minas Gerais. Neste caso, tendo seus interesses empresariais imediatamente contrariados, o senador discordava radicalmente do que chamava de “servilismo do governo brasileiro”, chamando a atenção para o fato de que após a entrada dessas firmas estrangeiras, pouco se poderia fazer, porque elas se transformariam em verdadeiros quistos, difíceis de extirpar³⁴. O senador sempre buscou preservar seus interesses na área mineralógica, e na extração de ferro na região. Fernando Gasparian, em entrevista à pesquisadora, mencionou que José Ermírio de Moraes pensou comprar ações da San John Mining Company no momento em que a companhia se retirava de seus negócios em Minas Gerais, mas que estava sem condições. A Hanna acabou adquirindo as ações, mas não obteve a licença para sua exploração.

4.2. Hipertrofia do Estado e Empresas Estatais

É necessário, a esta altura do trabalho, qualificar de um modo mais específico o sentido da participação do Estado nas atividades econômicas, segundo as concepções de José Ermírio, especialmente no que diz respeito à atuação do Estado-empresário no setor produtivo. O defensor da participação do Estado na cobertura, nos incentivos à iniciativa privada, na atuação em defesa das riquezas nacionais (para uso do capital privado nacional), via com desconfiança o crescimento do aparelho (máquina administrativa) de Estado. Daí sua indagação:

“O que fazem, ou não estão fazendo a SUNAB, O IBRA, INDA, COBAL, SUDEPE, e tantas outras siglas, num cipoal de que não somos capazes de sair sozinhos? Para que foram criados? Tudo indica que para aumentar o número dos

34 “A Siderúrgica Nacional, empresa fabulosa, tem mais do que capacidade para montar uma usina de pelotização, desse tamanho. Será que não o faz, porque já estão querendo receber ações da Siderúrgica Nacional para nela entrar sorrateiramente?” (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/6/1965).

servidores públicos, para ajeitar colocações para civis e militares, amigos, parentes e clientes de políticos de todos os naipes.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1970).

Alertava o senador que essas organizações estatais buscavam, através de aumentos constantes nas tarifas dos serviços públicos, apenas solucionar seus problemas de caixa às custas do setor produtivo. O mecanismo arrecadador ineficiente, implantado pelo Estado para resolver incompetências administrativas, se fosse adotado no setor privado,

“daria como resultado astronômicas e insustentáveis folhas de pagamento, administrações honestas arrastadas à concordata e a falência, ao mesmo tempo que todo mundo ganhando sem produzir. Tudo com fundamento e base nas "magníficas" diretrizes dos membros do atual governo...” (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/3/1965)

O problema da máquina administrativa, segundo o senador, consistia na ausência de uma organização política interna, centrada na racionalidade e na eficiência, que eliminasse o desperdício que caracterizava o organismo estatal brasileiro. Segundo ele, o déficit público não seria solucionado através do gigantismo do Estado:

“Planejamento excessivo nada significa a não ser confusão, gasto inútil de papéis, levando o Governo à fúria legiferante. /.../ O de que precisamos é de administração séria, honesta, preservando o patrimônio nacional. Imperioso se torna que se dê aos brasileiros o seu legítimo valor, formando nesta terra uma geração de líderes, como, aliás, assim fizeram os Estados Unidos da América do Norte e, atualmente, o México o faz.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1967).

Segundo ele,

“O esbanjamento nosso está na má administração da coisa, a tendência paternalista influenciando na organização de equipes e a falha absoluta de senso prático na montagem dos sistemas de trabalho. /.../ Não se cuidou, no entanto, de criar lucros para a

administração. Lucros em dinheiro, em técnica, em aprimoramento, em desenvolvimento que se incorpora à nação, sempre, através de concessões burocráticas. O serviço público, descoroçoado e mal pago é, apenas, um regimento de dedicações, porque o sistema arcaico lhe impõe a rotina e o desperdício. Não lhe basta a honestidade e o zelo pois a estrutura sofre um mal de atrofia não debelado. Por outro lado, é grande o número de órgãos governamentais que possuíam um grande número de trabalhadores onerando os cofres públicos”(Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, discurso de 14/8/1968).

O debate sobre a eficiência ou não das empresas estatais, bem como o ônus causado por elas ao Estado brasileiro, foi outro aspecto examinado por José Ermírio de Moraes. O senador via com bons olhos o reconhecimento, por parte do ministro Hélio Beltrão, de que o empresariado brasileiro era naquele momento “uma ilha cercada de governos por todos os lados”, de que prevalecia o desdobramento da máquina estatal em inúmeras seções, de que havia a ausência de racionalidade e técnica operacional. O aumento contínuo de taxas para buscar saldar o déficit e atender suas principais empresas, foram apontadas como soluções ineficazes que dificultaram ainda mais aqueles setores essenciais do Estado.

De um encontro, em 1967, entre empresários de S. Paulo com o ministro Hélio Beltrão, na Fiesp, onde foram estabelecidas formas de cooperação entre o governo do presidente Costa e Silva e a indústria, o senador Jose Ermírio realçava a positividade do compromisso do ministro em enxugar a máquina administrativa do Estado, não aumentando o número de servidores públicos; em reduzir gastos de custeio e em aumentar a eficiência da máquina administrativa, “concentrando os recursos no que é realmente estratégico para o desenvolvimento, particularmente na infra-estrutura econômica — transportes, energia e comunicações —, na produção e comercialização de alimentos e na infra-estrutura social — educação, saúde, habitação”. Além da promessa do Estado de priorizar os contratos com o setor privado, fortalecendo a empresa privada e reduzindo a dimensão física do governo (Moraes *apud* Anais do Senado: s/d).

O Estado era pensado sob a ótica do setor privado, quanto à eficiência e à racionalidade, devendo “administrar” a economia brasileira como uma vasta empresa. As estatais deveriam se pautar pela eficiência, pela contenção de custos e por uma estrutura

enxuta, o que implicava em técnicos capacitados e salários adequados. Neste sentido, a Alemanha era tida como um exemplo a ser seguida, pois lá “a mão-de-obra foi racionalizada, do que decorrem bons salários e produção condizente. Tudo montado sobre a preocupação da pesquisa e da técnica operacional.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998)³⁵. A solução recomendada pelo senador era “evitar o desperdício sob qualquer forma /.../ vedando a admissão de pessoal desnecessário, sejam técnicos, trabalhadores, funcionários ou quem quer que seja, controlando as compras e serviços diários da empresa e outras providências.” Para os setores estratégicos, ainda que houvesse dificuldade quanto ao “funcionamento da empresa estatal nos moldes de uma natureza privada”, o problema poderia ser contornado através de “um sistema de controle de custo /.../ controlando-se as compras e vendas, evitando-se más influências políticas internas ou estrangeiras” (Moraes *apud* Anais do Senado: 24/11/69).

A presença do Estado³⁶ na economia só justificar-se-ia nos setores estratégicos e de segurança nacional, como guardião das riquezas e da soberania, o que implicaria necessariamente o controle e *não a exclusão* do capital estrangeiro. Para o senador, “A investigação tecnológica e a ajuda do governo faz[ia]m maravilhas” e o exemplo dessa afirmação era o caso mexicano, país atrasado até a década de 20 do século passado, que através da ajuda governamental havia alcançado destaque em todos os campos. A siderurgia, indústria que merecia destaque, foi pensada como empresa estatal frente às inúmeras dificuldades para sua implementação, pois enquanto o México foi “dirigido por apenas quinhentas famílias, até a década de 1920, não passava de um país secundário, de economia pobre”, enquanto que nos anos 70 apresentava um crescimento da ordem de 7% ao ano, possuindo, também, uma moeda estável (Moraes *apud* Anais do Senado: 25/5/1970.)

³⁵ Discurso de 14/8/1968.

³⁶ Baer, ao historiar a implantação do setor siderúrgico brasileiro, afirma que a participação do Estado brasileiro no setor siderúrgico se efetivou, a contragosto, após este terem se esgotado as possibilidades do capital privado estrangeiro financiar usinas integradas. A indústria siderúrgica brasileira evidenciava a existência de condições objetivas para a criação de estabelecimentos industriais de grande escala para a produção de aço, mas, no entanto, “o desenvolvimento sócio-econômico do país não permitia ainda a existência de instituições privadas para reunir o capital e oferecer a organização necessárias para tais realizações. Daí surgir a escolha entre a empresa privada estrangeira e/ou empresas controladas pelo Governo.” (Baer: 1970, 210).

No caso brasileiro, a situação era bem outra. Segundo José Ermírio, nas maiores empresas de cada setor, operantes no país, o empresariado nacional participava em apenas 19%. Apreensivo, o senador exigia do governo medidas que revertissem esse quadro, pois acreditava que as grandes empresas estrangeiras dominariam a maioria dos ramos de negócios no Brasil. (Moraes *apud* Anais do Senado: 22/7/1970). No entanto, é necessário enfatizar que o senador era avesso a um Estado empresário. Sua presença somente se justificaria em investimentos nos setores da indústria de base, e no resguardo de reservas naturais, áreas chaves da economia, e acima de interesses privados mais imediatos. A atuação do Estado deveria, portanto, pautar-se na defesa do patrimônio brasileiro frente aos interesses internacionais, que deslocavam a presença ou faziam desaparecer parcelas do capital privado brasileiro, devido à eficiência e à magnitude de competitividade dos capitais forâneos.

Posição semelhante à de José Ermírio de Moraes, era expressa pelo senador Aurélio Vianna com relação ao papel das empresas estatais e que permite uma explicitação mais clara das questões envolvidas nesta problemática. Para Vianna, a importância dessas empresas assentava-se na tendência do capitalismo avançado em colocar para o Estado a necessidade de empresas estatais como forma de se preservar a soberania nacional, sem desprestigiar a propriedade do capital privado³⁷. Vianna perguntava:

“a PETROBRÁS vem dando resultados positivos ou negativos aos interesses nacionais? Essa é a tese fundamental. A VASP, que é uma empresa estatal, vem servindo bem ou não ao Estado de São Paulo? Recebi um relatório em que a direção da Companhia Siderúrgica Nacional, defendendo-se, demonstra, positivamente os resultados notáveis que ela trouxe a economia nacional. [Por outro lado, a questão

37 O senador Vianna citava como exemplo a França, que não era “ /.../ país liberal democrático, /.../[mas] de regime forte, [no entanto], verificamos que grandes empreendimentos na França de De Gaulle são estatais. E os empresários privados, naquele país — porque suas cabeças não estão, repito, no século XVI, XVII, XVIII ou XIX — reconhecem a necessidade de que certos e determinados empreendimentos sejam controlados exclusivamente pelo Estado, porque o Estado moderno precisa de ter os meios de defesa da soberania nacional.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, discurso realizado em 30/11/1966).

dos números de empregados deveria ser analisada como uma questão de infraestrutura e não empreguismo.] Quer dizer, num país em desenvolvimento, seus melhores técnicos vão procurar melhores lugares e, inclusive, há aqueles que procuram colocar os que estão desempregados. Não defendo o empreguismo /.../. Mas é através desse argumento que se vem procurando desmoralizar a PETROBRAS — e esta vem dando bons resultados ao País”³⁸.

Outro exemplo citado era o das grandes empresas norte-americanas de energia no Tennessee, cujas usinas foram construídas pelo Estado e onde a distribuição ficava a cargo das empresas privadas que cobrava “ao distribuidor o preço justo por aquele investimento.” (Moraes *apud* Anais do Senado: s/d).

Em suma, a concepção de desenvolvimento econômico, expressada pelo senador José Ermírio (assim como a de Vianna), atribuía um papel central às empresas estatais neste processo. O Estado, ao assegurar serviços essenciais, bem como ao estar presente na produção, através das indústrias de base, garantiria as condições para a industrialização brasileira, configurando um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e central para a soberania nacional. Leia-se que, a soberania nacional, apresentada muitas vezes através de um discurso abstrato, correspondia à presença do Estado na preservação de um nicho para atuação do setor privado da economia brasileira.

Não parecia ser essa a atuação do Estado ditatorial brasileiro, no entanto. Seu comprometimento com uma dada concepção de desenvolvimento, diferenciada daquela defendida pelos senadores, privilegiava os capitais estrangeiros em áreas centrais e lucrativas da economia brasileira, eliminando setores significativos que, até então, estavam sob a tutela do Estado e, também, contrariando interesses de parcelas do grande capital nacional. Nesta perspectiva, a venda da Fábrica Nacional de Motores (FNM) para a Alfa Romeo, abria um precedente para a alienação indiscriminada das estatais brasileiras, que se encontravam sob fogo cruzado de uma campanha que procurava desmoralizá-las sob alegação da incompetência.

38 “A Petrobrás vem tendo tal desenvolvimento que este ano atingirá a produção de 150 mil barris diários, o que é extraordinário. Houve um aumento de 100 mil barris este ano, e que é um grande trabalho deste Governo, vamos reconhecer.” (Moraes *apud* Anais do Senado: junho de 1968).

Nessa linha, valendo-se de um artigo publicado na *Business Latin America*, de 18 de julho de 1969, José Ermírio denunciava a pretensão do governo brasileiro, de levar à leilão “o bloco de várias companhias siderúrgicas, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), a Cia. Siderúrgica Paulista (Cosipa), Cia. Siderúrgica da Guanabara (Cosigua) e Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), bem como a Cia. Nacional de Álcalis, Cia. de Seguro Agrícola e Cia. de Usinas Nacionais (açúcar) e outras nos campos da mineração, transporte e telecomunicações”. Além da aquisição dessas empresas, estaria em pauta também a fusão de empresas nacionais. (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, discurso realizado em 4/9/1969). Em outras palavras, o Estado estava desvinculando-se de atribuições inerentes à sua esfera de atuação: garantir os setores estratégicos da economia brasileira e preservar riquezas naturais.³⁹

Com relação às estatais prestadoras de serviços, José Ermírio lembrava o caso da Amforp, “comprada por um preço irreal” pelo Estado brasileiro que, no entanto concedia o fornecimento e a comercialização da energia a empresas que cobravam caro. Estranhava que, “depois da Revolução, o preço da energia elétrica” tivesse subido “de maneira nunca vista” (Moraes *apud* Scatimburgo, 30/11/1966).

Ao analisar as condições operacionais da Petrobrás, José Ermírio apontava, também, para a investida local e internacional sobre esse setor estratégico para o desenvolvimento brasileiro. Mais uma vez ficava expressa sua concordância com a presença do Estado em uma área que requeria grandes investimentos, fundamentalmente a refinaria e a prospecção que caminhava ainda sem grandes resultados, mas que precisava contar com a retaguarda do Estado no resguardo da estratégica questão da energia. Em uma rápida retrospectiva, lembramos que data de 1938 a criação do Conselho Nacional do Petróleo, com a participação direta dos militares selando a questão como de “segurança nacional”. O desenvolvimento de refinarias exigia a

39 Outro exemplo também colocado por José Ermírio foi a ameaça desencadeada pela Câmara, contra a Companhia Nacional Lóide Brasileiro para revogar o decreto-lei nº 67, que lhe garantia a prioridade do transporte “de cargas de repartições públicas, autarquias, órgãos de administração descentralizada e sociedade de economia mista.” Aquela empresa havia passado por uma “organização equivalente a empresa privada, já tendo acabado com os abusos do empreguismo”. Sendo assim, esse ato seria mais um ataque às empresas estatais, e no caso a de transportes marítimos, favorecendo às particulares que se encontravam em mãos estrangeiras. (Moraes *apud* Anais do Senado: 12/3/68).

designação do que era “empresa nacional”, desencadeando-se, assim, uma verdadeira batalha entre aqueles que eram favoráveis à produção nacional do petróleo e os que eram contrários a ela. Em 1948, a primeira corrente havia se posicionado a favor do monopólio estatal do petróleo, através da Campanha do Petróleo. Em oposição, consolidava-se, também, a corrente que lutava pela associação dos capitais brasileiros com os internacionais no ramo petrolífero. Em 1953, após ampla discussão no Congresso, foi criada a Petrobrás que se fortaleceu, nas décadas seguintes, com a construção de refinarias, o que implicou no monopólio da importação do óleo cru. A partir de 1964, ampliou-se, inclusive, sua capacidade de distribuir derivados. Já em 1968, a Petrobrás através da Petroquisa, associou-se a empresas petroquímicas privada, e, a partir de 1972, à empresas multinacionais através de contratos de risco no exterior (Braspetro) (Magalhães: 1994, 356-9).

Voltando à José Ermírio, numa perspectiva mais ampla, o senador apontava a existência de uma tendência mundial dos países resguardarem as reservas petrolíferas internas, na medida em que esse recurso energético era limitado, e intensificarem a busca em outras regiões, além do emprego de fontes alternativas de energia. Ao examinar a instável equação do mapa petrolífero mundial, apontava para o lugar de destaque em que se encontrava o Brasil. A situação em 1967 era bastante delicada para os grandes produtores: os países árabes, mesmo contando com a “solidariedade” da União Soviética, enfrentavam dificuldades frente as investidas desencadeadas pela política norte-americana e inglesa; a Venezuela havia diminuído suas reservas; os Estados Unidos não conseguiam aumentar sua produção além dos 100 milhões de barris/dia para atender um consumo crescente. Portanto, o quadro indicava uma investida razoável dos

“grupos americanos e outros [que apelariam], sem dúvida, para incursões indébitas, restando-lhe sob os olhos do interesse grupalista as possibilidades do Brasil, Austrália, Nigéria, Angola e Colômbia. A Inglaterra, de sua parte, que tem as tarefas de retirada de gás do mar do Norte, não a iniciará antes de 1970, quando obterá 56 milhões de metros cúbicos, ou seja 10% das necessidades do país” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1967).

Se no plano internacional as reservas brasileiras corriam riscos, José Ermírio apontava que a Petrobrás, internamente, também era alvo de contínuos ataques e mecanismos legais que visavam enfraquecê-la e transformá-la em presa fácil para o capital externo. Ainda que José Ermírio fosse favorável à Petrobrás, como empresa estatal, posteriormente, quando foi colocado a venda parte de suas ações, afirmou

“que nada é mais justo do que intensificar a sua venda, porém é absolutamente necessário rigoroso controle, afim de evitar infiltrações que possam prejudicar o seu desenvolvimento, tendo em vista que existe no momento ainda um processo de imensa desnacionalização das nossas empresas /.../ A nós brasileiros é que compete liderar essa campanha de aquisição das ações, e mesmo com sacrifícios subscrevê-las /.../ combatendo com energia as intromissões alienígenas e os interesses ocultos e /.../ provando somos suficientemente capazes de bem administrá-la, orientá-la e de cumprir a missão histórica que nos é confiada” (Moraes *apud* Anais do Senado: 24/11/1969).

Os contínuos ataques à empresa estatal, acabaram “legalizados” pelo próprio Código de Minas que mesmo ao dispor sobre a pesquisa e lavra de petróleo em território nacional, como monopólio da União, abria uma “brecha” para exploração do xisto betuminoso (art.162 da Constituição)⁴⁰. Somava-se a isso, o fato da distribuição do petróleo, bem como a petroquímica, encontrarem-se em mãos estrangeiras, sendo que esta última era a “galinha dos ovos de ouro do petróleo”, cuja rentabilidade podia ser de 7 a 10 vezes superior a do petróleo empregado como combustível⁴¹.

40 Posteriormente, esse temor foi reforçado com o Decreto n.º 62.837, de junho de 1968, da pasta da Marinha, que estabelecia sobre a exploração e pesquisa da plataforma submarina do Brasil, nas águas do mar territorial e águas interiores. Este ato deixou de resguardar o setor para os interesses do país e favoreceu “às grandes companhias internacionais, pois somente elas têm condições econômicas e financeiras para investimento de tal porte e vulto.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1968).

41 Jose Ermírio insistia em citar o caso do México também com relação à extração do Petróleo, afirmando que aquela nação “deu exemplo aos países subdesenvolvidos, aprovando, regulamentando e pondo em vigor a Lei de Minas, em defesa das riquezas naturais do país./.../Do total de suas exportações, a parcela de 5% é proveniente do petróleo e produtos petrolíferos. E agora já conta, também, com cerca de 500.000 toneladas de trigo em condições de serem exportadas, favorecendo o intercâmbio com o Exterior. Agora mesmo, devido à sua sólida estrutura econômica, foi concluído com a França um empréstimo a longo prazo; no total de US\$ 150.000.000, negociado durante a recente visita do General De Gaulle, e do qual será aplicada na Pemex, [Petróleos Mexicanos] para desenvolvimento da indústria petroquímica, a parcela de US\$ 110.000.000.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998 18/11/1964).

Na denúncia desses problemas, José Ermírio contou com o apoio do senador Josaphat Marinho. Segundo este, o código havia sido baixado como decreto-lei no final do governo Castello Branco, tendo como base o projeto da Constituição. No entanto, para corrigir “tamanha ousadia”, passou a valer apenas quando essa Constituição entrou em vigor no ano seguinte. Perguntava-se Marinho:

“Por que o Governo não revogou o decreto? Não revogou porque procedimento do Governo /.../ visava a facilitar a ação de grupos econômicos, inclusive de grupos estrangeiros, a esta altura ainda beneficiários daquele decreto exatamente para exploração de xistos betuminosos do País.” [Afirmava, ainda, a existência de] “estudos de órgãos técnicos da PETROBRÁS indicativos de que, se a empresas estatal desenvolvesse a exploração de xistos, passaríamos não só a evitar a importação de enxofre, mas a produzi-lo em quantidade tal que poderíamos até exportá-lo.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 2/4/1967).

O debate no Senado entre “nacionalistas” e “escudeiros do capital estrangeiro” sempre se colocou de forma acalorada. Uma das oposições mais fortes a José Ermírio de Moraes, era o senador Atílio Fontana. Ainda que se pronunciasse favorável à Petrobrás, indicava o capital estrangeiro como forma de ampliar sua eficiência e expansão, sem se preocupar com os riscos à soberania brasileira. Afirmava Fontana:

“Quanto à produção nacional de petróleo, /.../ o Brasil pode e deve aumentá-la, já que o consumo cresce anualmente de maneira bastante acentuada. É voz corrente que a Petrobrás é intocável; aliás, até concordamos. Entendemos, porém, que não lhe deveríamos dar exclusividade em tudo, porque, até agora, infelizmente não nos provou estar em condições de competição e de expansão. Sabemos que a Petrobrás canaliza para seus cofres somas vultosas, mas os resultados não têm sido promissores, /.../ [Ainda que se] conserve a Petrobrás como organização principal, devíamos permitir outras organizações nacionais que /.../ poderiam elas até mesmo criar uma situação de competição para que a Petrobrás desenvolvesse suas atividades com o objetivo de toda empresa de produção: produzir mais e economicamente.” [Para Fontana, as empresas estatais eram] “dispendiosas, não [eram] econômicas no seu funcionamento /.../

administram mal e tudo que elas fazem custam mais caro.”⁴² (Moraes, *apud* Scatimburgo: 1998, discurso de 11/6/1964).

José Ermírio reconhecia que o Brasil ainda não havia localizado suas reservas de petróleo, nem alcançado uma situação confortável de sua produção, dependendo, ainda, de importação⁴³. Contudo, apostava que a Petrobrás pudesse apresentar todas as condições para levar este projeto à frente: não só os países vizinhos ao Brasil encontravam-se produzindo petróleo, como também a área sedimentar brasileira “é imensa e maior do que a dos Estados Unidos, que produzem hoje 7.551.868 barris diários”. Frente a essas condições favoráveis, a solução para os problemas em um “/.../país pobre e sem recursos financeiros para incrementar as indústrias de base, é o de exigir do Governo uma administração sadia e capaz.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998)⁴⁴.

Posteriormente, somaram-se à voz do senador Atílio Fonseca, a dos ex-ministros Roberto Campos e Eugênio Gudin, que buscavam desmoralizar a Petrobrás e as empresas estatais em geral, através de pronunciamentos na imprensa, alegando seu empreguismo e sua ineficiência. José Ermírio descarregou todo seu arsenal de críticas a essas posições afirmando: “Na crista da luta contra o nosso patrimônio, repontam dois sacerdotes da pobreza nacional: os senhores Roberto Campos e Eugênio Gudin. /.../ Para arrebanhar a simpatia dos incautos e a adesão dos adesivos, mirabolam os números na meia-verdade das estatísticas.” Segundo ele, afirmavam que a Petrobrás era empreguista ao manter na Refinaria Duque de Caxias um efetivo de 3.000 homens. Diferentemente, a de Manguinhos teria um efetivo de 400 homens. No entanto, não foi colocado que “a Refinaria Duque de Caxias refina 150 mil barris por dia, enquanto Manguinhos refina 10 mil barris.”

42 Atílio Fontana em outra ocasião, repetiu esses mesmos argumentos, lembrando que não possuíamos capital suficiente para explorar em larga escala e de forma proveitosa; “as riquezas minerais que temos em abundância. Necessitamos, portanto, de depender do capital estrangeiro /.../. Não seria melhor aceitarmos que o capital estrangeiro nos ajudasse, em certas áreas do País, para explorar o petróleo, se é que existe?” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1967).

43 Pelo contrário, o senador temia um aumento do consumo de gasolina, frente às facilidades de financiamento “de carros de passeio através das Caixas Econômicas, mas com dinheiro dos trabalhadores. /.../ Financiamentos que, por sugestiva coincidência, favorecerão exatamente àquela indústria que tem raízes no exterior” (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/6/65).

⁴⁴ Discurso de 11/6/1964.

Outro ponto da crítica à Petrobrás, realizada por Gudin, referia-se às

“vantagens excessivas ao seu pessoal [que, no entanto] não revela que a empresa é obrigada a aplicar esquemas genéricos de gratificação para garantir um nível de retribuição compatível com as qualificações dos seus servidores. As empresas particulares têm aproveitado talentos dos quadros da Petrobrás, remunerando-lhes regiamente, apesar de que, como é sabido, o volume dos negócios da companhia brasileira é de 30 a 50 vezes maior do que nas particulares.”⁴⁵ (Moraes *apud* Anais do Senado: 1968).

Findo este capítulo, no próximo passo de nossa exposição iremos apresentar as posições e concepções do senador industrialista em relação à Castello Branco, mais precisamente, à sua lógica econômico-financeira, delineada no Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, formulado por Roberto Campos. Ao expor os reclames e críticas de José Ermírio às soluções do castellismo, examinaremos o seu confronto com as decisões do ministro Campos e a sua retórica nacionalista na defesa do *medicismo*, a “linha dura” no poder.

45 Aqui nessa passagem o senador vinculava os interesses de seus grandes desafetos aos do capital internacional, senão vejamos: “Naturalmente, os suportes da sanha estrangeirista não se localizam apenas fora do nosso País. Aqui dentro estão as inteligências cediças, os cérebros a mando dos Interesses de fora. Ora é o senhor Roberto Campos, criador do *tecnicismo* para substituir o tecnicismo e que só fala a linguagem da *Wall Street*. Ora o seu companheiro de funestos ideais, o senhor Eugênio Gudin - “eugênio” para os brasileiros e “gênio” para os americanos — que se envelheceu na luta apátrida. Em tudo, há participação da imprensa a soldo do capitalismo estrangeiro. Fato recente, por exemplo, a cobertura da inglória batalha contra a Petrobrás sob a inspiração e direta participação do pontífice Gudin.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998, discurso de 4/10/69).

CAPÍTULO V

JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES E A CRÍTICA AO PAEG

José Ermírio de Moraes, que foi eleito em um dos momentos mais democráticos da história da República brasileira, exerceu seu mandato de senador por Pernambuco (1963-70) durante os três primeiros governos ditatoriais, dedicando-se, sobretudo, à crítica das medidas econômicas adotadas no período e à luta na defesa do capital privado nacional.

Como afirmamos anteriormente, em seus primeiros discursos parlamentares fica claro seu apoio ao propósito da ditadura de colocar fim ao clima de “agitação, prenúncios de tempestades sociais”. José Ermírio, como o conjunto dos grandes proprietários nacionais, temia os protestos e as movimentações populares, as greves operárias, a quebra da hierarquia que levava à “crise de autoridade, que havia invadido todos os setores da administração pública”. Mas, passado um ano e consolidado o novo regime (abril de 1965), esses males sociais não eram mais vistos como ameaça, pois havia ocorrido um “verdadeiro retorno ao regime de respeito às normas hierárquicas” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). Podemos depreender, como já foi afirmado no *Capítulo III*, que, no plano político, o senador não se opôs ao rigores da repressão, tendo apoiado a intervenção autocrática do governo no que tangia a restauração da ordem. No entanto, no plano econômico, sua crítica foi aguda, manifestando-se contrariamente às medidas que afetavam seus interesses imediatos e o espaço reservado aos grandes proprietários do país.

Por questões táticas, cinismo ou convicção, o senador não atacava diretamente o conspirador bonapartista já instalado no poder. Isentava o marechal Castello Branco de seus “equivocos”, acreditando ser ele mal informado, mal orientado, além de viver isolado, “cercado por uma cortina de aço, qual moderna muralha chinesa, completamente estranho aos dramas que se desenrolam cá fora, no meio do povo”. O controle do governo, segundo sua perspectiva, estava nas mãos maquiavélicas de Roberto Campos, o verdadeiro formulador e executor da política econômica, que pendia mais para os interesses estrangeiros. O resultado

disso era o abandono dos “produtores nacionais”, das “forças vivas da nacionalidade”, dos verdadeiros geradores de riquezas do país: empresários e trabalhadores.

5.1. O Senador-Empresário e o Embate com a Dupla Campos-Bulhões

Logo após o assalto bonapartista ao poder – empreendido por setores da burguesia associada, militares e políticos de direita –, as medidas econômicas, postas em prática pelo governo militar, passaram a ser duramente criticadas pelo senador, desde seus momentos iniciais. A análise dos discursos de José Ermírio demonstra uma virulência maior com relação à fase em que a economia brasileira esteve sob o comando dos “profetas do abismo”, os economistas Roberto Campos e Otávio Bulhões (1964-67). Neste capítulo nos voltamos à análise desse momento, porque aqui podem ser percebidas, com clareza, suas concepções sobre o desenvolvimento econômico, sobre o papel do capital externo e a atuação do Estado. Em outros termos, temos aqui a oportunidade de apreciar e entender elementos da práxis da burguesia brasileira, durante os primeiros momentos da ditadura, através da análise das manifestações discursivas de José Ermírio de Moraes, talvez um dos seus mais significativos representantes.

É importante que se diga, ainda, que esta não foi uma escolha arbitrária, pois trata-se do período em que os fundamentos do padrão de acumulação do pós-64 foram dados pelo PAEG, cuja proposta era aparelhar a economia brasileira para uma retomada dos investimentos estrangeiros, que haviam abandonado o país face o quadro inflacionário e as agitações populares. À medida que foram criados inúmeros mecanismos para possibilitar a modernização excludente e dar andamento a um novo ciclo de acumulação, o PAEG pode ser entendido como momento de saneamento econômico que preparou as condições para o “Milagre”, posto em andamento a partir de 1968. Em face disto, justificamos nosso recorte analítico que privilegia e concentra-se, termos analíticos, no período que vai de 1964 a 1967.

Por que o senador empresário criticava tão agudamente as ações de Roberto Campos? Sem dúvida era porque o economista, além de manifestar em sua trajetória um comportamento nitidamente favorável aos capitais norte-americanos, desenvolvia um plano

de atuação interna calcado numa política essencialmente monetarista com vistas à estabilização da economia através de um receituário que recomendava altas taxas de juros, cortes de crédito e controle da inflação, ainda que sob pena de uma recessão controlada. Em síntese, medidas que garantiam a prevalência do setor financeiro em detrimento do produtivo, atingindo diretamente os interesses mais imediatos de José Ermírio e àqueles a quem pretendia representava.

Da tribuna do Senado, José Ermírio responsabilizava essas diretrizes pelo tratamento “frio e calculista” dispensado pelo poder às empresas brasileiras e que traziam como resultados a estagnação produtiva:

“O Ministro Roberto Campos, desde os tempos da ANPES¹ deve saber que o remédio quando é forte demais não cura, podendo acabar com a vida do doente. /.../ A produção diminuída e encarecendo dia a dia, as classes produtoras nas mãos de agiotas que lhes cobram cinco, seis e sete, e até mais por cento ao mês, sugando o trabalho honrado daqueles que teimam em lutar por um Brasil melhor, um Brasil forte e livre. Estão, patrões e empregados, a braços com uma quase estagnação, levando aqueles ao desespero da erosão representada pela sua crescente e rápida descapitalização, e estes à desesperança em face do fantasma do desemprego, rondando todas as fábricas e todos os lares. /.../ Por que insistir e teimar em ser impopular e frio, calculista, inexorável, favorecendo sempre empresas de fora, em detrimento das nacionais?” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

É importante salientar que estas questões já haviam sido identificadas, anteriormente, em maio de 1964, quando o senador criticou as propostas de reajuste do orçamento da União e das finanças nacionais, através da adoção de medidas fiscais e monetárias. Segundo sua visão, a política encaminhada ocasionava sérios danos ao setor privado nacional, que sentia o

¹ Anpes: Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social. Segundo Roberto Campos a Anpes foi criada, durante o governo Goulart, “para fazer uma avaliação permanente das políticas econômicas /.../ e formular cenários alternativos e análises de perspectivas”. Englobava economistas e setores do empresariado paulista. Financiaram a instituição e dela fizeram parte Gastão Vidigal, Sérgio Melão, Teodoro Quartim Barbosa (primeiro presidente da entidade), entre outros. Dos economistas, integraram a entidade Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e os jovens Afonso Celso Pastore e Antonio Delfim Neto. Campos: 1994, 607.

peso dos juros elevados e da escassez de créditos e que não podia contar com as benesses do capital estrangeiro no Brasil.

O senador vislumbrava uma “urdida conspiração”, que cegava o principal responsável pela nação, fazendo com que os resultados desastrosos da economia fossem disfarçados através discursos apologéticos e com euforia, pois

“seus áulicos e servidores, muitos deles, evidentemente, servindo a vários amos ao mesmo tempo, timbram em ocultar e esconder e disfarçar a dura realidade /.../ Somente isso pode explicar a inércia, a quase total paralisação dos serviços públicos, com seus responsáveis, agora limitados a ‘empurrar as horas’, à espera do fim de cada mês. Somente assim se pode entender o abandono a que foram relegadas as forças vivas da nacionalidade, tanto as classes produtoras como os trabalhadores, tendo no meio, gemente e esmagado, a não menos infeliz classe média.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965)

Ao longo da formulação da política de estabilidade econômica, implantada pela dupla Campos-Bulhões, alguns mecanismos de base monetarista foram postos em prática antes da consecução da grande reforma bancária de dezembro de 1964, provocando firme reação de José Ermírio. “O que mais falta para completar essa engrenagem trituradora da economia nacional?” A pergunta do senador, inscrita nos *Anais do Senado*, do dia 27 de maio de 1964, denunciava os primeiros sinais perturbadores, emitidos pela economia já a partir de 9 de maio desse ano, com o Decreto 270. Esta instrução ao suprimir os subsídios do trigo, do papel de imprensa e dos combustíveis, tinha promovido uma escalada geral de aumento de preços que “atingia desde os combustíveis, os impostos, os salários”.

A razão do cancelamento dos subsídios desses produtos era o peso que eles ocupavam na pauta de importação, acarretando um constante desequilíbrio da balança comercial brasileira. Em nome de uma política austera, para dar cabo à inflação e ao crescente déficit público, o decreto acabou desencadeando um aumento generalizado dos preços de artigos e serviços não incluídos originalmente na pauta. O senador pernambucano lembrava que continuávamos a importar aqueles produtos, inclusive por um preço superior, pois o governo

não havia viabilizado as condições para o país tornar-se autônomo na produção de trigo, por exemplo, como havia feito o México, além de não implementar a prospecção do petróleo. José Ermírio identificava nesta atitude um dos elos da trama articulada por Roberto Campos, no acordo Brasil e Estados Unidos, em que trocávamos minério de ferro bruto por trigo (em algumas situações deteriorado).

José Ermírio de Moraes afirmava que o ministro do Planejamento havia incentivado a concorrência desleal entre o capital estrangeiro e o capital privado nacional, através da criação de uma série de mecanismos para atrair e facilitar os investimentos estrangeiros, porque a economia brasileira era pobre em termos de poupança interna. Em seu termos:

“faço sérias restrições à legislação vigente e às reformas encaminhadas pelo Executivo. /.../ A política tributária do atual governo só procura arrecadar, nada deixando nas mãos daqueles que forjaram e construíram este Brasil.” Afirmava o senador empresário, que estas obrigações saíam do capital de giro das empresas brasileiras “base da riqueza real do país, pois dele nada sai para o Exterior, uma vez que seus lucros são utilizados no desenvolvimento e ampliação de suas empresas. Não cria o pesado ônus da remessa de lucros, que é sangria de difícil estancamento” (Moraes *apud* Scatimburgo: 1998)²

Em conformidade com sua lógica de defesa do capital privado nacional, opunha-se a todas as medidas que afetavam a acumulação, pois considerava que os ativos de cada empresa seriam diretamente afetados, seja pela alta dos preços dos produtos, seja pela elevação da taxa de juros (àquela altura girava em torno de 4%), que inviabilizava a reposição de todos os instrumentos produtivos. Daí seu questionamento:

“Como pode um interessado em iniciar atividades vencer esse obstáculo, praticamente intransponível, representado pela agiotagem desenfreada, onde campeiam grandes e

² Discurso realizado em 27/5/1964.

pequenos agiotas, desde os que exploram os empreendedores até os que tomam 10% ao mês da esmagada classe média?” (Moraes *apud* Scatimburgo, 27/5/1964).

Prosseguindo na exposição do calvário a que estava submetido o empresariado brasileiro, José Ermírio de Moraes referia-se à Instrução 276 que garantia as facilidades exigidas pelo capital externo. De modo similar à portaria Sumoc 113, de janeiro de 1955, que havia facilitado o financiamento dos “50 anos em 5”, a instrução possibilitava às empresas estrangeiras trazerem “para cá equipamentos usados a fim de concorrer com o sacrificado e hoje quase heróico industrial brasileiro” (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/6/1965). Do mesmo modo, a Instrução 289 ajudava a viabilizar a entrada no capital externo no Brasil, dando garantias aos investimentos estrangeiros: através dela, os grupos internacionais poderiam obter capital a juros muito mais baixos que as empresas nacionais. Segundo o senador, a negociata teria ido muito além, pois possibilitou “a aplicação desses empréstimos em títulos do próprio Governo, que, como é sabido, bonifica com ágios bem maiores. É o triste espetáculo do Governo financiando a sua própria pobreza e os grupos estrangeiros exploradores” (Moraes *apud* Scatimburgo, 30/11/1966). Para o senador, os instrumentos criados para atender uma lógica de estabilização acabariam, em certo momento, voltando-se contra os propósitos dos seus criadores. A inflação esperada para o ano de 1964, segundos os cálculos de sua assessoria do Senado, ultrapassaria os 80%, alimentada pela política de juros altos e de contenção de crédito, promovida pela ótica saneadora e promotora da concentração econômica.

Atacando diretamente a quem chamava de Astro-Rei, que com “sua soberba ataca a quem não reza pelo planejamento”³, José Ermírio reiterava seu desacordo em relação à

³ Com sua costumeira prosa adjetivada do dia 9 de junho de 1965, refere-se à ida de Campos à Câmara Federal: “Comparece, com sua sabedoria e seus livros, à Câmara dos Deputados, disposto a mais um brilhareco literário, numa porfia quase que medieval sobre palavras e conceitos filosóficos, ironizando os que ousam discordar de suas lições e pregações. Vem oferecer conceitos e títulos pomposos para aqueles que só pedem trabalho para si e alimentação para os seus. Perde horas do seu tempo, e do tempo dos representantes do povo, a deblaterar adversários do planejamento, numa argumentação de rábula ou de leguleio viciado na chicana, como se fosse possível alguém ser contra o planejamento!” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

“política econômica e financeira do atual Governo, que só fez incentivar e incrementar a agiotagem, transformando o dinheiro na mercadoria mais cara de nosso comércio. Agiotagem que corrói e liquida, hora a hora, todo o lucro que deveria ser da produção, tanto agrícola como industrial. Todos pagando juros cada vez mais extorsivos, cobrados por particulares e por bancos inescrupulosos (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

Mas o que encobria essa crítica do senador a Roberto Campos? Como sinalizamos anteriormente, a resposta pode ser encontrada no modo como era conduzida a economia. Ou seja, a discordância assentava-se no *privilegiamento* da esfera financeira, levada a efeito pelo ministro, em detrimento da produção, o que feria diretamente os interesses particulares do senador pernambucano. Fernando Gasparian, na entrevista já citada, lembrou que as empresas do senador, sob o comando de seus filhos e genro, também sofreram com as restrições de crédito no pós-1964, apesar do grupo Votorantim desenvolver estratégias para evitar empréstimos.

Na perspectiva de Campos e Bulhões era necessário eliminar a inflação, responsabilizada pela grave crise econômica e política, para atrair-se, novamente, o capital externo que havia “abandonado” o solo movediço da economia brasileira, no pré-1964, ressentido pela falta de salvaguardas para seus interesses e atemorizado frente as agitações sociais. Com essa perspectiva, desencadearam medidas para a estabilização da economia, que acabaram determinando a preponderância do capital financeiro sobre os setores produtivos. Para José Ermírio o capital financeiro era responsável pela crise no desenvolvimento econômico, pois ao procurar os caminhos do enriquecimento fácil, através da especulação, drenava os capitais da produção.

A política econômica, implantada pela ditadura, ao eleger o capital financeiro externo como forma de sustentação do desenvolvimento econômico, acabou tornando-se refém dos mecanismos usados para atraí-lo. Dominando setores de bens de consumo capitalista da economia brasileira e colocando em crise o departamento de bens de consumo não duráveis, promoveu um processo de concentração de capitais na produção, favorecendo falências e desalojando setores nacionais.

Moniz Bandeira, ao referir-se ao período compreendido pelos anos de 1964-73, alerta para a centralização do capital na economia brasileira “através de fusões e incorporações de empresas”. Em nome de uma melhora da performance empresarial, de aumentos de escala, de redução de custos, de ampliação da eficiência, assistiu-se à exclusão de setores significativos da população brasileira e ao seu empobrecimento generalizado, além do aniquilamento da produção nacional. O autor lembra ainda que o mesmo aconteceu no setor bancário, para ajustar a economia às necessidades do capital forâneo, pois a concentração e a centralização no sistema financeiro impunham-se como condição indispensável à acumulação industrial.” (Bandeira: 1975, 83) É necessário atentar que essas mudanças, postas em prática pela ditadura militar e que começavam a ser um traço em nossa economia, promoveram a transformação dos conglomerados financeiros em conglomerados financeiros-industriais, pois “a associação de conglomerados liderados por bancos comerciais com conglomerados não financeiros (industriais, comerciais e agrícolas) aberta ou implícita (mediante domínio acionário pelo mesmo grupo capitalista), é uma forma de concentração do capital” (Singer: 1978, 88).

Em 1965, José Ermírio de Moraes ao criticar as medidas econômicas adotadas no período, denunciava o avanço da hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo, bem como o movimento migratório desse último para o setor especulativo. Senão vejamos:

“/.../ a cada dia é maior o número de empresas de financiamento, que de dois anos para cá aumentaram de 20 para cerca de 300. E quem vai comprar ou subscrever ações, quaisquer que elas sejam, se os juros conseguidos nessas empresas de financiamentos, amparados pela recente Lei no. 4.506, de 30 de novembro de 1964 (Lei do Imposto de Renda) são cinco vezes mais do que os dividendos das melhores firmas? Por isso é que, pela primeira vez nos últimos anos, a Bolsa de Títulos da Guanabara passou uma semana quase sem nenhum movimento, e continua nessa terrível apatia. /.../ o surto de maior desenvolvimento no País nos últimos tempos não visou a produção de bens e de serviços essenciais à Nação. Representou, sua aplicação parcial a um setor da Indústria, /.../ a agiotagem, a cobrança de juros extorsivos, que qualquer outro país do mundo classifica no Código Penal. /.../ Não digam os corifeus da nova ordem, os fazedores de revoluções e organizadores de “blocos” que não foram avisados.”(Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

A atração do capital financeiro externo pelo governo da ditadura, através de mecanismos por ela criados, encareciam sobremaneira o uso desses aportes no processo de produção, inviabilizando o desenvolvimento das atividades econômicas como um todo. Segundo o senador,

“Nosso rumo atual é emprestar e dever no exterior cada vez mais, *por ser mais rápido e simples do que produzir e trabalhar internamente. Estranhamente acham mais fácil e racional emprestar milhões de dólares do que vender nossas mercadorias exportáveis, que aqui se acumulam nos armazéns.* Mas, um dia, as gerações futuras terão de pagar esses empréstimos todos, com os seus respectivos juros, permanecendo sobre suas cabeças o fantasma sempre presente da internacionalização de nossa Pátria, ou de partes de seu território.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

Para José Ermírio, o grau de subserviência da economia brasileira para com as agências financeiras internacionais evidenciava-se também na maneira como o governo utilizava as reservas externas de nossa economia. Perguntava-se o senador, em abril de 1965, por que “esperar longos meses por um empréstimo do BID” quando se possuía reservas externas que poderiam ser utilizadas nas demandas internas da economia brasileira, sem a necessidade de se recorrer a empréstimos, a juros altos, e aprofundar as condições de dependência? Demonstrava-se, com isso, a ausência do “tino empresarial” na condução da Empresa Brasil, pois enquanto “Um particular usa os seus créditos para desenvolver suas empresas jogando sempre no futuro com o seu trabalho e a sua administração persistente. O Governo Federal, cheio de divisas, prefere deixá-las no Exterior a atuar no desenvolvimento da produção que, sem ser em larga escala, jamais combaterá a inflação que continua alarmando o Brasil” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). Para o senador estava claro o comprometimento da equipe econômica de Campos com o mercado financeiro internacional na condução da economia, pois os juros pagos pelos empréstimos contraídos lá fora eram muito superiores àqueles recebidos com a aplicação das reservas brasileiras no exterior, reduzindo as chances da economia funcionar em condições mais confortáveis⁴.

⁴ Perguntava-se o senador: “por que o Brasil deixa esse capital lá fora, fazendo o quê? Para ajudar a quem? As

A divergência de fundo entre José Ermírio e a dupla Campos-Bulhões, como definiu o próprio ministro Roberto Campos, assentava-se na condução de projetos diferenciados de desenvolvimento, mas que, no entanto, possuíam pontos em comum. Campos inscrevia como o centro da política econômica da ditadura o fim da inflação, como forma de se atingir a estabilidade na economia e na associação com o capital financeira internacional. Ou seja, a estabilidade monetária seria o caminho mais curto para uma modernização em condições de ausência de poupança interna.

É sabido que a economia brasileira viveu um movimento recessivo no período que vai de 1962 a 1967, e cujo ponto mais profundo havia sido 1965⁵, como resultado do Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco, que pôs em “prática uma política de recessão calculada, cujo sentido [era] o de preparar as bases institucionais para um processo de concentração do capital que vinha se dando caoticamente” (Guimarães: 1990, 79). Os “profetas do abismo” prescreviam, como medidas necessárias e de salvação para a combalida economia brasileira, seguindo a trilha monetarista, o fim das emissões e o enxugamento do papel moeda⁶. Um dos “grandes sucessos” da ditadura, alardeado aos quatro ventos, teria sido

empresas estrangeiras? Os países já superdesenvolvidos? É por isso que somos supersubdesenvolvidos; não sabemos aplicar o nosso dinheiro em boas condições, dentro de nosso país. Esse dinheiro está fora, auxiliando os industriais do exterior, e não temos dinheiro nem para pagar nossos empregados.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1966). A exportação como solução para a entrada de divisas, e, portanto, crédito para o desenvolvimento, somente seria correta como crédito para se produzir mais e melhor e transformar o produto nacional competitivo no exterior. “O certo é que, se tivéssemos uma razoável organização comercial e exportadora, não precisaríamos estar pechinchando esmolos e aumentando nossas dívidas no exterior /.../ o desastre de nossa política com relação ao café /.../ ameaça também o cacau, o açúcar, o sisal, a mica, o tungstênio, os minérios de ferro e manganês, todos sofrendo desgaste de exportação, quando os produtos manufaturados aumentam mundialmente de valor todos os anos. Não adianta insistir no slogan de que devemos exportar, de qualquer forma, como se fosse esta a chave salvadora para todos os nossos males. É evidente que ninguém é contra a exportação de nossos produtos, sendo mesmo, no momento atual, o meio mais rápido de obter recursos no exterior. /.../ Vê o senhor Presidente, portanto, que o produtor, que não obtém financiamento adequado, muitas vezes pagando juros extorsivos, não tem condições de exportar neste País. Parece mesmo que há a intenção deliberada de perseguir exatamente aqueles que trabalham e produzem. Resta apenas perguntar como se pode produzir para exportar? Como exportar sem produzir? É ao que nos levou a fraqueza de nossa política econômica, a nenhuma agressividade nos mercados internacionais, a timidez frente aos tradicionais adquirentes de nossas exportações. Enquanto isso, internamente, estamos todos ameaçados de esmagamento pela fúria tributária e arrecadadora da nossa política fiscal.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

⁵ O senador ao comentar a crise econômica brasileira, como resultado do grande pacote implementado pela equipe econômica, afirmava que, segundo informações do jornal *Folha de S. Paulo*, o Brasil devia cerca de US\$ 3 bilhões e 156 milhões, com um serviço da dívida na ordem de US\$ 200 milhões por ano.

⁶ José Ermírio de Moraes referia-se à dupla Campos-Bulhões os artífices do PAEG, como os “profetas do abismo”, em razão dos seus argumentos “catastrofistas” utilizados para respaldar as medidas a serem implementadas naquele momento na economia brasileira.

a diminuição do papel-moeda em circulação em Cr\$ 107,7 bilhões. Para José Ermírio, no entanto, a realidade simples era bem outra. O enxugamento monetário significava um “pouco caso para com as forças produtoras, totalmente desamparadas, quando o certo seria auxiliá-las por meio de crédito rápido, acessível, suficiente. Retirar papel-moeda da circulação para efeito propagandístico em nada ajuda à solução de nossos problemas. Então seria melhor que continuasse circulando, promovendo a riqueza nacional, evitando esse assustador desemprego geral” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

A defesa da política antiemissionista e antiinflacionária era feita por inúmeros parlamentares no Senado, que relembavam o clima do pré-golpe, em que os ativos corroídos das empresas e a situação de instabilidade social, visíveis na ascensão dos movimentos de massa, teriam como raiz a inflação. Contra essa leitura, argumentava o senador que, ainda que esses problemas fossem reais, o desemprego no período era infinitamente menor do que aquele ocasionado pela implantação das medidas recessivas e do próprio o PAEG, a partir de agosto de 1964. No parlamento José Ermírio de Moraes era questionado, principalmente, pelo senador Atílio Fontana que insistia na necessidade da economia brasileira recorrer ao capital estrangeiro, em razão dos efeitos da corrosão inflacionária: “V. Ex.^a, como industrial, pode avaliar muito bem a situação dos industriais [brasileiros] e das empresas privadas brasileiras, e concluir que no Brasil, infelizmente, empobrecidos como estamos, não temos condições para aumentar os nossos capitais. E a causa é a inflação que descapitaliza as empresas privadas” (Moraes *apud* Scatimburgo: 30/11/1966).

Para o senador uma política emissionista atrelada a uma “finalidade reprodutiva ou construtiva”, para atender demandas auto-financeáveis, como faziam os americanos, não causaria problemas, pelo contrário poderia funcionar como alavanca para o desenvolvimento. Na ausência de créditos para a produção, a emissão sob controle causaria menos estragos do que o recurso a empréstimos impagáveis. Argumentava que

“o dinheiro /.../ bem dirigido, é produtivo, é fator de desenvolvimento. Uma inflação razoável não prejudica o País, uma vez que não cresçam os preços. Quanto menor a produção, mais cara ela fica.[Uma deflação, sim, seria] sempre perigosa para qualquer nação.”⁷ (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

5. 2. O Papel do Capital Estrangeiro segundo o Nacionalismo de José Ermírio

“Nunca condenei capital estrangeiro! /.../ que o capital estrangeiro entre no País e seja administrado por nós, como é o caso do México.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 20/4/67).

Mas como se colocava efetivamente a questão do capital externo para o empresário do grupo Votorantim? José Ermírio de Moraes, expressão acabada de uma burguesia atrofada, sem potência para se auto-reproduzir independentemente, via a presença dos capitais internacionais (e a do Estado) como elementos essenciais para a resolução das lacunas legadas por uma acumulação tardia e de passado colonial que não havia proporcionado uma infraestrutura adequada para a viabilização de uma acumulação essencialmente industrial da economia brasileira. Sendo assim, e sem muita contradição, podemos identificar em seu discurso uma preocupação em determinar o lugar do capital externo no processo de desenvolvimento econômico, de modo a possibilitar uma acumulação mais independente, mesmo que, nessas condições, um projeto nacional fosse impossível.

Uma das questões visíveis em seus discursos era o problema da direção tomada pelo capital externo, que buscava o nascente mercado financeiro, criado para recepcioná-lo, e que não se dirigiria para a produção. A alegada ausência de recursos internos fazia com que fosse

⁷ Argumentava, ainda, o senador: “Por outro lado, segundo o mesmo político seria mais acertado a emissão do que tomar capital externo. Assim: “os norte-americanos não têm receio algum de emitir, contanto que seja para empreendimentos auto-financeáveis. Entre os anos de 1961 e 1962, emitiram quase um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, o que corresponde a 3 trilhões de contos. /.../ Aqui existe o generalizado pavor de emitir, quando deveria haver o medo de tomar emprestado para consertos de estradas de rodagem, construção de casinhas ou de escolinhas, sem se falar na já famosa ‘assistência técnica’.” Alertava, também, que as emissões, vinham num crescente satisfatório, mas que, no entanto, fugiram ao controle no período da ditadura. Em seus termos, “em 1960 tínhamos em circulação 154.6 bilhões; em janeiro de 1961, 201.6 bilhões, em janeiro de 1963, 508.8 bilhões, em janeiro de 1964, 888.8 bilhões, e em dezembro de 1964 – pasmem, Srs. Senadores – 1.404 bilhões!” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

necessário atrair e facilitar a entrada daqueles investimentos a “qualquer custo”, sob pena de caminharmos para a insolvência, como previam os “profetas do abismo”. José Ermírio alertava contra a grande injustiça desse procedimento, que não reproduzia essas mesmas condições para o capital privado nacional. Com isto fica claro que o empresário não se opunha à presença dos capitais externos, mas sim aos seus privilégios que acabavam garantindo-lhes melhores condições de atuação frente ao capital privado nacional, possibilitando-lhes o controle da economia brasileira.

Segundo o senador, o capital externo, sob as mesmas condições que o capital nacional privado, deveria ser monitorado por um Estado afinado com os interesses dos setores empresariais nacionais, sendo alocado em áreas onde não concorressem com os nativos. Nesse sentido, está claro que para José Ermírio o que estava em pauta eram os efeitos perniciosos do capital estrangeiro para nossa economia, caso invadissem setores de interesses nacionais, não contribuindo para suprir nossas deficiências. O problema era que o capital financeiro de fácil retorno – com as facilidades da lei de remessas de lucros e de um mercado de capitais, que possibilitava sua entrada através de títulos, ações, papéis – acabava sendo aplicado em áreas que não promoviam o progresso da economia. Por isto a crítica ao modo como era aplicado o capital estrangeiro com todas “as características de verdadeiro delito aplicar-se o dinheiro conseguido no exterior nessas estradas de rodagem, ao invés de ser carreado para nossas indústrias de base, ou mesmo à pequena indústria” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

Conclusivamente, para o senador, o capital estrangeiro em si não era um mal. O problema estava no planejamento errôneo, de teleologia não nacionalista e sim entreguista do governo, que contratava os capitais forâneos para promover veleidades pessoais e não o desenvolvimento nacional.

José Ermírio, expressando os traços basilares da burguesia brasileira, tal como caracterizamos ao longo da pesquisa e, em especial, no primeiro capítulo, revela em seu nacionalismo uma conciliação com o capital externo, que poderia ser dirigido para a produção. Essa ambigüidade em seu nacionalismo faz parte do seu ser histórico, é componente essencial de uma burguesia incompleta, que vê no capital internacional, sob o

mando de um estado bonapartista, ou mesmo de autocracia institucionalizada, a possibilidade de completá-lo. Como afirmava o senador:

“Tenho dito e repetido, embora com a entristecedora sensação de estar tentando fazer buracos na água, *que não sou contra empréstimos externos*. Sou, isso sim, /.../ *contra empréstimos sem qualquer planejamento prévio, empréstimos que visem unicamente a um acerto de escrita contábil* entre mutuante e mutuário, dinheiro tomado a juros para esquisitas "Assistências Técnicas" ou para a construção de estradas de rodagem ou pequenas escolas ou ainda casas operárias.”⁸ (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965)

E como reagiram as indústrias brasileiras frente às medidas implementadas naquele período?

As mudanças na política econômica, desencadeadas pelas reformas tributária e bancária da ditadura, atingiram diretamente as empresas que ficaram descapitalizadas com as contínuas sangrias— progressivas cobranças de impostos e com a ausência de créditos que garantissem a ampliação e reposição da produção. Em janeiro do ano de 1965, José Ermírio apresentava dados inquietantes sobre a situação das indústrias, sobre a ampliação de concordatas e falências em diversos ramos da produção nacional, principalmente em São Paulo, onde o volume de títulos protestados havia alcançado a cifra de Cr\$ 8 bilhões.

“A situação das empresas, sem capital de giro, e os enormes encargos criados pelo atual Governo” [fizeram com que o] “dinheiro que circulava nas empresas para compra de matérias-primas, para pagar energia e para pagamento de mão-de-obra desaparec[esse], sugado impiedosamente pelos agiotas, dentro e fora de bancos inescrupulosos” e “Que adianta, para nossos cada vez mais empobrecidos industriais,

⁸ Uma situação lembrada pelo senador, como exemplo do mau uso do capital financeiro internacional, foi o acerto de um acordo de US\$ 100 milhões com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a economia brasileira em abril de 1965, acertado pelo ministro do Planejamento. José Ermírio lembrava que o banco condicionava o emprego desse empréstimo em setores que não contribuiriam para “empreendimentos autofinanciáveis” e para a “retomada de nosso desenvolvimento.”

a *Portaria 276* da SUMOC, que autorizou a entrada no País de equipamento e material usado pelo preço que bem entenderam, sem o menor controle e ditando condições somente ditadas para nações que alienaram sua própria independência? Como vai o empresário nacional concorrer com os poderosos grupos lá de fora? E o direito e repetirei sempre, até que se coloque - somente à força — um zíper na boca deste nacionalista temperamental.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

À medida que a crise se agudizava, a partir do ano de 1965, as críticas de José Ermírio tornavam-se, também, mais radicais. Segundo suas análises, a política econômica ao desencadear a estagnação, não escolhendo setores sociais, atingia a todos, colocando no mesmo patamar empresários e trabalhadores. Por isso o senador advogava a luta conjunta (a tão sonhada conciliação entre capital e trabalho), pois enquanto os empresários descapitalizavam-se, os trabalhadores passavam a enfrentar “o fantasma o desemprego, rondando todas as fábricas e todos os lares” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965). A situação em que se encontrava a economia brasileira, a seu ver, punha em risco a possibilidade de um desenvolvimento independente, em que o capital privado nacional pudesse “tomar parte no processo patriótico do desenvolvimento nacional, única via para conseguirmos nossa independência econômica.” Em suma, estava comprometidas as condições de intervir e reverter um processo que atingia o empresariado com carga fiscal e juros elevados, desestimulando o setor industrial. (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

Em 1966, quando a política de Campos e Bulhões já estava assentada, Ermírio de Moraes continuava com suas críticas ao plano econômico e às suas conseqüências para as empresas privadas e estatais. Esta citação apesar de longa, retrata bem a posição do senador:

“além de as grandes empresas estatais, como a Petrobrás, estarem sob diuturnas ameaças, às ocultas ou declaradamente, compramos a preços astronômicos empresas estrangeiras deficitárias como a AMFORP, vendemos tudo o que possuímos a preços vis e permitimos a saída de riquezas preciosas através da ação insidiosa e deletéria de contrabandistas estrangeiros. Vivemos a pechinchar no Exterior e não damos as mínimas garantias ao produtor, ou ao industrial. /.../ Procura-se aniquilar tanto o operário quanto o patrão, liquidar o nacionalismo verde-amarelo e transformar as

indústrias lidimamente brasileiras em verdadeiros montões de ferro-velho. Assim, não pode a indústria genuinamente brasileira sair do desgaste nem do subdesenvolvimento, à exceção de algumas que lutam patrioticamente e que preferem morrer a se entregar. Essas, contudo, são poucas empresas fechadas, que não dão dividendos há muitos anos e que passarão outros tantos nestas condições até que venha um governo capaz de ouvir, no devido tempo, suas verdadeiras necessidades. São empresas, enfim, que constituem o verdadeiro sustentáculo da nação, pois não fazem remessas de lucros para o Exterior, nem mantêm saldos fora do país.” (Moraes *apud* Scatimburgo, 30/11/1966).

5.3. A Política Econômica Viabilizada através das Relações Internacionais

Retomando as premissas desse capítulo, passamos a examinar agora como José Ermírio reagiu ao momento em que a ditadura redimensionou a política externa brasileira, em termos de um estreito realinhamento com os Estados Unidos, revertendo as tentativas de uma posição de independência externa ensaiadas pelo país antes do Golpe de 1964. Logo nos primeiros momentos da ditadura, o governo rompeu com Cuba (13/05/64). A seguir a Câmara aprovou a Lei de Remessas de Lucro (15/07/64) e no dia 29/09/64 foi sancionada a Lei 43.990, de liberalização dessas remessas. Esse mecanismo possibilitava maiores entradas de capitais, porque os lucros enviados podiam ultrapassar os 12% da remessa, pois eram liberadas as vendas para as empresas estrangeiras, que poderiam transacionar com suas subsidiárias, pelos preços que bem entendessem. Na mesma ocasião, em 16/07/64, foi aprovada a reforma do Imposto de Renda e a criação das ORTNs, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, mecanismo inexistente no precário sistema financeiro brasileiro, imprescindível para uma economia que buscava o aval do capital estrangeiro.

A instalação do PAEG, em 13/08/1964, bem como as medidas que o antecederam, lançavam os alicerces para uma “transição autoritária e modernizante”(sem a exclusão de mecanismos de violência do Estado) que, ao conter a inflação, preparava a economia brasileira para um novo ciclo de acumulação excludente, aproveitando-se das condições favoráveis externas de abundância de capitais para investimento nas economias periféricas.

Seu lançamento provocou a reação de um udenista histórico, o deputado Hebert Lévi que, temendo ter seus interesses contrariados, convocou as classes produtoras de São Paulo, Paraná e Minas Gerais para “irem à luta” contra o ministro de Planejamento, chegando a convocá-lo para um debate na TV, em fins de agosto do ano de 64. A pressão do parlamentar surtiu efeito, pois Campos atendeu sua demanda de criação de uma linha de crédito rural pelo Banco do Brasil. No entanto, nem todos os setores do bloco de poder das classes proprietárias brasileiras tiveram a “mesma sorte”, como bem o demonstrava a grita articulada por José Ermírio contra a política altamente recessiva que buscava, além de novo ciclo de acumulação, uma sintonia fina com os interesses da economia norte-americana⁹.

Esse novo pacote de medidas, um verdadeiro projeto de “engenharia econômica”, impunha a centralização da política econômica e monetária. Por isso estabeleceu a reforma bancária e criou o Banco Central – Bacen (Lei 4.504), em dezembro de 1964, extinguindo a Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Ao redimensionar o tratamento dispensado aos capitais forâneos, procuravam favorecer o retorno ampliado do capital externo, como forma de atraí-lo. A política “entreguista” da ditadura castelista tinha no comando o ministro das Relações Exteriores Leitão da Cunha que, juntamente com Roberto Campos, procurava sintonizar a economia brasileira e os setores nacionais da burguesia associada aos interesses do capital financeiro internacional.

Jose Ermírio, em seus inúmeros discursos no Senado, dedicou parte significativa deles à análise dos acordos bilaterais entre o Brasil e Estados Unidos, que evidenciavam as relações que produziam como resultado a pobreza e o aprofundamento da injustiça social, típicas de nosso subdesenvolvimento e que impediam o estabelecimento de “preços justos”, além de dificultarem a comercialização dos produtos primários de forma industrializada.

Logo no início da vigência da ditadura, em 27 de maio de 1964, em pronunciamento no Senado, José Ermírio denunciava um dos primeiros atos do regime militar: a compra da

⁹ Frisamos, mais uma vez, que esse realinhamento exigiu a centralização da política econômica num único órgão, e o desenvolvimento de um aparelho financeiro e de um mercado de capitais, que não existiam no universo econômico brasileiro. Segundo Roberto Campos, o sistema financeiro era precário e, além disso, de viés nacionalista, sinal de “atraso e pieguismo”.

concessionária Amforp por um preço “astronômico de US\$ 373.000.000¹⁰. Perguntava-se o senador: “Em que condições de emancipação política e econômica ficará este país? Pense e medite bem o Presidente Castelo Branco no que está fazendo, ou deixando que se faça em seu nome. /.../ Compramos aquilo que, soberanamente, poderíamos ter desapropriado pelo justo valor, em nossa moeda.” (Moraes *apud* Scatimburgo: 27/5/1964). É importante que se note, que a posição de Ermírio de Moraes não era contra a compra da Amforp, mas sim o preço ajustado por ela¹¹.

Dando continuidade às suas denúncias, Ermírio de Moraes referia-se, em fevereiro de 1965, à existência de um acordo de investimento em trânsito com o governo norte-americano. Afirmando que o ministério do Exterior “estava cada vez mais do Exterior”, completava: “nosso Embaixador em Washington, com a alegria e o entusiasmo de quem tivesse conseguido notável triunfo,” havia anunciado a assinatura de “um pretenso acordo de investimentos, dando garantias de tal forma ao capital e aos capitalistas americanos que inicialmente me recusei a acreditar. /.../ trata-se do mesmo diplomata que já havia brilhado demasiadamente no caso da compra das concessionárias pelo monstruoso preço de trezentos e setenta milhões de dólares.” Esse acordo inusitado garantia “a inconvertibilidade, em caso de expropriação, guerra, revolução, danos causados por insurreições e, em certos casos, /.../ nos riscos dos negócios.” A denúncia era completada quanto a maneira como esses acordos, tratados e convênios eram realizados “sem a necessária anuência do Congresso Nacional, ao qual apresentam o fato consumado, quando os favorecidos já estão no pleno uso e gozo desses favores” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

O referido acordo, o célebre "Acordo de Washington", aprovado em total desrespeito à Constituição e sem passar pelo Congresso, era altamente vantajoso para o capital norte-americano, não só quanto às garantias para o retorno desse capital, como para a atuação dessas empresas no país. Segundo palavras de José Ermírio,

¹⁰ O senador argumentava que no livro sobre avaliações de usinas hidráulicas e térmicas, dos autores norte-americanos Creager e Justin, do Instituto dos Engenheiros Eletricistas dos EUA, o valor da Amforp não deveria ultrapassar US\$ 50 milhões. No entanto estávamos pagando US\$ 318 milhões.

¹¹ José Ermírio tinha sido contrário, obviamente, à encampação anteriormente realizada por Leonel Brizola, pois não poderia apoiar uma ação que levada às últimas consequências atentava contra a propriedade privada.

“para que desde logo se aquilate de seu absurdo, bastará citar a *cláusula IX*, que de qualquer forma garante o prazo mínimo de VINTE ANOS para as empresas estrangeiras, quando sabemos muito bem, e sabem os técnicos e ex-técnicos da ANPES, que todas as empresas que para cá vieram ou vêm levam de volta seu capital dentro de 5 anos, no máximo.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965)¹²

Examinando os termos do acordo com os Estados Unidos, José Ermírio relacionou, além dos privilégios concedidos ao capital financeiro norte-americano, o comprometimento político do golpe bonapartista com o bloco de poder daquele país. Segundo o senador pernambucano o jornal *Hanson's Latin American Letter*, de grande relevância e circulação nos meios econômicos e financeiros daquele país, revelava em editorial a conduta do governo brasileiro no momento do assalto ao poder pelos militares:

“Assinado o tratado de garantia de investimentos privados, o Presidente Castello Branco cumpriu os quatro compromissos que tomou, quando a Embaixada Americana permitiu o estabelecimento no Brasil de um regime sob controle militar. Eles têm agora as mãos livres para tratar dos civis que deram suporte à Revolução. Ele provou a si mesmo ser um homem de palavra independentemente dos prejuízos que possa ter infligido a seu próprio País nesse processo.” [E quais eram os quatro pontos acordados? Referiam-se] “às célebres AMFORP, HANNA, a este "Acordo de Garantias", e à Lei de Remessas de Lucros.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

O que fica evidenciada nesta revelação do senador, era uma dada intervenção política do imperialismo norte-americano que os castellistas sempre buscaram desmentir, procurando atribuir um sentido “nacionalista” ao golpe, ainda que Jayme Portella de Mello, o ideólogo da facção linha-dura nas Forças Armadas, tenha assegurado que se alguma relação existiu com os americanos, por certo deveria ter partido do grupo de Castello Branco.

¹² Em outro momento continuava o senador relatando as injustiças cometidas pelo referido Acordo: “desejaria acentuar que, da maneira como está redigido, o referido ‘Acordo’ oferece garantias ao investidor estrangeiro jamais concedidas ou mesmo sonhadas pelo nacional. E entre os estrangeiros, um tratamento preferencial e discriminatório em favor dos norte-americanos, numa verdadeira abdicação de nossa soberania. Não importam os torneios oratórios de Sua Excelência em favor de uma ‘soberania relativa’, que evidentemente contém em si mesmo uma contradição” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

Em 17 de junho de 1965, comparecia o ministro das Relações Exteriores, Leitão da Cunha, ao Parlamento para ser sabatinado. Na ocasião o senador pernambucano aproveitou para denunciar a inconstitucionalidade do Acordo, aprovado pela ditadura em 1965, que não havia passado pelo Senado, ferindo a competência exclusiva do Congresso Nacional. O contra-argumento era o de que estava em conformidade com o artigo 66 da Constituição Federal, que delegava ao presidente da República resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebrados com os Estados estrangeiros. Inconformado, o senador reafirmava ser mais democrático e legítimo um amplo debate no Legislativo, pois um acordo bilateral internacional pressupunha a anuência de ambas as partes para qualquer alteração de sua assinatura.

Para o senador, soavam estranhos os reais motivos daquele Acordo, na medida em que na ocasião vigiam tratados que garantiam a saída de investimentos estrangeiros de nosso país, como por exemplo, a Lei de Remessa de Lucros. Além disso, perguntava-se pela possibilidade de acordos semelhantes com outros países, que pleiteassem as mesmas condições. Em caso negativo, restavam duas questões: o porquê do privilégio dos irmãos do norte e quem sairia ganhando com tal atitude.

Naturalmente o ministro não se apertou. Buscou convencer seus ouvintes que o referido Acordo auxiliaria “a vinda de novos investimentos estrangeiros, não para substituir os investimentos nacionais, mas sim para suplementar os investimentos que fazem falta.” Segundo ele,

“o Acordo é indispensável, precisamente porque desejamos encorajar a vinda de novos capitais, num momento em que há certa retração de exportação de capitais, por parte dos Estados Unidos da América”, [daí a preocupação do governo brasileiro de] “celebrar Acordos desta natureza com outros países, cujos nacionais queiram fazer investimentos no Brasil. Assim, estamos em negociações com a República Federal Alemã, para um acordo de garantias; também estamos em negociações com a Suécia, para a assinatura de um acordo de bi-tributação” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

José Ermírio de Moraes, além de denunciar a subserviência e o favorecimento do capital norte americano, perguntava-se, ainda, se aquele era o momento adequado para assinarmos um acordo que oferecia tantas e tão exageradas garantias aos Estados Unidos. Como era sabido, os americanos enfrentavam uma crise decorrente, entre tantos outros fatores, da Guerra do Vietnã e da delicada situação das divisas internas norte-americanas – resultado da “guerra do dólar-ouro” levada à frente pelo general De Gaulle –, necessitando a volta dos investimentos feitos através de ajudas militares e despesas no estrangeiro. “Seria essa a hora exata de oferecermos tantas e tão exageradas garantias?”, perguntava-se o senador. Na lógica dos estrategistas da ditadura, sim. Era necessário atender às demandas da economia americana, caso contrário, ela iria restringir suas exportações de capital.

Além dessas considerações, o senador afirmava que “vigorando esse ‘Acordo’, os produtores nacionais ficarão ainda mais inferiorizados em relação aos seus competidores estrangeiros.” “Mais uma vez sob o risco de parecermos repetitivos”, lembrava, que a dupla Campos-Bulhões, escapavam do caminho vitorioso trilhado pelos norte-americanos que “encetaram decididamente seu processo de desenvolvimento, valorizando ao máximo o produtor nacional. Não deram favores aos estrangeiros” (Moraes *apud* Anais do Senado: 17/6/65) Ou seja, para José Ermírio de Moraes fazíamos exatamente o contrário do trajeto implementado pelos Estados Unidos na construção de seu desenvolvimento. O Acordo oferecia ao investidor estrangeiro condições jamais concedidas ou mesmo sonhadas pelo empresário e investidor nacional.

Referindo-se, ainda, à política externa do governo Castello Branco, afirmava que atrair a qualquer preço e custo, sem regulação e controle, os investimentos norte-americanos, significava uma ação entreguista, percebida até pelos meios de comunicação estrangeiros. O jornal inglês *The Economist*, de 5 de junho de 1965, sob o título de “Homens de Johnson” advertia que na América Latina, o governo brasileiro era o principal defensor da política expansionista norte-americana revelando uma reorientação “da tendência nacionalista doutrinariamente vaga, mas emocionalmente forte da ‘política exterior independente’ proposta pelo falecido Dr. Santiago Dantas, quando era Ministro do Exterior”. O jornal apontava, ainda, que Castello Branco, assim como seu assessor mais próximo, o general

Golbery do Couto e Silva (chefe dos Serviços de Inteligência e Propaganda) foram “estudantes e professores da Escola Superior de Guerra /.../ similar da Escola de Guerra de Washington” e que sabiam reconhecer que para a segurança brasileira, respaldados na cultura e tradição do país, era melhor alinhar-se ao oeste democrático, ficando “estratégica e economicamente de todo dependente dos Estados Unidos” (Moraes *apud* Anais do Senado, 13/7/65).

Era esta maneira de pensar que, segundo o senador, havia levado o Brasil a apoiar a intervenção americana na República Dominicana, apoio que incluiu até a remessa de tropas brasileiras, para dar uma certa realidade à até aqui simbólica força interamericana. Segundo suas palavras,

“o que desejo, como toda a Nação brasileira, é que o nosso Governo acerte, que realize o tão ambicionado bem comum, que reafirme cada vez mais nossa posição de país independente e livre. Mas não será com o envio de tropas para a República Dominicana, contra a opinião de toda a Nação, dos moços acadêmicos aos mais velhos/.../ Será que a verdade está somente conosco, enquanto todos esses países latino-americanos estão errados?” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1965).

José Ermírio também não dispensou a ironia ao tratar da atuação do Ministro das Relações Exteriores que afirmava estar o Brasil na liderança da América Latina: “Mas que triste e desencorajadora liderança, que a uma reunião, em Washington, de Ministros das Relações Exteriores dos países da América Latina, convocada para decisão sobre a remessa de tropas para a República Dominicana, só contou, além do Brasil, com a presença do Paraguai e do Haiti!” (Moraes *apud* Anais do Senado: 13/7/65).

Passado um mês da sabatina, em 13 de julho de 1965, o senador empresário traçou um quadro das condições econômicas norte-americanas, demonstrando que o país não tinha condições de exigir nada. Naquele momento, diferentes fontes internacionais indicavam a delicada situação da economia dos Estados Unidos, que impunha o retorno dos capitais

empregados em outras praças. O apelo para reduzir os investimentos em dólares no exterior era uma necessidade para a correção do déficit do balanço de pagamentos americano.

O pronunciamento feito pelo senador, em 20 de dezembro de 1966, confirmava, de certo modo, a crise porque, segundo ele, nem as amplas garantias dadas pelo governo de Castello Branco havia garantido a entrada dos capitais externos:

“Há dois anos e meio que ouvimos falar em investimentos estrangeiros. Demos tudo. Só faltou garantir-se o enfarte do miocárdio, como disse num discurso no Senado, no ano passado. Os investimentos estrangeiros no Brasil foram cinco milhões e quinhentos mil dólares, dos quais apenas setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos. O resto foi de países europeus.” (Moraes *apud* Anais do Senado: 1966).

Sendo assim, a reforma pela qual a economia brasileira passou para recepcionar os dólares “espantados” com a situação do pré 64, não foi suficiente para atraí-los. Citando um artigo da revista *BANAS Informa*, de abril de 1965, o senador denunciava que, em lugar de investimentos, houve saída de capital. Criticando a “política de mão estendida, de eliminação de áreas de atrito”, lembrava que os “dólares não vêm... em janeiro, não foram realizados investimentos estrangeiros no Brasil, houve, isto sim, desinvestimento, isto é, uma retirada de US\$ 352.000 pela Parker Pen, quantia esta que deveria ter sido aplicada em favor da firma Equipamentos Santa Rosa Ltda. Em suma, a vinda dos aportes necessários à economia brasileira não havia se concretizado, nem com as facilidades da nova lei de remessa de lucros e nem com a compra da Amforp, a chamada “área de atrito” das concessionárias, tido como o maior empecilho para a realização daqueles (*apud* Anais do Senado: 1965, Sessões 21^a a 38^a).

Para o senador, a questão do Acordo de Washington não passava de um trunfo para a economia norte-americana e seus aliados em solo brasileiro:

“não contém uma única cláusula favorável ao nosso país. Representa /.../ último elo da cadeia de aço que está esmagando a indústria e os industriais brasileiros, desesperançados de ver compreendido o seu desmedido, honesto e sincero nacionalismo /.../ entrega de nossa independência econômica e, por via de consequência, da nossa independência política a mãos estranhas”¹³ (Moraes *apud* Anais do Senado: 13/7/65).

Assim, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, José Ermírio votava e se pronunciava contra o Acordo por não julgá-lo útil, mas “profundamente ofensivo aos interesses nacionais /.../ [e] que tem sido severamente criticado pelos mais diversos setores da opinião pública brasileira”. Para ele o Acordo representava a adoção de uma “política diametralmente oposta a seguida, consciente e inteligentemente, pelos próprios norte-americanos, assim que, nos princípios do século, deram início ao seu notável processo de desenvolvimento” (Moraes *apud* Anais do Senado: 13/7/65).

Posto toda esta contextura e argumentação cabe, por fim, traçar um momento de talhe conclusivo. É, pois, o que segue.

¹³ Continuando, afirmava o senador: “Razões existem, demais, para nos opormos a este Acordo. Já fizemos quatro concessões imensas aos Estados Unidos – principalmente aos Estados Unidos. Primeiro, foi a compra das concessionárias, por um preço absurdo e sem pagar impostos; depois, a remessa de lucros; recentemente, a aerofotogrametria. Com relação às concessionárias, já tive oportunidade de informar que os Estados Unidos compraram a Inglaterra a ‘American Tramway Wisconsin’ a um preço que, se não me engano, foi de 370 milhões de dólares, dos quais tiraram uma soma fabulosa em impostos, mesmo durante a guerra! E aqui compramos as concessionárias e damos - lhes tudo de graça, sem pagar um tostão de imposto” (Moraes *apud* Anais do Senado: 13/7/65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que iniciamos uma pesquisa acreditamos que num dado momento haverá um ponto final. Porém, faz-se nítido que em sua própria substância toda pesquisa é, *lato sensu*, uma atividade inconclusa. Sabe-se que a produção de idéias é como um tracejar de determinações reflexivas, um fincar de estacas, deixando assentado um caminho, que sempre poderá ser ampliado, modificado, reelaborado. Tomando de empréstimo uma imagem criada por um filósofo, diria que esta tese se propõe a contribuir para mapear a história da burguesia industrial de nosso país. O que se alcança através do desvelamento das posições e procedimentos de um expressivo empresário nacionalista.

Ao argumentar, na *Ontologia do Ser Social*, sobre a problemática da investigação histórica, Lukács afirma: “Creio, então, que o caminho que devemos, e com o qual já entramos de cheio nos problemas ontológicos, é o da pesquisa genética. Isto é: devemos tentar pesquisar as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e ver em que condições estas formas fenomênicas podem tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas”. Preocupado em decifrar a lógica imanente dos objetos em sua objetivação histórica, ele complementa que: “a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior”. (Lukács, 1969: 15). Ora, se a sociedade é um “complexo de complexos”, na ontologia lukacsiana, o problema está em se buscar as conexões que articulam formas moventes e movidas de uma totalidade, cabendo assinalar que o ser social em sua existência efetiva é um ser complexo, plural, múltiplo, relacional, feito de formas diferentes em constante mudança. Além disso, “quanto mais uma coisa é complexa, tanto mais ilimitado, seja extensivamente seja intensivamente, é o objeto diante do qual se encontra a consciência do homem, de modo que mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo.” (Lukács, 1969: 17)

Estas considerações que nos servem de orientação metodológica, embasaram o estudo sobre o nacionalismo de José Ermírio de Moraes, que tentamos dar conta por meio da análise imanente, sua contextualização e finalidade histórica. Buscamos configurar as posições políticas da perspectiva nacionalista de um representante do grande capital, nas condições históricas da *via colonial* - no ser e ir sendo capitalismo, no qual, a “opção pela ordem” da burguesia brasileira foi a sua reprodução na condição de “parceiro menor” e subordinado do capital financeiro internacional. Esta couraça - a arma de uma ideologia

nacionalista - serviu para proteger e vingar os interesses empresariais, na medida do seu condicionamento histórico-social, interesses típicos do inacabamento de sua classe social, que também visava a instauração de um capitalismo nacional soberano. Todavia, como viabilizar a nossa soberania nacional, sem ter o portador revolucionário capacitado estruturalmente para este fim? O tema pode ser considerado superado, coisa do passado, porém, há que se perguntar: quantos estudos existem sobre os empresários ditos nacionalistas? Há que se perguntar sobre a nossa “Contribuição à história da sociedade burguesa”? E, além do mais, porque o problema teima em retornar?

Como visto, nos propusemos a destrinçar as dificuldades enfrentadas pela fração industrial da classe proprietária brasileira, na raiz, incapacitada estruturalmente de realizar cabalmente um projeto nacional, ao encastrar-se com a sua condição subordinada, a partir dos anos 50, em especial no período da intensa internacionalização de nossa economia, e, após o governo JK, durante a ditadura militar instaurada com o golpe de 1964.

Nesta medida, investigamos, sobretudo, a atuação dos segmentos do grande capital industrial que buscavam assegurar seus interesses materiais através de uma associação contraditória com os capitais financeiros forâneos. Reconhecendo a carência de trabalhos monográficos nessa direção, nossa pesquisa trilhou um caminho diferenciado para a compreensão deste fenômeno. Ou seja, a análise da individualidade de José Ermírio de Moraes, o fundador e proprietário do grupo Votorantim resulta, por sua figura ímpar, no processo de diversificação produtiva e constituição do capital industrial brasileiro, sendo que o mesmo não pode ser dito à segunda, terceira e futuras gerações –, justifica-se, assim, por sua atuação empreendedora, visível na alavancagem desse complexo industrial, e por sua relação com o Estado, tendo em vista a garantia de seus interesses particulares e os de sua fração de classe. Em que pese sua força para a construção dessa estrutura industrial e a supremacia econômica imposta aos trabalhadores, nele se condensa uma das expressões mais acabadas do capital atrofado. Nele, o nacionalismo acaba onde começa seus interesses mais imediatos. Ainda que hoje o grupo mantenha traços de uma grande empresa familiar, e seja um dos mais representativos do capital nacional, não tendo encontrado limites para expandir-se para o Canadá e Estados Unidos, onde possui três fábricas e já almeja a compra de outra em Portugal, insere-se, no entanto, numa economia subordinada e induzida de fora.

Não nos propusemos o caminho da construção biográfica do empresário, ou de projetar a história do grupo Votorantim que, na atualidade, cumpre mais de oito décadas de

existência. No entanto, ao analisarmos a prática política de José Ermírio se fez necessário traçar o itinerário de sua história de vida e um perfil de sua atuação empresarial. Quais manifestações concretas poderiam aparecer numa figura destacada que participa ativamente do processo industrial em nossa particularidade histórica? José Ermírio de Moraes encarna os limites e as contradições do ser social dos proprietários de via colonial: uma burguesia industrial incapacitada, historicamente, de realizar suas virtualidades materiais e políticas, vendo na forma conciliatória a possibilidade do exercício do poder, não dispensando o recurso ao Estado e aceitando a condição de sócio menor do capital hegemônico. Como conciliar o seu americanismo e fordismo com a superexploração da força de trabalho nacional? Como elevar o padrão de vida da classe trabalhadora mantendo-a sob severo controle social e policial?

Gorender entende que:

“Se nos voltarmos para o comportamento dos empresários individuais, não encontraremos uma posição única, mas uma gradação de atitudes. Numa ponta, colocar-se-ia o falecido José Ermírio de Moraes, sucessor de Pereira Ignácio na liderança do grupo Votorantim. Nele encontramos a expressão empresarial mais avançada do nacionalismo burguês. O interesse do seu grupo pela extração e industrialização de minérios (alumínio, ferro e aço, zinco, níquel, cimento) levou-o a prolongado confronto com os cartéis internacionais, enfrentados com êxito e sem aceitação de acomodações associativas”. (Gorender: 1982, 91).

Dessa feita, na história das relações entre o capital nacional e o estrangeiro em sua subordinação estrutural, essas relações nem sempre foram acomodados em processos harmoniosos. Polarizações e tensões necessariamente brotam na dinâmica contraditório do próprio processo de acumulação. Pense-se na atualidade quando algumas empresas – que primavam por seu crescimento contínuo e, no tempo curto, mudam de mãos e desaparecem num piscar de olhos. “Tudo que é sólido desmancha no ar!”, resumia sabiamente Marx. O caso conhecido da Metal Leve, um complexo empresarial familiar, no qual despontava entre outros o empresário José Mindlin, que teve de vender todas as suas ações para o capital alemão!

Nos valendo mais uma vez de Gorender, compartilhamos de sua análise quando diz:

“E embora tantas empresas nacionais isoladas já hajam sido absorvidas pelas multinacionais ou caído na concorrência com elas, é equivocado supor que a burguesia brasileira, em seu conjunto e representada pelo Estado, não dispõe de poder de oposição e de barganha quando lhe interessa enfrentar o capital estrangeiro. Este poder de oposição e barganha tem sido tanto mais eficaz quanto a burguesia brasileira já possui longa prática de exploração em seu proveito das contradições interimperialistas.” (Gorender: 1982, 93-94).

No entanto, não poderíamos deixar de lembrar que, ainda portadora de um nacionalismo restrito a seus interesses, a burguesia buscou e incentivou o capital internacional a investir na economia brasileira. Em seus próprios termos afirma Gorender, “O nacionalismo da burguesia brasileira não implica a rejeição do capital estrangeiro, mas sua cooperação demarcada pelas conveniências do capital nacional”. (Gorender: 1982, 93).

Por sua natureza politicista, os limites antepostos à atuação da burguesia nacional, forçaram o seu recurso ao Estado de natureza bonapartista, domínio imposto pela coerção, avesso radicalmente às conquistas democráticas vindas dos “de baixo” e, desse modo, consagrou em nossa formação histórica uma dominação autocrática pendular: num pólo, o terrorismo de classe aberto, a forma bonapartista, e, no outro, a institucionalização da autocracia burguesa, que expressa a democracia restrita dos proprietários, a transpirar seus interesses egoísticos, particularistas e exclusivistas. O empresário nacionalista, em sua história, deixou cristalino o lugar do capital estrangeiro, pois, o imperialismo usou os seus métodos violentos e impositivos a fim de obstaculizar a sua entrada na esfera da infraestrutura econômica. José Ermírio de Moraes não dispensou a atuação na esfera política, sendo uma constante em sua vida. Agindo inicialmente nos bastidores, em especial nas organizações corporativas, mais tarde, procurou o acesso direto ao aparelho de Estado, de modo a fazer com que seus interesses particulares de classe e o posicionamento das funções estatais assim como o controle e alocação dos capitais estrangeiros, se transformassem em soberania nacional. Em outras palavras, encaminhou-se para a esfera da política a fim de garantir seu propósito nacionalista, atacando diretamente os “entreguistas”, e a ameaça efetiva de uma guinada que se verificava não só no seu país, mas em toda América Latina, dos governos e da própria economia nacional em seu amálgama com os

capitais estrangeiros, em especial os norte-americanos. Momento este em que se estreitavam as possibilidades de um capitalismo nacional autônomo.

Ainda que seja parte integrante da burguesia industrial, podemos identificá-lo, nos termos gramscianos, como “intelectual orgânico”, ainda que não no sentido de formular um projeto econômico alternativo abrangente, que buscasse efetivar o desenvolvimento econômico autônomo. Em sua visão do mundo, cabia um lugar ao capital estrangeiro, desde que com funções sociais previamente estipuladas, ou seja, investido na produção industrial seria bem-vindo, desde que a alocação e o controle ficassem nas mãos do Estado nacional. Todavia, José Ermírio não se preocupou em articular interesses comuns, de setores aproximados, tais como frações democráticas da pequena burguesia, setores políticos nacionalistas radicais, categorias subalternas organizadas nos sindicatos, de perspectiva nacionalista. Pelo contrário, intimidou-se e recuou frente à força avassaladora do capital externo. Em nossa pesquisa, vimos que o seu “companheiro de viagem”, mais à esquerda, o empresário Fernando Gasparian, era o seu mentor político.

No plano político, estava longe de abraçar uma perspectiva de inclusão social abrangente para as categorias subalternas, como propunha, por exemplo, o “grupo compacto” liderado pelo sociólogo Guerreiro Ramos ou a mais radical de Leonel Brizola. José Ermírio admirava a técnica norte-americana do planejamento econômico e os padrões de racionalização administrativa, assim como, elogiava a lógica fordista como forma de controle operário. Em seus apontamentos, Gramsci assinalou que

“Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) conseguindo centrar toda a vida do país. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. (Gramsci, 2001: 247-8)

Esta lógica, nas condições da via colonial, mais uma vez, demonstrou a ambigüidade do empresário na busca de uma exploração de classe que em seu cotidiano necessitava de violência e aviltamento das condições materiais de vida dos trabalhadores.

Daí, a conciliação e acomodação com o historicamente velho. Inovação tecnológica com salários baixos. É certo, buscava ser classe dirigente, trazia as novidades tecnológicas do americanismo e fordismo, ao menos enquanto referência de planejamento econômico; mas, acomodou-se, como examinamos, sob as asas do terrorismo aberto exercido oficialmente pelo Estado brasileiro, a autocracia burguesa bonapartista, convivendo durante sua carreira senatorial sem se pronunciar criticamente contra a ditadura militar. Visava à retomada da democracia, mas nos moldes da “restauração da democracia” do castellismo. Sua retórica nacionalista agressiva sempre teve um destino bem restrito: a defesa de alguns espaços no processo de acumulação ameaçados pelos capitais estrangeiros. Foi, nesta direção, a cobrança de José Ermírio por uma regulação e controle maior do Estado na esfera econômica. Tratava-se da defesa, não de um Estado-empresário, mas de um Estado à semelhança do poder norte-americano wilsoniano, que protegia, representava e preservava, de fato, os interesses dos capitais privados nacionais.

Estamos, assim, diante de um representante daquilo que entendemos por burguesia de via colonial, cujas determinações só podem ser entendidas e percebidas se compreendidas à luz da especificidade do capitalismo em nossa formação. Vimos, também, que a burguesia de via prussiana é tardia, retardatária. Todavia, ela se emancipa economicamente, atingindo o padrão monopólico de burguesia imperialista, não custa reiterar, na condição hegemônica de capital autônomo. A burguesia brasileira, além de ser “o fruto feito carne” do capitalismo hiper-tardio, desenvolve-se quando o mundo já está partilhado pelas potências imperialistas – estas enquanto capital superproduzido – e a revolução bolchevique já tinha se tornada realidade. Nasce, dessa forma, com medo de tudo perder. O tratamento da nossa particularidade é o que, acreditamos, nos permitiu apreender a singularidade dessa categoria social do capital atrofico subordinado.

Essa questão nos sugere pensarmos sobre a querela acerca da existência de uma “burguesia nacional”, cujo ser social seria moldada por sua “radicalidade democrática e antiimperialista”; posição que tinha no Partido Comunista Brasileiro, sob a liderança do “Cavaleiro da esperança”, o proto-stalinista Luiz Carlos Prestes, seu maior defensor. Falar em “nacional” remeteria à caduca teoria defendida pelos reformistas stalinistas que supunha um possível “acabamento da revolução nacional-democrática” liderado pelos proprietários nacionais, por sua vez, ancorados e empurrados pela classe operária e parcelas empobrecidas do campesinato brasileiro.

A esquerda nacionalista acreditava na impulsão do “Terceiro Estado” ao poder a fim de efetuar as denominadas Reformas de base que compreendiam desde a reforma agrária, a educacional, a econômica, a sindical, a política, entre outras. Esta concepção reformista, cuja transformação se daria por via pacífica, uma espécie de “revolução sem revolução”, tomava de empréstimo o encadeamento histórico extraído da “via clássica” de objetivização capitalista, sem o Terror, supondo uma categoria social revolucionária, o nosso “Terceiro Estado”, ao menos garantido por um segmento dos proprietários nacionais, uma vez que a outra parte já estava compromissada com o imperialismo.

Uma das figuras mais representativas desta aposta na revolução nacional se encontra no historiador Nelson Werneck Sodré, que em sua formulação por fases aponta para “a etapa da revolução burguesa de novo tipo”, numa espécie de menchevismo à brasileira sob condução hegemônica da “burguesia nacional” que empurrada taticamente por um arco popular expurgaria as sobrevivências do latifúndio feudal e as intervenções imperialistas. O socialismo ficaria como projeção num futuro distante após a completude do capitalismo nacional autônomo. Desse modo, esta concepção irrazoável e infundada – sem nenhuma ancoragem nas determinações sociais de nossa formação histórica – se funda na radicalidade dessa categoria social, a burguesia brasileira, no enfrentamento com o capital estrangeiro. Segundo o historiador:

“A caracterização como *democrática e nacional* do tipo a que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para liberar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas. /.../ Não se trata de simples questão formal. Porque, como conseqüência, permite concluir que se trata do *acabamento da revolução burguesa*, em nosso país, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar”. (Sodré, 1978:246-247)

Esta análise se prendia à visualização de duas frações burguesas na realidade brasileira, uma, francamente, submetida ao imperialismo, e a outra, uma *burguesia nacional*, cuja “presença ativa”, demonstrava Nelson Werneck Sodré:

“/.../ está assinalada em sua resistência ao imperialismo, em sulcos demasiado profundos que só os cegos não vêem: no papel do setor estatal da economia, na expansão do cooperativismo, na aceitação e na adoção do planejamento econômico, e até na imitação de formas e métodos de governo correntes em países socialistas, capazes de acelerar o desenvolvimento, para não falar na já extensa legislação que trás a marca de seus interesses e de sua atividade, nas campanhas a que ela emprestou a sua ajuda”. (Sodré, 1978:248)

Acreditava-se, pois, nesse período, para além da possibilidade de completude econômica do capital atrofico, propiciar sem nenhum entrave dos “resquícios feudais” e da voracidade estrangeira, o desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo. Assim, sem meias nem peias, os reformistas prestistas acreditavam que a revolução democrática desempenharia o mesmo papel que as nações “socialistas” e as emancipadas do domínio colonial na luta contra o imperialismo.

Outro antigo membro pecebista, contemplando a categoria gramsciana de *revolução passiva*, supõe que não só esta formulação cabe à burguesia brasileira mas também que foi uma substância comungada pelas elites políticas, o movimento sindical e, em especial o PCB. Nessa direção, Luiz Werneck Vianna assegura:

“A *Declaração de Março*, do PCB, em 1958, pela primeira vez na história da esquerda do país, se identifica com uma proposta de ruptura que não inclui como necessário um ‘momento explosivo de tipo francês’. Com essa Declaração, a *revolução passiva* deixa de ser o cenário exclusivo das elites, passando a incorporar o projeto de ação do ator da antítese, cujo objetivo é o de introduzir o elemento ativo no processo de transformismo que estaria em curso: ‘O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país’ (PCB, 1980: 22). Não se trata, pois, de denunciar ‘a revolução sem revolução’, mas de percebê-la em

registro positivo com a finalidade de ativar o *gradual* e o *molecular*".
(Werneck, 1997: 19. Grifos nossos.)

Todavia, numa outra perspectiva no interior do mesmo partido, outro historiador, bem mais refinado e colado às determinações histórico-concretas, questionava esta crença na efetividade de uma *burguesia nacional*, que se posicionasse de modo revolucionário na luta contra o imperialismo, posto que o exame da estruturação da produção apontava para o fato de que

“os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma burguesia ‘nacional’ antiimperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução”. (Prado Jr., 1966:110-111)

A posição de Caio Prado Jr. descartava, de modo preciso, a possibilidade de uma luta autonomista da burguesia brasileira, uma vez que esta se articulava com o capital estrangeiro desde a sua gênese e ainda contava com a prática de gestores que a favoreciam:

“Paralelamente e ligada a essa política de favorecimento dos interesses imperialistas, estava a promoção do grande capital nacional, seja por estímulos creditícios (para o que funcionava o Banco de Desenvolvimento Econômico, dirigido pelo mais puro expoente da economia capitalista, Roberto Campos, e que, reunindo capitais arrancados através de empréstimos forçados do conjunto dos contribuintes brasileiros, o adicional do imposto de renda, dele se servia para financiar as grandes empresas), seja pela inflação, que reduz os salários reais e acrescenta com isso os lucros capitalistas”.

Desse modo, Caio Prado extrai esta lógica desde a exercitação do governo JK como um momento de crescente associação subordinada:

“Entreguismos e inflação em escala sem precedentes, foi isso o essencial do governo Kubitschek, sem contar as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do Estado e da Nação, como em particular no caso da construção de Brasília. E foi isso que levou, de um lado, ao total enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista, e doutro, à redobrada exploração do trabalho pelo capital (que é a consequência mais direta e imediata da inflação), e à decorrente concentração e acumulação capitalistas em proporções jamais vistas no Brasil. Nunca se enriqueceu tanto no Brasil como nestes ‘50 anos de desenvolvimento em 5’ do governo Kubitschek, como também se empobreceu tanto e tão rapidamente. O que, disfarçado pela euforia inflacionária e especulativa desses últimos anos, começa agora a se fazer sentir bem claramente.” (Prado Jr., 1977: 25-26)

Não seria preciso muita tinta para reviver este debate no seio das esquerdas – e sem apagar a irresponsabilidade dos protagonistas internos –, é inegável a influência ideológica das formulações stalinistas da Terceira Internacional, mais uma vez equivocadas, no que tange ao papel das burguesias locais a fim de realizarem as tarefas democrático-burguesas com apoio das massas populares.

Ainda sobre essa temática, a especificação da natureza social da classe dos proprietários em nossa formação, há que destacar o esforço de Fernando Henrique Cardoso que reflete sobre a participação dos “empreendedores industriais” no desenvolvimento econômico do país. Em oposição à tese pecebista, Cardoso extrai a seguinte conclusão sobre a possibilidade da completude da revolução burguesa no Brasil,

“/.../ dado que nunca chegou a completar-se no Brasil o que se poderia chamar de ‘revolução burguesa’, o ritmo de transformação das instituições políticas e de participação das ‘forças populares’ nas decisões políticas é

lento e instável: ora as pressões populares crescem, assustando as forças dominantes, ora os mecanismos de preservação da antiga estrutura patrimonialista desenvolvem amplos ‘acomodações’ que resultam no amortecimento das reivindicações populares sem alterações reais na situação de fato.” (Cardoso, 1972, 188)

Sendo que nessas condições qualquer arremedo de alteração do *status quo* aparece como algo ameaçador, seja por partir de interesses populares seja em benefício da própria acumulação industrial, que acabaria por afetar o historicamente velho. Nesse sentido, Cardoso aponta para a encruzilhada que se põe para o setor industrial:

“Novamente a burguesia industrial fica entre dois fogos: não sabe se apóia com decisão e energia as massas populares que se exprimem pelas organizações sindicais, pelos grupos nacionalistas ou através de frações políticas mais radicais – ou deve aliar-se ao ‘partido da ordem’. Na primeira hipótese, teme a ‘revolução’, na segunda, o ‘imobilismo’. Por isso, a ideologia burguesa reflete sempre o temor do povo, transfigurado em ‘proletariado revolucionário’. Mesmo quando não, objetivamente, não há uma situação revolucionária, a burguesia industrial teme a ‘revolução iminente’.” (Cardoso, 1972: 189)

Em verdade, aproximando-se das teses caiopradianas sobre a economia subordinada, mas também delas se distanciando, Cardoso sustenta que a diferença entre os “dois populismos” o de Vargas e o de JK, derivam do fato de que no segundo, a presença do capital estrangeiro potencializa o nosso desenvolvimento. (Cotrim: 2001) Ora, com isso, Cardoso tenta demonstrar que a nossa “emancipação econômica” passa ao largo das forças nacionalistas, uma vez que o impulso tecnológico e financeiro sob a indução imperialista passa a ser decisivo para o nosso desenvolvimento industrial. A partir do governo JK, com a capitalização mediante recursos externos, assegura Cardoso, o vetor da dinâmica interna se verifica na direção da produção seletiva de bens de consumo duráveis. A este fortalecimento do capital industrial na *forma associada* e, num certo sentido, sem minar por completo os interesses do setor exportador, Cardoso denomina as determinantes da “via mexicana” do desenvolvimento, na qual o “impulso que o investimento estrangeiro

dá a esse processo permite acelerar a incorporação seletiva na economia industrial de certos setores operários e outros técnico-profissionais”. Se a política getulista permitiu a edificação de uma base material para este desenvolvimento, agora sob a gestão de JK, esta seletividade do contingente operário mais qualificado tecnicamente para este padrão, engendra, na verdade, uma acentuada exclusão social, pois, ao se reforçar o setor industrial, mesmo numa esfera restringida do mercado, se permite o engendramento de renda para a necessidade sistêmica do processo de modernização no capitalismo periférico. Ao analisar a teoria do capitalismo dependente de Fernando Henrique Cardoso, Cotrim alinhou que, nessa dinâmica subordinada,

“solucionam-se os problemas do capital, distendendo as possibilidades deixadas pela ‘substituição de importações’ no antigo padrão, implantando-se o processo associativo de desenvolvimento dependente, que aprofunda a exclusão humana na periferia, ‘mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento’. Esse desenvolvimento, contudo, diz respeito ao capital em processo nos países subdesenvolvidos, ‘é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência’. Põe-se aqui um processo ‘compatível com a relação de forças das classes em luta’.” (Cotrim, 2001)

Feito essas considerações, ao recusarmos a utilização da “via prussiana” como paradigma para o caso brasileiro, chamamos a atenção para o fato de sua verdade concreta para certas singularidades históricas do mundo europeu. Aqui, entretanto, o recurso à “via passiva”, basicamente pelo grupo eurocomunista, esbarra num outro “complexo divergente e diferente” tomado em sua historicidade, e traz embutida a perspectiva política da “democracia de massas”, pagando alto tributo ao liberalismo, e não ao projeto revolucionário de Gramsci. Por isso, insistimos em outra estrutura conceitual – a via colonial de objetivação capitalista, extraída ontologicamente de nossas próprias condições históricas, sem, contudo, perder a sua determinação como forma não-clássica, portanto, forma particular de objetivação do capital para a nossa particularidade histórica.

Em nossa formação se desenvolveu uma série de “engenhos de triturar carne humana”, como repetia Darcy Ribeiro, que conheceu desde as formas perversas de escravizações, às expropriações das majorias que vivem em seu território; de suas

corrupções, por certo, esta é a maior de todas: a intensa exploração e expropriação a que é submetida a maioria da população brasileira.

Somos uma nação, mas não da maioria dos brasileiros. A nossa esquerda sempre ambicionou a emancipação nacional – até hoje a nossa soberania é batida no peito – todavia, sem se questionar acerca das possibilidades e alternativas concretas a partir da própria produção e reprodução da vida material. Ambiciona, assim, uma soberania nacional sem uma burguesia emancipadora. Subtraindo de sua utopia, as origens e desdobramentos históricos desse “embrião maldito”:

“Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida, e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria”. (Chasin:1986, 5).

Se a origem é antiga, a idéia do capitalismo autônomo ganhou força em vários momentos da vida nacional, por exemplo, na década de 60, cujo embate com as burguesias associadas lhe assesta uma derrota sem retorno. Com alta liquidez no mercado internacional e o golpe de estado de 1964 a lhe garantir a estabilidade política, o capital estrangeiro pode penetrar de modo pleno e intensivo na economia brasileira. Com isso, deslocou a burguesia brasileira do centro de poder. Daí, a forma fenomênica das contradições e ambigüidades. Como um estado burguês se impõe, em certa medida, contra o próprio capital nacional? Por que promover uma recessão generalizada – com o PAEG do castelismo –, quebrando as pequenas e médias empresas brasileiras, gerando a formação de conglomerados financeiros e pondo os capitais estrangeiros em postos-chave da economia nacional?

A defesa do projeto do capitalismo nacional incorria no equívoco de supor um patamar de desenvolvimento próximo ao desenvolvido pelo fato de sua ruptura. Isto,

segundo o autor, sugeria “um inverossímil sistema capitalista internacional formado pela justaposição de parcelas similares”. De outra parte, para os teóricos da modernização, declarando a impossibilidade da autonomização, não distingue as diferenças essenciais entre o pólo hegemônico, dominante, e o pólo atrofiado, subordinado. Com isso, “projeta o acabamento do capital atrofico em termos de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional”. Dessa forma:

“/.../ as duas posições perseguem a completude do capital, a primeira contra, a segunda através do capital metropolitano. A primeira sucumbe à *utopia da autonomização*, a segunda ignora acriticamente o caráter desigual e combinado do desenvolvimento, que leva cada processo de integralização do capital atrofico a reproduzir, em novo grau, sua incompletude. De sorte que, ao sonho arcaico do capitalismo autônomo, consciente ao menos do lugar da batalha, corresponde a moderna quimera desgraciosa de civilizar o imperialismo, de humanizar o capital em meio à produção destrutiva”. (Chasin: 2000, 214-5).

A idéia de capitalismo autônomo, esteve na pauta mais uma vez, ao menos, em duas eleições presidenciais. Numa delas, após quase três décadas sem eleição presidencial – a de Jânio Quadros datava de 3 de outubro de 1960 –, a perspectiva nacionalista se impunha. Na “Campanha pelas Diretas-Já!”, que tiveram o seu cume nas manifestações populares de fins de 1984, e, também, nas últimas eleições, no entrada do novo século, mais uma vez se repôs a sua necessidade, porém, um projeto nacional com tons passadistas, para não dizer retrógrados, que propunha a retomada do “nacional-estatismo”, a fim de que o país superasse na raiz a política neoliberal dos “tucanos” apeados ao poder, numa aliança com os setores mais conservadores da política nacional afinados com a idéia da impossibilidade estrutural de autonomia do nosso capitalismo, mas, que por meio da “vontade política” poderia se obter uma “boa inserção” na mundialização das trocas, uma vez que país precisaria ter uma “política inteligente” para colher os novos frutos científicos-tecnológicos dos tempos globalizados. Acreditava-se que a nossa economia não mais se subordinasse à lógica dos “capitais puros”, os especulativos. E, num certo sentido, a economia nacional se voltaria exclusivamente “para dentro”. Esta crença atingiu em cheio o cérebro de boa parte de nossa intelectualidade de esquerda. Os que agora chegaram

a se satisfazer com a fartura de “coisas boas” dadas pelas “regalias do poder”, que acreditavam que somente as “elites conservadoras” poderiam usufruir, também acreditavam que tudo residia na “ação política”. Uma parte da academia, uma certa intelectualidade “marxista”, depositou todas as suas esperanças na aliança entre o “novo sindicalismo” e o “antigo nacionalismo” da burguesia brasileira. Tanto foi assim que ambos - o capital nacional e o operariado trade-unionista - estavam agora não só representados, mas entronizados no centro do poder político. O susto foi imediato: as ilusões duraram apenas o tempo das festividades. Aquela intelectualidade de esquerda, de sopetão, passou a acusar que o “novo bloco histórico”, que viria a constituir uma “nova classe social”, com seu “comprometimento pelo alto” acabou se submetendo às determinações da lógica da globalização, dando seguimento à política anterior, poderia criar o pior dos mundos: um “populismo renovado”.

Uma de suas melhores cabeças, o economista Francisco de Oliveira, em sua “Oração a São Paulo: a tarefa da crítica”, cobrou o poder econômico paulista de não ter obtido sua hegemonia “para varrer os estigmas de uma má-formação republicana, antidemocrática e anticidadã; ao contrário, aproveitou-se e foi o epicentro mesmo da modernização conservadora, nesta especial “via passiva” brasileira”. (Oliveira: 2003, 43).

Por sua vez, no “Prefácio com perguntas”, Roberto Schwarz assinala que o autor de *O Ornitorrinco* considera que no momento da fase do “subdesenvolvimento”, diante das alternativas postas, regidas pela segunda revolução industrial, haveria uma brecha para a transformação social, ainda que fora vencedora a escolha da burguesia – o seu destino trágico, a sua compleição subordinada e incompleta, posto que

“Para o período do subdesenvolvimento, Francisco de Oliveira insiste na *opção* das classes dominantes por formas de divisão do trabalho que preservasse a dominação social corrente, ainda que ao preço de uma posição internacional medíocre. Retomo o argumento de Fernando Henrique Cardoso, que pouco antes do golpe de 1964 dizia, contrariando a voz comum na esquerda, que a burguesia industrial havia preferido a ‘condição de sócio-menor do capitalismo ocidental’ ao risco de ver contestada a sua hegemonia mais à frente. Diante dessa desistência *histórica*, o candidato a levar avante o desenvolvimento econômico do país passaria a ser a massa urbana organizada. ‘No limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo?’.” (Schwarz *apud* Oliveira, 2003: 3).

Esta alternativa “subcapitalismo ou socialismo?” foi equacionada por Fernando Henrique Cardoso (posteriormente, por sua própria pena, completamente abandonada) no livro sobre o empresariado industrial. Roberto Schwarz continua seu comentário crítico dizendo que,

“A quarenta anos de distância, Francisco de Oliveira vai catar naquela mesma desistência um inesperado grão de otimismo, mas de otimismo para o passado, que por contraste escurece o presente: se houve escolha e decisão, a ‘porta da transformação’ estivera aberta. Mesmo não aproveitadas, ou deliberadamente recusadas, as brechas do período circunscrito pela Segunda Revolução Industrial – quando ciência e tecnologia ainda não estavam monopolizadas – existiam.” (*Ibid*, p. 13-14).

Nossa pesquisa enveredou também sobre a querela entre duas posições ideológicas que nascem no seio das classes dominantes. Da perspectiva da burguesia associada, um de seus principais ideólogos, Roberto de Oliveira Campos, apontou com sua verbosidade liberal para a frouxidão do nacionalismo de José Ermírio de Moraes. Nas disputas entre o senador da república e o então ministro do planejamento, evidenciamos que, nesse confronto, o formulador do PAEG desejava liquidar “as formas degeneradas do nacionalismo”. Em especial, o de raiz “populista”, pois, arcava com promessas que a lógica da reprodução capitalista não podia respeitar. Se ambos consentiam que a missão crucial do nacionalismo fosse a constituição da unidade da nação, que compreende os marcos da territorialidade, com a regência de uma economia de mercado, a integração de suas várias partes e regiões sob o federalismo, a centralização política para o exercício da soberania nacional a fim de tornar possível o pleno desenvolvimento do capitalismo – , a questão que se coloca é, então, o que os punham em situações conflituosas?

É sabido que em sua gênese histórica, a nossa burguesia não efetiva nem os seus interesses econômicos e tampouco os políticos, para falarmos no sentido abalizado por Engels. Porém, este autor enfatizava que, no plano econômico, a burguesia alemã conduzia à radicalidade os seus próprios interesses. Em nosso caso, ao contrário, vimos como a nossa burguesia ficara no meio do caminho e também como se transmuta em liberal sem ser democrática.

Segundo Roberto Campos, sem retoques, o nacionalismo é apenas um nome. O que se pode divisar, espezinjava, é a existência de vários tipos de nacionalistas. O leque

abrigava desde os nacionalistas totalitários de direita e chegava-se na outra ponta, com os de esquerda. As gradações eram variadas. Entretanto, o ideólogo conservador combatia permanentemente a possibilidade de um “getulismo de massas” e as conseqüências nefastas – para a economia de livre mercado – da “algaravia populista”. O nacionalismo “populista” sempre desemboca no caos social, na crise econômica e no acirramento das classes. Ali estava João Goulart a lhe confirmar a crítica. O ideólogo da direita combatia o “irracionalismo” do nacionalismo brasileiro. O nacionalismo no mundo moderno só se justificaria por sua posição no leito da história. Os países africanos e asiáticos, considerava, fazia sentido a fundação do estado-nação. As comunidades tribais deveriam desaparecer para dar lugar às sociedades nacionais. Todavia, o Brasil já de longa data tinha sua soberania política e não corria risco de desagregação. O seu território já estava unificado. O que seria uma tarefa de urgência para o nosso país seria abandonarmos a idéia segundo a qual o capitalismo nacional pode ser autônomo. Não há que impor limites para o capital estrangeiro se a nossa exigência é por recursos financeiros e inovações tecnológicas. Mesmo para o “intelectual orgânico” das burguesias associadas, Delfim Netto – à época, no trabalho de Élio Gaspari, o economista arrecadava a dinheirama entre os empresários com a finalidade de financiar os órgãos de tortura, no caso, a OBAN –, nós não possuíamos uma poupança interna para alavancar a nossa economia. Então, a tarefa seria simples: recorrer aos empréstimos dos capitais financeiros internacionais. Era preciso recorrer à poupança estrangeira, via empréstimos sempre renováveis.

Segundo o “sorbonista” Castello Branco, as reformas de base, estruturais, não deveriam ficar nas mãos dos “demagogos e oportunistas”. Assim se operacionalizava a ideologia do grupo castellista: “Se o chamado governo da revolução empreender agora as reformas, que aliás não são apanágio de um grupo político, estará realizando o que a democracia brasileira necessita e evitará, grandemente, que a demagogia e a subversão retomem, como de sua exclusividade, a bandeira reformista”. (Branco: 1964, 62).

Mais uma vez, a retórica mudava de lado, a “restauração da democracia” é anunciada por parte da ditadura militar. Nos termos castellistas, “o nacionalismo é indubitavelmente um dos grandes motores da história humana. É indispensável ingrediente na unificação de comunidades dispersas na construção de nações recentemente emergidas do domínio colonial, na galvanização de esforços após guerras perdidas, na formação de motivação para o desenvolvimento.” (Branco: 1967, 63).

Além disso, o nacionalismo é positivo quando possa atenuar as lutas de classe. Ao combater a posição dos nacionalistas, inclusive a expressa pelos empresários nacionalistas, o marechal Castello Branco escreve:

“Na medida em que é manipulado por certos grupos para evitar a concorrência e manter posições de mercado, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que mantém aprisionados no solo recursos minerais enquanto não se tem capital para explorar, em que é manipulado pela esquerda alienada para impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do Ocidente - o nacionalismo viciado passa a ser altamente negativo, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico senão também do de segurança nacional.” (Branco: 1967, 63).

É sabido que um dos pilares da acumulação monopolista subordinada, no período em que examinamos os discursos políticos de José Ermírio de Moraes, foi a política salarial inteiramente construída “pelo alto”, na qual não haveria objetivamente aumentos salariais, programados para serem anuais, pois, a sua lógica deveria resultar num mero reajuste, porém a sua fórmula matemática assim o impedia, resultando obviamente na superexploração da força de trabalho. Quanto a isso, as forças do capital se irmanam. Ao defender a política do arrocho salarial, Roberto Campos disse:

“Longe de revelar indiferença social, a fórmula de contenção salarial do governo Castello Branco era em si eminentemente racional. Abandonava-se a tradicional recomposição dos salários pelo ‘pico’ – rapidamente corroído pela inflação – em favor da recomposição do salário real dos últimos 24 meses, que foi o que a economia realmente pôde dar ao assalariado. A isso se agregam um coeficiente estimado de produtividade e metade da taxa da inflação programada (tendo e vista que os reajustamentos salariais seriam anuais)”. (Campos: 1994, 630).

Quando questionado diante das “novas relações” que o grupo Votorantim com o capital estrangeiro, que tanto seu pai combateu, Antonio Ermírio de Moraes se saiu com

esta: “Sou nacionalista, mas não sou burro!” No terreno minado da mundialização do capital, estaria a empresa familiar em extinção? Um breve perfil do sucesso do aglomerado pode ser medido pelos resultados nos últimos anos. Face à expansão de demanda e nos investimentos em suas *commodities* que se expandiram tanto na área de metais, em especial o alumínio, como também na produção de celulose e papel, o grupo Votorantim obteve um crescimento notório, tomado por seus dirigentes como uma performance tipo China, mais de 11% ao ano. O laudatório é justificado pelo fato de terem uma “expansão baseada em gestão de caixa” no quadro estagnante da economia brasileira. Os dados considerados dos mais alvissareiros revelam um faturamento líquido em torno de R\$ 13, 84 bilhões no ano passado contra a receita de R\$ 10, 775 bilhões. A projeção para 2004 está estipulada em torno de R\$ 15, 67 bilhões. A nova orientação do Grupo é se lançar cada vez mais no mercado internacional. Hoje, o Grupo Votorantim sob o comando de Antonio Ermírio de Moraes possui três fábricas em dois países: EUA e Canadá. Face à nossa estagnação, suas vinte fábricas de cimento estão com capacidade ociosa e , para se livrarem desse quadro negativo, o grupo ambiciona comprar cerca de 41% do capital da segunda maior fábrica de Portugal. O segredo de seu êxito reside no fato de que já dispõe em seu caixa o valor de US\$ 1 bilhão de dólares para tentar essa aquisição, somada à captação de recursos a custos muito mais baixos e prazos mais confortáveis graças à internacionalização. (“Impulsionado por metais e celulose, Votorantim prevê crescimento de 13%”, por Ivo Ribeiro, de São Paulo, in: Caderno B, Jornal *Valor Econômico*, 15 de janeiro de 2004.)

E, arrematando a argumentação, importa marcar que concordamos com René Dreifuss, quando afirma a existência de um nacionalismo mas sem nacionalistas. No entanto, há que adensar esta colocação. Em nossa forma particular de objetivação capitalista, inexistiu a portadora clássica da transformação que conduziu a superação de nossas mazelas estruturais e que pudesse efetivar a universalização da cidadania, mesmo mantidos os pilares, a tal ponto que, no plano material, no nível mais imediato da produção e reprodução da vida social, pudesse atender em sua plenitude as necessidades da maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos Consultados

Arquivo Público do Estado de São Paulo - SP

Arquivo da Associação Brasileira do Alumínio - SP

Arquivo Edgard Leuenroth - SP

Arquivo da FIESP - SP

Arquivo da Eletropaulo - SP

Bibliotecas

Biblioteca Associação Comercial de São Paulo -SP

Associação Brasileira de Cimentos Portland - SP

Biblioteca do Senado Federal – DF

Biblioteca da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – RJ

Biblioteca Nacional – RJ

Biblioteca Roberto Simonsen - SP

Biblioteca Mario de Andrade - SP

Entrevista

Fernando Gasparian

Fontes Impressas

Boletim Informativo CIESP / FIESP. ano I, vol I, nº 1, 10 de outubro,1949.

_____. ano I, vol I, nº 2, 17 de outubro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 3, 24 de outubro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 4, 31 de outubro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 5, 7 de novembro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 7, 21 de novembro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 8, 28 de novembro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 9, 5 de dezembro, 1949.

_____. ano I, vol I, nº 10, 12 de dezembro, 1949.

_____. ano I, vol III, nº 25, 27 de março, 1950.

_____. ano I, vol III, nº 26, 3 de abril, 1950.

_____. ano I, vol III, nº 28, 17 de abril, 1950.

_____. ano I, vol IV, nº 46, 21 de agosto, 1950.

_____. ano I, vol V, nº 52, 2 de outubro, 1950.

_____. ano II, vol V, nº 54, 16 de outubro, 1950.

_____. ano II, vol V, nº 56, 30 de outubro, 1950.

_____. ano II, vol V, nº 59, 20 de novembro, 1950.

_____. ano II, vol VI, nº 61, 4 de dezembro, 1950.

_____. ano II, vol VI, nº 64, 25 de dezembro, 1950.

_____. ano II, vol VI, nº 66, 8 de janeiro, 1951.

_____. ano II, vol VI, nº 67, 15 de janeiro, 1951.

_____. ano II, vol VI, nº 68, 22 de janeiro, 1951.

_____. ano II, vol VI, nº 69, 29 de janeiro, 1951.

_____. ano II, vol VI, nº 71, 12 de fevereiro, 1951.

_____. ano II, vol VII, nº 73, 26 de fevereiro, 1951.

_____. ano II, vol VII, nº 74, 5 de março, 1951.

_____. ano II, vol VII, nº 76, 19 de março, 1951.

_____. ano II, vol VII, nº 83, 7 de maio, 1951.

_____. ano II, vol VIII, nº 87, 7 de junho, 1951.

_____. ano II, vol VIII, nº 88, 11 de junho, 1951.

_____. ano II, vol VIII, nº 89, 18 de junho, 1951.

_____. ano II, vol VIII, nº 96, 6 de agosto, 1951.

_____. ano II, vol IX, nº 97, 13 de agosto, 1951.

_____. ano II, vol IX, nº 102, 17 de setembro, 1951.

_____. ano III, vol X, nº 109, 5 de novembro, 1951.

_____. ano III vol X, nº 116, 24 de dezembro, 1951.

_____. ano III, vol X, nº 118, 7 de janeiro, 1952.

_____. ano III, vol X, nº 120, 21 de janeiro, 1952.

_____. ano III, vol XI, nº 126, 3 de março, 1952.

_____. ano III, vol XI, nº 129, 24 de março, 1952.

_____. ano III, vol XI, nº 132, 14 de abril, 1952.

_____. ano III, vol XI, nº 132, 21 de abril, 1952.

_____. ano IV, vol XV, 30 de março, 1953.

_____. ano IV, vol XVI, 6 de abril, 1953.

_____. ano IV, vol XVI, 6 de julho, 1953.

_____. ano IV, vol XVIII, nº 201, 10 de agosto, 1953.

_____. ano IV, vol XVI, nº 205, 7 de setembro, 1953.

_____. ano IV, vol XVIII, nº 208, 28 de setembro, 1953.

_____. ano IV, vol XVIII, nº 209, 5 de outubro, 1953.

_____. ano IV, vol XVIII, nº 210, 12 de outubro, 1953.

_____. ano V, vol XVIII, nº 214, 9 de novembro, 1953.

_____. ano V, vol XVIII, nº 215, 16 de novembro, 1953.

_____. ano V, vol XVIII, nº 216, 23 de novembro, 1953.

_____. ano V, vol XXI, nº 258, 13 de setembro, 1954.

_____. ano V, vol XXII, nº 259, 20 de setembro, 1954.

_____. ano V, vol XXII, nº 261, 4 de outubro, 1954.

_____. ano VI, vol XXIII, nº 271, 13 de dezembro, 1954.

_____. ano VI, vol XXIII, nº 274, 3 de janeiro, 1955.

_____. ano VI, vol XXIII, nº 275, 10 de janeiro, 1955.

_____. ano VI, vol XXIII, nº 276, 17 de janeiro, 1955.

_____. ano VI, vol XXIV, nº 279, 7 de fevereiro, 1955.

_____. ano VI, vol XXIV, nº 282, 28 de fevereiro, 1955.

_____. ano VI, vol XXIV, nº 284, 14 de março, 1955.

_____. ano VI, vol XXIV, nº 285, 21 de março, 1955.

_____. ano VI, vol XXV, nº 288, 11 de abril, 1955.

_____. ano VI, vol XXV, nº 289, 18 de abril, 1955.

_____. ano VI, vol XXV, nº 294, 23 de maio, 1955.

_____. ano VI, vol XXVI, nº 297, 13 de julho, 1955.

_____. ano VII, vol XXVIII, nº 315, 17 de outubro, 1955.

_____. ano VII, vol XXIX, nº 320, 21 de novembro, 1955.

_____. ano VII, vol XXIX, nº 321, 28 de novembro, 1955.

_____. ano VII, vol XXIX, nº 325, 26 de dezembro, 1955.

_____. ano XI, vol VIII, nº 547, 30 de março, 1960.

_____. ano XII, vol LXII, nº 588, 11 de janeiro, 1961.

_____. ano XII, vol LXII, nº 590, 25 de janeiro, 1961.

_____. ano XII, vol LXIII, nº 592, 8 de fevereiro de 1961.

_____. ano XII, vol LXV, nº 609, 7 de junho de 1961.

_____. ano XI, vol LXVI, nº 619, 16 de agosto de 1961.

_____. ano XII, vol LXVI, nº 622, 6 de setembro, 1961.

_____. ano XII, vol LXVII, nº 623, 13 de setembro, 1961.

_____. ano XII, vol LXVII, nº 624, 20 de setembro, 1961.

_____. ano XIII, vol LXIX, nº 636, 3 de fevereiro, 1962.

_____. ano XII, vol LXX, nº 648, 7 de março, 1962.

_____. ano XIII, vol LXX, nº 654, 18 de abril, 1962.

_____. ano XII, vol LXXII, nº 663, 20 de junho, 1962.

_____. ano XIV, vol LXXVI, nº 696, 6 de fevereiro, 1963.

_____. ano XIV, vol LXXVI, nº 702, 20 de março, 1963.

_____. ano XIV, vol LXXVII, nº 705, 10 de abril, 1963.

_____. ano XIV, vol LXXVII, nº 706, 17 de abril, 1963.

_____. ano XIV, vol LXXVII, nº 708, 1 de maio, 1963.

_____. ano XIV, ano LXXVIII, nº 718, 10 de julho, 1963.

_____. ano XIV, vol LXXIX, nº 725, 28 de agosto, 1963.

_____. ano XV, vol LXXXIII, nº 757, 8 de abril, 1964.

_____. ano XV, vol LXXXIII, nº 758, 15 de abril, 1964.
_____. ano XV, vol LXXXIV, nº 759, 22 de abril, 1964.
_____. ano XV, vol LXXXIV, nº 762, 13 de maio, 1964.
_____. ano XVI, vol XC, nº 809, 7 de abril de 1965.
_____. ano XIX, vol CVIII, nº 954, 17 de janeiro de 1968.
_____. ano XIX, vol CVIII, nº 955, 24 de janeiro, 1968.

Discursos Econômicos no Senado

Anais do Senado. Senado Federal, 10 de fevereiro, 1965.

_____. Senado Federal, 11 de março, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 21ª a 38ª, abriu, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 51ª a 62ª, março, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 63ª a 74ª, 9 de junho, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 75ª a 89ª, 11 de junho, 1965.
_____. Senado Federal, 22 de junho, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 90ª a 106ª, julho, 1965.
_____. Senado Federal, 8 de julho, 1965.
_____. Senado Federal, 13 de julho, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 107ª a 117ª, agosto, 1965.
_____. Senado Federal, 5 de agosto, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 131ª a 142ª, setembro, 1965.
_____. Senado Federal, sessões 184ª a 196ª, novembro, 1965.
_____. Senado Federal, 19 de dezembro, 1966.

- _____. Anais da Constituição de 1967, 4ª volume tomo II, 20 de janeiro, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 1ª a 15ª, 2 de março, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 1ª a 15ª, 14 de março, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 26ª a 39ª, abril, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 26ª a 39ª, 6 abril, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 40ª a 50ª, 20 abril, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 51ª a 61ª, 2 de maio, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 51ª a 61ª, 11 de maio, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 74ª a 85ª, 12 de junho, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 74ª a 85ª, 15 de junho, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 86ª a 97ª, junho, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 98ª a 110ª, julho, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 145ª a 157ª, outubro, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 199ª a 207ª, novembro, 1967.
- _____. Senado Federal, sessões 13ª a 27ª, fevereiro, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 28ª a 32ª, 21 de fevereiro, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 1ª a 15ª, março, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 1ª a 15ª, 12 de março, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 16ª a 32ª, março, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 16ª a 32ª, 28 de março, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 43ª a 68ª, abriu, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 115ª a 132ª, junho, 1968.
- _____. Senado Federal, sessões 133ª a 150ª, agosto, 1968.

_____. Senado Federal, sessões 133ª a 150ª, 12 agosto, 1968.

_____. Senado Federal, sessões 151ª a 171ª, agosto, 1968.

_____. Senado Federal, 28 de outubro, 1969.

_____. Senado Federal, 11 de novembro, 1969.

_____. Senado Federal, 18 de novembro, 1969.

_____. Senado Federal, 24 de novembro, 1969.

_____. Senado Federal, 1 de abril, 1970.

_____. Senado Federal, 13 de abril, 1970.

_____. Senado Federal, 16 de abril, 1970.

_____. Senado Federal, 8 de maio, 1970.

_____. Senado Federal, 11 de maio, 1970.

_____. Senado Federal, 25 de maio, 1970.

_____. Senado Federal, sessões 43ª a 54ª, 2 de junho, 1968.

_____. Senado Federal, 16 de julho, 1970.

_____. Senado Federal, 22 de julho, 1970.

_____. Senado Federal, 24 de julho, 1970.

_____. Senado Federal, 27 de julho, 1970.

_____. Senado Federal, sessões 105ª a 117ª, 7 de agosto, 1968.

_____. Senado Federal, sessões 105ª a 117ª, 19 de agosto, 1968.

_____. Senado Federal, 26 de agosto, 1970.

Livros

SCATIMBURGO, João. (org.) *As idéias econômicas de José Ermírio de Moraes*. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Brasília: Senado Federal, 29 de agosto, 1963.

_____. Brasília: Senado Federal, 30 de outubro, 1963.

_____. Brasília: Senado Federal, 23 de abril, 1964.

_____. Brasília: Senado Federal, 27 de maio, 1964.

_____. Brasília: Senado Federal, 11 de junho, 1964.

_____. Brasília: Senado Federal, 18 de novembro, 1964.

_____. Brasília: Senado Federal, 19 de abril, 1966.

_____. Brasília: Senado Federal, 6 de junho, 1966.

_____. Brasília: Senado Federal, 30 de novembro, 1966.

_____. Brasília: Senado Federal, 31 de maio, 1967.

_____. Brasília: Senado Federal, 9 de janeiro, 1968.

_____. Brasília: Senado Federal, 14 de agosto, 1968.

_____. Brasília: Senado Federal, 4 de setembro, 1969.

Jornais, Revistas e Edição Comemorativa

Digesto Econômico, São Paulo.

Folha de São Paulo, São Paulo, 1962 a 1964.

Jornal do Commercio do Recife. Pernambuco, 08/1962 a 11/1962.

Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 08/1962 a 11/1962.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 1962 a 1964.

Grupo Votorantim 80 Anos (1918-1998). Publicação comemorativa dos 80 anos do grupo Votorantim, São Paulo, 1998.

Bibliografia

- AFFONSO, A. *Da Tribuna ao Exílio*. São Paulo: Letras e Letras, 2003.
- ALVES, J. J. A. “Projetos dominantes de siderurgia e mineração, símbolos e pilares de modernização e progresso, Brasil (1889-1945” in VARGAS, M. org. *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo, FUNDUNE. São Paulo: 1994.
- ANTUNES, R. *A Rebeldia do Trabalho*. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1988.
- _____. *Classe Operária Sindicato e Partidos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio/Cortez, 1982.
- ARRAES, M. *A Nova Fase da Ditadura Brasileira*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- _____. “Conversações com Arraes”. MG: *Veja*, 1979.
- ASSIS, D. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe 1962 – 1964*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.
- BAER, W. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- BANDEIRA, M. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1979.
- _____. *Cartéis e Desnacionalização. A Experiência Brasileira: (1964-1974)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. 2ª Edição. Brasília: Edunb/Ensaio, 1995.
- _____. *O governo Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. RJ: Civ. Brasileira, 1973.
- BELLUZO, L. G. (coord.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil* n.º 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BEIGUELMAN, P. *O Pingão de Azeite: A Instauração da Ditadura*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

- BEIGUELMAN-MESSINA, G. *A Guerra Civil Espanhola. 1936-1939*. São Paulo: Ed. Scipione, 1994.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BERRIEL, C. E. O. *Tietê, Tejo, Sena. A Obra de Paulo Prado*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BORGES, M. A. *Eugênio Gudin: Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: Educ/Bienal, 1996.
- BRAGA, J. C. S. “Alemanha: Império, Barbárie e Capitalismo Avançado” in FIORI, J. L. (org), *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRESCIANI, M. S. M. “O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social” In: SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. *Histórica Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.
- CALLADO, A. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CAMPOS, R. *A Lanterna na Popa*. Vol. I e II, Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- _____. *Antologia do Bom Senso*. Rio de Janeiro: Topbook, 1996.
- CAMPOS, R. & SIMONSEN, M. H. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro :José Olympio, 1975.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e Democratização*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Empresário industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. *O Modelo Político Brasileiro*. SÃO PAULO: Difel, 1972.
- CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, M. D. “As origens e a evolução da Companhia Brasileira de Alumínio.” Conferência realizada na Sessão Comemorativa do Centenário do Processo Hall/Heroult, realizada na Associação Brasileira de Metais, S. Paulo. 23 de abril de 1986.
- CASTELLO BRANCO, H. *Discursos – 1966*. Brasília: Secretaria de Publicações da presidência da República, 1966.

- _____. *Discursos – 1967*. Brasília: Secretaria de Publicações da presidência da República, 1967.
- CHAIA, V. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1992, p.67
- CHASIN, J. “A Esquerda e a Nova República”. In *Revista Ensaio* n° 14. São Paulo: Ensaio, 1985.
- _____. “A Miséria da República dos Cruzados”. In *Revista Ensaio* n.º 15/16. São Paulo: Ensaio, 1986.
- _____. “A Politicização da Totalidade”. In *Revista Temas de Ciências Humanas*, n.º2. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. “As máquinas param: germina a democracia”. In *Revista Escrita/Ensaio* n.º 7. São Paulo: Escrita, 1980.
- _____. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In *Revista Ensaio* n.º 17/18. São Paulo: 1989.(a)
- _____. “A via colonial de entificação do capitalismo”. In *A Miséria Brasileira*. Santo André/São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. “Brasil: a resistência ao neoliberalismo. In *Mundo Hoje/93*. São Paulo:Ensaio, 1993.
- _____. “Conquistar a Democracia pela Base” In *Revista Temas* n.º 6. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1977.
- _____. “‘Hasta Cuando’? A propósito das Eleições de Novembro”. In *Revista Escrita/Ensaio* n° 10. São Paulo: Ensaio, 1982.
- _____. “Marx nos tempos da Nova Gazeta Renana”. In *Marx, K: Burguesia e Contra-Revolução*. São Paulo: Ensaio, 1989.(b)
- COHN, G. *Crítica e Resignação – fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, Ltda, 1979.
- CLAUDÍN, F. *A Crise do Movimento Comunista* vol. 1. São Paulo: Global, 1985.
- COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980.
- _____. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- _____. *Literatura e Humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- CUNHA, O. *O time dos sonhos*, 2ª edição. São Paulo: Codex, 2003.
- DANTES, M. A. & SANTOS, J. S. “Siderurgia e Tecnologia (1964-1980)” in Motoyama, Shozo org. *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo, FUNDUNE São Paulo: 1994.
- D’ARAUJO, M.C.S. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- D’ARAUJO, M. C. & CASTRO, C. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Visões do Golpe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1971.
- DELGADO, L. A. N. *PTB. Do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, E. & BOSCHI, R. “Autonomia e dependência na representação de interesses industriais”, *Revista Dados*, 22, 1979.
- _____. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- DRAIBE, S. M. *Rumos e Metamorfoses no Brasil: Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DROZ, J. *Alemania: la formación de la unidad alemana 1789-1871*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1973.
- ENGELS, F. *As Guerras Camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FERNANDES, F. *A Constituição Inacabada*. São Paulo: Liberdade, 1989.

- _____. *A Ditadura em Questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. (org.) *Marx/Engels: Historia* n.º 36, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O Que É Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Que Tipo de Republica?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FONTANA, J. *História depois do fim da História*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.
- FONTES, P. *Trabalhadores da Nitro-Química. A Fábrica e as Lutas nos Anos 50*. Dissertação de Mestrado em História Social, IFCH-UNICAMP, 1997.
- FURTADO, C. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- GASPARI, H. *A ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- GASPARIAN, F. *Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GATTÁS, R. *A indústria automobilística e a segunda revolução industrial no Brasil: origens e perspectivas*. São Paulo: Prelo, 1981.
- GEREMEK, B. *Os filhos de Caim*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- GOÉS, W. de & CAMARGO, A. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- GOMES, A. M. C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GONÇALVES, S. C. *Patrimônio, Família e Empresa*. São Paulo: Negócio Editora, 2000.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1999.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 4. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- GORENDER, J. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998, 5.ª Edição.

- GUIMARÃES, C. M. C. B. 1964 - *Estado e economia, nova relação*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1990.
- HELLER, A. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.
- _____. *O Quotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HERF, J. *Modernismo Reacionário*. Campinas – São Paulo: Unicamp – Ensaio, 1991.
- HOBBSBAWM, E. J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLZ, H. H., KÖFLER, L. & ABENDROTH, W (org.) *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1981.
- JACKSON, G. *A República Espanhola e a Guerra Civil/1*. Lisboa: Europa - América, 1973.
- KOK, EINAR. *Diálogos no tempo*. São Paulo: edição do autor, 2003.
- LABAKI, A. *A crise da Renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LE GOFF, J. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LENIN, V. I. - O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- LEOPOLDI, M. A. P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)” in GOMES, A. M. C. (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- _____. “O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)” in GOMES, A. M. C. (org.) *Vargas e os anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Política e Interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Ed. Paz e Terra S.A., 2000.
- LIMA, H. Ferreira. “CIESP, jovem entidade aos 50 anos”. In *Indústria e Desenvolvimento FIESP-CIESP*, março 1978, 12
- LLORENS, M. I. *Industrialización y Obrerismo*. Barcelona: Ariel, 1973.
- LUKÁCS, G. *Conversando com Luckács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

- _____. *El Asalto a la Razón*. 3ª edição: 1972. Barcelona: Grijalbo, 1972.
- _____. *Goethe y su Época*. Tradução de Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1968.
- LUZ, N. V. *A Luta Pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.
- MACHADO, R. C. *Apontamentos da História do Alumínio Primário no Brasil*. São Paulo: Ed. da Fundação Gorceix: s.d.
- MAGALHÃES, G. “Energia e Tecnologia” in *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo, FUNDUNE São Paulo: 1994.
- MANTEGA, G. *A Economia Política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1984.
- MARCUSE, H. *Razão e Revolução*. 2.ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARX, K. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. 3ª Edição. SP: Ensaio, 1993.
- _____. “A Nova Gazeta Renana” in *Margem*, nº 16. São Paulo: EDUC, dez. 2002.
- _____. “Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução”, in *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. vol. I, T. 2.
- _____. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In *Marx - Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. “Para a Crítica da Economia Política”. In *Marx - Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 6.ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1969.
- MARTINS, C. *E Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MARTINS, J. S. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1973.
- MARTINS, L. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. “Formação do empresariado industrial no Brasil” in *Revista de Ciências Sociais*, v.3, n.1, jan-dez 1966. pg. 91-138.

- _____. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MELANDRI, P. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- MELO, W. F. “No Governo de Entressafra”: a praxis de Roberto de Oliveira Campos durante o governo de Castello Branco (1964-1967). Mestrado em História, PUC São Paulo, 2002.
- MELLO, J.M.C. *O Capitalismo Tardio*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MICELI, P. *Além da Fábrica*. São Paulo: FIESP – CIESP, 1992.
- MINDLIN, B. *Planejamento no Brasil*. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- MOORE JR., B. *As Origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.
- MORAES, F. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, F. P. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo: Perspectiva, 2ª edição, 1979.
- NADAL, J. *El fracaso de la Revolución Industrial en España, 1814-1913*. Barcelona: Ariel, 1975.
- NASCIMENTO, C. A. *Para Ler Galilei*. São Paulo: Nova Stella/Educ, 1999.
- OLIVEIRA, F. *A Economia da Dependência Imperfeita*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *Autoritarismo e Crise Fiscal no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. *Crítica à Razão Dualista & O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JR. C. *A Revolução Brasileira*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PERROT, M. “A família triunfante” in *História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Coleção dirigida por Philippe Áries e Georges Duby. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RAGO FILHO, A. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado em História Social. PUC São Paulo, 1998.
- _____. “Os empreiteiros da tortura”. In *Revista Fundação Santo André*, 2002.

- _____. “Prólogo”, in *O integralismo de Plínio Salgado*. Belo Horizonte: Una Editora, 1999.
- _____. “Sob este signo vencerás!” In *Tempo de Ditadura*. Cadernos AEL 14/15. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2001.
- RAGO, E. *O Nacionalismo de Guerreiro Ramos*. Dissertação de Mestrado, PUC São Paulo, 1993.
- RAGO, M. A. P. *O Demiurgo da Construção Nacional: A Ideologia Industrialista de Azevedo Amaral*. Dissertação de Mestrado, PUC São Paulo, 1992.
- RIBEIRO, D. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 2000.
- SERBIN, K. P. *Diálogos na Sombra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCATIMBURGO, João. *José Ermírio de Moraes (o homem – a obra)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- SILVA, H. *1964: Golpe ou Contra Golpe?*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- SILVA, M. S. *Os embates entre os tupiniquins e entreguistas*. Dissertação de Mestrado em História, PUC São Paulo, 2003.
- SILVA, S. *Expansão Cafeteira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega. 8ª edição, 1995.
- SINGER, P. *A crise do “milagre”*. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SOBOUL, A. *Revolução francesa*. São Paulo: Difel, 1989.
- SOBRINHO, M. J. *O Pensamento Político de Fernando Henrique Cardoso (1973 – 1992): Autoritarismo e Democratização*. Dissertação de Mestrado de Ciência Política. IFCH, Unicamp, julho de 2003.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à Revolução Brasileira*. São Paulo: LECH, 1978.

- _____. “1964: A Ditadura Anunciada”. In *Golpe de 64*. Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994.
- STARLING, H. M. M. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira, Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Hucitec e Ed. da UNICAMP. Nova Edição, 2000.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas/SP: Unicamp, 1985.
- TEIXEIRA, F. J. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- TOLEDO, C. N. (org.). *1964: Visões críticas do golpe*. Campinas/SP: Unicamp, 1997.
- TREVISAN, M. J. *50 anos em 5. A FIESP e o desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VIANA FILHO, L. *O Governo Castelo Branco Vol 2*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – Livraria José Olympio Editora, 1975.
- VIANNA, L. W. *A Revolução Passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan & IUPERJ, 1997.
- VIEIRA, R. M. *A Ideologia Industrialista de Roberto Simonsen*. Dissertação de Mestrado em História Econômica, FFLCH-USP São Paulo, 1987.
- _____. *Celso Furtado: Reforma, Política e Ideologia (1950-1964)*. Tese de Doutorado em História, PUC São Paulo, 2003.
- VILAR, P. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa: Presença, 1992.